

Rodrigo Fernandes Ribeiro

**O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA DO
BRASIL NOS ANOS 2000.**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr.

**Florianópolis/SC
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ribeiro, Rodrigo Fernandes

O endividamento da classe trabalhado do Brasil nos anos 2000 / Rodrigo Fernandes Ribeiro ; orientador, Ricardo Lara, 2018.
249 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. endividamento. 3. financeirização e mundialização do capital . 4. ideologia da "educação financeira". 5. Capitalismo manipulatório. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Rodrigo Fernandes Ribeiro

**O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA DO
BRASIL NOS ANOS 2000.**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 9 de março de 2018.

Prof^ª. Beatriz Augusto de Paiva, Dr^ª.
Coordenadora do PPGSS

Banca Examinadora:

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Ary Cesar Minella, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof^ª. Rivania Lúcia Moura de Assis, Dr^ª.
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Jaime Hillesheim, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Mauri Antônio da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

AGRADECIMENTOS

Foram quatro anos de pesquisa e concretização da tese de doutorado. Um longo período que passou muito rápido. Agora, neste momento de defesa de tese e finalização de uma etapa em meu processo formativo, gostaria de agradecer a todos que de uma forma ou de outra auxiliaram neste processo.

Gostaria de agradecer à minha família pelo apoio irrestrito. À minha mãe, Solange Fernandes Ribeiro, e meu irmão, Fernando Fernandes Ribeiro, um agradecimento especial. Sem eles, com certeza, não teria chegado até aqui.

Ao meu amor, Heloisa Helena Pereira, o registro é mais do que especial. O companheirismo e carinho cotidiano foram fundamentais durante todo esse processo. Que possamos enfrentar e seguir outros projetos na vida pessoal e na luta pela transformação revolucionária desse mundo tão desigual.

Ao orientador dessa tese, professor Ricardo Lara, agradeço profundamente a troca e o apoio intelectual. Estendo esse agradecimento a todos os camaradas, companheiros, colegas do *Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL)*, amigos professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes, e tantos outros que me acompanham durante esses 14 anos de UFSC. Que sigamos a busca pelo conhecimento que não só interprete o mundo, mas que também o transforme.

Agradeço aos amigos, companheiros e camaradas.

Agradeço aos professores-pesquisadores que examinaram meu projeto de tese na qualificação e na defesa, e muito contribuíram com o andamento e finalização da pesquisa: Rivânia Lúcia Moura de Assis, Jaime Hillesheim, Ary Cesar Minella, Márcio Paschoino Lupatini, Patrícia Laura Torriglia, Beatriz Augusto de Paiva e Mauri Antônio da Silva.

E por fim, sou muito grato à classe trabalhadora, não só por ser a principal motivação dessa pesquisa, mas também pelo apoio que dão ao contribuir massivamente para que a política social educacional possibilite o ensino superior gratuito, público e de qualidade e as entidades de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As lutas sociais dessa classe não só garantem que, até então, essa estrutura permaneça de pé, ainda que fragilizada pelos últimos ataques da direita reacionária, como nos dão esperança de seu potencial de transformação revolucionária da sociedade.

[...] Minhas senhoras, meus senhores, estão vendo extinguir-se o representante de uma classe em extinção. Nós, pequenos artesãos burgueses, que trabalhamos com o bom e o velho pé-de-cabra as modestas caixas dos pequenos comerciantes, estamos sendo engolidos pelos grandes empresários, atrás dos quais estão os bancos. O que é uma gazua comparada a uma ação ao portador? O que é um assalto a um banco comparado à fundação de um banco? O que é um assassinato de um homem comparado com a contratação de um homem? [...]”.

O bandido Macheath, conhecido como “Mac Navalha”, a caminho da força na peça de teatro musical de Bertold Brecht (1928, p. 103), A Ópera dos Três Vinténs.

RESUMO

O *endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000* é o principal objetivo de estudo desta tese. A pesquisa utiliza os indicadores do Banco Central do Brasil (BACEN) e das principais empresas de tecnologia administradoras de grande banco de dados de notificações de inadimplência, os birôs de crédito. O crescimento do crédito ao consumidor foi um fenômeno conjugado com o crescimento do endividamento da classe trabalhadora nos primeiros 15 anos dos anos 2000. Além dessa análise ascendente do fenômeno crédito/endividamento, esta tese buscou levantar, no processo de financeirização e mundialização do capital, na formação social brasileira e nas estratégias do capital para o enfrentamento do fenômeno da inadimplência, algumas determinações que possibilitassem a apreensão desse processo. A partir da análise da financeirização do capital e sua abrangência para outras dimensões da vida social, como nas finanças pessoais dos consumidores, foi possível identificar que tal fenômeno corresponde ao movimento mundial de captura da subjetividade dos trabalhadores pelo capital, assim como a uma maior expropriação financeira dos salários dos trabalhadores, constituindo uma violação ao fundo de consumo destes e uma transformação das mercadorias financeiras em componentes dos meios de subsistência necessários para reprodução da força de trabalho. De acordo com a pesquisa sobre a gênese da financeirização no Brasil, um país de capitalismo dependente, foi possível identificar a ascensão das mercadorias financeiras a serem acessadas por frações da classe trabalhadora com salários rebaixados como um processo conjugado com o processo de expropriação financeira, e não uma mera benesse do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve no governo federal durante a maior parte deste período. A particularidade conjuntural do desenvolvimento socioeconômico de meados da década de 2000 até meados da década de 2010 corresponderia a um período em que as *commodities* agrícolas e minerais estariam com preço favorável, o que possibilitou grandes lucros para vários setores empresariais e políticas públicas focalizadas no combate à miséria e fomento do consumo. O aumento do crédito ao consumidor, facilitado para todas as frações da classe trabalhadora, possibilitou maior consumo de bens de necessidade básica e bens duráveis. Neste processo, as mercadorias financeiras são fundamentais para o aumento dos lucros. Para fins de maior entendimento do fenômeno do endividamento, a tese buscou analisar duas estratégias do capital no sentido de controle da inadimplência e do

superendividamento. A principal delas, a ideologia da “educação financeira”, trata-se de estratégia orientada por organizações internacionais do capital, como a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), que no Brasil institucionalizou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com políticas voltadas para a culpabilização dos trabalhadores com dificuldades de pagar suas dívidas, e propaganda das mercadorias financeiras como créditos, carteiras de investimentos, seguros e previdência privada complementar. A outra estratégia, a busca por “prevenção” e “tratamento” do superendividamento, trata-se de medidas judiciais e extrajudiciais que conciliem os credores e os devedores, sem, contudo, perdoar as dívidas e/ou criticar o processo de expropriação financeira. Por fim, essa tese buscou analisar estas duas estratégias do capital como novos estranhamentos da atual fase do capitalismo, em que a manipulação é a técnica mais utilizada para garantir a produção e a reprodução do capital. No sentido do endividamento, a manipulação age com procedimentos de culpabilização dos trabalhadores por sua situação e de fomento de padrões de consumo e manejo do crédito e demais mercadorias financeiras.

Palavras-chave: endividamento; financeirização e mundialização do capital; ideologia da “educação financeira”; capitalismo manipulatório.

ABSTRACT

The *working class indebtedness in Brazil in the 2000s* is the main objective of this thesis. The research uses indicators from the Brazilian Central Bank (BACEN) and from the major technology companies managing large database of default notifications, as known as credit bureaus. The growth of consumer credit was a phenomenon combined with the growth of working class indebtedness during the first 15 years of the 2000s. In addition to this upward analysis of the credit/indebtedness phenomenon, this thesis sought to gather in the process of financialisation and globalization of capital, in Brazilian social formation, and in the strategies of capital to face the phenomenon of default, some determinations that allowed the apprehension of this process. From the analysis of the financialisation of capital and its coverage to other dimensions of social life, such as the consumers personal finances, it was possible to identify that this phenomenon corresponds to the worldwide movement of capital to capture the subjectivity of workers, as well as to a greater financial expropriation of workers' wage, constituting a violation of their consumption fund and a transformation of financial commodities into components of the means of subsistence necessary to reproduce the workforce. According to research on the genesis of financialisation in Brazil, a country of dependent capitalism, it was possible to identify the rise of financial commodities to be accessed by fractions of the working class with lower wages, as a process combined with the expropriation process and not as a simple blessing from the Workers' Party (PT) which had been in the federal government for most of this period. The conjuncture particularity of socioeconomic development from the mid-2000s to the mid-2010 corresponded to a period in which agricultural commodities and minerals were at a favorable price, which allowed large profits to various business sectors and public policies focused on the fight against misery and on consumption promotion. The increase in consumer credit, facilitated for all fractions of the working class allowed greater consumption of basic necessity goods and durable goods. In this process, financial commodities are fundamental to increasing profits. In order to better understand the phenomenon of indebtedness, the thesis sought to analyze two capital strategies towards controlling default and over-indebtedness. The main strategy, the ideology of "financial education", is guided by international organizations of capital, such as the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), which in Brazil institutionalized the National Financial Education

Strategy (ENEF) with policies aimed at blaming employees with difficulties in paying their debts, and advertising of financial commodities such as credits, investment portfolios, insurance and complementary private pension. The other strategy, the search for "prevention" and "treatment" of over-indebtedness, is regarding to judicial and extrajudicial measures which conciliate creditors and debtors without, however, forgiving debts and/or criticizing the financial expropriation process. Finally, this thesis sought to analyze these two strategies of capital as new estrangements from the current phase of capitalism, in which manipulation is the technique most used to guarantee the production and reproduction of capital. Regarding the indebtedness, the manipulation acts with procedures of blaming the workers for their situation and fomenting patterns of consumption and credit handling, along with other financial commodities.

Keywords: indebtedness; financialisation and globalization of capital; ideology of "financial education"; manipulative capitalism.

RESÚMEN

El *endeudamiento de la clase trabajadora de Brasil en los años 2000* es el principal objetivo de estudio de esta tesis. La investigación utiliza los indicadores del Banco Central de Brasil (BACEN) y de las principales empresas de tecnología administradoras de gran banco de datos de notificaciones de morosidad, los burós de crédito. El crecimiento del crédito al consumidor fue un fenómeno conjugado con el crecimiento del endeudamiento de la clase trabajadora en los primeros 15 años de los años 2000. Además de ese análisis ascendente del fenómeno crédito/endeudamiento, en esta tesis se buscó identificar, en el proceso de financiarización y mundialización del capital, en la formación social brasileña y en las estrategias del capital para el enfrentamiento del fenómeno de la morosidad, algunas determinaciones que posibilitan la aprehensión de ese proceso. A partir del análisis de la financiarización del capital y su alcance para otras dimensiones de la vida social, como en las finanzas personales de los consumidores, fue posible identificar que tal fenómeno corresponde al movimiento mundial de captura de la subjetividad de los trabajadores por el capital, así como a una mayor expropiación financiera de los salarios de los trabajadores, constituyendo una violación al fondo de consumo de éstos y una transformación de las mercancías financieras en componentes de los medios de subsistencia necesarios para la reproducción de la fuerza de trabajo. De acuerdo con la investigación sobre la génesis de la financeirización en Brasil, un país de capitalismo dependiente, fue posible identificar el ascenso de las mercancías financieras a ser accedidos por fracciones de la clase trabajadora con salarios rebajados como un proceso conjugado con el proceso de expropiación financiera, y no una mera bendición del Partido de los Trabajadores (PT), que estuvo en el gobierno federal durante la mayor parte de este período. La particularidad coyuntural del desarrollo socioeconómico de mediados de la década de 2000 hasta mediados de la década de 2010 correspondería a un período en que los *commodities* agrícolas y minerales estarían a un precio favorable, lo que posibilitó grandes beneficios para varios sectores empresariales y políticas públicas enfocadas en el combate a la miseria y fomento del consumo. El aumento del crédito al consumidor, facilitado para todas las fracciones de la clase trabajadora, posibilitó mayor consumo de bienes de necesidad básica y bienes duraderos. En este proceso, las mercancías financieras son fundamentales para el aumento de los beneficios. Para fines de mayor entendimiento del fenómeno del endeudamiento, la tesis buscó analizar dos estrategias del

capital en el sentido de control de la morosidad y del sobreendeudamiento. La principal de ellas, la ideología de la "educación financiera", se trata de una estrategia orientada por organizaciones internacionales del capital, como la Organización para la Cooperación del Desarrollo Económico (OCDE), que en Brasil institucionalizó la Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF) políticas dirigidas a la culpabilización de los trabajadores con dificultades de pagar sus deudas, y propaganda de las mercancías financieras como créditos, carteras de inversiones, seguros y previsión privada complementaria. La otra estrategia, la búsqueda por "prevención" y "tratamiento" del sobreendeudamiento, se trata de medidas judiciales y extrajudiciales que concilien los acreedores y los deudores, sin perdonar las deudas y/o criticar el proceso de expropiación financiera. Por último, esa tesis buscó analizar estas dos estrategias del capital como nuevos extrañamientos de la actual fase del capitalismo, en que la manipulación es la técnica más utilizada para garantizar la producción y la reproducción del capital. En el sentido del endeudamiento, la manipulación actúa con procedimientos de culpabilización de los trabajadores por su situación y de fomento de patrones de consumo y manejo del crédito y demás mercancías financieras.

Palabras-clave: endeudamiento; financiarización y mundialización del capital; ideología de la "educación financiera"; capitalismo manipulador.

RÉSUMÉ

L'endettement de la classe ouvrière brésilienne dans les années 2000 est l'objectif principal de cette thèse. La recherche utilise les indicateurs de la Banque centrale du Brésil (BACEN) et les grandes sociétés de technologie gérant une grande base de données de notifications par défaut, bureaux de crédit. La croissance du crédit à la consommation a été un phénomène couplé à la croissance de l'endettement ouvrier dans les quinze premières années des années 2000. Outre cette analyse ascendante du phénomène crédit/endettement, cette thèse visait à soulever, dans le processus de financiarisation et de globalisation du capital, dans la formation sociale brésilienne et dans les stratégies de la capitale pour faire face au phénomène de défaut, quelques déterminations qui ont permis l'appréhension de ce processus. De l'analyse de la financiarisation du capital et de sa couverture à d'autres dimensions de la vie sociale, comme les finances personnelles des consommateurs, il a été possible d'identifier que ce phénomène correspond au mouvement mondial de captation de la subjectivité des travailleurs par capital et à une plus grande expropriation des salaires des travailleurs, constituant une violation de leur fonds de consommation et une transformation des marchandises financiers en composants des moyens de subsistance nécessaires à la reproduction de la force de travail. Selon une recherche sur la genèse de la financiarisation au Brésil, un pays de capitalisme dépendant, il était possible d'identifier l'augmentation des marchandises financiers accessibles aux fractions de la classe ouvrière avec des salaires inférieurs comme un processus couplé avec le processus d'expropriation financière, et pas une simple bénédiction du Parti des Travailleurs (PT), qui a été dans le gouvernement fédéral pendant la plus grande partie de cette période. La particularité conjoncturelle du développement socio-économique du milieu des années 2000 à la mi-2010 correspondrait à une période où les matières premières agricoles et les minéraux seraient à un prix favorable, ce qui a permis de réaliser des profits importants pour différents secteurs d'activité et politiques publiques. La misère et la promotion de la consommation. L'augmentation du crédit à la consommation, facilitée pour toutes les fractions de la classe ouvrière, a permis une plus grande consommation de biens de première nécessité et de biens durables. Dans ce processus, les marchandises financiers sont essentiels pour augmenter les profits. Afin de mieux comprendre le phénomène de l'endettement, la thèse a cherché à analyser deux stratégies de capital dans le sens de contrôler la délinquance et le

surendettement. Le principal, l'idéologie de «l'éducation financière», est une stratégie guidée par des organisations internationales de capitaux, comme l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE), qui a institutionnalisé au Brésil la Stratégie nationale d'éducation financière (ENEF) avec les politiques visant à blâmer les employés ayant des difficultés à rembourser leurs dettes et la publicité pour des marchandises financiers tels que des prêts, des portefeuilles d'investissement, des assurances et des pensions privées complémentaires. L'autre stratégie, la recherche de «prévention» et de «traitement» du surendettement, porte sur les mesures judiciaires et extrajudiciaires qui concilient les créanciers et les débiteurs sans toutefois pardonner les dettes et/ou critiquer le processus d'expropriation financière. Enfin, cette thèse a cherché à analyser ces deux stratégies du capital comme de nouvelles étranglements de la phase actuelle du capitalisme, où la manipulation est la technique la plus utilisée pour garantir la production et la reproduction du capital. Dans le sens de l'endettement, la manipulation agit avec des procédures de reproches des travailleurs pour leur situation et de foment de modèles de consommation et de manipulation du crédit et d'autres marchandises financiers.

Mots-clés: endettement; financiarisation et mondialisation du capital; idéologie de "l'éducation financière"; le capitalisme manipulateur.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de contas correntes e de poupanças ativas – em milhões – (2000-2015).....	54
Gráfico 2 – Taxa de “bancarização” (2008-2015), em porcentagem (%)......	55
Gráfico 3 – Saldo do crédito total (1990-2016), e para pessoa física - PF (de 1990 à 2006: PF + Habitacional para PF, de 2007 à 2016 para PF), em relação ao PIB (em %), relacionado ao mês de dezembro.....	58
Gráfico 4 – Saldo nominal da carteira de crédito total, para pessoa física e pessoa jurídica – mês de dezembro, em milhões de reais (2000-2016).....	59
Gráfico 5 – <i>Spread</i> médio do crédito para pessoa física (1998-2015), com recursos livres e direcionados (2011-2015), referentes a dezembro, em %.....	63
Gráfico 6 – Saldo da carteira de crédito do cheque especial (2000-2015), referente a dezembro, em milhões de reais.....	65
Gráfico 7 – Taxa média anual de juros para operações de crédito para pessoa física no cheque especial, referenciados em dezembro do ano indicado, em %.....	66
Gráfico 8 – Saldo do crédito pessoal (CP) total (2000-2015), e sua fração não consignada (2007-2015), em milhões de reais, referente a dezembro.....	67
Gráfico 9 – Taxa de juros média anual para operações da carteira de crédito pessoal - CP (2000 - 2015) e crédito pessoal não consignado (2011 - 2015), referenciado em dezembro do ano indicado, em %.....	68
Gráfico 10 – Saldo do crédito consignado (CC) total, destinado aos aposentados e pensionistas do INSS (2007-2015), destinado ao setor público e ao setor privado (2004-2015), referente a dezembro de cada ano, em milhões de reais.....	70
Gráfico 11 – Taxa média anual de juros para operações em crédito pessoal consignado (2004-2015), referenciados pelo mês de dezembro do ano indicado, em %.....	71
Gráfico 12 – Cartões de crédito (CC) emitidos e ativos no último trimestre do ano referenciado (2000-2015), em milhões de reais.....	73
Gráfico 13 – Saldo da carteira cartão de crédito em todas suas modalidades (2000-2015), referenciados por dezembro do mês indicado, em milhões de reais.....	74

Gráfico 14 – Taxa média anual de juros do cartão de crédito (CC) na totalidade, e nas modalidades parcelada e rotativo, no período de 2011-2016, referenciados no mês de dezembro do ano indicado, em %.....	76
Gráfico 15 – Automóveis leves e motocicletas comercializadas e emplacadas nos anos indicados, em mil unidades.....	79
Gráfico 16 – Saldo do crédito para aquisição de veículos para pessoa física (2000-2015), em milhões de reais, referentes a dezembro do ano indicado.....	79
Gráfico 17 – Saldo da carteira de crédito para financiamento imobiliário de pessoa física (2007-2015), referenciados no mês de dezembro do ano indicado, em milhões de reais.....	81
Gráfico 18 – Taxa de juros médio anual do financiamento imobiliário total para pessoa física, referente ao mês de dezembro, em %.....	82
Gráfico 19 – Taxa de desemprego em dezembro do ano corrente nas regiões metropolitanas, em %.....	88
Gráfico 20 – Salário mínimo nominal e necessário calculado pelo DIEESE (1999-2015), referentes a dezembro do ano indicado, em reais.....	89
Gráfico 21 – Variação absoluta da relação admissão/demissão do CAGED do MTE, em unidade, ao ano.....	90
Gráfico 22 – Número de greves anuais (1984, 1989 e 2000-2013) no funcionalismo público, empresas estatais e empresas privadas, em unidade.....	92
Gráfico 23 - Endividamento das famílias com o SFN em relação à massa salarial ampliada disponível dos últimos 12 meses (2005-2016), em %, referente a dezembro do corrente ano.....	148
Gráfico 24 - Comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida (amortização e juros) com o SFN – com ajuste sazonal (2005-2016), em %, referente a dezembro do corrente ano.....	150
Gráfico 25 – PEIC – CNC. Porcentagem de famílias endividadas, com contas atrasadas e sem condições de pagar as dívidas em atraso, referente ao mês de dezembro do ano indicado (2010-2015).....	152
Gráfico 26 - PEIC – CNC. Porcentagem do endividamento pelos tipos de dívidas: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa, referente a dezembro do ano corrente.....	154
Gráfico 27 – PEIC – CNC. Média anual do endividamento por faixa de renda – até 10 Salários mínimos (SM) e acima de 10 SM.....	155
Gráfico 28 – Média anual do endividamento por faixa de renda – até 10 SM e acima de 10 SM -, e por tipo de dívida em 2015.....	156

Gráfico 29 – SPC Brasil - Variação nos números de devedores e de dívidas no Brasil, de janeiro de 2010 (índice 100) até dezembro de 2015, e o número médio de dívidas por pessoa inadimplente, no mesmo período.....	158
Gráfico 30 – SPC Brasil - Variação anual do crescimento do número de devedores e de dívidas, tendo por base o mês de julho dos anos indicados, em %.....	159
Gráfico 31 - SPC Brasil – Participação das dívidas por tempo de atraso e variação anual, em porcentagem, referente a julho de 2014 e julho de 2015.....	161
Gráfico 32 – BOAVISTA SCPC – Inclusões na base de dados de notificações inadimplentes por mês (2005-2015), tendo por base a média do ano de 2011 = 100, série dessazonalizadas, para todo o Brasil, referente a dezembro.....	162
Gráfico 33 - SERASA EXPERIAN – Fluxo mensal de anotações de inadimplência de pessoas físicas que sensibilizam a base de dados da Serasa, com números gerais; anotações negativas informadas pelas instituições financeiras em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros (REFIN); anotações negativas informadas pelas empresas em geral em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros (PEFIN); anotações negativas referente a protestos de títulos informados por cartórios de protestos (PROT); e quantidades de cheques sem fundo após 2º devolução e informados pelo BB (CCF). Os indicadores fazem relação com o índice médio de 2009 = 100, de janeiro de 1999 à agosto de 2015 – interrompido pela Lei de notificações de inadimplentes do Estado de São Paulo.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECS - Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços
AEF Brasil - Associação de Educação Financeira
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANBC - Associação Nacional dos Birôs de Crédito
Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
AR – Aviso de Recebimento
Bacen – Banco Central do Brasil
BB – Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNCC - Base Nacional Curricular Comum
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGED - Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados
CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
CDC – Código de Defesa do Consumidor
CEF – Caixa Econômica Federal
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços
CNDL - Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas
CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CUFA - Central Única das Favelas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DPDC - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Enef - Estratégia Nacional de Educação Financeira
EUA – Estados Unidos da América
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
Febraban – Federação Brasileira de Bancos
Fenabreve - Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIC - Gestora de Inteligência de Crédito
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MF – Ministério da Fazenda
MJ – Ministério da Justiça
MP – Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC – Plano de Aceleração do Desenvolvimento
PBF - Programa Bolsa Família
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEA – População Economicamente Ativa
Peic - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME - Pesquisa Mensal de Emprego
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RJU – Regime Jurídico Único
RMV - Renda Mensal Vitalícia
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos
SFH – Sistema Financeiro Habitacional
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SGS- Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SM – Salário Mínimo
SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
SUS – Sistema Único de Saúde
Susep - Superintendência de Seguros Privados
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	27
2 A CLASSE TRABALHADORA NO CIRCUITO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL	39
2.1 A CLASSE TRABALHADORA QUE EMERGIU NO CAPITALISMO DEPENDENTE	39
2.2 O CRÉDITO PARA A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL	50
2.3 DESEMPREGO BAIXO, VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E AUMENTO NO VOLUME DE CRÉDITO: A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA MUITO LONGE DE SER UMA “NOVA CLASSE MÉDIA”	84
3 O FENÔMENO DO ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	109
3.1 A EXPANSÃO E DINAMIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ENQUANTO IMPULSO PARA A AUTORREPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL	109
3.2 A EXPROPRIAÇÃO FINANCEIRA NO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA	132
3.3 UMA RADIOGRAFIA DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA	146
4 A IDEOLOGIA DA CULPABILIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PELO ENDIVIDAMENTO	171
4.1 A IDEOLOGIA DA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA”	172
4.2 A PROPOSTA DE “PREVENÇÃO” E “TRATAMENTO” JURÍDICO DO SUPERENDIVIDAMENTO	196
4.3 CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO MANIPULATÓRIO: NOVA EXPRESSÃO DO ESTRANHAMENTO	206
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do crescente endividamento dos “consumidores” no Brasil tem chamado a atenção de diversos atores sociais na segunda década do século XXI. Por um lado, é creditado esse fenômeno à crescente oferta de créditos para pessoa física. Por outro lado, a principal culpa dessa relação distorcida é direcionada ao devedor, pela sua falta de orientação subjetiva para com os ativos financeiros oferecidos.

E o conteúdo social do que se entende por estes “consumidores” também é digno de uma série de estratégias, no sentido de manipular as relações sociais de produção e reprodução do sociometabolismo do capital. Frações da classe trabalhadora até então alijadas dos “produtos e serviços financeiros”¹ se veem em um contexto no qual o acesso a meios de subsistência necessários dependem destas mercadorias, em uma realidade de baixo desemprego e baixos salários. Afim de que se possa ter acesso à casa própria, ao veículo individual, ou mesmo a uma boa alimentação e vestimentas, a indústria do crédito aparece enquanto uma possibilidade de provisória posse de renda na qual se exige não só o retorno do dinheiro, como também uma extração adicional acrescida em cada parcela.

Politicamente, a questão do crédito ao consumidor ganhou muito holofote em meados da década de 2000 até meados da década de 2010. Várias intervenções estatais de favorecimento ao mercado financeiro foram elevadas à categoria de políticas sociais, concedendo créditos e financiamentos para diversas frações da classe trabalhadora. São características deste período a regulamentação e o incentivo ao crédito consignado para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); o incremento de recursos públicos para o financiamento da habitação popular, destacando-se em

¹ O conceito de “produtos e serviços financeiros” é utilizado pelas principais instituições financeiras consultadas nesta tese, a partir da distinção entre o crédito compreendido como um serviço e a previdência complementar e os seguros entendido como produtos. Contudo, trata-se de uma mercadoria *sui generis* que cede temporariamente dinheiro em troca de sua devolução posterior acrescida de juros, ou que monetariza políticas sociais do conjunto da seguridade social (esse processo é desenvolvido analiticamente nas duas primeiras seções do segundo capítulo desta tese). A categoria social mercadoria financeira será utilizada durante todo este trabalho.

2009 o Programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV); as políticas de isenções fiscais, o aumento real do salário mínimo e a queda do desemprego, que incentivaram o crédito pessoal, a proliferação do cartão de crédito, o crédito para aquisição de veículos, o aumento do financiamento do varejo, e também o oferecimento de seguros, planos de saúde e previdência complementar privada.

Apesar de muitas políticas de governo contribuírem com a expansão do crédito, é preciso perseguir o processo histórico precedente que possibilitou as condições para esses eventos, assim como as orientações do capital internacional e a ampliação do crédito ao consumidor pelo mundo, com o consequente endividamento. Reduzir de antemão o fenômeno crescente dos créditos às políticas executadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) é desconsiderar uma série de outras determinações fundamentais que perfazem o fenômeno.

Como se trata de fenômeno recente e controverso, as análises sobre o duplo processo de crescimento do crédito para pessoas físicas – com a extensão para frações da classe trabalhadora com rendas menores – e o endividamento destes mesmos indivíduos, são muito parcas até então². Poucos se aventuram no desvendamento deste fenômeno. Poucas dissertações de mestrado e teses de doutorado estão buscando analisar parte deste fenômeno no Brasil (BERQUÓ, 2013; MOURA, 2016), sendo que algumas têm como objetivo geral a análise dos procedimentos de contenção do endividamento, o que esta tese tratará no terceiro capítulo (BRITO, 2012; SAITO, 2007; SOARES, 2017). Com relação às estratégias de enfrentamento a este fenômeno, tanto a ideologia da “educação financeira” quanto as proposições de “prevenção” e “tratamento” jurídico do chamado fenômeno do superendividamento, as fontes bibliográficas de análise muitas vezes correspondem a perspectivas metodológicas afinadas com as personificações do capital que buscam culpabilizar os trabalhadores e eliminar a indesejada inadimplência desses consumidores de crédito.

Com relação às fontes teóricas de análise do endividamento dos indivíduos (retratado muitas vezes como das famílias, dos consumidores) pelo mundo, há mais autores a se consultar que buscam analisar os movimentos correlatos e integrados da dinamização desse

² No desenvolvimento desta tese de doutorado, o autor e seu orientador, professor Ricardo Lara, apresentaram alguns resultados prévios da pesquisa em artigo para revista *Serviço Social e Sociedade*, intitulado *O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório* (RIBEIRO; LARA, 2016).

processo de financeirização que atinge a economia doméstica. Destas fontes, algumas buscam levantar os aspectos subjetivos pelo qual o consumo e o crédito atuam sobre os indivíduos e o quanto este aprisionamento é funcional ao capitalismo (BAUMAN, 2010). Com relação a outros, empreendendo uma análise calcada no materialismo histórico-dialético, a essência da totalidade do processo de autorreprodução ampliada corresponde às novas buscas de valorização do valor, de superação dos obstáculos para a expansão de seu processo reprodutivo e como medidas contratendências à queda da taxa média de lucros (GUTTMANN e PLIHON, 2008; HARVEY, 2011; HUSSON, 2010; LAPAVITSAS, 2016).

A situação na qual esse contingente de trabalhadores endividados cresceu exponencialmente nos últimos anos exige, então, a reflexão das seguintes questões: quais são os números do crédito para pessoa física e do endividamento nos primeiros quinze anos do século XXI no Brasil? Por que o sistema financeiro do Brasil, constituído de forma tardia, passou a disponibilizar mercadorias financeiras para um número cada vez maior de consumidores com rendas inferiores? Quais são as consequências do crescente endividamento dos consumidores, principalmente aqueles que só têm a possibilidade de conseguir reproduzir a vida a partir da venda de sua força de trabalho? Quais as ideologias que interagem com tal processo de circulação do capital no sentido de não interromper o processo produtivo e de, pelo contrario, acelerá-lo de tal forma que possa aumentar as taxas de lucro e de mais-valor?

Responder a esses questionamentos foi o objetivo desta tese. A processualidade histórica, a gênese, o desenvolvimento, a totalidade, a contradição e a interação recíproca dentre as realidades parciais são pressupostos fundamentais em tal análise. O complexo social da totalidade corresponde à produção e reprodução do ser social (LUKÁCS, 2012, 2013).

A tese defendida foi a de que o processo de endividamento da classe trabalhadora no Brasil corresponde às determinações do movimento total do capital que necessita acelerar a rotação do capital em seu processo produtivo e reprodutivo e, ao mesmo tempo, controlar as consequências que possam colocar em risco esse processo. Em tal movimento contraditório as personificações do capital necessitam aprofundar a exploração da força de trabalho, reduzir os salários, manter e dirigir o consumo da classe trabalhadora, expandir as mercadorias financeiras e impedir a inadimplência. Toda essa ofensiva é fomentada por uma ideologia de propagação de um ideal manipulatório de

consumo e de culpabilização dos trabalhadores que romperam com suas “obrigações” de pagamento.

As determinações sociais do sociometabolismo social do capital estão encravadas no terreno da vida real, onde homens e mulheres produzem e reproduzem a vida de forma objetiva, fundamentados nas relações de produção (RUBIN, 1987). As mediações pela qual se comunicam no interior da vida social interagem devidamente com o movimento da produção de valores. O valor, substância social medida pelo tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, trata-se de uma categoria social profundamente calcada no desenvolvimento da sociedade mercantil capitalista, na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho assalariado, na violência da acumulação primitiva e moderna e no Estado moderno. A síntese de toda essa processualidade produziu todo o dinamismo da relação social capital e sua personificação burguesa correspondente, assim como a contradição viva de uma classe social que produz riqueza, é aliada dessa mesma, e potencialmente apresenta-se como a “coveira” desse modo de produção.

O processo de reprodução é de fundamental importância para as análises do fenômeno que se queira aproximar. A predominância da esfera da produção da vida não pode significar exclusiva área de explicação dos fenômenos sociais. Para tanto, a ação que os complexos parciais da reprodução impelem sobre tais fenômenos não só dinamizam tal vida social e elevam os distintos atores sociais em conflito, como sofrem as determinações mais essenciais do processo de produção. Na economia capitalista, os fatores sociais, as regulações jurídicas, as pedagogias em conflito, denotam importantes categorias para uma análise da totalidade social requerida.

O complexo do ser social é uma totalidade dinâmica, em que complexos parciais interagem reciprocamente entre outros complexos e desenrolam os processos sociais correspondentes. No âmbito da pesquisa aqui desenvolvida, não se poderia analisar o fenômeno do endividamento da classe trabalhadora apenas por mediações econômicas determinantes como a produção. As ideologias que perfazem a conflituosa relação entre classes, as pedagogias oferecidas no sentido de conservação ou transformação da sociedade, as propostas de regulação jurídica dos conflitos sociais, foram identificadas por essa pesquisa enquanto mediações essenciais para uma maior aproximação do fenômeno em sua realidade concreta, sendo determinantes e sobredeterminadas pelo processo produtivo como realidade concreta objetiva.

A teoria do valor em Karl Marx é fonte privilegiada de análise para a tese aqui desenvolvida, principalmente os três de livros de *O Capital* (2013, 2014, 2017). Enquanto vige o modo de produção regulado pelas relações mercantis, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, o trabalho assalariado e o capital, que dão sustentação concreta para tais relações, a produção de mais-valor e o processo de autorreprodução ampliada do capital persistem em tal processualidade contraditória. Por mais que muitas transformações tenham dinamizado essas relações nos últimos 200 anos, as categorias tais quais Marx empreendeu sua notável análise da gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista são bases e fundamentos das análises atuais, tão necessárias de serem realizadas.

As fontes teóricas que empreenderam o desafio de desvelar os fenômenos sociais contemporâneos, retomando as categorias sociais de Marx, são aqui analisadas e referenciadas para uma maior aproximação do fenômeno contemporâneo da financeirização e mundialização do capital (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996, 2005, 2010; DUMÉNIL e LÉVY, 2010a, 2010b; GUTTMANN e PLIHON, 2008, HARVEY, 2011, 2013; HUSSON, 2010; LAPAVITSAS, 2016; PAULANI, 2008). Como um exemplo da dinamização de tais categorias sociais, o capital portador de juros e o capital fictício estavam configurados no movimento geral do capital de uma forma em seus primórdios e hoje, em acelerada expansão do sistema de crédito, tem adquirido novos contornos e contradições que o desvelamento de tais movimentos se fazem necessários. Como responder, então, a essa sociedade em que se oferece créditos aos trabalhadores assalariados de frações de salários menores e que, no mesmo momento, se busca educá-los e conformá-los em um movimento de aderência à ética do consumo acelerado de nossos dias e às dificuldades de reprodução de sua força de trabalho diante de salários tão diminutos? Não é tarefa fácil aproximar-se dessa profunda contradição.

Nesta tese, a metodologia científica não está deslocada do movimento do real e nem corresponde à esfera autônoma e independente. A bibliografia consultada fundamenta os pressupostos metodológicos do período estudado, assim como os complexos sociais que interagem com a ordem sociometabólica do capital. O movimento contemporâneo do capital é captado a partir de pressupostos já desvendados pelos instigantes estudos marxistas precedentes. Temos um campo vasto de análise, assim como também várias expressões e fenômenos pelo qual são necessárias novas incursões científicas.

O capitalismo contemporâneo é riquíssimo no sentido de novas expressões em seu processo de produção e reprodução da riqueza. Contudo, o processo de acumulação ampliada enfrenta uma série de obstáculos, exigindo deste uma série de metamorfoses, de revoluções em seu próprio modo de produção, que faz com que se exijam novas incursões. O processo de financeirização não está descolado deste movimento mais geral, nem supera o momento predominante da produção de valor pela exploração da força de trabalho. Exige-se, então, o estudo detido desses movimentos, assim como suas relações para com a financeirização pessoal dos trabalhadores.

A apreensão dos dados quantitativos sobre o montante de créditos para pessoas físicas e os números das pesquisas sobre endividamento e inadimplência passaram pela apreensão qualitativa de seus formuladores. Os saldos nominais de créditos cedidos para pessoas físicas encontram-se no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil (BACEN). Para que nos aproximemos do valor dos últimos anos consultados (2015, e em alguns casos 2016) foi utilizado o deflator do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este procedimento foi facilitado pela Calculadora do Cidadão do Bacen (2017a), que se encontra em seu sítio³. Já os demais números referentes às taxas de juros, de *spread* bancários e demais variáveis, foram diretamente apreendidas dos números que constam no SGS do Bacen.

No sentido de que se possam comparar as flutuações do crédito em relação ao PIB, aos saldos nominais e as taxas de juros, a pesquisa utilizou o mês de dezembro como referência para identificar o crescimento ou redução das variáveis. Nos dados referentes ao endividamento, também foi utilizado o mesmo mês de dezembro como referência. Para melhor visualização dos indicadores consultados, foram construídos gráficos que demonstram a evolução, declínio ou estabilidade dos dados.

Os indicadores referentes ao endividamento foram retirados das pesquisas divulgadas pelos birôs de créditos (SPC Brasil, Boavista SCPC e Serasa Experian), que se utilizam de suas bases de dados para apresentar informações referentes às dívidas a partir dos Cadastros de

³ A *Calculadora do Cidadão* do Bacen possibilita a correção dos valores a partir dos índices de aumento da inflação. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&> Acesso em: 09 jan. 2018.

Pessoas Físicas (CPFs) negativados em seus sistemas. O tratamento analítico das variáveis expostas buscou levantar algumas determinações que se apresentaram tanto na ascensão dos créditos como em seu declínio, que mostram tendências de inadimplência crescente ou sua estabilidade, dependendo do produto ou serviço financeiro.

Além dos dados quantitativos referentes ao crédito e ao endividamento, pesquisas em formato de artigos foram consultadas e estão referenciadas durante o texto, além de reportagens jornalísticas que apresentavam alterações governamentais e de mercado. Esta última fonte também possibilitou a apreensão de diversos momentos pelos quais as mercadorias financeiras eram oferecidas para os consumidores e como o fenômeno do endividamento era retratado pela grande mídia.

O marco temporal dos dados apreendidos em diversas variáveis corresponde ao início dos primeiros números expressivos da cessão de créditos até o começo do arrefecimento deste e crescente aumento da inadimplência. A pesquisa se estabelece sobre os anos de 2000 a 2015, tendo a flexibilidade de trazer elementos genéticos de fundamental importância, como, em alguns poucos casos, números que demonstram alterações importantes no marco dos dois anos posteriores (2016 e 2017).

Com relação ao marco conjuntural, é importante detectar que, durante a realização da pesquisa, a recessão econômica que atingiu o Brasil foi base e fundamento para o processo de intensificação da ofensiva reacionária do capital e o golpe político institucional que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder, assim como o seu partido (PT). Ao mesmo tempo em que identificamos traços de continuidade do movimento em direção à financeirização e crescimento dos créditos que viriam desde os anos 1990 – e, portanto, provém de medidas dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – pelos governos do PT, identificamos também particularidades na condução das políticas públicas e favorecimento à financeirização que demarcam diferenças de projetos políticos. No prosseguimento do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, as políticas de favorecimento ao crescimento do crédito ao consumidor e as políticas sociais focalizadas nos dramas sociais dos mais precarizados foram sumariamente transformadas pelo governo golpista de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A análise qualitativa do objeto desta pesquisa levou em conta as seguintes dimensões: a particularidade da formação social e das transformações capitalistas no Brasil; o movimento da totalidade do

capitalismo contemporâneo e o processo de mundialização e financeirização do capital; e, por fim, a dinâmica manipulatória deste mesmo capitalismo com relação ao consumo e o endividamento. Essas dimensões envolvem complexos da reprodução fundamentais para o entendimento do fenômeno do endividamento na particularidade brasileira. Apesar de buscar alcançar uma maior amplitude das determinações essenciais que interagem sobre o fenômeno do endividamento, é compreensível que haja ainda um campo analítico vasto a ser desbravado. Outras determinações do processo de cessão dos créditos e também outras expressões ideológicas de controle do endividamento excessivo poderão ser desenvolvidas por pesquisas futuras.

A ideologia da “educação financeira” foi privilegiada, enquanto tática do capital, na contenção das consequências desastrosas do endividamento excessivo. A tese buscou introduzir alguns elementos com relação à “prevenção” e ao “tratamento” do superendividamento pelas expressões jurídicas. Esse segundo complexo pode ser trabalhado analiticamente com maior amplitude em pesquisa futura. No entanto, identificar os limites e as funções dessa outra frente ideológica fora necessário para a pesquisa presente, principalmente por perseguir uma conciliação entre aquele que cede o empréstimo e o inadimplente, sem, contudo, deixar de defender o processo socioeconômico envolvido.

Outra questão que exige maior precisão metodológica para o desenvolvimento da pesquisa tem por referência a classe trabalhadora. Os birôs de crédito e o Bacen não especificam o lugar na produção dos “consumidores” de crédito no Brasil. No entanto, uma série de variáveis de renda e, principalmente, o montante crescente de assalariados que obtiveram condições de acesso a créditos até então inacessíveis para quem não apresentasse uma renda mínima ou garantias, são elementos que, no decorrer da pesquisa, atestam a singularidade do crescente endividamento da classe trabalhadora. O assalariamento, condição predominante daqueles que não obtêm os meios de produção socialmente necessários para reproduzir a vida, passou por um período no qual o crédito possibilitou o consumo de meios de subsistência necessários pelo qual somente o salário recebido não permitia acessar. A política das instituições financeiras para indivíduos e famílias no que concerne ao crédito também justifica o foco da pesquisa no crédito e no endividamento para a classe trabalhadora, novidade esta que se apresentou no período delimitado pela pesquisa.

A categoria social classe trabalhadora, em síntese, abarca não só os assalariados que estão ativos no mercado, estejam eles no mercado

formal ou informal, mas também aqueles que estão desempregados. Com relação à informalidade, são inúmeras as formas de autoemprego que este contingente representativo da classe trabalhadora exerceu, durante todo esse período, com os incentivos e alusões à ideologia do “empreendedorismo”. No que tange a pequenos empresários, donos de pequenos comércios, a instabilidade de seus negócios denotam um contingente de trabalhadores que batalham arduamente durante algum tempo e que, muitas vezes, perdem seus negócios e retornam a condição assalariada.

Neste período, a teoria social referente ao mundo do trabalho realizou pesquisas que demonstraram o quanto esse universo é amplo e complexo. Na discussão sobre a categoria apologética da chamada “nova classe-média” foram apresentadas algumas variáveis conjunturais que demonstram o quanto a classe trabalhadora deste período passou por transformações que precarizaram as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que possibilitaram um maior acesso ao consumo de bens necessários e bens duráveis. Além disso, vários autores da discussão deste sujeito foram trabalhados, como exemplo Pochmann (2012, 2014), Neri (2011) e Luce (2013), sendo alguns utilizados como referência e outros como fonte de críticas para a análise da classe trabalhadora neste período.

Os conflitos sociais são concretamente objetivados nas relações de produção nas lutas de classes. Seja na relação apassivada, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho a ser explorada pelo capitalista, seja nas tensões que emergem do processo de consciência de classe em si e para si, os conflitos sociais estão presentes. Em uma sociedade em que o afastamento das barreiras naturais dinamiza tais relações de produção em complexos sociais da reprodução cada vez mais abrangentes e fundamentais para a conservação da sociedade de classes, as ideologias⁴ cumprem um papel fundamental na condução das personificações das categorias sociais em luta.

O conjunto de estratégias e táticas das classes sociais em disputa é muito mais amplo do que as expressões analisadas nesta tese. Para a conservação da ordem há uma série de outras frentes ideológicas que perfazem o arsenal da burguesia dominante, assim como algumas que se

⁴ A concepção de ideologia que foi utilizada no desenvolvimento desta tese é a de Gyorg Lukács (2013, p. 465), que afirma que a “ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social”.

chocam internamente nos conflitos entre frações de uma mesma classe. Com relação à transformação da ordem social, as personificações do trabalho também desenvolvem estratégias de enfrentamento à exploração e à opressão, aliando-se, temporária ou permanentemente, com frações da classe antagônica (a chamada burguesia nacional) e/ou repudiando qualquer conciliação, mesmo que tática.

A totalidade do conflito que se estabelece no fenômeno do endividamento da classe trabalhadora, inscrita no processo de circulação, deveria ser apresentada por um conjunto de pesquisas de maior fôlego e investimento. Nesta tese, o foco se ateu, principalmente, à expressão ideológica da chamada “educação financeira”, seus objetivos e princípios, assim como a sua institucionalização e estruturação objetiva nas relações sociais. Aproveitando o ensejo de tal estratégia disciplinadora, foi levantado brevemente o primeiro passo que o complexo jurídico tem dado no sentido de regular as relações de crédito e controlar o fenômeno do superendividamento. Em síntese, a relação do capital e suas personificações com endividamento da classe trabalhadora não se restringe apenas a essas duas mediações, se não por outras que essa pesquisa não tem como objetivo apresentar⁵.

Os capítulos desenvolvidos nesta tese seguem, por princípio, a apreensão das dimensões do complexo da produção e reprodução do ser social. Na primeira seção do primeiro capítulo é registrada uma breve síntese da gênese do capitalismo dependente no Brasil, apresentando alguns elementos que fundamentam a concretização tardia da financeirização no país. Na seção seguinte, são apresentados o histórico do crédito ao consumidor no Brasil, assim como a pesquisa nas bases de dados do Bacen que apresenta a expansão notável do crédito para pessoa física. Em uma seção de fechamento do capítulo é analisada a constituição da classe trabalhadora no breve período de crescimento econômico sustentado pela exportação de *commodities*, entre outras determinações, questionando decididamente a expressão ideológica, fomentada neste período, de que o Brasil havia superado a miséria e a pobreza, ampliando o que se convencionou apologeticamente a chamar de “nova classe média”.

Já no segundo capítulo é apresentada como introdução uma seção de análise dos fundamentos da teoria social marxista sobre o processo de

⁵ Uma estratégia aliada neste processo, que aqui será lateralmente indicada, é a ideologia do “empreendedorismo”, que requer um estudo detido sobre a perspectiva imposta pela burguesia e o recebimento desta por parte da classe trabalhadora.

financeirização e mundialização do capital. Na segunda seção, esse processo de financeirização é visto pela recente expansão que abarcou a classe trabalhadora em todo o mundo, e que promove a chamada expropriação financeira do trabalho necessário dos trabalhadores. Na seção final deste capítulo, são apresentados os números do processo de endividamento da classe trabalhadora no Brasil, advindos das bases de dados dos birôs de crédito que controlam o endividamento e a inadimplência em seus cadastros positivos.

No terceiro capítulo é promovida a análise da ideologia da “educação financeira” como elemento de regulação e controle do endividamento pelas personificações do capital. Como será visto, as expressões ideológicas partem da totalidade do capital em movimento, atingindo inicialmente os países de capitalismo avançando e adentrando também os países de capitalismo dependente, como o Brasil. Neste país, as personificações do capital investem e publicizam os princípios dessa ideologia orientadora do “consumo responsável”. Na segunda seção, as mediações jurídicas de “prevenção” e “tratamento” do superendividamento são apresentadas, assim como seus limites e destacáveis entraves. Por fim, o conjunto de expressões estranhadas que medeiam os processos de consumo/endividamento/inadimplência é problematizado dentro do contexto de um capitalismo manipulatório, que busca garantir o processo reprodutivo sem entraves, em seu movimento considerado “ótimo”.

Nas considerações finais são levantadas algumas teses formuladas na pesquisa. Assim, os resultados do percurso investigativo findam em elementos que poderão subsidiar análises futuras sobre os caminhos da irrefreável financeirização da vida social sob o capital. Além disso, essas mediações podem subsidiar a classe trabalhadora na denúncia do sociometabolismo do capital e na proposição de novas formas de sociabilidade, superação dos estranhamentos e da alienação capitalista. A contribuição, diante da monumental tarefa aqui proposta, é pequena, mas pode indicar outros caminhos de análise necessários.

2 A CLASSE TRABALHADORA NO CIRCUITO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Analisar a atual configuração do endividamento da classe trabalhadora no Brasil requer um levantamento da gênese, do desenvolvimento e da expansão do assalariamento, identificando vestígios do regime social escravista para o modo de produção capitalista em constituição na formação da burguesia e da classe trabalhadora. Além disso, é necessário situar a relação do capitalismo brasileiro com as expressões hierarquicamente dominantes, estabelecendo as conflituosas relações entre as economias e os setores burgueses em curso. A primeira seção deste capítulo apresenta breves apontamentos sobre a formação social brasileira de um capitalismo dependente e associado subalternamente ao imperialismo.

A história do crédito para pessoa física irrompe no mesmo ritmo tardio que tantas outras configurações do capitalismo monopolista. A segunda parte deste capítulo adentrará na recente história deste mecanismo de aceleração da rotação do capital, fundamental para a acumulação capitalista.

Esse pré-requisito expositivo do objeto central converge com a análise realizada na terceira parte deste capítulo. O noticiário político e as análises acadêmicas da segunda metade da década de 2000 estiveram recheados de afirmações apressadas quanto às expressões do desenvolvimento capitalista em curso que, em certo sentido, empolgaram os defensores de um pretenso desenvolvimento econômico capitalista autônomo. Relacionar as expressões conjunturais com as estruturais será um necessário exercício para desvendar a construção ideológica de categorias manipulatórias, como a de “nova classe média”.

2.1 A classe trabalhadora que emergiu no capitalismo dependente

A gênese da classe social que produz riqueza apresenta importantes determinações sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ela não determina, em última instância, o “grau de atraso”, mas identifica o lugar da divisão social do trabalho na dimensão do capitalismo em ascensão durante a fase mercantilista, no breve período do capitalismo concorrencial e, sobretudo, durante a atual fase monopolista e imperialista em que nos encontramos. A classe

trabalhadora brasileira, portanto, corresponde à particularidade da expansão tardia do trabalho assalariado livre que dinamizou a produção de valor, do capital e do próprio sociometabolismo correspondente. Dentre os elementos genéticos da formação social brasileira, a particularidade do *capitalismo dependente*⁶ é de fundamental interesse para o objeto que será analisado neste trabalho.

A dinâmica societária que potencializou o capitalismo enquanto modo de produção predominante constituiu a classe trabalhadora em uma processualidade tensa e contraditória. O processo de acumulação primitiva do capital e a Revolução Industrial na Europa corresponderam à espoliação violenta dos meios de trabalho dos camponeses e artesãos, constituindo as condições necessárias para o advento do “trabalho livre”, das relações de compra e venda da mercadoria força de trabalho⁷. As tensões geraram os embates posteriores que emergiram na Revolução Francesa em 1789, criando condições para que os entraves da nobreza em declínio e da aristocracia agrária fossem derruídos com o emergente predomínio da relação social do capital.

No século XIX, o predomínio burguês foi concretizado depois de uma série de revoluções, reformas e restaurações que não foram páreas à dominação econômica que não só conquistou o mundo novo em uma expansão sem precedentes, como intensificou as relações mercantis para todos os complexos da vida social. A classe trabalhadora – que é produto dessa nova relação de produção -, neste ínterim, foi adquirindo sua constituição de classe em si, o que potencializou as suas pretensões de classe para si (MARX, 1985). A luta mais emblemática, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pressiona diretamente sobre o mais-valor absoluto⁸, recurso predominante naquele período. Além

⁶ A categoria capitalismo dependente em questão é aquela desenvolvida por Florestan Fernandes em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1975), e no clássico *A Revolução Burguesa no Brasil* (2005). No decorrer dessa síntese sobre a formação social brasileira, serão destacados os elementos analíticos deste representante da sociologia crítica brasileira.

⁷ “O processo que cria a relação capitalista não pode ser se não o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p. 786).

⁸ O mais-valor absoluto refere-se à extensão da jornada de trabalho, enquanto que o mais-valor relativo refere-se à intensificação da exploração de trabalho no contexto da redução da parte do trabalho necessário, que representa a redução do valor da força de trabalho. Marx sintetiza essa relação com a seguinte

dessa luta, diversas outras se conformavam com as necessidades de emancipação política e social, todas nos marcos da sociabilidade burguesa em curso.

As transformações nos processos de trabalho, então, emergiram enquanto necessidades inerentes à relação social capitalista, constituindo técnicas que pudessem intensificar a extração de mais-valor relativo. Não só o desenvolvimento tecnológico potencializou a intensificação do trabalho, mas inovações no gerenciamento do processo de trabalho também contribuíram para o melhor “aproveitamento” da força de trabalho em uso⁹.

No século XX, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho foi acelerado pelo aprofundamento da luta de classes. A administração científica de Frederick Taylor foi um importante mecanismo de maior extração de mais-valor ao intensificar o trabalho dentro da própria jornada, cronometrando cada movimento realizado. Contudo, a principal expressão dessa ofensiva do capital se deu pelo modelo de produção em massa fordista que não só contribuiu para a extração de valor no processo em si, como também elevou a popularização do consumo de massa como potencial aliado neste processo. Sem dúvida, “democratizar” o consumo para a classe trabalhadora organizada em uma classe em si foi uma reação conservadora fundamental para que as lutas sociais fossem amainadas e colocadas “dentro da ordem”. Como fatores aliados à dinamização do processo de valorização estão medidas estatais referenciadas pelo economista John Maynard Keynes, que defendeu a utilização do Estado na contenção das crises cíclicas com a indução da oferta e da demanda por meio de políticas públicas e sociais. Após a segunda guerra mundial, o *boom* de produção de consumo de bens duráveis permite que a unidade fordismo/keynesianismo empreendesse uma reconfiguração no plano da disputa imperialista e da divisão mundial do trabalho:

afirmação: “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (MARX, 2013, p. 390).

⁹ As análises de Marx (2013, p. 387-575) sobre a produção do mais-valor relativo, inscrito na processualidade histórica de desenvolvimento da divisão social do trabalho, da manufatura e da maquinaria demonstram a tendência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho enquanto resposta contratendencial à luta de classes.

Assim, o keynesianismo e o fordismo, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias primas, bem como de dominação militar (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 88).

A fase ulterior do imperialismo, denominada por Ernest Mandel como *capitalismo tardio*, irrompe neste período pós-guerra com uma intensificação da industrialização para diversos ramos, expansão do setor de serviços e proliferação do crédito ao consumo. A ampliação dos meios de valorização do capital puderam absorver os excedentes e dinamizar o processo de reprodução capitalista, incentivando o consumo pessoal com a produção de mercadorias individuais que eram, então, ofertadas pelo setor de serviços. A industrialização generalizada da vida social, do processo da reprodução, corresponde então ao que Mandel (1982, p. 271) chamou de “supercapitalização”:

Longe de representar uma “sociedade pós-industrial”, o capitalismo tardio constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinavam apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social. [...] A industrialização da esfera da reprodução constitui o ápice desse processo.

Esse processo corresponde ao que as revoluções burguesas clássicas produziram como mecanismos de consenso, em resposta às propostas revolucionárias de socialização dos meios fundamentais de produção. A Revolução Russa, em 1917, foi um gigantesco contrapeso sobre os ombros da acumulação capitalista em seu período monopólico e imperialista, acelerando as medidas contratendências capitalistas para

manter as taxas de lucros e o *status quo*. Coube às experiências do Estado de bem estar social em alguns países na Europa, ou ao “estilo de vida” estadunidense, serem as experiências que buscavam enfrentar os avanços sociais e econômicos que as experiências socialistas possibilitaram no século XX.

As revoluções burguesas clássicas não podem ser encaradas como estágios a serem cumpridos de forma similar por todas as nações. O *desenvolvimento desigual e combinado* condiciona o papel das colônias no processo de acumulação em plena emergência do capitalismo. Os países da América Latina serviram como manancial de extração de valor, seja pela extração de matérias-primas para o industrialismo emergente, seja pela produção de produtos agrícolas necessários para a produção de meios de subsistência que reduzissem o valor da força de trabalho empregada nos esforços da revolução industrial em curso na Europa (MARINI, 2005, p. 140-144). Distingue-se desse processo os Estados Unidos da América (EUA) que, a fim de garantir sua soberania e competir com as nações emergentes, promoveu e venceu a guerra contra as elites dominantes que defendiam a subordinação destes à metrópole inglesa.

A subordinação, portanto, é traço essencial na dinâmica societária das classes dominantes dos países da América Latina. Não só durante as etapas colonial e neocolonial, mas também no capitalismo dependente se promoveu um modelo em que a autocracia burguesa é elemento distintivo nesse processo. As classes dominantes fortes constituíram o seu poder sobre os “de baixo”, abafando conflitos, rebeliões e revoluções sociais de forma violenta e sangrenta. A revolução haitiana ou mesmo as pretensões de soberania nacional do Paraguai no século XIX foram abafadas pelas determinações do capitalismo monopolista e imperialista emergente, quando não, com apoio e disposição das classes dominantes nativas dependentes. O recurso da contrarrevolução preventiva foi muito utilizado na América Latina no século XX, tendo também no século XXI algumas experiências.

Visto o capitalismo a partir dessa lente da totalidade, é preciso aqui identificar o traço categorial distintivo da classe trabalhadora. Trabalhadoras e trabalhadores são indivíduos sociais que tem apenas, enquanto propriedade, a sua força de trabalho a ser vendida no mercado. O assalariamento é o traço constitutivo mais proeminente dessa categoria social. Com a expansão das relações de produção e reprodução capitalista no Brasil foram também se constituindo traços genéticos e específicos desta classe.

O regime social escravista que predominou no Brasil do século XVI até o século XIX apartou diversas tendências socioeconômicas dos móveis capitalistas em expansão. É possível identificar traços constitutivos dos trabalhadores escravizados deste longo período na gênese dos assalariados, retendo, em primeiro lugar, a origem social destes agentes. O trabalhador escravizado negro foi sequestrado de seu país de origem, obrigado a trabalhar de forma escrava, impedido de se comunicar e organizar sua resistência, e mesmo assim, resistiu e promoveu lutas sociais e conquistou gradualmente sua “liberdade” no século XIX, até a abolição geral da escravatura em 1888. O advento do trabalho livre assalariado e a constituição dos mecanismos capitalistas de produção e reprodução da vida foram determinados, por um lado, pela crescente resistência dos trabalhadores escravizados e pelos trabalhadores “livres”, por outro lado, pelas determinações impostas de fora, de um dinamismo necessário da produção capitalista que requeria essa “modernização” controlada pelos países capitalistas avançados. Sobre a formação tardia da classe operária, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 33) afirma que:

[...] até 1888, as lutas de classes ainda giravam em torno da questão da escravidão e, mesmo após o fim desta persistiriam grandes obstáculos para a formação da classe, associadas à diversidade da origem dos novos assalariados, e as dificuldades para que as organizações coletivas existentes assumissem o caráter de defesa de interesses comuns identificados a partir do compartilhamento de uma mesma posição na divisão social do trabalho.

Para auxiliar essa requerida modernização controlada, o Estado brasileiro facilita e incentiva a imigração de trabalhadores europeus e asiáticos com o intuito de capacitar o nascente mercado. Neste sentido, os trabalhadores negros antes escravizados tornam-se força de trabalho mais depreciada, de menor valor, enquanto os imigrantes são requeridos para a dinamização da indústria na república nascente. Esse outro agente social trouxe toda a sua carga de experiência e disciplinamento para o trabalho sob o regime do assalariamento, como também, por outro lado, trouxe consigo a ideologia e a experiência prática das lutas sociais sindicais que notabilizaram as revoluções proletárias do século XIX.

A ordem social colonial que predominou no Brasil até o começo do século XIX corresponde à fase escravista mercantilista, subordinada

ao capitalismo concorrencial em expansão na Europa¹⁰. Aqui predominou um processo de acumulação primitiva pré-capitalista em que não se identifica o burguês e nem mesmo o operário. Outros móveis capitalistas eram inexistentes até então. Florestan Fernandes (2005, p. 39) afirma que “os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização”, sendo que o capitalismo é inserido na realidade social brasileira “a partir de fora”. A expansão da grande lavoura intensificou agentes sociais que “aburguesaram-se” no processo, mas que, pela limitação do estatuto colonial, não puderam dinamizar uma ordem social competitiva autônoma, sendo, em muitos casos, tolhidas as iniciativas de criação deste intento modernizador.

Mesmo com a promulgação da Independência em 1822 a subordinação permanece, instando uma nova fase em que os móveis pré-capitalistas são requeridos na transição neocolonial que tem enquanto eixo dominante a economia inglesa (a abertura dos portos em 1808 demarca essa incursão no mercado capitalista moderno). O estatuto colonial é derrubado e a formatação da sociedade nacional irrompe como necessidade da constituição da dominação de classe “organizada desde dentro”, mantendo ainda a dependência que particulariza o desenvolvimento capitalista nascente. A ideologia liberal, que serve de substrato para a constituição da sociedade nacional, condiciona sua função tanto de modernização quanto de conservação de poder. Fernandes (2005, p. 54) identifica que:

Pode-se dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder.

¹⁰ Caio Prado Jr estudou detidamente a vida social e os fluxos de mercadorias que a colônia ofereceu à metrópole durante o período colonial. Para este autor (2011, p. 28), “a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Mesmo identificando as técnicas rudimentares de produção na grande lavoura e no extrativismo, Prado Junior chega a supor relações capitalistas propriamente ditas neste processo produtivo.

No século XX, o processo que Fernandes identificou como Revolução Burguesa *no* Brasil é lentamente concretizado. O termo *no* é destacável pela especificidade com que essa revolução constituiu-se: de “cima” para “baixo”, não necessitando promover diversas etapas do desenvolvimento capitalista clássico, como o modo de produção feudal, ou mesmo etapas iniciais do capitalismo, como a “cooperação” e a “manufatura”, e, principalmente, não promoveu uma série de revoluções parciais dinamizadoras do capitalismo, como a reforma agrária, a reforma urbana, dentre outras.

O componente fundamental do capitalismo dependente é a *dupla articulação*, que consiste no subdesenvolvimento e desigualdade social interna, e na dependência externa. Essa interação recíproca é dinamizada pelos mecanismos que aprofundam a intensificação da exploração da força de trabalho em que o excedente é dividido entre a burguesia “nativa” e seus sócios estrangeiros, aprofundam também o fosso que separa o gigantesco contingente da classe trabalhadora e os poucos proprietários de capitais e meios fundamentais de produção. Essa dominação dos “de cima” permite que os diferentes capitais internalizados se unam, impedindo a superação dos entraves para um desenvolvimento capitalista autônomo:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. (FERNANDES, 2005, p. 293).

A classe trabalhadora, os camponeses, os militares e tantos outros contingentes da classe trabalhadora, os “de baixo”, tornaram-se mola propulsora para a aceleração do desenvolvimento capitalista. Não por acaso, as três primeiras décadas do século XX foram notabilizadas pelas primeiras massivas greves operárias – circunscritas às raras metrópoles em que havia bairro operário -, e conflitos sociais urbanos e rurais, destacando-se nestes as lutas contra a pilhagem dos camponeses pobres

que determinaram conflitos como a Guerra do Contestado e Canudos. As lutas dos militares na década de 1920 foram o estopim para que setores da emergente “classe média” reivindicassem uma transformação capitalista dentro da ordem sobre a chamada “República Velha”. A chamada “Revolução de 1930” foi um levante de setores liberais que pretendiam concretizar os móveis necessários para uma industrialização modernizante, preservando privilégios da aristocracia agrária ou mesmo “aburguesando” estes setores tradicionais.

Com relação à classe trabalhadora, essa transformação consistiu em uma modernização conservadora no sentido de promover, em lei, uma série de direitos trabalhistas, sociais e políticos enquanto freios sociais às demandas emergentes destes. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), conjunto de leis que regulamentava as relações de trabalho e os direitos trabalhistas, foi idealizada enquanto “parachoque” da luta de classes. Ou seja, a ascendente mobilização e organização da classe trabalhadora emergente foram contidas pelo atendimento de parcela considerável de suas reivindicações e, ao mesmo tempo, pela estruturação de mecanismos de coerção e conciliação que capturaram as formas organizativas dessa classe. O sindicalismo reconhecido pelo Estado foi a saída, aliando o oferecimento de políticas sociais com a outorga da carta sindical, impondo a tendência de conciliação de classes e resolução dos conflitos “por cima”¹¹.

O breve período “democrático” de 1945 a 1964 levantou diversas bandeiras na ascensão da classe trabalhadora. Após a queda do presidente Getúlio Vargas, em 1945, e novas eleições no mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem seu efêmero período de legalidade. Na Constituição de 1945 medidas como legalização da greve e tantos outros direitos são conquistados, mantendo, em geral, o teor conservador. Mas é na década de 1950 que o crescimento econômico torna-se o grande chamariz deste processo e, diante do aumento do conflito social e da organização da classe trabalhadora, surgem inúmeras lutas sociais pelas “reformas de base” que, em síntese, preconizam as tarefas não realizadas pela burguesia nacional em sua revolução. No geral, há motivações no sentido de elevar a classe trabalhadora nascente dentro da ordem social competitiva que até então estava alijada.

¹¹ Em dissertação de mestrado defendida em 2013 analisei o sindicalismo de Estado enquanto mecanismo de controle estatal dos sindicatos oficiais e o seu reforço realizado nos anos 2000 com o “reconhecimento” institucional das centrais sindicais (RIBEIRO, 2013).

A concretização da revolução burguesa no Brasil foi acelerada com o golpe civil-militar de 1964. Além de conter os anseios das classes trabalhadoras por reformas democratizantes, o regime imposto pela autocracia burguesa buscou implementar duras medidas sobre os trabalhadores ao mesmo tempo em que dinamizou o capitalismo. A *contrarrevolução preventiva* ajustou econômica, social e culturalmente a dependência sobre o marco da ordem social monopolista.

A antinomia “modernização conservadora” foi seguida à risca, pois as reformas de base democráticas foram todas condicionadas aos interesses burgueses e internacionais em jogo. A “revolução verde” no campo dinamizou a produção agrícola e intensificou o conflito agrário com a espoliação dos trabalhadores do campo e o crescimento dos latifúndios. A transformação urbana, com a crescente migração do campo para a cidade, dinamizou cidades com a expansão de políticas públicas que tinham interesses meramente mercantis e segregacionistas. As reformas educacional e universitária expandiram a instrução pública sobre parâmetros orientados de fora, assim como tantas outras políticas que concretizaram a revolução burguesa no Brasil, dentre elas a dinamização do sistema financeiro, que é vista na seção seguinte desta tese.

A ditadura civil-militar foi a solução para a aceleração da transformação capitalista requerida pelo imperialismo e monopólios. O chamado *imperialismo total* (FERNANDES, 2005, p. 320) promoveu a “aceleração” da transformação capitalista, intensificando o mecanismo já existente da autocracia burguesa. Neste, o mercado de consumo crescente segue a dinamização do setor de comércio no Brasil. Metrôpoles que se constituem, a indústria cultural que se desenvolve, incrementam o setor de serviços. Com o crescimento econômico advindo do financiamento de Estado dos setores monopolistas, a constituição do mercado de consumo interno adquire um quadro até então não conhecido. No entanto, muito aquém do que nos países de capitalismo avançado, aqui o consumismo ainda estaria restrito à apenas uma parcela da classe trabalhadora, uma parcela ascendente do que se convencionou chamar de “classe média”.

A desagregação do regime civil-militar ocorreu após anos de arrocho salarial que geraram profunda miséria e carestia na classe trabalhadora. O “bolo” cresceu com a intensificação da exploração da força de trabalho em um contexto de amplo investimento na dinamização do capitalismo sob a égide monopolista. Contudo, a apropriação dual de volumoso excedente se deu pelas burguesias nativas e internacionais, restando muito pouco para a classe trabalhadora. Com

a crise de dominação burguesa erigida sob a ascensão da crise estrutural do capital em nível global, a classe trabalhadora, os estudantes, os camponeses e outras categorias sociais ampliaram suas mobilizações e constituíram os principais instrumentos de luta na década de 1980, como o PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE). O ápice foram as greves do ABC paulista no fim dos anos 1970.

Com o esgotamento do regime militar, a transição gradual, lenta e segura para a redemocratização foi limitada pela manutenção da autocracia burguesa, sob ritmos menos intensos que até então¹². A Constituição de 1988 marca esse afrouxamento do Estado autocrático, tendo mantido, por outro lado, os mecanismos de controle autoritário das Forças Armadas, mas, ao mesmo tempo, cedendo em uma rede de proteção social inédita até então no Brasil.

Mas na década de 1980 a crise da dívida praticamente paralisa a economia nacional. É um período em que a desagregação do regime civil-militar convive com uma intensa reorganização das forças populares. Trabalhadores urbanos, rurais, estudantes, movimento popular, aprofundam seus instrumentos de luta e vão adquirindo musculatura para o enfrentamento de uma crise econômica crescente. Nos anos 1980, com a crise da dívida externa, o gigantesco desemprego e a carestia, aliados à famigerada inflação, são interrompidos os sonhos consumistas dentro do capitalismo de grandes contingentes da classe trabalhadora.

A profusão de mercadorias financeiras ofertadas nos anos 2000 para a massa da classe trabalhadora tem como base as profundas transformações desenvolvidas na década de 1990, que são analisadas mais à frente. A conjuntura política que elegeu um governo de esquerda em 2002 é resultado da dinâmica societária calcada na profunda

¹² Octávio Ianni (1983, p. 111) advertia durante o processo de crise do bloco de poder dominante dirigido pela ditadura civil-militar: “O que está em questão é um recuo da contrarrevolução burguesa. Para não ceder nada de substancial aos trabalhadores da cidade e do campo, a operários e camponeses, a burguesia que institui e orienta a ditadura busca a ‘distensão’ política, a ‘abertura democrática controlada’, a ‘democracia forte’. Modificar alguma coisa para que nada se transforme. Diante da crescente força política da classe operária, campesinato, setores da classe média (empregados, funcionários, estudantes, intelectuais e outros), o bloco de poder promove reformas sem qualquer profundidade. Busca garantir as bases jurídico-políticas do poder burguês ditatorial ou, no mínimo, autoritário. A reforma partidária é bem uma amostra desse intento”.

financeirização, na ofensiva reacionária do capital diante do trabalho e, principalmente, na interação recíproca dos interesses de classe em conflito, sejam os interesses latentes da classe trabalhadora em busca de melhores condições de reprodução da própria vida, seja dos interesses da burguesia brasileira, dependente e associada às burguesias dos países de capitalismo avançado, que buscam universalizar a dominação burguesa para todas as dimensões da vida social. O consumo, principal referência do capitalismo contemporâneo em que a manipulação é requisito básico de subjetivação da vida, seria a principal dimensão instrumentalizada, principalmente, para o processo de acumulação capitalista.

Em um sentido geral, o mercado de consumo foi acessado tardiamente pela classe trabalhadora no Brasil. Com a financeirização expansiva do capital desde a década de 1970, a necessária dinamização do mercado de consumo interno e a expansão do setor de serviços proporcionaram a proliferação de mercadorias financeiras. Estes possibilitaram uma aceleração na rotação do capital no sentido de que, na circulação, as mercadorias pudessem ser acessadas pelos trabalhadores e estes pudessem também acessar as mercadorias financeiras que seriam, no caso brasileiro, serviços essenciais oferecidos pelo Estado, como saúde, educação e previdência pública. Tardiamente, essas mercadorias financeiras chegaram ao Brasil e, como é visto mais à frente nesta tese, muitos dilemas foram estabelecidos diante da particularidade do capitalismo dependente e da singularidade do mercado interno brasileiro.

2.2 O crédito para a classe trabalhadora no Brasil

A história do crédito ao consumidor no Brasil é recente, sendo que suas primeiras expressões apontam a incipiência deste mecanismo de fomento ao consumo do mercado interno. É possível identificar, nesse processo, que a expansão da ordem social competitiva, que concretizou a revolução burguesa no Brasil somente na década de 1960, corre em paralelo com a dinamização do mercado de consumo interno, em que parte da classe trabalhadora assalariada passa a ser convidada à consumação de mercadorias e serviços até então exclusivos à burguesia, à pequena burguesia e as frações assalariadas de maior poder aquisitivo.

O gigantesco contingente de trabalhadores e trabalhadoras que migrou do campo para a cidade é um dos fatores essenciais para essa dinamização. A cidade cresce e o mercado constitui os móveis necessários para a expansão do capitalismo monopolista. A televisão, a fabricação dos carros populares, a expansão das universidades e da educação pública, a construção da rede de saúde e da seguridade social, são evidências empíricas das novas dimensões para que o capitalismo no Brasil corresponda a “sociedade do consumo” propagandeada pelo “estilo de vida” estadunidense.

O contingente de indivíduos consumidores de crédito no Brasil foi muito restrito durante a formação da economia capitalista moderna até a concretização da revolução burguesa na década de 1960. A insignificância deste período refere-se a um mercado incipiente em que a cessão de créditos é concedida por entes privados que privilegiam os indivíduos com alto poder aquisitivo com condições de saldar suas dívidas, o que no final do século XIX e primeira metade do século XX restringia-se a poucas pessoas. O “fiado”, a “conta do armazém” são primitivas expressões de um crédito irrisório destinado ao consumo imediato¹³. Mesmo o sistema de crediário do varejo só foi instaurado no Brasil no fim da década de 1940 com as grandes redes do varejo de vestuário¹⁴. Da década de 1950 datam os primeiros cartões de crédito utilizados no país (BERQUÓ, 2013, p. 93). Antes da Reforma Bancária de 1964, coordenada pelo regime militar, o crédito ao consumidor era irrisório e destinado às mercadorias da indústria de bens duráveis nascente, aos quais só tinham acesso um contingente mínimo da classe trabalhadora. No entanto, o crédito ao consumidor enquanto acelerador da rotação de capital na circulação de mercadorias e potencial punccionador de parte do trabalho necessário dos assalariados só adquiriu vulto considerável com a concretização de um sistema financeiro moderno, dinamizador do mercado de capitais e de investimentos e, ao

¹³ No capítulo III da tese de doutorado de Anna Taddei Alves Pereira Pinto Berquó (2013, p. 89-102), a autora apresenta análise dos primeiros momentos do crédito ao consumidor no Brasil.

¹⁴ Informações constam no artigo de Luís Fernando Varotto chamado *História do Varejo*, Revista GV-Executivo, Volume 5, nº 1, fevereiro/abril de 2006, p. 86-90. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34379>

Acesso em: 11 maio 2017.

mesmo tempo, guarnecido pela provisão estatal de liquidez e de instrumentos básicos que garantissem o sistema¹⁵.

O desenvolvimento tardio do sistema financeiro no Brasil teve enquanto momento crucial a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Neste mesmo ano, pela Lei 4595 de 31 de dezembro, é criado o Banco Central do Brasil (Bacen), que se tornou a autoridade bancária necessária para a imposição de exigência de reserva monetária para os bancos (COSTA, 2008, p. 140). Esse é um marco para a tardia concretização da revolução burguesa no Brasil, facilitando os processos de concentração e centralização bancária e, no decorrer dos governos militares, ampliando os mecanismos de participação do capital financeiro internacional e dinamizando o mercado de créditos em favor do capital privado com características oligopólicas¹⁶.

Os 21 anos de ditadura civil-militar e os primeiros 10 anos de redemocratização (1964-1994) foram caracterizados pelo regime de alta inflação, pela dinamização do mercado de capitais e pelo desenvolvimento de toda arquitetura financeira que concentrou e centralizou o capital bancário. De acordo com a caracterização de Costa (2008, p. 141), nos primeiros 10 anos (1964-1974) os tecnocratas do regime militar buscaram erigir o sistema financeiro similar ao estadunidense, com apoio aos novos bancos de investimento; no segundo período (1974-1988), o regime militar, já em desagregação, buscou apoiar os velhos banqueiros, com a expansão do processo de concentração, conglomeração e internacionalização do sistema

¹⁵ Ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, economista Fernando Nogueira da Costa, apresenta elementos da história do sistema de crédito no Brasil de 1945 à 2007, em que as principais medidas de internacionalização do sistema monetário e bancário foram substancialmente alteradas a partir de 1964. Para o economista, “os descontos de duplicatas comerciais e os financiamentos de capital de giro, efetuados pelos “velhos” bancos comerciais, e o financiamento ao consumo de bens duráveis, produzidos pela indústria nascente, pela criação de algumas financeiras, além dos empréstimos das instituições financeiras públicas, descrevem, razoavelmente, o sistema de crédito, antes da reforma bancária de 1964” (COSTA, 2008, p. 140).

¹⁶ De acordo com Ary Cesar Minella (1988, p. 455): “A partir de meados da década de [19]70 já se havia alterado a estrutura de empréstimos ao setor privado, aumentando substancialmente a participação relativa de outras instituições financeiras, como as companhias de crédito, financiamento e investimento (as financeiras), os bancos de investimento e as sociedades de crédito imobiliário. As instituições privadas dominaram quase de maneira absoluta o mercado dos três tipos de empresas mencionadas”.

financeiro; já no terceiro período (1988-1994), como consequência da luta de classes que “redemocratizou” o sistema político, mas que não desarmou totalmente a autocracia burguesa, o sistema financeiro deu seus primeiros passos para a abertura de capitais ao exterior e na constituição dos chamados “bancos múltiplos”.

É com o Plano Real, em 1994, que o mercado de crédito ganha um verdadeiro impulso, principalmente com a estabilização dos preços, o fim da hiperinflação e a sobrevalorização cambial. A rotina inflacionária impedia a poupança e, principalmente, o crescimento do comércio de dinheiro, fazendo com que o crédito ao consumidor fosse um serviço caro e restrito para poucas pessoas com renda disponível. Com a política do Real houve, nos primeiros dois anos, uma breve bolha de consumo. A crise bancária do fim dos anos 1990 quase colapsou a economia nacional – contribuiu com as turbulências internacionais no ano de 1999 -, consequência da profunda privatização, desnacionalização e concentração bancária.

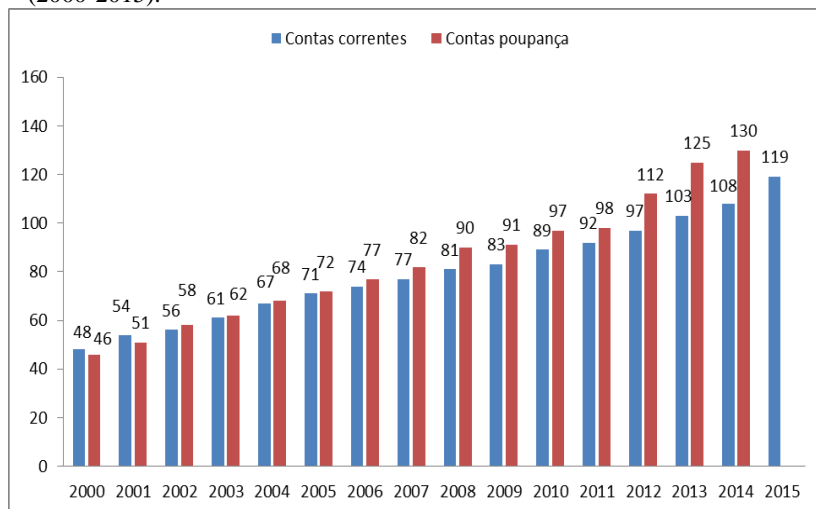
O tripé de intervenção econômica nasceu após essa crise, com mudança do regime do câmbio fixo para o flexível, adoção de metas de inflação e adoção de uma política fiscal com metas de superávit primário. O crédito arrefeceu, as políticas sociais passaram por um severo arrocho fiscal, o desemprego cresceu e a pauperização apresentou-se exponencialmente em seu drama social mais visível, a fome.

Com a reestruturação patrimonial da Caixa Econômica Federal (CEF) em 2001, a participação desse banco público federal na concessão de crédito reduziu-se pela metade, principalmente na carteira de crédito habitacional. Com a crescente privatização dos bancos regionais e estaduais, essa participação da concessão do crédito pelos bancos públicos diminuiu ainda mais (COSTA, 2008, p. 145-146). Ou seja, nos dois primeiros anos do século XXI o crescimento do crédito à pessoa jurídica e à pessoa física foi menor, mas as ações que dinamizaram o mercado de capitais e bancário foram fundamentais para a elevação do crédito nos anos posteriores.

Nos anos 2000, um dos principais fatores de sucesso da expansão das mercadorias financeiras para um maior número de integrantes da classe trabalhadora se deu com a expansão da “bancarização”. Tal conceito é desenvolvido pelas organizações de classe do sistema financeiro internacional que promovem estudos e estratégias conjuntas de ação de mercado, destacando-se entre elas a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A variável “taxa de bancarização” é quantificada pelo “relacionamento da população com os bancos a partir

do acesso a serviços essenciais, definidos conforme a resolução 3.518/2007 do Banco Central do Brasil e cuja dimensão é dada pelo Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)” (FEBRABAN, 2015, p. 42). Tais serviços são as contas correntes e o cartão inicial com função débito, saque e extrato mensal, ao menos. A partir dos relatórios *Setor Bancário em Números* (2011, 2012) e de *Tecnologia Bancária* (2013, 2014, 2015), a Febraban registrou a ascensão do número de contas e da taxa de “bancarização”.

Gráfico 1 - Quantidade de contas correntes e de poupanças ativas – em milhões – (2000-2015).

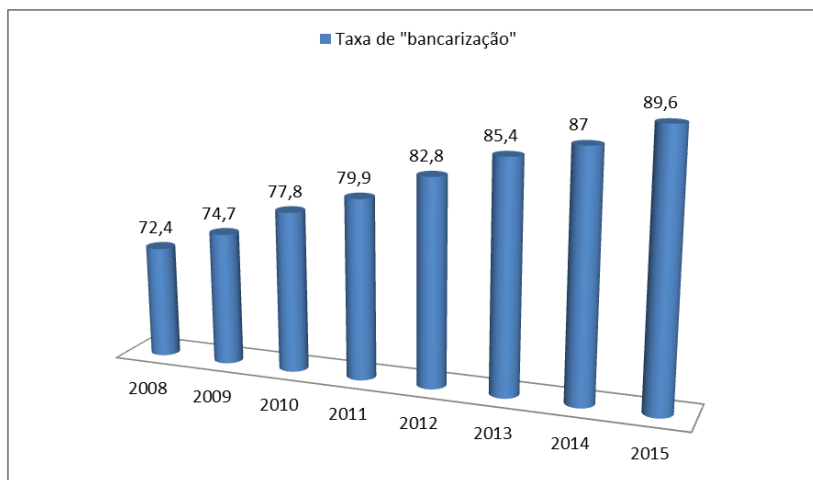


Fonte: Febraban (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Não há registro do número de contas de poupança em 2015 nos documentos consultados.

Gráfico 2 – Taxa de “bancarização” (2008-2015), em porcentagem (%).



Fonte: Febraban (2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O gráfico 1 mostra o crescimento considerável do número de contas correntes e de poupanças, que mais do que dobraram nos primeiros quinze anos do século. O gráfico 2 apresenta a marcha da “bancarização”, que segue a possível universalização futura da relação de toda a população com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O indicador da “taxa de bancarização”, perto dos 90%, é registrado pela relação dos CPFs ativos no CCS com o universo da população brasileira maior de 16 anos.

Uma das políticas que contribuiu para uma maior “bancarização” da população brasileira foi o Programa da Conta Simplificada, instituído em 2003, que permitia “uma conta corrente aberta sem burocracia, pois não era obrigatório apresentar endereço fixo ou comprovante de renda” (COSTA, 2008, p. 149). Além dessa medida, a expansão de “correspondentes não bancários” – geralmente casas lotéricas – para cidades que não tinham agências bancárias e a “democratização do crédito popular” foram bases legais e estruturais para o acesso a mercadorias financeiras até então restritas a consumidores com renda mais alta.

Como demonstrado por Giselle Souza da Silva (2012), uma das principais medidas que permitiram a “inclusão financeira” de frações da classe trabalhadora só foi possível pela “monetização das políticas sociais” nesta década, principalmente as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação

Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV). Além da apreensão desses benefícios pelo capital portador de juros¹⁷ das instituições bancárias, a “bancarização” abriu as portas para o acesso de mercadorias financeiras aos beneficiários das políticas sociais de transferência de renda, destacando-se aqui o cartão de crédito e o crédito pessoal.

Mas esse crescimento da “bancarização” não pode ser creditado somente às escolhas dos governos do PT na década de 2000. A orientação da necessidade da “inclusão financeira” partiu do Banco Mundial, que já em 2003 informava ao Bacen os benefícios da expansão bancária para o SFN e para a circulação de mercadorias. Rivânia Moura (2015) apresenta o diagnóstico do Banco Mundial, em relatório do Bacen de 2003, em que se orientavam as medidas então tomadas nesse processo. A autora, então, avalia o resultado desses procedimentos:

A situação de reduzido envolvimento dos trabalhadores com o sistema bancário, encontrado pelo Banco Mundial em 2003, se transformou a passos largos. Podemos mesmo afirmar que os serviços bancários expandiram-se para os diversos estratos da classe trabalhadora e que estes passaram a manter algum tipo de relação com os bancos. Isso se deve em grande medida ao modelo político econômico monetarizado adotado pelos governos do PT. É possível perceber que mesmo as famílias mais pobres, por exemplo, as usuárias do Programa Bolsa Família, têm hoje acesso à conta bancária e ao cartão de crédito. O primeiro passo é a abertura de conta corrente e, juntamente com esta, os demais produtos bancários são disponibilizados aos seus clientes, a saber: cartão de crédito, cheque especial, seguros, planos de previdência privada aberta, fundos de investimento, etc (MOURA, 2015, p. 111).

O crédito ao consumo está circunscrito no crédito para pessoa física. Deste, dividem-se usualmente duas modalidades de créditos: os livres e os direcionados. Os primeiros correspondem às mercadorias financeiras referentes a créditos sem destinação final específica. O cartão de crédito (com as modalidades à vista, parcelado e rotativo), o

¹⁷ Na primeira seção do capítulo 2 essa categoria, assim como outras relacionadas ao processo de financeirização, será analisada.

crédito pessoal consignado e não consignado, o crédito para aquisição de veículos, representam essa modalidade. A segunda modalidade é referente ao conjunto de mercadorias financeiras que diretamente envolvem a comercialização e o financiamento de alguma mercadoria. O mais comum, lembrando que estamos nos referindo ao crédito ao consumo para pessoa física, é o financiamento imobiliário¹⁸.

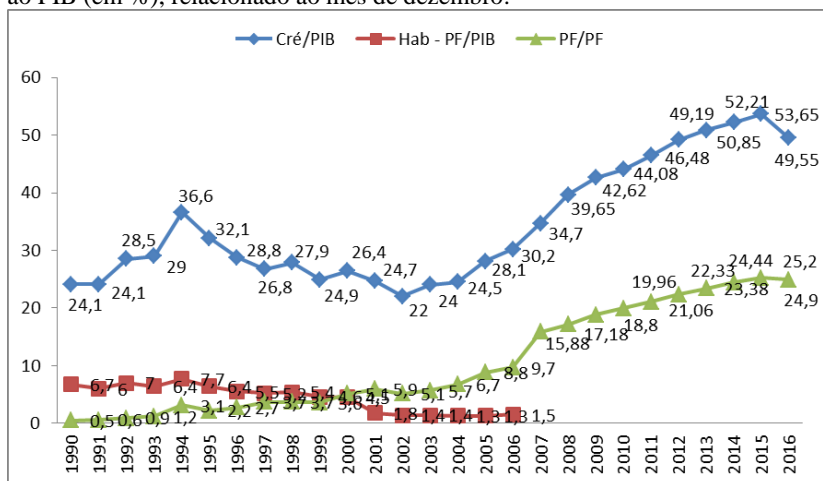
O crédito no Brasil cresceu em seu conjunto, seja ele para pessoa física, seja para pessoa jurídica. De acordo com os dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Bacen, o aumento do crédito do Brasil nos primeiros dezesseis anos do século foi vertiginoso. Em dezembro de 2015 o crédito representou 53,65% do Produto Interno Bruto (PIB), dado que em dezembro de 2007 representou 34,70%, e em dezembro de 1999 representou apenas 24,9%¹⁹. Apesar do crescimento da cessão de crédito, a relação ainda é muito mais baixa do que nos países de capitalismo desenvolvido, onde ela geralmente excede o 100%.

O mais surpreendente nos dados compilados pelas séries temporais do Bacen é que o crescimento do crédito para pessoa física (PF) e o crédito habitacional para pessoa física saltaram de insignificantes 6,6% em relação ao PIB em dezembro de 1991 para 8,2% em dezembro de 1999 e 25,20% em dezembro de 2015 (neste mesmo ano, o crédito para pessoa jurídica – PJ - representou 28,45% do PIB). Na tabela a seguir podemos identificar a expansão do crédito em relação ao PIB:

¹⁸ Consta entre os créditos com recursos livres o microcrédito, que cresceu em número de operações, mas que seus valores são muito baixos em relação as outras mercadorias financeiras. Além disso, o microcrédito não discrimina o seu uso, podendo ser também utilizado para compra de insumos e equipamentos de algum pequeno empreendimento. Já com relação aos créditos com recursos direcionados, conta o crédito rural, que se relaciona diretamente com o financiamento da produção do pequeno e médio agricultor. Como focaremos na questão do consumo pessoal, não analisaremos o microcrédito e nem o crédito rural.

¹⁹ A série que quantifica a relação do saldo do crédito com o PIB passou por uma revisão metodológica em 2007, estabelecendo melhor precisão dos dados compilados. Para fins da comparação do saldo e da relação do crédito com o PIB utilizaremos a série temporal do Bacen com metodologia atualizada identificada como 20622, de março de 2007 à dezembro de 2016, e a série 11400, para quantificar de junho de 1988 à fevereiro de 2007 - apesar dessa pesquisa ter ido até janeiro de 2010.

Gráfico 3 – Saldo do crédito total (1990-2016) e para pessoa física - PF (de 1990 à 2006: PF + Habitacional para PF, de 2007 à 2016 para PF), em relação ao PIB (em %), relacionado ao mês de dezembro.



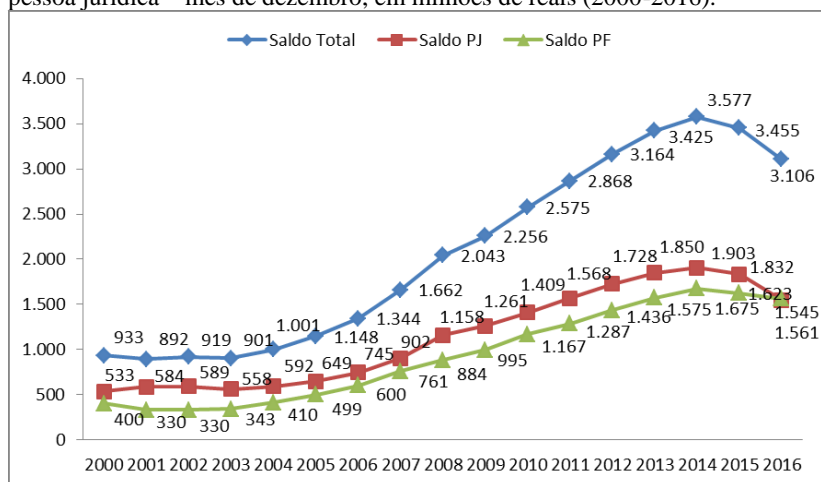
Fonte: O gráfico utiliza as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c): “saldo do crédito total em relação ao PIB” utiliza a série 11400 - Operações de crédito do sistema financeiro (Risco total)/PIB (1990-2006) e a série 20622 - Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB (2007-2016); “saldo do crédito para pessoa física” utiliza a soma das séries 11397 - Operações de crédito do sistema financeiro (Risco total) - A pessoas físicas/PIB e 11394 - Operações de crédito do sistema financeiro (Risco total) - habitacionais/PIB (1990-2006), e no período subsequente a série 20624 - Saldo da carteira de crédito a pessoas físicas em relação ao PIB (2007-2016).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Esses dados demonstram que a expansão do crédito, em sua totalidade, aumentou consideravelmente no processo de implantação do Plano Real em 1994, caindo novamente até chegar aos mesmos patamares de 1990 em 1999. Após 2005, o crédito aumenta nessa relação, chegando aos patamares expressivos de 2015. E, como visto no gráfico, o crédito para pessoa física progrediu por quase todos estes 26 anos, sendo que em 2016 ele superou, pela primeira vez, a concessão de crédito para pessoa jurídica. Em valores nominais poderemos identificar essa grande expansão²⁰:

²⁰ As séries históricas referentes aos saldos nominais apresentadas nesta pesquisa passaram pelo deflator do IPCA desenvolvidas pelo IBGE, calculadas diretamente da *Calculadora do Cidadão* do Bacen. Esse instrumento possibilita

Gráfico 4 – Saldo nominal da carteira de crédito total, para pessoa física e pessoa jurídica – mês de dezembro, em milhões de reais (2000-2016).



Fonte: São utilizadas as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017): “saldo de crédito da carteira total” utiliza as séries 2052 - Saldo das operações de crédito por atividade econômica – Total (2000-2006) e 20539 - Saldo da carteira de crédito – Total (2007-2016); “saldo de crédito da carteira para pessoa física” utiliza as séries 20022 - Operações de crédito do sistema financeiro - Total - P físicas (2000-2006) e 20541 - Saldo da carteira de crédito - Pessoas físicas – Total (2007-2016); “saldo de crédito da carteira para pessoa jurídica” utiliza as séries 20023 - Operações de crédito do sistema financeiro - Total - P jurídicas (2000-2006) e 20540 - Saldo da carteira de crédito - Pessoas jurídicas – Total (2007-2016).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantinha a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

As principais variações do crédito para pessoa física são perceptíveis com o Plano Real em 1994 e, principalmente, com os primeiros anos dos governos do PT, após 2004. A primeira expansão deu-se pela estabilização dos preços, que promoveu um *boom* de consumo e permitiu a base para a estruturação de mercadorias

a correção dos valores a partir dos índices de aumento da inflação. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&> Acesso em: 09 jan. 2018.

financeiras que pudessem ser oferecidas para os assalariados. A segunda pode ser descrita pelo crescimento impulsionado pelas *commodities* agrícolas e minerais, aumento real do salário mínimo, diminuição do desemprego, criação de postos de trabalho e pela estruturação de condições mais facilitadas para a cessão e o acesso do crédito pela classe trabalhadora. A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mônica Mora (2015, p. 27-28), identifica também, dentre tantos outros fatores, a regulamentação do crédito consignado em 2003 e a legislação que instituiu a alienação fiduciária no Sistema de Financiamento Imobiliário em 1997 – aperfeiçoada em 2002 –, que garantiu maior segurança jurídica ao credor na permanência da posse do bem até a liquidação total do financiamento, seja de veículos ou de imóveis:

A possibilidade de consignar a folha de pagamento e as mudanças na legislação sobre alienação fiduciária criaram as condições necessárias para a expansão da oferta de crédito à pessoa física no Brasil. O cenário macroeconômico favorável, com o aumento do emprego e da renda, por sua vez, tornou um percentual expressivo da população qualificada para se candidatar ao crédito (MORA, 2015, p.28).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), organismo de pesquisa financiado pelo sindicalismo dos trabalhadores, elaborou a nota técnica 135 de maio de 2014, chamada *A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013*, que sistematiza dados do Bacen sobre os créditos para pessoas físicas, na modalidade não direcionados, e demonstra que esses créditos apresentaram uma variação positiva acumulada de 65,7% entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013²¹. Dentre as principais modalidades, o estudo aponta, em primeiro lugar, o aumento no volume de crédito do cartão de crédito, com uma variação positiva acumulada de 149,9%, seguido do crédito pessoal consignado total com 128,9%, o crédito pessoal não consignado vinculado a renegociação das dívidas com 81,9%, o crédito pessoal não consignado com 73%, o crédito para aquisição de veículos com 67,8%, entre outros com menor variação. O

²¹ Essa pesquisa utiliza o deflator do IPCA-IBGE para corrigir os valores nominais.

crédito consignado é o que mais concedeu empréstimos em dezembro de 2013, sendo que o montante ficou em mais de 221 milhões de reais, representando o crescimento gigantesco que essa modalidade teve desde o seu impulso, em 2003, com a lei de regulamentação do crédito consignado. O crédito para aquisição de veículos concedeu mais de 192 milhões de reais, e o destaque da variação, o cartão de crédito, saltou de mais de 57 milhões em janeiro de 2008 para mais de 144 milhões de reais em dezembro de 2013 (DIEESE, 2014, p. 11). Essas três mercadorias financeiras terão um grande destaque para os trabalhadores no período de 2000 a 2015, aliado ao crédito para o financiamento habitacional, que a mesma pesquisa do Dieese identifica em um crescimento impressionante: de mais de 61 milhões reais destinado para pessoa física em janeiro de 2008 para mais de 341 milhões de reais em dezembro de 2013, representando uma variação de 459% (DIEESE, 2014, p. 17).

O aumento dos créditos para o consumo teve grande destaque neste incremento do início de século, assim como o crédito para pessoa jurídica, o crédito rural para produtores e os microcréditos. A pesquisa desta tese tem como objeto central o endividamento da classe trabalhadora que se localiza entre os consumidores das principais mercadorias oferecidas pelas instituições financeiras, como crédito consignado, cartão de crédito, financiamento imobiliário, crédito para aquisição de automóveis, assim como as vendas a prazo no comércio e demais mercadorias que geram endividamento. Estabelecer a relação entre renda, salário, consumo, crédito, endividamento e inadimplência só pode se dar com a análise da lei do valor-trabalho, em que a produção de valor é cada vez mais “dirigida” pelo sistema financeiro, em que, mesmo na periferia do capitalismo dependente brasileiro, podemos identificar o fenômeno de manipulação dos consumidores, que consomem meios de subsistência necessários para a reprodução de sua força de trabalho, entre eles, as atuais mercadorias financeiras que vão adquirindo essa condição em contextos históricos específicos.

O sistema de crédito dinamizou-se nos últimos 40 anos. O mercado de capitais potencializou aquilo que Marx chamou de *capital portador de juros* na condução de excedentes que pudessem punccionar mais-valor do setor produtivo e também da própria força de trabalho em movimento. O juro, a ser perseguido por esse capital ávido pela cessão temporária de seu uso, é um dos principais motivos pelo qual a

financeirização proliferou sua dinâmica sobre a totalidade da vida social²².

Com relação às mercadorias financeiras para pessoas físicas, as taxas médias de juros variam de acordo com o risco de recebimento, da magnitude do valor e da política a que se referencia. O crédito consignado apresenta uma das menores taxas de juros – devido à segurança de seu recebimento –, enquanto o rotativo do cartão de crédito apresenta taxas anuais gigantescas – devido à questão de sua utilização ser realizada emergencialmente. A taxa média de juros para operações de crédito de pessoa física esteve em 38,05% em dezembro de 2015²³.

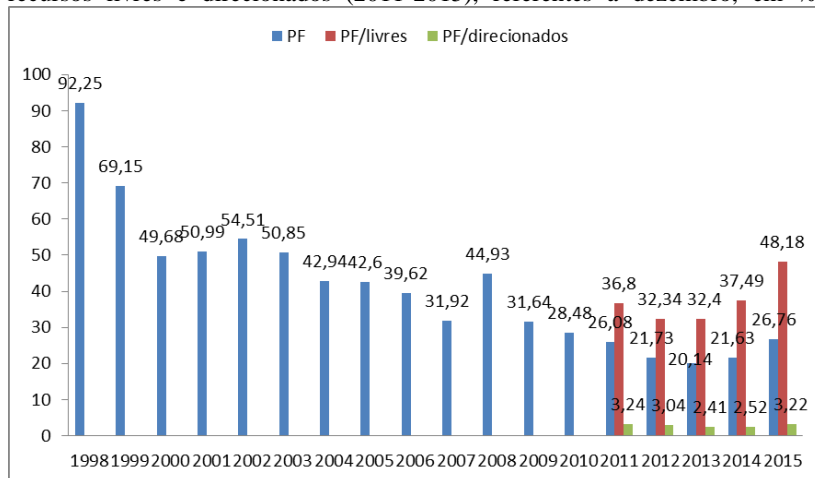
Antes de citarmos todas as mercadorias financeiras para pessoa física inscritos em empréstimos e financiamento para o consumo, é necessário identificar o fenômeno do *spread* bancário²⁴ no Brasil, um dos maiores do mundo. O *spread* é um referencial, mais abrangente que as taxas de juros, onde constam componentes tal como a margem líquida e bruta, a inadimplência, os impostos diretos e indiretos. A preocupação com os juros e o *spread* bancário provém da maior sistematização e acompanhamento do Bacen desde 1999, com os relatórios de *Juros e Spread Bancário no Brasil* que, a partir de 2003, viraram os relatórios de *Economia Bancária e Crédito*. Nestes, os técnicos do Bacen acompanham os dados econômicos e estipulam políticas e perspectivas de redução dos juros e *spreads* sem comprometer a estabilidade econômica e financeira do sistema. É possível ver pelos números a variação da média dos componentes do *spread* bancário para pessoa física, incluindo os créditos direcionados e os livres:

²² No segundo capítulo analisaremos o desenvolvimento da *mundialização* e *financeirização* do capital e sua incidência sobre o consumo e o endividamento da classe trabalhadora.

²³ A série histórica do SGS do Bacen número 20716 calcula a taxa média de juros para as operações das carteiras de crédito para pessoa física do ano de 2011 à 2017.

²⁴ É calculado pela diferença entre a taxa de aplicação (o quanto o banco paga pelo dinheiro “guardado”) e a taxa de captação (o quanto o banco cobra para “guardar” o dinheiro).

Gráfico 5 – *Spread* médio do crédito para pessoa física (1998-2015), com recursos livres e direcionados (2011-2015), referentes a dezembro, em %.



Fonte: São utilizadas as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c): “*Spread* médio do crédito para pessoa física” utiliza as séries 3957 - *Spread* médio das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros (pré-fixado) - Total pessoa física (1998-2010), e 20785 - *Spread* médio das operações de crédito - Pessoas físicas – Total (2011-2015); “*Spread* médio do crédito com recursos livres para pessoa física” utiliza a série 20809 - *Spread* médio das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas – Total (2011-2015); “*Spread* médio do crédito com recursos direcionados para pessoa física” utiliza a série 20837 - *Spread* médio das operações de crédito com recursos direcionados - Pessoas físicas – Total (2011-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

A ampliação da apresentação dos dados referentes a 1998 e 1999 tem por objetivo mostrar o quanto o crédito para pessoa física foi extremamente caro no fim dos anos 1990. Não que tenha sido “barato” durante todos os 15 primeiros anos da década de 2000, como mostra a variação aqui recolhida. A redução dos juros e do *spread* bancário após 2012 foi impulsionada pela intervenção dos bancos públicos, que reduziram os seus *spreads* para os créditos com recursos livres e forçaram a redução do valor do crédito para os demais bancos privados. Ou seja, em um mercado em que a oferta e a demanda de crédito interferem no seu “preço”, a intervenção estatal foi fundamental para a redução dos juros e conseqüente expansão.

É comum nos estudos do Bacen a justificativa de que os *spreads* advêm da alta taxa de inadimplência. Os *Relatórios de Economia*

Bancária e Crédito mostram o quanto a justificativa da magnitude do *spread* pela inadimplência é insuficiente. No relatório de 2014, a decomposição do *spread* bancário mostra que, do total (100%), 40,15% advém do composto “margem líquida, erros e omissões” para os bancos privados e 35,80% para os bancos públicos. Já o componente “inadimplência” responde por 26,85% para os bancos privados e 26,88% para os bancos públicos (BACEN, 2015, p. 43-44). Ou seja, a inadimplência representa, em média, pouco mais de um quarto do *spread* bancário prefixado médio para toda a carteira de crédito (pessoa jurídica e física), menos do que a proporção referente aos lucros dos bancos, principalmente da rede privada.

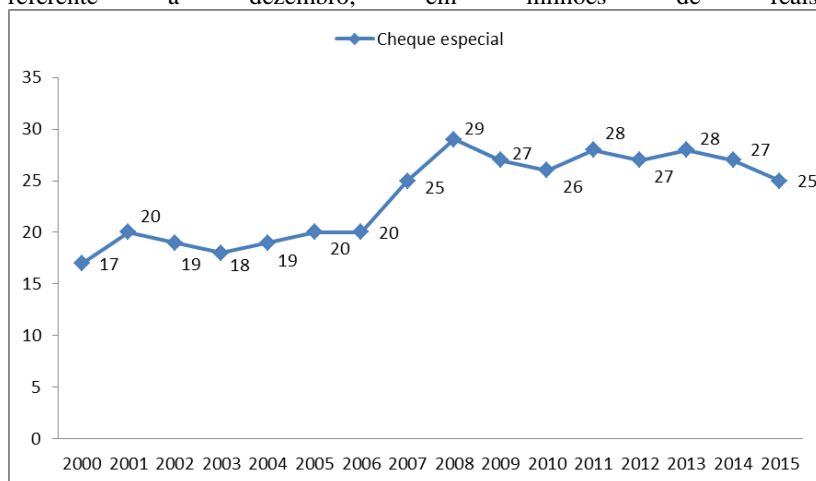
As principais mercadorias financeiras que correspondem ao crescente endividamento da classe trabalhadora são: o cartão de crédito, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde a maior parcela de trabalhadores endividados; o crédito pessoal consignado, regulamentado no governo de Luís Inácio Lula da Silva já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; o financiamento imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixos nos anos 2000, principalmente após 2009, com os recursos disponíveis para o programa *Minha Casa Minha Vida*; e o crédito para aquisição de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo.

Uma série de outras mercadorias financeiras também potencializou o endividamento, porém em menor escala. O crédito pessoal não consignado – ou crédito direto ao consumidor –, e o cheque especial também ampliaram suas carteiras. Já o cheque pré-datado e os carnês do comércio também representam parcela importante do endividamento dos trabalhadores. Contudo, com a facilitação das outras modalidades, estes últimos apresentam um decréscimo constante de seu uso e não serão analisados neste trabalho.

O *cheque especial* também passou pela expansão, sendo comumente acessado nas contas que apresentam falta de recursos e necessitam de um crédito para amortizar valores não disponíveis no momento. Segundo a descrição da metodologia das séries históricas do SGS do Bacen (2017c), o cheque especial é considerado o “crédito rotativo vinculado à conta corrente, em que determinado limite de recursos é disponibilizado para utilização pelo cliente em situações não programadas e de curto prazo, por meio de saques, cheques, pagamentos ou transferências bancárias”.

Os dados mostram a progressão deste crédito:

Gráfico 6 – Saldo da carteira de crédito do cheque especial (2000-2015), referente a dezembro, em milhões de reais.



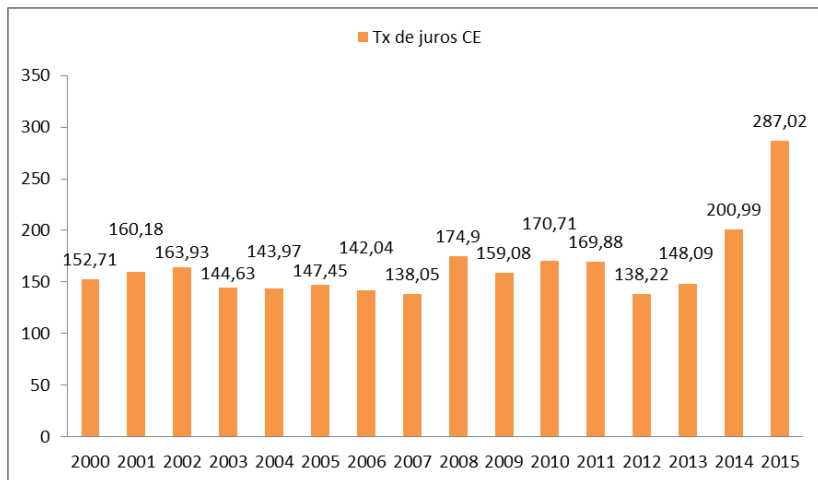
Fonte: Utiliza as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c) para a categoria “Saldo da carteira de crédito do cheque especial”: 3973 - Saldo consolidado no mês das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Cheque especial (2000-2006), e 20573 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cheque especial (2007-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantinha a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

Os juros do cheque especial sempre foram altos, pois este sempre foi considerado um crédito de emergência com alta inadimplência. A variação destes juros durante os anos 2000 mostram esse movimento:

Gráfico 7 – Taxa média anual de juros para operações de crédito para pessoa física no cheque especial, referenciados em dezembro do ano indicado, em %.



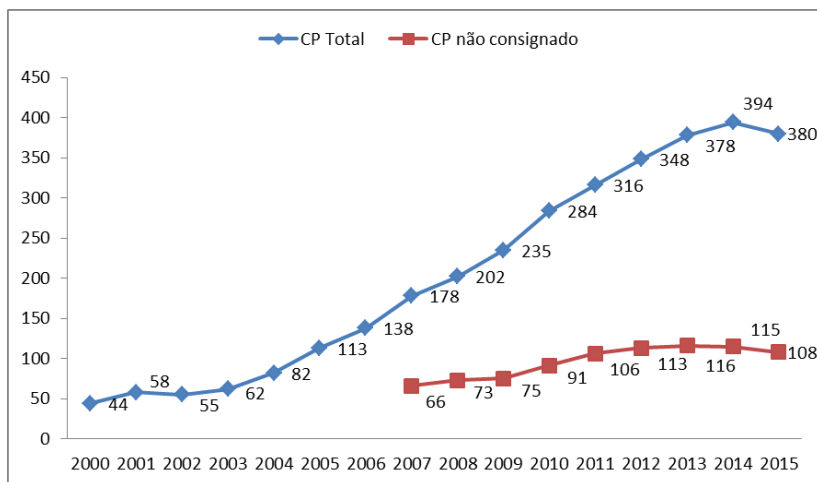
Fonte: Utiliza a seguinte série histórica do SGS do Bacen (2017c) para a categoria “Taxa média de juros para operações de crédito para pessoa física no cheque especial”: 20741 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cheque especial (2000-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O gráfico 7 mostra o valor considerável deste crédito e sua estabilidade até o ano de 2014, sendo que após esse ano é elevada a magnitude dos juros a índices jamais vistos neste século. Com o crescimento da inadimplência neste final de período, o crédito torna-se caro e extremamente perigoso para o consumidor, que não consegue se desvencilhar da possível “bola de neve” oriunda da inadimplência.

O *crédito pessoal não consignado*, inscrito na categoria de crédito livre e acessado também pelos caixas eletrônicos, expandiu-se neste processo. De todos os créditos aqui listados, essa modalidade era a mais utilizada até o desenvolvimento recente das mercadorias financeiras. É claro que o seu acesso foi potencializado na década de 2000, sendo que para obter um empréstimo bancário eram necessários históricos de renda nos bancos e garantias de seu pagamento. Com a regulamentação do consignado em 2003, a cessão deste crédito concorreu com uma modalidade de juros mais baixos. Até 2006 é registrado o crédito pessoal total – incluindo o consignado -, sendo que a modalidade estritamente não consignada é calculada de 2007 a 2015.

Gráfico 8 – Saldo do crédito pessoal (CP) total (2000-2015), e sua fração não consignada (2007-2015), em milhões de reais, referente a dezembro.



Fonte: Utiliza as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c): “Saldo do crédito pessoal total” utiliza as séries 3974 - Saldo consolidado no mês das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Crédito pessoal (2000-2006), e 20580 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal total (2007-2015); “Saldo do crédito pessoal não consignado” utiliza a série 20574 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado (2007-2015).

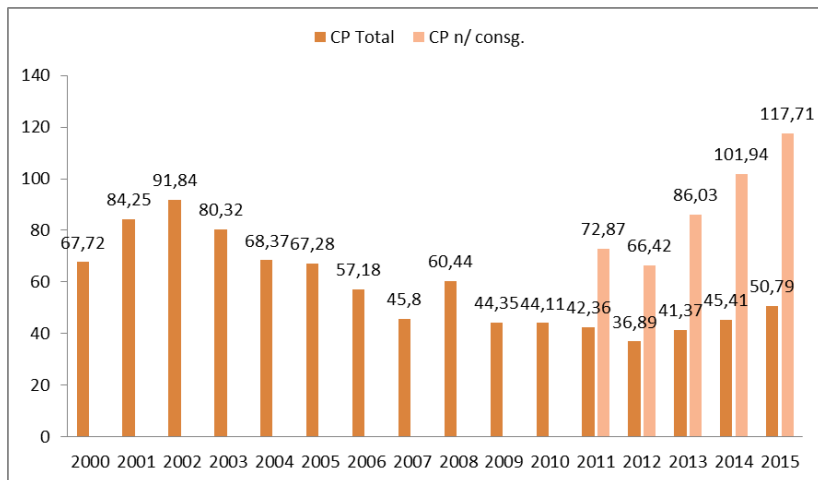
Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantêm a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

A expansão dessa modalidade de crédito se deu muito pelo processo de “bancarização”. A abertura de contas bancárias para maior parte da população permitiu que o acesso automático (diretamente no caixa eletrônico) a créditos de menor valor possibilitasse a utilização destes recursos para a obtenção das mercadorias necessárias para a subsistência imediata.

Após 2004, o crédito pessoal consignado possibilitou a redução da média geral do crédito pessoal. O gráfico a seguir apresenta a taxa de juros média do crédito pessoal total, e, de 2011 a 2015, a incidência destes juros somente ao crédito pessoal não consignado.

Gráfico 9 – Taxa de juros média anual para operações da carteira de crédito pessoal - CP (2000 - 2015) e crédito pessoal não consignado (2011 - 2015), referenciado em dezembro do ano indicado, em %.



Fonte: Utiliza as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c): “Taxa de juros média para operações da carteira de crédito pessoal” utiliza a série 20748 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal total (2000-2015); “Taxa de juros média para operações da carteira crédito pessoal não consignado” utiliza a série 20742 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado (2011-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Trata-se de modalidade de crédito com juros não tão baixos quanto os do consignado e do financiamento imobiliário, e não tão altos quanto os do cheque especial e do cartão de crédito rotativo. É perceptível que o crédito pessoal não consignado sofreu um ascendente encarecimento de 2011 a 2015, chegando à taxa média de juros anual de 117,71% em dezembro de 2015.

O *crédito pessoal consignado* é o serviço financeiro mais seguro para o capital que, com taxa de juros menores, obtém retornos garantidos. A regulamentação em 2003, na onda da contrarreforma da Previdência, deu-se com a Lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003, originada da Medida Provisória (MP) 130 de 17 de setembro de 2003. Apesar de já proporcionada como serviço financeiro para os funcionários públicos desde 1990 (prevista no Regime Jurídico Único – RJU - Lei 8112), a sua regulamentação foi um impulso essencial para que os bancos dinamizassem o serviço para os funcionários públicos federais e expandissem para os demais setores estaduais e municipais, assim como trabalhadores do setor privado regidos pela CLT e, principalmente, permitissem a contratualização direta do Instituto

Nacional de Seguridade Social (INSS) com as instituições financeiras para a cessão deste crédito para aposentados e pensionistas.

É importante identificar que tal regulamentação surge de proposta da CUT, articulada com as principais instituições financeiras e com o governo federal empossado no mesmo ano. A caracterização do consignado como um “direito” corresponde à perspectiva que essa central e a Força Sindical encararam aquele período, sendo o crédito uma das variáveis do projeto pretensamente “neodesenvolvimentista” em questão²⁵.

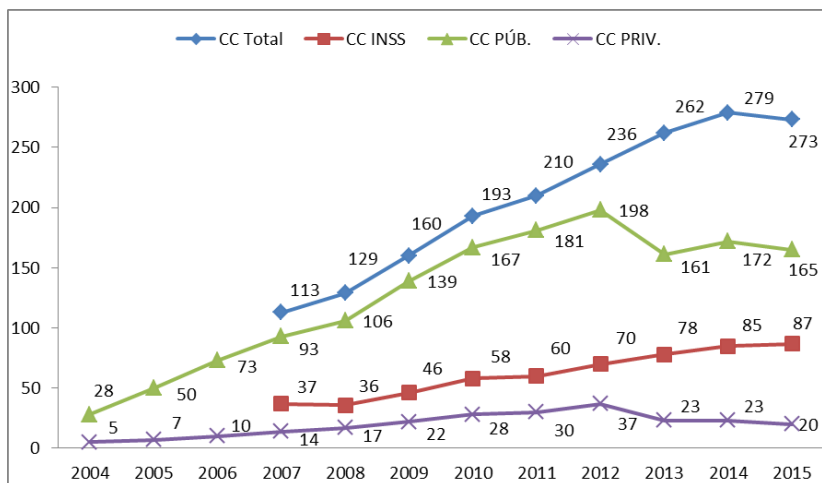
O crescimento exponencial deste serviço financeiro é destacado pelos relatórios do Bacen e em análises da expansão do crédito na década de 2000. Mônica Mora (2014, p. 16-17), em estudo sobre a evolução do crédito no Brasil de 2003 a 2010, identifica nas séries temporais do Bacen que o crédito consignado partiu de 0% em 2003 para 3,7% em 2010 em relação ao PIB, reduzindo a taxa média de juros anual do crédito pessoal de 80% para 40%, ampliando o prazo médio de 200 para 550 dias²⁶. A redução da inadimplência foi fundamental para essa redução dos juros e do *spread* bancário, expondo que a porcentagem ainda alta dos juros do crédito consignado é potencial fonte de lucros.

A série temporal do Bacen que demarca o período de prodigiosa expansão do crédito consignado, mesmo com a crise mundial de 2007 e da recessão que se inicia em 2013, aponta a elevação constante deste crédito de 2007 a 2015:

Gráfico 10 – Saldo do crédito consignado (CC) total, destinado aos aposentados e pensionistas do INSS (2007-2015), destinado ao setor público e ao setor privado (2004-2015), referente a dezembro de cada ano, em milhões de reais.

²⁵ Na terceira seção deste capítulo serão analisados alguns elementos da dinâmica econômico-social em que se formularam perspectivas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro e a formação de uma “nova classe média”.

²⁶ A autora utiliza série temporal que não é mais utilizada, tendo a reformulação de sua metodologia em 2007.



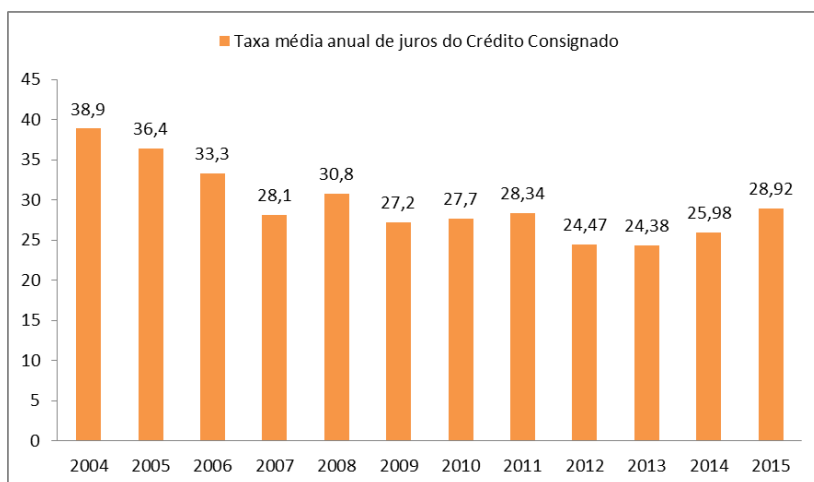
Fonte: As séries históricas do SGS do Bacen (2017c) utilizadas e a referência do setor concedido o empréstimo são os seguintes: “Saldo do crédito consignado total” utiliza a série 20579 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado total (2007-2015); “Saldo do crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS” utiliza a série 20578 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS (2007-2015); “Saldo do crédito consignado para trabalhadores do setor público” utiliza as séries 13781 - Saldo do crédito consignado para trabalhadores públicos (2004-2006 - constando também aposentados e pensionistas do INSS nesta série), e 20577 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público (2007-2015); “Saldo do crédito consignado para trabalhadores do setor privado” utiliza a série 13782 - Saldo do crédito consignado para trabalhadores privados (2004-2006), e 20576 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (2007-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantinha a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

No que tange à taxa de juros média anual do crédito consignado, a SGS do Bacen calculou a média geral entre 2004 e 2015.

Gráfico 11 – Taxa média anual de juros para operações em crédito pessoal consignado (2004-2015), referenciados pelo mês de dezembro do ano indicado, em %.



Fonte: Utiliza a série do SGS do Bacen (2017c) para a modalidade “Taxa média de juros para operações em crédito pessoal consignado”: a série 20747 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado total (2004-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O conjunto desses dados demonstra que o crescimento continuado deste crédito se deu pela facilitação de seu acesso, principalmente pelas taxas de juros mais baixas que as demais modalidades. Além disso, aponta que o crédito consignado funcionou para os funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS, mas não se irradiou no grande contingente de trabalhadores do setor privado regidos pela CLT. Os principais motivos concentram-se na instabilidade do mercado de trabalho no Brasil que, apesar da grande formalização nos primeiros 15 anos do século XXI, se encontra ainda muito fragilizado no que tange ao valor dos salários e, principalmente, à permanência no trabalho. A grande rotatividade do período e os salários muito baixos repeliram as pretensões do mercado financeiro e do sindicalismo oficial de obter maiores “benefícios” para os trabalhadores.

Rivânia Moura (2016, p. 265) estudou o impacto desta modalidade de crédito consignado para os beneficiários da Previdência Social de 2004 a 2013, concluindo que o crédito consignado se mostrou uma “potência inteiramente nova” do capital que movimentou mais de 500 bilhões em 10 anos (200 bilhões em empréstimos mais os juros). A variação de crescimento durante esse período foi de “810,13% em

operações realizadas e 575,76% em valor de empréstimo” (MOURA, 2016, p. 186). Inicialmente concedida pela CEF e por instituições financeiras privadas, a carteira de créditos dessa modalidade atingiu um grau de concentração bancária em que apenas os 5 maiores bancos - CEF, Banco do Brasil (BB), Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander – detinham 80% da carteira deste crédito em 2012 (MOURA, 2016, p. 256).

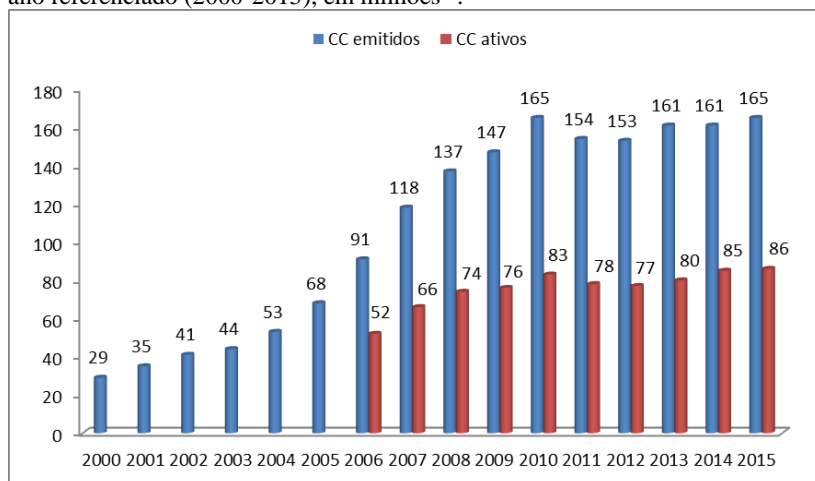
O volumoso crescimento deste crédito o qualifica enquanto uma modalidade fundamental para o processo de acumulação capitalista, mesmo com juros mensais inferiores as demais modalidades de créditos, de 0,65% até 2,14% para aposentados e pensionistas do INSS. A Instrução Normativa 28 de 2008 estabeleceu que se poderia descontar do trabalhador ou aposentado com crédito consignado até 30% do benefício mensal, sendo destes, até 10% para contas com cartão de crédito (MOURA, 2016, p. 186). Em 2015, com a Lei 13.172, esse limite passou para 35%, sendo até 5% para contas de cartão de crédito ou saque, com a justificativa do Ministério da Fazenda de que essa medida visava “aumentar a ‘margem de manobra do trabalhador para que ele possa suavizar os impactos do ajuste’ na economia”²⁷.

O serviço financeiro que se destaca nesta década é o *cartão de crédito*. Para se adquirir um cartão de crédito no Brasil em 1987 era necessária a comprovação de renda de no mínimo 5 salários mínimos; 10 anos mais tarde já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R\$ 200,00 e em alguns casos, sem pagamento de anuidade. Costa (2008, p. 158) registra que em 2007 existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda comprovada de até R\$ 500,00. O número de trabalhadores que apresentavam essa renda que tinham adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000.

O número de cartões de crédito expedidos e ativos pode ser identificado no gráfico a seguir:

²⁷ Informações no *Portal Brasil* do Governo Federal, a partir da notícia “Lei amplia de 30% para 35% limite de crédito consignado em folha”, publicado em 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/lei-amplia-de-30-para-35-limite-de-credito-consignado-em-folha> Acesso em: 11 maio 2017.

Gráfico 12 – Cartões de crédito (CC) emitidos e ativos no último trimestre do ano referenciado (2000-2015), em milhões²⁸.



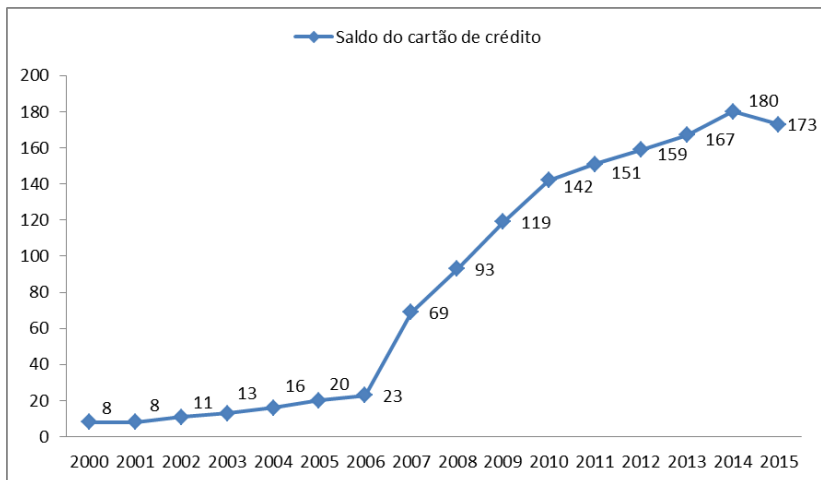
Fonte: *Estatísticas de Pagamento de Varejo e Cartões no Brasil*, Bacen (2017b).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Os números descritos pelo Bacen mostram que a emissão de cartões é crescente, mas que a utilização manteve-se estável nos últimos 5 anos da série apresentada. O saldo do crédito cedido pelo cartão de crédito – nas modalidades à vista, parcelado e rotativo –, confirma o seu crescimento contínuo:

Gráfico 13 – Saldo da carteira cartão de crédito em todas suas modalidades (2000-2015), referenciados por dezembro do mês indicado, em milhões de reais.

²⁸ Os números apresentados estão contidos nos relatórios *Estatísticas de Pagamento de Varejo e Cartões no Brasil*, que estão disponíveis no link do sítio do Bacen: <https://www.bcb.gov.br/?SPBADENDOS> Acesso em: 12 mai. 2017.



Fonte: Utiliza as séries históricas do Bacen (2017c) na modalidade “Saldo da carteira cartão de crédito em todas suas modalidades”: as séries 3979 - Saldo consolidado no mês das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Cartão de crédito - Pessoa física (2000-2006), e 20590 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cartão de crédito total (2007-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantinha a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

Nos cálculos da pesquisa empírica de Adriana Sbicca, Vinicius Floriani e Yohanna Juk (2012), os autores expõem a profunda vulnerabilidade com que os consumidores – leiam-se trabalhadores assalariados – se apresentavam com a expansão do crédito no Brasil. No ano de 2012, com dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS), o número de 0,9 cartões de crédito por habitante²⁹ demonstra o grau de insaciabilidade com que as instituições financeiras inundaram o mercado de crédito:

Nos últimos anos, as operações de crédito apresentaram acentuado crescimento em seu volume. A série histórica produzida pelo Banco Central aponta que, enquanto de 1995 a março de 2003 o aumento foi de apenas 1,6%, os últimos 9

²⁹ Contando os cartões de créditos ativos e inativos.

anos apresentaram crescimento real do crédito na ordem dos 209,9% (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012, p. 3).

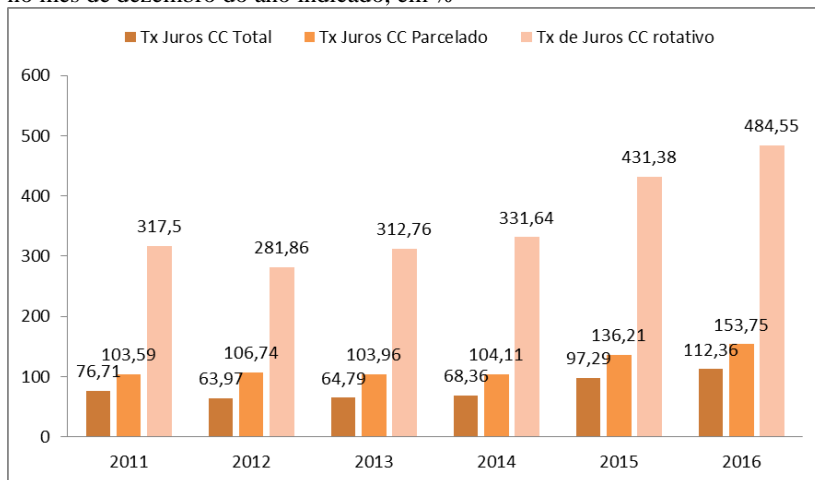
A expansão do acesso aos cartões de crédito trata-se de uma das principais estratégias de aprisionamento e rentabilidade das instituições financeiras. Não só são funcionais à aceleração da rotação do capital, ao “facilitar” a venda de mercadorias que, sem os recursos necessários à vista, não poderiam ser compradas, como é estimulada a apreensão permanente desses consumidores do serviço da dívida pelo parcelamento das dívidas dos créditos, ou da utilização do rotativo do cartão de crédito. Esse recurso é demonstrado por Sbicca, Floriani e Juk (2012) enquanto armadilha que aprisionou os consumidores de renda mais modesta, configurando importante estratégia dos grandes bancos para aumentar rentabilidade:

Os bancos estão atentos às possibilidades de crescimento do segmento cartão de crédito nas faixas de renda mais baixas. Fernando Chacon, diretor de Marketing e Cartões do Itaú, divulgou em relatório de outubro de 2007 a delimitação do público alvo das empresas de cartão de crédito – população urbana, com idade superior a 18 anos e renda mensal mínima de R\$ 250 (Chacon, 2007). Em dezembro de 2009, tal rendimento seria equivalente a R\$ 294,48, próximo dos 5% com menor renda no país à época e com penetração de cartões de crédito em torno de 5% desta população. A busca por público alvo não tradicional pelas empresas de cartão de crédito já foi notada também nos EUA, neste caso estudantes de graduação e a população de baixa renda (Salomon, 1998) (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012, p. 12).

Os valores acessados pelo cartão de crédito não são muito altos, provenientes na maioria das vezes de operações com valores pequenos. Contudo, é possível identificar também a crescente expansão desta modalidade durante os últimos anos desta pesquisa. No segundo capítulo deste trabalho é identificada que, se essa modalidade não é a mais destacável em relação ao montante de empréstimo com relação ao endividamento das famílias, ela abrange uma porcentagem muito alta.

Na SGS do Bacen podemos identificar a variação das taxas de juros anuais das duas modalidades que geram juros no cartão de crédito, a parcelada e o rotativo. Os dados são referentes ao período de 2011 a 2015.

Gráfico 14 – Taxa média anual de juros do cartão de crédito (CC) na totalidade, e nas modalidades parcelada e rotativo, no período de 2011-2016, referenciados no mês de dezembro do ano indicado, em %



Fonte: Utiliza as seguintes séries históricas do SGS do Bacen (2017c): “Taxa média de juros do cartão de crédito total” utiliza a série 22024 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cartão de crédito total (2011-2016); “Taxa média de juros do cartão de crédito rotativo” utiliza a série 22022 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cartão de crédito rotativo (2011-2016); “Taxa média de juros do cartão de crédito parcelado” utiliza a série 22023 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cartão de crédito parcelado (2011-2016).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O volume da modalidade do crédito rotativo do cartão de crédito também não é tão grande quanto à de outras mercadorias financeiras. No entanto, a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito nos primeiros quinze anos do século XXI no Brasil apresentou índices muito altos. Em junho de 2015 a dívida total dessa modalidade de crédito chegou ao valor de 33,1 bilhões de reais. Naquele mês, a taxa média de juros do rotativo atingiu 372% ao ano, sendo a maior cobrada dentre todos os

créditos de recursos livres. Em algumas instituições, essa taxa chegou à quase 800% ao ano³⁰.

A crescente facilidade para a utilização do cartão de crédito, aliada a atraente propaganda consumista das principais instituições financeiras que vendem essas mercadorias, escondem a perigosa “bola de neve” de dívidas em crescente. A unidade entre créditos facilitados e juros exorbitantes é funcional ao capital portador de juros. Contudo, medidas que controlem um endividamento excessivo sob os parâmetros do capital são construídas sob a égide disciplinadora e conformadora da ordem. Esse processo, que se intensificou desde 2007, foi contido timidamente em 2011 pelo Bacen, como declarado em discurso do presidente da instituição, Alexandre Tombini, que, na abertura do *Seminário sobre Novas Regras de Cartões*, expôs as formas disciplinadoras das medidas governamentais:

[...] importante medida é a exigência de que pelo menos 15% da fatura mensal do cartão de crédito terá de ser efetivamente paga a cada mês. E essa exigência irá aumentar para 20% em 1º de Dezembro de 2011. Com isso, buscamos incentivar o uso racional do cartão de crédito e ajudar as famílias a evitar o endividamento excessivo. E esse aspecto, destaque, se insere em outro programa que o Banco Central, juntamente com outras agências reguladoras do Sistema Financeiro Nacional, está envolvido – a Educação Financeira (TOMBINI, 2011, p. 7).

A ideologia da “educação financeira” é analisada no terceiro capítulo dessa tese. Apesar das motivações declaradas em seus princípios e documentos, a chamada “educação financeira” não deixa de propagandar as mercadorias financeiras e saúda-las como fundamentais para o processo do que chamam de “sociedade de consumo”. Os cartões de crédito são a modalidade mais consumida e proliferada para todas as frações da classe trabalhadora.

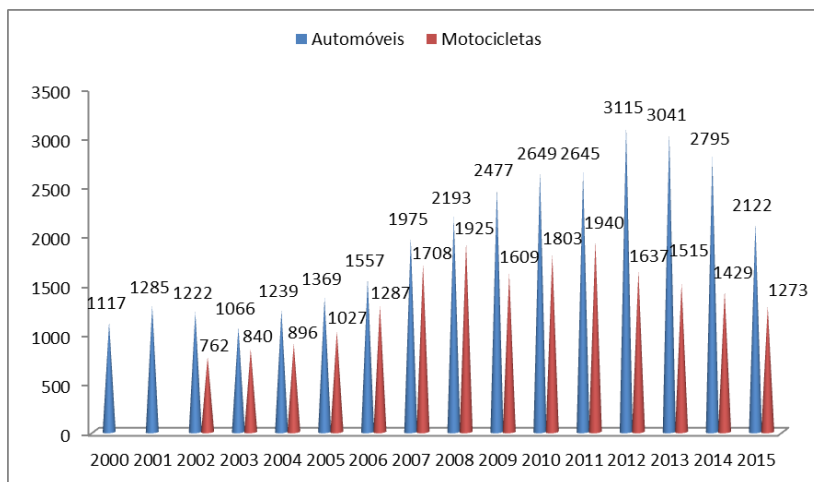
³⁰ Números divulgados em reportagem de Kelly Oliveira no sítio da internet da *EBC - Agência Brasil*, intitulada “Dívida com rotativo do cartão de crédito é recorde e atinge R\$ 33,1 bilhões”, divulgada em 15 ago. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-08/divida-com-rotativo-do-cartao-de-credito-e-recorde-e-atinge-r-331-bilhoes> Acesso em: 24 mar. 2016.

O *crédito para aquisição de veículos*, considerado crédito livre, é outra modalidade que se expandiu enormemente, principalmente após 2010. De 2013 até o fim de 2015 houve continuada redução, mas com saldo de crédito mensal ainda alto. Corresponde ao aumento desse crédito a reformulação do expediente da alienação fiduciária que deu maiores garantias às empresas vendedoras de automóveis e às instituições financeiras, e as políticas de desoneração da produção de automóveis, especialmente a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 2012.

Mônica Mora (2015, p. 18-19) identifica que o financiamento para aquisição de veículos registrou movimento próximo com o ocorrido com o crédito pessoal, com a redução dos juros que estava na faixa de aproximadamente 40% ao ano em 2003 para menos de 20% em 2010, e com o aumento do prazo médio das operações de 400 dias em 2003 para 550 dias em 2010. A expansão de venda de veículos, segundo os anuários da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), mostra que, para o segmento de automóveis leves e motocicletas, o crescimento no século XXI se deu principalmente de 2006 a 2012:

Gráfico 15 – Automóveis leves e motocicletas comercializadas e emplacadas nos anos indicados, em mil unidades³¹.

³¹ Dados constam nos anuários da Fenabrave (2016), que podem ser consultados no [sítio: http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&id=594&layout=indices-e-numeros](http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&id=594&layout=indices-e-numeros) Acesso em: 12 maio 2017.



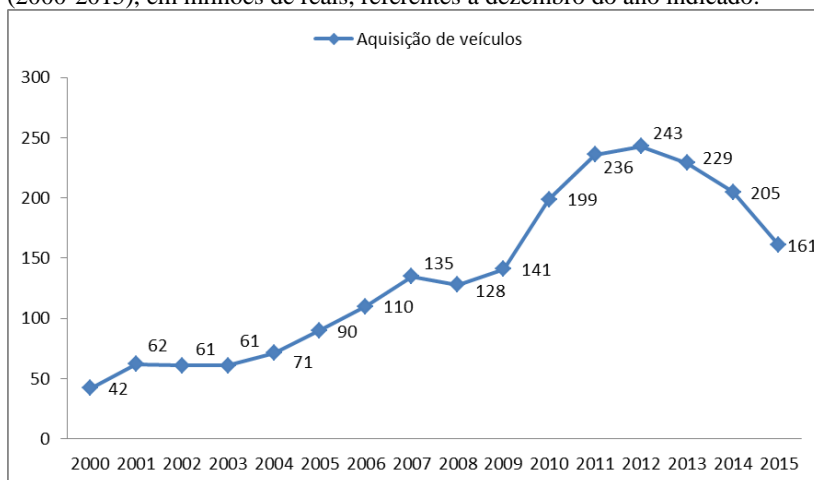
Fonte: Anuários da Fenabrave (2016).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Não constam nos anuários consultados os dados da comercialização e emplacamentos de motocicletas nos anos de 2000 e 2001.

O saldo do crédito para o financiamento para aquisição de veículos pode ser demonstrado na série temporal do Bacen:

Gráfico 16 – Saldo do crédito para aquisição de veículos para pessoa física (2000-2015), em milhões de reais, referentes a dezembro do ano indicado.



Fonte: Utiliza as séries históricas do SGS do Bacen (2017c) na modalidade “Saldo do crédito para aquisição de veículos para pessoa física”: séries 3976 -

Saldo consolidado no mês das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Aquisição de bens veículos - Pessoa física (2000-2006), e 20581 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Aquisição de veículos (2007-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantêm a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

Os dados demonstram que não só a alienação fiduciária foi um importante impulso para o financiamento de veículos para pessoa física no Brasil, como a desoneração de impostos e a estabilidade econômica também permitiram maiores condições de acesso a este tipo de crédito. Aliado a esses fatores, o desenvolvimento urbano deste período, que potencializou também o crédito habitacional para frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, fortaleceu a necessidade da compra de automóveis e motocicletas no intuito de facilitar o deslocamento do trajeto do trabalho para casa.

E assim como o crescimento econômico permitiu a ascensão do comércio de automóveis leves, motocicletas e crédito para aquisição de veículos, a crise que interrompeu esse fluxo em 2013 está exposta nestes dados. Desde o ano de 2014 é registrada queda no crédito cedido e menor comercialização desta mercadoria.

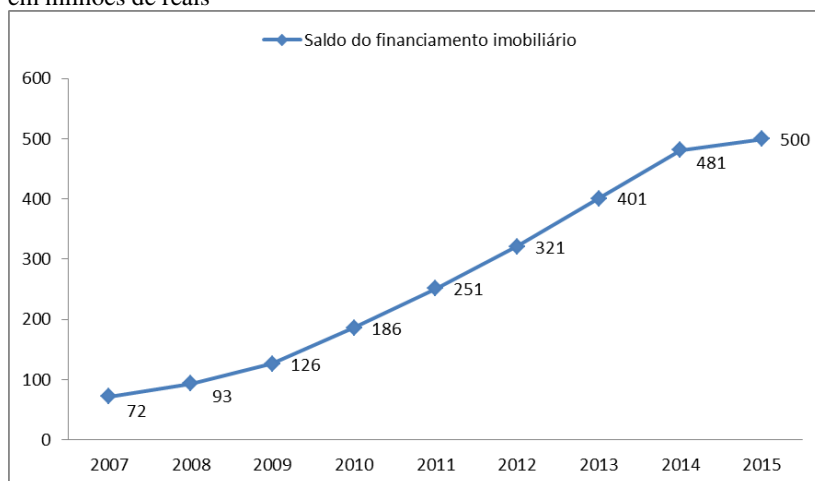
O *financiamento imobiliário* para pessoa física, modalidade direcionada de crédito, também passou por diversas mudanças. O Sistema Financeiro Habitacional (SFH), já citado programa habitacional do período da ditadura militar que utilizava parte dos depósitos da poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para financiar imóveis, perdeu força durante o período inflacionário dos anos 1980. Em 1997, com a MP da alienação fiduciária que garantiu a posse do imóvel à instituição financeira credora até o pagamento integral do saldo, foram constituídas as bases para uma nova expansão do financiamento imobiliário. A instituição da alienação fiduciária no Novo Código Civil em 2004 fortaleceu essa medida e, junto com o momento de estabilidade econômica e redução da taxa Selic, respondem, em parte, à expansão nos anos 2000 (MARTINS; LUNDBERG; TAKEDA, 2008, p. 81-84).

Medidas mais abrangentes e direcionadas do principal banco fomentador do crédito imobiliário também transformaram esse crédito. Fernando Nogueira da Costa (2008, p. 158) ressalta que em 2002 o crédito imobiliário destinava 49% de seus recursos para trabalhadores

com rendimento superior a cinco salários mínimos. Em 2004 esse fundo originário do FGTS passou a destinar mais de 60% de seus recursos para assalariados de até três salários mínimos. Essa mudança atendeu a política de expansão e popularização do crédito, já identificada como a criação das contas simplificadas, a abertura de convênios bancários e a destinação obrigatória de parte dos depósitos à vista para os microcréditos.

Mas é com o programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV) do governo federal em 2009, que proporcionou empréstimo e subsídio para indivíduos com rendimentos de até R\$ 4500,00, que houve a alteração da predominância dos créditos para os setores assalariados de baixa renda. Com o MCMV, a expansão do crédito habitacional adquiriu vulto considerável, proporcionando crédito e subsídio para frações da classe trabalhadora com menores rendimentos. O montante de crédito vem se mantendo praticamente no mesmo patamar desde 2014, mas mesmo assim foi responsável por porcentagem relevante na questão do endividamento. No gráfico a seguir é perceptível o crescimento deste crédito em série histórica que abrange 2007 a 2015:

Gráfico 17 – Saldo da carteira de crédito para financiamento imobiliário de pessoa física (2007-2015), referenciados no mês de dezembro do ano indicado, em milhões de reais



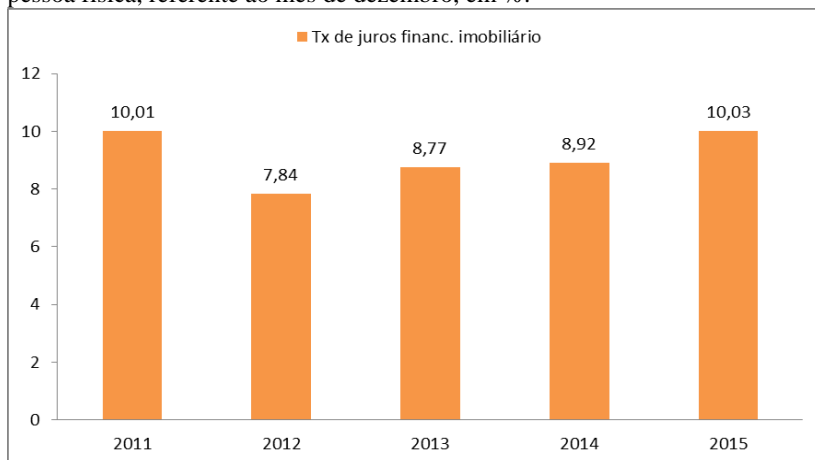
Fonte: Utiliza a série histórico do SGS do Bacen (2017c) na modalidade “Saldo da carteira de crédito para financiamento imobiliário de pessoa física”, a série 20612 - Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados - Pessoas físicas - Financiamento imobiliário total (2007-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: Os valores foram declacionados pelo indicador do IPCA-IBGE, e arredondados - de 000.000 a 499.999 mantêm a unidade dos milhões, e de 500.000 a 999.999 registra-se a unidade subsequente.

O volume de crédito concedido é grande devido ao valor final da mercadoria imóvel passar por um período de encarecimento, influenciado pela especulação imobiliária. Contudo, com financiamento de 30 anos, as taxas de juros anuais são mais baixas, como veremos no gráfico a seguir:

Gráfico 18 – Taxa de juros média anual do financiamento imobiliário total para pessoa física, referente ao mês de dezembro, em %.



Fonte: Utiliza a série histórica do SGS do Bacen (2017c) na modalidade “Taxa de juros média anual do financiamento imobiliário total para pessoa física”: a série 20774 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos direcionados - Pessoas físicas - Financiamento imobiliário total (2011-2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Esta é, sem dúvida, a mercadoria financeira de maior montante que cede crédito direcionado para o financiamento de outra mercadoria. Além disso, foi um dos grandes propulsores para o financiamento da acumulação capitalista que proporcionou grandes lucros para as empreiteiras da construção civil. Neste processo estão imbrincados os lucros das financeiras, os lucros das empreiteiras e os subsídios cruzados para algumas faixas de renda para o programa MCMV. Com o arrefecimento destes financiamentos e subsídios, a inadimplência

começou a rondar as contas de diversas famílias que acessaram ao direito da casa própria.

As modalidades de crédito aqui citadas fazem parte do conjunto de mercadorias financeiras prioritariamente direcionadas ao consumo individual de assalariados da cidade e do campo. Outras mercadorias financeiras também colaboraram com a apreensão do consumo de serviços mercadorizados pela financeirização. As carteiras de investimentos, os seguros – de vida, de saúde, patrimonial -, o financiamento estudantil e a previdência privada complementar são exemplos dessas mercadorias financeiras. Com a intencional precarização e privatização do serviço público, o capital passa a expandir a sua apreensão sobre as políticas sociais e as incorpora no processo de *supercapitalização*. Elaine Behring (2012, p. 178), utilizando essa categoria originalmente elaborada por Ernest Mandel, explica esse processo que convencionou novas mercadorias financeiras relacionadas diretamente as políticas sociais:

A política social, deslocada do keynesianismo e da inspiração Beveridgeana, vem sendo refuncionalizada e tensionada pela supercapitalização, termo de Mandel (1982) que busca caracterizar o espraiar do capital para zonas antes não mercantis. Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a buscar nichos de valorização industrializando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros.

Esse ambiente constituído pelo desenvolvimento do capitalismo em crise estrutural desenvolveu-se de forma particular nos países de capitalismo dependente. No Brasil, a expansão do crédito e demais mercadorias financeiras só foi possível com a materialização das condições necessárias para seu funcionamento, lembrando as transformações nas instituições bancárias e na indução das políticas sociais monetarizadas. Contudo, na dimensão ideológica também foi necessário se criar complexos explicativos que potencializassem o

consumo das mercadorias financeiras e ainda auxiliassem em sua utilização coerente com os objetivos do capital³².

2.3 Desemprego baixo, valorização do salário mínimo e aumento no volume de crédito: a classe trabalhadora brasileira muito longe de ser uma “nova classe média”

A eleição presidencial de 2002 foi um momento particular na vida social e política do Brasil. Após oito anos dos governos FHC, cujos mandatos aprofundaram a ofensiva reacionária do capital sobre as riquezas nacionais e os direitos sociais, a vitória eleitoral das forças progressistas de esquerda, nascidas no processo de desagregação gradual e lenta da ditadura civil-militar, foi resposta a para a insatisfação popular crescente do fim dos anos 1990.

A devastação das modestas conquistas sociais dos anos 1980 foi marcante na década de 1990. Na seção passada deste capítulo foram identificadas as transformações pela qual o SFN passou na década de 1990, principalmente no que tange ao crédito ao consumidor. Aliado a essa estruturação financeira subordinada aos monopólios estrangeiros, a política econômica que destruiu o parque industrial produtivo e acelerou a concentração e centralização bancária foi a tônica geral desta primeira década de “redemocratização”. A saída do controle cambial para a redução drástica da inflação, aliada aos juros exorbitantes e à crescente dívida externa e interna foram as principais medidas econômicas do governo de FHC. Mesmo com um *boom* de consumo com o Plano Real, as crises do câmbio desde 1999 interromperam a projeção liberal de crescimento econômico “dito” sustentável e o fim das desigualdades sociais. Pelo contrário, estas tiveram consequências inversas ao planejado no campo do discurso.

As diversas “reestruturações” - cambial, do sistema bancário, do sistema financeiro e da administração estatal - foram responsáveis pelos desastrosos resultados econômicos para a classe trabalhadora. As *contrarreformas* foram a tônica da desestruturação da seguridade social e dos direitos trabalhistas (BEHRING, 2008). O salário mínimo foi píffio

³² O terceiro capítulo analisará a principal estratégia ideológica do capital na busca por expansão do crédito e controle do endividamento, a chamada “educação financeira”.

neste período. Os ataques ao funcionalismo público retiraram direitos e sucatearam serviços para justificar os processos de privatização das empresas públicas. As taxas de desemprego atingiram níveis estratosféricos no fim dos anos 1990 e começo dos anos 2000. A miséria crônica era problema que tinha como expressão de maior amplitude a expansão da fome.

O Plano Real foi um programa de estabilização monetária que tinha como principal objetivo o controle da inflação e a constituição de condições ideais para a mercantilização de mercadorias financeiras para as empresas e para as famílias. A concentração bancária financiou a compra de bancos públicos por empresas privadas e permitiu a entrada dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro. A contrarreforma da previdência de 1998 foi um dos primeiros passos para o desmonte da previdência social e abertura dos planos privados de previdência complementar e dos fundos de pensão³³.

O processo de descontentamento popular e reorganização das forças de esquerda no começo dos anos 2000 não se deu apenas no Brasil, mas também em muitos outros países da América Latina. Na Argentina e no Equador foram derrubados presidentes. Na Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua e El Salvador foram eleitos presidentes de oposição, com princípios e propostas que defendiam a soberania econômica interna, apesar de não romperem com o capitalismo.

Mas a conjuntura não mudou apenas nos sentidos político e eleitoral. A dinâmica econômica desta década – até a primeira metade da década de 2010 – pode ser identificada pelo crescimento econômico de países exportadores de mercadorias agropecuárias e minerais, impulsionadas pela demanda crescente de energia, minérios de base para a indústria e de alimentos. O explosivo crescimento econômico de dois dígitos da China favoreceu essa dinamização econômica, aumentando o preço das *commodities* e estimulando a demanda. Os países da América Latina, que tem enquanto produção predominante o setor agrícola e mineral, foram beneficiados e possibilitaram condições relativas de desenvolvimento social.

O Brasil é a principal referência deste crescimento econômico que não rompeu com a dependência externa e com a desigualdade interna, mas que possibilitou a melhoria relativa dos salários e de renda, e acesso a bens de consumo para frações mais precarizadas da classe

³³ As referências analíticas para essa profunda ofensiva reacionária do capital nos anos 1990 – qualificada como “neoliberal” pela maioria dos autores - pode ser encontrada em Antunes (2004;2011), Behring (2008), Boito Jr (1999).

trabalhadora. A constatação da melhoria relativa equivale a identificar o necessário desenvolvimento conjuntural e a sua relação íntima com a nova plataforma do sistema financeiro e com o conjunto da luta de classes no Brasil. O “apassivamento” da classe trabalhadora, constatável no apoio acrítico de centrais sindicais e movimentos sociais, assumiu formas ideológicas ancoradas por uma base material considerável que permitiu avaliações positivas, principalmente do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010).

O mercado da força de trabalho sofreu uma metamorfose que aponta, por um lado, o aumento real do salário mínimo e melhora das condições de vida das frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, e por outro, a precarização do trabalho estendido para frações medianamente remuneradas. É possível constatar neste período uma distribuição de renda restrita aos assalariados – principalmente da massa salarial –, tendo a relação destes com as classes possuidoras de capital aprofundada o fosso da desigualdade de renda.

O salário é expressão fenomênica, valor de troca, que se estabelece sobre o fundamento do valor da força de trabalho. Tal valor é correspondente ao conjunto dos meios de subsistência necessários para a reprodução desta força de trabalho. Alimentação, transporte, vestuário são apenas alguns destes componentes, expandidos para o conjunto de dependentes que constituirão novas forças de trabalho a serem exploradas no futuro. Além desses meios de subsistência elementares, outros são variáveis, dependendo sempre do chamado *componente histórico moral* que valoriza o valor médio da força de trabalho³⁴. Meios

³⁴ “O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. [...] o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. [...] A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado

de transporte que garantam o deslocamento, aparelhos eletrodomésticos que facilitem o trabalho doméstico, cursos de qualificação para valorizar a força de trabalho, componentes de lazer que apreendam a subjetividade do “tempo livre” e mercadorias financeiras que possibilitem o acesso antecipado a bens de consumo também são componentes expandidos para frações da classe trabalhadora. Contudo, o componente histórico moral pode também desvalorizar forças de trabalho de maior qualificação a fim de rebaixar o seu valor médio em determinada realidade.

A expansão do crédito ao consumidor vista na seção anterior foi um dos principais fatores para a dinamização do mercado interno nos anos 2000. Aliado a isso, a diminuição do desemprego, o aumento real do salário mínimo e o crescimento da incidência de greves que tiveram conquistas de reajustes acima da inflação, são outros fatores que correspondem à melhor situação das frações da classe trabalhadora mais precarizadas.

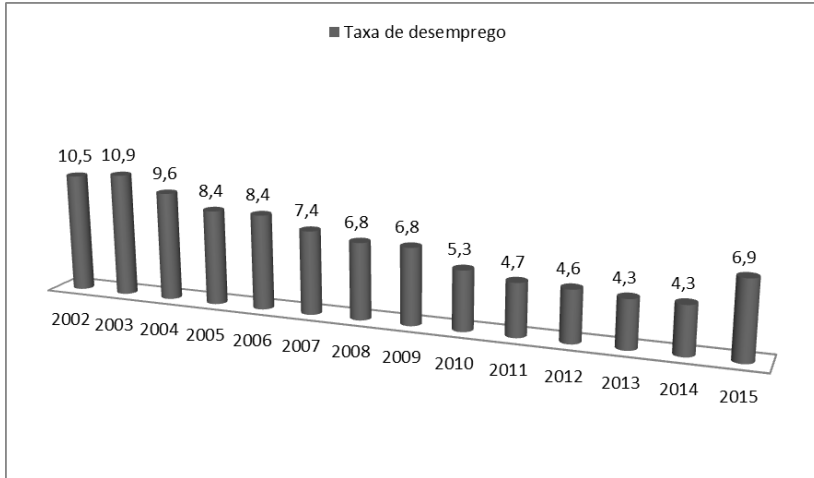
É característica deste período a diminuição sensível do desemprego. As pesquisas dos indicadores sobre desemprego no Brasil são limitadas e desconsideram parte da classe trabalhadora que, por desalento, não procura mais emprego depois de 30 dias e também aqueles que não são remunerados pelo seu trabalho. O desemprego real extrapola os números oficiais, tanto de uma instituição estatal como o IBGE, quanto de instituição financiada pelo sindicalismo brasileiro, o Dieese. Contudo, as variações dessas pesquisas dentro do período estudado mostram o quanto a oferta de emprego no período cresceu.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE é restrita às áreas metropolitanas do Brasil e desde 2002 indica a taxa de pessoas com mais de 10 anos que estejam “desocupadas” em relação à População Economicamente Ativa (PEA). A partir dos dados consolidados da PME do IBGE, o IPEA registrou à seguinte variação da taxa de desemprego de 2002 a 2015:

Gráfico 19 – Taxa de desemprego em dezembro do ano corrente nas regiões metropolitanas, em %³⁵.

local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado” (MARX, 2013, p. 245-246).

³⁵ Dados estão compilados no site do IPEADATA, referente às regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São



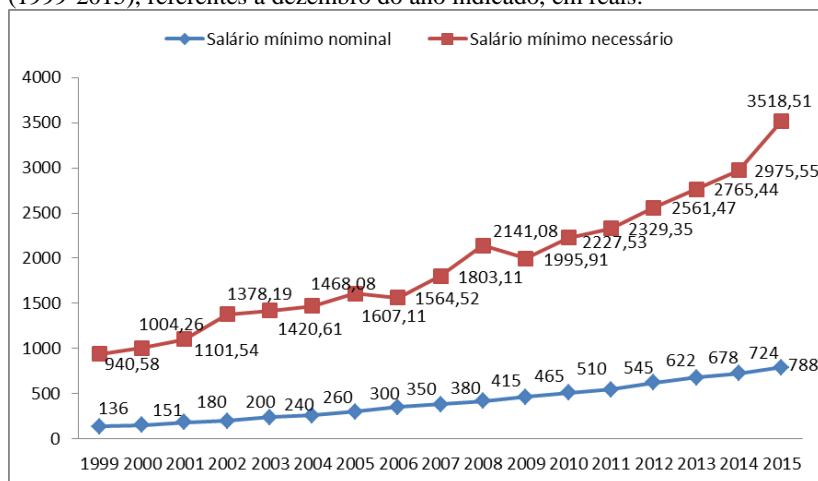
Fonte: IPEA (2017).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O Dieese realiza pesquisa mensal de emprego e desemprego que também contém alguns problemas metodológicos que limitam sua precisão com o desemprego real. Seus dados geralmente são mais abrangentes (abrangem questões como desemprego oculto e por desalento), sendo que sua limitação não inviabiliza a análise da variação que ocorreu nos anos 2000. Na região metropolitana de São Paulo, a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) do Dieese chegou a registrar o pico de 19,9% em 2003 e o indicador de 10,4% em 2013 (GARCIA; GONZAGA, 2014, p. 130). Essa redução de quase 50% do desemprego na principal região produtiva e comercial do país é um dos fatores que explica como a redução do exército de reserva pressionou o valor dos salários e a renda dos brasileiros neste período, ainda que tenha aprofundado a precarização do trabalho em âmbito geral.

O aumento do salário está ancorado no aumento considerável do salário mínimo, que em alguns anos teve reajuste superior à inflação correspondente do período. Em dezembro do ano 2000 o salário mínimo era de 151 reais, enquanto que em dezembro de 2015 ele havia saltado para 788 reais.

Gráfico 20 – Salário mínimo nominal e necessário calculado pelo DIEESE (1999-2015), referentes a dezembro do ano indicado, em reais.



Fonte: DIEESE (2017).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

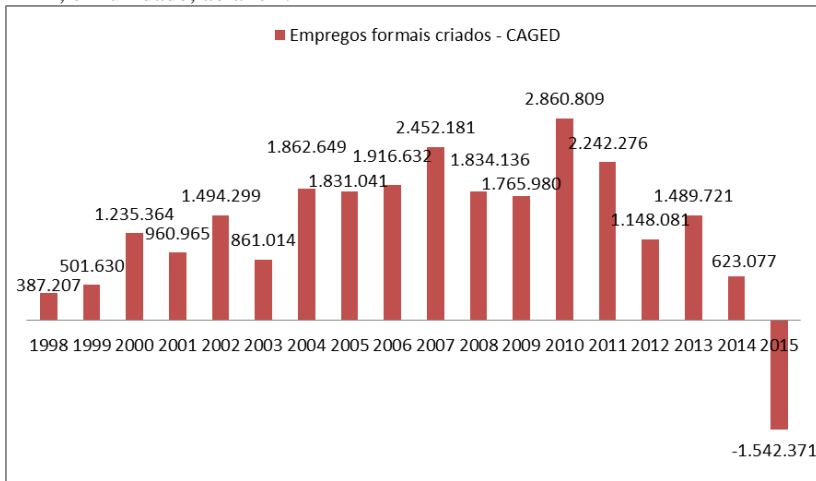
A variação percentual do salário mínimo neste período de 15 anos – 521,86% - pode ser relacionada com o salário mínimo necessário para o poder de compra compatível com os preceitos constitucionais que determinam os meios de subsistência necessários para o seu cálculo³⁶. De acordo com o Dieese, o salário mínimo necessário em dezembro do ano 2000 era de R\$ 1004,26, enquanto em dezembro de 2015 esse valor chegava à R\$ 3518,51. A variação no mesmo período é de 350,86%. O salário nominal real obteve variação maior que o salário necessário, aumentando o poder de compra da fração mais precarizada dos trabalhadores, mantendo, no entanto, a brutal defasagem em seu valor real.

A redução do exército industrial de reserva, isto é, da população em idade economicamente ativa desocupada, foi possível pela criação de vagas no mercado de trabalho e, por consequência, aumento de

³⁶ “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (BRASIL, 1988).

oportunidades no mercado formal. A variação positiva neste mercado é fator determinante na predisposição da classe trabalhadora em enfrentar os patrões com a reivindicação de melhores condições de trabalho e de melhores salários. Os dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) neste início de século apontam essa ascensão:

Gráfico 21 – Variação absoluta da relação admissão/demissão do CAGED do MTE, em unidade, ao ano³⁷.



Fonte: CAGED-MTE (2014); FERNANDES (2016).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

A euforia dos ideólogos do crescimento social sustentável, aliado à “pretensa” responsabilidade social – que veremos na forma de

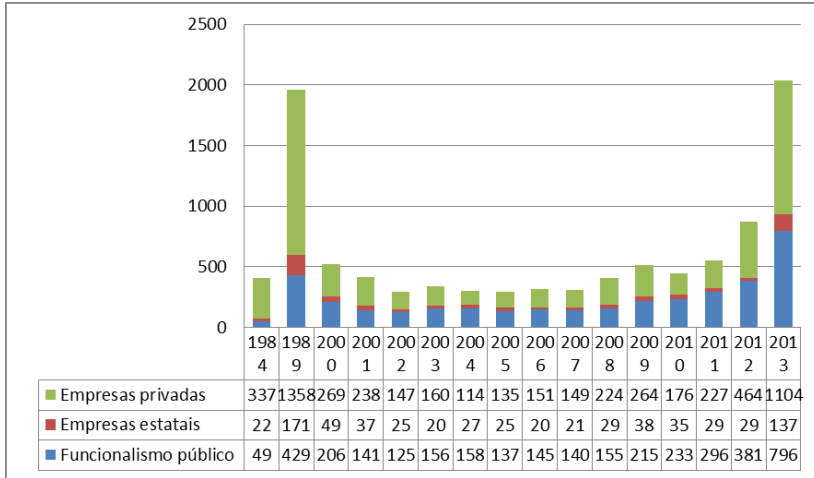
³⁷ Os dados estão compilados no documento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do MTE, chamado *Características do emprego formal. Relação anual de informações sociais – 2014*, página 4. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf> Acesso em: 16 maio 2017. O dado de 2015 foi acessado da reportagem de Sofia Fernandes da Folha de São Paulo, intitulada *Brasil fecha 1,5 milhão de vagas em 2015, pior resultado desde 1992*, de 21/01/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1731910-brasil-fechou-15-milhao-de-vagas-de-trabalho-em-2015.shtml> Acesso em: 16 mai.2017.

discursos ideológicos defensores de uma nova modalidade de desenvolvimento e do surgimento de uma “nova classe média” -, é correspondida pela ascensão destes números – ainda que a maioria dos empregos criados seja precária -, assim como pelo arrefecimento e profunda desintegração de postos de trabalho. Após 2013, a queda vertiginosa da economia capitalista no Brasil levou junto consigo parte considerável dos avanços pretendidos, sendo que a derrelição de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho em 2015 – continuada com a destruição de mais de 1,3 milhão no ano seguinte – aprofundaram seriamente a crise de acumulação capitalista que concedia benefícios sociais de amortização da miséria extrema na outra ponta da barbárie social brasileira.

O crescimento do número de greves, sendo em sua maior parte conquistadoras de aumentos salariais reais – ou seja, acima da inflação -, principalmente após 2011, é outra variável que denuncia o aumento do valor da força de trabalho pelo aumento do valor dos meios de subsistência necessários para que estes pudessem reproduzir a força de trabalho. Segundo o Dieese, a escalada do número de greves adquiriu novo impulso que não ocorria desde a década de 1980, quando a classe trabalhadora reorganizou seus instrumentos de luta e combatia, de forma organizada, a carestia e a inflação que corroíam seus salários.

Gráfico 22 – Número de greves anuais (1984, 1989 e 2000-2013) no funcionalismo público, nas empresas estatais e nas empresas privadas, em unidade³⁸.

³⁸ A tabela do Dieese com o número de greves anuais registradas do ano de 1984 à 2013, encontrasse DIEESE (2015, p. 42). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> Acesso em: 26 mai. 2017.



Fonte: DIESSE (2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

A escalada de greves foi uma crescente até 2013, ano de superação do recorde nacional nos registros do Dieese, que era o ano de 1989. Desde 2008 os números são crescentes – com leve queda em 2010 –, resultado da queda do valor da força de trabalho ao forçar as diversas categorias à ação sindical radical de paralização da jornada de trabalho. Mesmo não superando o recorde de greves no setor privado, o ano de 2013 aponta também um número elevado na greve deste setor de relação trabalhista mais fragilizada. Ainda que a pesquisa sobre o movimento grevista não tenha dados completos de todas as ações, a porcentagem de desfechos favoráveis das greves que tinham informações sobre seus resultados - 973 greves, 47% do total - foi de 80,1% - 49,8% tiveram suas reivindicações atendidas parcialmente e 30,2% integralmente (DIEESE, 2015, p. 13). Tais números denunciam, no mínimo, que as condições de trabalho eram precárias e os salários estavam defasados, forçando o patronato a ceder.

O aumento do valor do conjunto da força de trabalho não corresponde necessariamente à maior produtividade do trabalho. O crescimento econômico despontou em alguns anos, como em 2010, com índice de 7,5%, no entanto, no ano anterior e nos anos posteriores não atingiu média superior ao dos anos de FHC. Ou seja, não é possível afirmar que o valor médio da força de trabalho aumentou pela

determinação de um crescimento extraordinário da riqueza³⁹. Outro fator que explicaria essa situação seria se este tivesse sido tirado do trabalho excedente, ou de sua forma fenomênica, o lucro. No entanto, os monopólios “nunca ganharam tanto” como neste período.

Vários setores monopolistas tiveram lucros gigantescos, auxiliados principalmente pelo investimento estatal. As empreiteiras da construção civil participaram ativamente do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) com obras de infraestrutura e moradia urbana, na construção de hidrelétricas e rodovias e, principalmente, na construção das grandes obras dos eventos esportivos internacionais – Jogos Pan-Americanos em 2007, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016. O agronegócio também foi um setor que cresceu fortemente, principalmente pela bancada política de peso no Congresso Nacional e pela elevação dos preços das *commodities*. Os setores de serviços (dentre eles o de *telemarketing*) também cresceram na onda da supercapitalização, da precarização dos serviços estatais e das relações trabalhistas, com grande incremento da terceirização. Além destes e outros setores, destaca-se, em um ambiente de profunda financeirização e mundialização do capital, os monopólios financeiros e bancários. Mesmo com as dificuldades que vários setores passaram no ano de 2015, os 5 maiores bancos tiveram os maiores lucros de sua história,

³⁹ Em artigo para a revista *Margem Esquerda*, o economista Luiz Carlos Bresser Pereira criticou os “desenvolvimentistas de esquerda” que afirmavam que a aceleração do crescimento do período do governo Lula teria sido uma “retomada do desenvolvimento”. O autor analisa que no Brasil teria permanecido a “doença holandesa” (relação entre a exportação dos recursos naturais e declínio do setor manufatureiro), e que a desaceleração da economia teria retornado com os governos Dilma, que cresceram em média 2% ao ano – até 2014: “Voltamos à quase estagnação, à reprimarização da economia e à desindustrialização que caracterizaram a economia brasileira desde 1980” (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 22). Sobre a relação da queda do valor das *commodities* e elevação dos salários acima da produtividade, Bresser Pereira (2014, p. 29-30) afirmou: “Nos anos recentes a queda do preço das *commodities* implicou elevação da taxa de câmbio de equilíbrio corrente e, por isso, diminuição da gravidade da doença holandesa, mas, por outro lado, houve elevação real dos salários acima do aumento da produtividade, que causou elevação do índice comparativo do custo unitário do trabalho, o qual determinou um aumento do valor da taxa de câmbio e, portanto, do equilíbrio industrial, agravando a doença holandesa – que, ao não ser acompanhada pela depreciação da taxa de câmbio, causou forte perda de competitividade da indústria brasileira no plano real”.

com o valor de 69,9 bilhões de reais de lucro líquido total (DIEESE, 2015, p. 3). O investimento nos títulos da dívida pública, nas operações de crédito e também a redução do quadro pessoal de funcionários e de número de agências, foram fatores importantes para que, naquele ano, os lucros pudessem manter a ascendência e registrar seus recordes.

O que podemos inferir deste início de século é que a dinamização econômica que ocorreu com o mercado interno e com a proliferação de mercadorias financeiras enquanto produtos necessários da expansão capitalista para todas as dimensões da vida social foram os elementos sensíveis que permitiram uma “sensação” de equalização econômica e social. No entanto, neste período não foi realizada nenhuma ruptura com o capitalismo dependente no Brasil, ainda que se tenha aventado voos pretensamente autonomistas. O Brasil reposicionou-se no quadro geopolítico e o capital financeiro internalizado beneficiou-se com a negação a tratados excessivamente colonizadores, como era a pretensão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), empenhada pelos EUA.

As mudanças sensíveis na melhoria das condições de vida de frações mais empobrecidas da classe trabalhadora conviveram com a intensificação da agenda financeirizada do capital monopolista. Ricardo Antunes afirma que os governos Lula foram muito mais de continuidade do que de descontinuidade com a agenda regressiva “neoliberal”. O sociólogo traz uma importante afirmação do que teria sido o foco das políticas dos governos Lula, deixando de superar as “duas pontas da barbárie brasileira”:

[...] o governo Lula articulou as duas pontas da barbárie brasileira: sua política econômica remunerou como nenhuma outra as diversas frações burguesas e, no extremo oposto da pirâmide social, onde encontramos os setores mais desorganizados e empobrecidos da população brasileira, que dependem das doações do Estado para sobreviver, ofereceu uma política assistencial, sem tocar sequer minimamente em nenhum dos dois pilares estruturantes da tragédia brasileira (ANTUNES, 2011, p. 146-147).

Admitir a melhoria relativa nas condições de vida de frações mais precarizadas da classe trabalhadora não nos isenta de afirmar a continuidade do capitalismo dependente no Brasil e, principalmente, que os setores monopolistas foram os principais beneficiados nesta etapa. O

desenvolvimento desigual e combinado permitiu que, em curto período, os países “ditos” emergentes pudessem vislumbrar, ainda que de forma fantasiosa, uma ruptura pacífica com a dependência e o subdesenvolvimento. Contudo, a regressão social que começou em 2013 sobre os direitos sociais e trabalhistas denuncia que a debilidade da burguesia nativa em sua lógica exclusivista não foi superada.

Com aumento real do salário mínimo, diminuição do desemprego e incremento do crédito, algumas teorias explicativas foram elaboradas sobre o padrão de desenvolvimento capitalista desse período. Apropriar-se do debate em questão também nos ajuda a pensar nos limites e potencialidades referentes aos momentos de reprodução da classe trabalhadora envoltas na tríade produção, distribuição e consumo. Nesta tese será priorizada a análise crítica sobre a principal categoria apologética que, por um curto período, demarcou a proposta “neodesenvolvimentista” dos anos 2000: a “nova classe média”⁴⁰.

Para uma breve digressão, é importante aventar que o chamado “neodesenvolvimentismo” trata-se de um dos conceitos manipulatórios desenvolvidos neste período. A unidade crescimento econômico e justiça social é base desse modelo explicativo que se amparou no incremento do PIB de 2005 a 2010, possibilitada principalmente pelos preços favoráveis das *commodities* agrícolas e minerais, pela criação de empregos com salários baixos e pelas políticas sociais compensatórias que foram implementadas. Tratada como “apologia grosseira da ordem” por Plínio de Arruda Sampaio Junior (2012), essa perspectiva analítica serviu para fomentar uma polarização entre dois partidos em disputa (PSDB e PT), e para ocultar a permanência da dupla articulação no capitalismo dependente brasileiro: o subdesenvolvimento interno e a dependência externa. Em síntese, tratar-se-ia de uma “utopia burguesa” de superação dos entraves “neoliberais” constituídos pela ausência de crescimento econômico dos anos 1990, com medidas pretensamente “anti-imperialistas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 673-676).

No geral, a euforia “primeiro-mundista” que contagiou alguns dos principais intérpretes dessa perspectiva analítica⁴¹ avaliou ser

⁴⁰ Diversas outras categorias foram desenvolvidas neste período, tais como “social-liberalismo” e “reformismo fraco”. No entanto, priorizaremos a categoria que está inscrita na perspectiva de estratificação de classes, própria do funcionalismo e do compreensivismo weberiano.

⁴¹ Rodrigo Castelo elenca os principais formuladores dessa ideologia, ressaltando as diferenças nas ênfases, intenções e perspectivas das escolas: a corrente da “macroeconomia estruturalista desenvolvimentista”; a corrente

possível implantar um conjunto de políticas sociais compensatórias no encaixe de um crescimento econômico dirigido pela indústria primária, agrícola e mineral. A avaliação dos preços favoráveis das *commodities* ocultou a crescente desnacionalização dos parques produtivos da indústria nacional de produção de bens duráveis. Em conjunto, o desenvolvimento do sistema financeiro e do crédito auxiliou na dinamização do consumo de contingentes da classe trabalhadora, auxiliando na apologia da inclusão bancária e cidadã aos bens de consumo.

É dentro desse conteúdo explicitamente apologista da ordem que se encontra a caracterização da chamada “nova classe média”, desenvolvida principalmente por Marcelo Neri (2011), delimitada pela renda per capita de R\$ 291,00 até R\$ 1019,00, ou uma renda familiar média de R\$ 1200,00 até R\$ 5174,00, em 2011. De acordo com esses números, mais de 104 milhões de brasileiros, em torno de 52% da população, estariam nessa categoria que, segundo Neri, corresponde a estratos econômicos e não a classes sociais (LUCÉ, 2013, p. 171). Tais aspectos foram assimilados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, sendo balizador das políticas sociais e das propagandas publicitárias que explicam a euforia primeiro-mundista de fins da década de 2000 e da mistificação do fim da miséria.

Esta tese foi propagada durante o período de maior crescimento econômico e estabilidade política do último governo Lula e metade do primeiro governo de Dilma Rousseff. Em seu livro *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Marcelo Neri (2011) apresenta uma “leitura” dos dados agregados e específicos das bases da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), da PME e dos Censos do IBGE, do Caged do MTE e do indicador internacional de “felicidade” do Instituto Gallup. Tais números, em muitos trechos de seu livro, são absolutizados e, de certa forma, vistos de forma linear. Entrevistado por estes números estariam os fenômenos da época, desde a ascensão dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a empolgação com a organização de grandes eventos esportivos e, principalmente, os padrões de consumo alterados.

Em um conjunto de variáveis definidoras da “nova classe média” ou “classe C”, Neri (2011, p. 168) destaca a formalização do trabalho, sendo que “a carteira de trabalho é o maior símbolo da classe C como ato consumado, e o concurso público é o seu platônico objeto de

“pós-keyneisiana”; e a corrente “social-desenvolvimentista” (CASTELO, 2012, p. 630).

desejo”. O autor elege como causa do expressivo número de empregos formais criados após 2003, a “retomada do crescimento”, o “aumento da escolarização”, a “eficiência das atividades de fiscalização”, as “inovações na legislação trabalhista” – principalmente as “flexibilizações” do contrato de trabalho durante os governos FHC -, e o “incentivo à formalização das micro e pequenas empresas” – com as reformas de FHC em 1998 e de Lula em 2005 (NERI, 2011, p. 188-189). Ou seja, no conjunto de sua análise, a ascensão da “nova classe média” é resultado das contrarreformas que equalizaram a precarização do trabalho no conjunto da classe trabalhadora, retirando direitos das frações com maiores salários e constituindo os móveis necessários para a dinamização do capitalismo dependente na era da financeirização.

A novidade da chamada “nova classe média” foi refletida também por Amaury de Souza e Bolivar Lamounier (2010) que, se não a categorizaram da mesma forma, buscaram levantar dados quantitativos para entender a “classe média no Brasil”⁴². Não há absolutização da pretensa novidade da classe, mas a partir de variáveis como escolaridade, consumo, renda, os autores analisam esta categoria a partir do compreensivismo weberiano com o auxílio de pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) que apreendem a “percepção” que as classes teriam de si e do mundo.

O parâmetro de renda para conceituar as classes “A,B,C,D e E” utilizado por esses dois autores é muito próximo do entendimento de Neri. Aliado a percepção que estes teriam – percepção influenciada pelo conjunto de questões postas pelos entrevistadores do IBOPE -, os autores elencam um conjunto de elementos que desenhariam um novo “estilo de vida” em ascensão com a gradação de renda chamada de “classe C” (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 10-11). Os autores preconizam a identidade de classe enquanto pressuposto para a definição do que seria a “classe média”, partindo de um tipo ideal que é primeiramente estabelecido pela razão do autor em questão e mecanicamente posta na realidade. Para os autores (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 16), a “definição econômica de classe média muda ao longo do tempo”, contudo estabelecem os seguintes pressupostos subjetivos imutáveis vinculados no liberalismo burguês:

⁴² Pesquisa financiada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o livro de Souza e Lamounier (2010) pretende-se mais como uma pesquisa de opinião do consumo de uma fração de classe do que uma pesquisa em que a teoria social busca a aproximação com o fenômeno novo que se desenvolve na realidade.

O que tende a ser estável são os significados morais e culturais da vida de classe média. Nas democracias ocidentais, ser de classe média significa valorizar a competição e o mérito, o respeito à liberdade individual e a igualdade perante a lei⁴³.

As teorias funcionalistas e compreensivistas da estratificação social enfatizam gradações móveis de classes sociais que são encaixadas em tipos ideais estabelecidos a partir de critérios como renda e acesso a bens de consumo. O conjuntural crescimento econômico em parte dos primeiros 15 anos do século XXI ocultou as transformações fenomênicas que, estruturalmente, sequer foram tocadas. A essência de um regime de classes profundamente desigual e explorador, dirigido por uma classe burguesa dependente do imperialismo e completamente incompetente para dirigir um processo autônomo de transformações capitalistas, segue o rumo de seu aprofundamento segregacionista.

É inegável que houve crescimento de renda das frações mais precarizadas da base da pirâmide social. As pesquisas quantitativas demonstram esse fenômeno, assim como o crescimento do consumo e do crédito. No entanto, é forçoso apreender parâmetros do Banco Mundial para limitar as categorias miséria e pobreza segundo rendimentos mínimos. O acesso a bens de consumo perecíveis ou duráveis é uma das dimensões de uma vida com sentido, mas o acesso a diversas outras riquezas materiais e subjetivas, como liberdade de produção e associação, também proporcionam o que se convencionou chamar de *bem estar social*. Além disso, é forçoso considerar que toda a faixa de renda por família da “classe C”, ou “nova classe média”, delimitada entre R\$ 1200,00 e R\$ 5174,00, corresponda a transformações consideráveis, visto que agregam rendas tão disparees.

A categorização delimitada por variáveis quantitativas está profundamente ligada à profunda “matematização” das análises da realidade social que o neopositivismo induz para o pensamento

⁴³ Os valores liberais são reconhecidos como uma das visões sobre a classe média, pela qual inconscientemente se vinculam. A outra visão, renegada e criticada, é a de “inspiração marxista” que considera “a classe média prisioneira de uma falsa consciência”, e que estaria calcada na pretensão de “ensinar” às classes sociais os seus verdadeiros interesses (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 8-9). A categoria classe social está relacionada com as relações de produção e reprodução no capitalismo, e no conflito entre estas na produção e apropriação da riqueza socialmente produzida.

científico. Gyorgy Lukács, ao analisar a ascensão do neopositivismo baseado na matematização dos fenômenos sociais vistos como a realidade e não como abstrações razoáveis e/ou momentos desta realidade, compreende que a quantificação das ocorrências na realidade social teria o papel de manipular os resultados e empreender um metodologismo que tenha um fim em si mesmo. Concernente com as diversas ciências burguesas, dentre elas a física, a geometria e a biologia, Lukács (2012, p. 73) identifica esse processo manipulatório nas ciências humanas que descartam a crítica da economia política:

A unidade neopositivista da manipulação científica assume um aspecto ainda mais grotesco quando o ser humano e as relações humanas são o objeto de pesquisa. Nesse campo – por negligenciarem-se os resultados efetivos das ciências sociais, sobretudo da economia – a estrada não passa mais pela reinterpretação, pela inadmissível simplificação de métodos e resultados científicos efetivos, mas liga-se diretamente com as modernas filosofias de manipulação.

Outras formulações foram desenvolvidas sobre o fenômeno “novo” de uma fração da classe trabalhadora que passou a ser consumidora⁴⁴. A descoberta dos “batalhadores brasileiros” foi formulada por Jessé Souza (2010) enquanto contraponto a noção de “nova classe média” ancorada meramente nas variáveis de crescimento da renda. O autor buscou, em seus estudos, o levantamento de diversas expressões subjetivas que corresponderiam a esse novo contingente. A visão linear do processo, a ausência de elementos substanciais da essência das relações capitalistas de produção e reprodução vistas em sua totalidade e particularidade brasileira, apontam os limites de um estudo que a própria virada econômica de 2013 em diante rejeitaria⁴⁵.

⁴⁴ Há também categorizações tais como “preariado”, formulada por Ruy Braga (2012), e “subproletariado” de André Singer (2012), que não são analisadas nesta tese.

⁴⁵ Ruy Braga (2012, p. 27-28) faz uma série de críticas à análise de Jessé Souza: com relação aos “casos” de “batalhadores brasileiros” houve subestimação da região sudeste e nenhuma justificativa plausível para a seleção dos casos estudados; os programas federais do período lulista são elogiados demasiadamente, sendo que a participação popular é apresentada restritamente à

Os limites desta perspectiva de teoria social ancoram-se no abuso do fator subjetivo e no afã de encontrar o novo, de uma categorização que supere dialeticamente no pensamento uma realidade concreta complexa, difícil de ser apreendida abstratamente. É possível concluir que sim, a classe trabalhadora está em permanente transformação em sua relação com o capital e com a vida social como um todo. Contudo, absolutizar melhorias nas condições sociais e econômicas para a classe explorada e expropriada no sistema sociometabólico do capital é ação que obstaculiza uma análise calcada na luta de classes permanente, na revolução e contrarrevolução enquanto processo inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista.

Uma variante dessa perspectiva, de conteúdo mais crítico, mas também apologista, trata-se do chamado “social-desenvolvimentismo”. Marcio Pochmann, seu principal interlocutor, aprofundou pesquisas sobre a transformação da classe trabalhadora na década de 2000 desde a renda até as possibilidades de estudos e capacitação. É dele a apresentação dos dados coletados pelo IPEA de que 94,8% dos empregos criados no Brasil na década de 2000 – 21 milhões de postos de trabalho - pagavam, no máximo, um salário mínimo e meio (POCHMANN, 2012, p. 27). De acordo com esses números e outras variáveis, Pochmann qualifica a caracterização de “nova classe média”, defendida por Neri e outros autores, enquanto falsa e favorável à mercantilização das políticas sociais. Embora tenda a apresentar as fragilidades dessa explicação sobre a mobilidade social na estratificação de renda no Brasil, e a propor a saída por uma “nova maioria” para superar os entraves do desenvolvimento, Pochmann referenda as transformações realizadas na estrutura de mobilidade social e seus benefícios para a mitigação da pobreza desse período histórico que ele caracteriza enquanto “terceiro movimento”:

[...] o terceiro movimento convergiu na queda tanto da taxa de pobreza como da desigualdade da renda. Dos anos 2003 a 2012, por exemplo, o índice de Gini reduziu-se 17,8% (1,8% ao ano, em média), enquanto a taxa de pobreza diminuiu 61,8% (5,5% ao ano, em média). Em síntese, o retorno do crescimento econômico combinado ao conjunto de políticas públicas de renda (salário

eleição do “profeta exemplar” - Lula; o “preariado” seria uma condição inelutável e parcialmente passiva; incorpora nesta categoria os pequenos empresários e trabalhadores profissionais.

mínimo, programas de transferência de renda, entre outros) produziu uma trajetória inédita de inclusão social no Brasil (POCHMANN, 2014, p. 29).

Todo o debate sobre as metamorfoses que a classe trabalhadora passou durante esse período é fundamental para compreender a incidência do seu endividamento. Se na base da pirâmide, uma das pontas da barbárie capitalista, os níveis extremos de pobreza tiveram uma importante redução, outro contingente da classe trabalhadora teve um rebaixamento considerável de sua renda. Os funcionários públicos foram duramente atacados nesse período, perdendo direitos previdenciários e arcando com um arrocho salarial representativo. Metalúrgicos, com a desterritorialização dos setores produtivos, viram um decréscimo de seu contingente em polos industriais consolidados e um rebaixamento do salário nas plantas instauradas nesse período⁴⁶. Bancários também passaram por um processo de desemprego considerável com a automação crescente de seu trabalho. O dado apresentado anteriormente, da criação de empregos de baixa produtividade, pode ser relacionado diretamente com o indicador da crescente eliminação de postos de trabalho nos setores de maior produtividade e maiores salários. Segundo Pochmann, no mesmo período em que foram criados quase 20 milhões de empregos que pagavam até 1 salário mínimo e meio na base da pirâmide social, foram eliminados quase 4,3 milhões de empregos que pagavam mais de 5 salários mínimos (POCHMANN, 2012, p. 27). Esses dados fortalecem a afirmação de que a distribuição de renda – destacando-se aqui a massa salarial - se estabeleceu somente entre os assalariados, e não no conjunto da sociedade.

Destes novos empregos com salários rebaixados, duramente precarizados, a maior parte encontra-se nos setores de serviços, comércio e construção civil (POCHMANN, 2012, p. 32). É aqui que os 52% de trabalhadores ocupados que ganhavam até R\$ 1064,00 de renda per capita se encontravam em sua maioria. Não é muito difícil inferir que a relação entre precarização do trabalho, salários rebaixados e crédito facilitado é causalidade objetiva real que não só fomentou o endividamento da classe trabalhadora, como dinamizou o consumo dessa mesma classe. O elemento histórico e moral do valor dos meios de

⁴⁶ Ver algumas observações em artigo de Ricardo Antunes (2014).

subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho reestruturou e dinamizou a vida social.

A precarização do trabalho neste século segue o ritmo do fim dos anos 1990, em que empresas de agenciamento do trabalho terceirizado expandiram o contingente de trabalhadores com relação de trabalho terceirizada. Parte considerável do que os analistas apologistas nominaram como “nova classe média” advém desta relação precaríssima de trabalho, com baixíssimos salários e condições de trabalho muito inferiores à média geral.

Os pesquisadores em questão, que buscaram analisar o fenômeno em um processo aqui e agora, deixaram-se levar pela conjuntura favorável de crescimento econômico puxado pela particularidade do processo produtivo predominante no mercado mundial do período. É interessante como os três analistas com visão mais próxima dos passos do governo federal do período foram presidentes do IPEA em uma sequência quase coincidente com o que defendiam. Márcio Pochmann, o articulista com senso crítico mais apurado, foi o primeiro da lista, presidente de 2007 a 2012. Marcelo Neri, economista mais ufanista e apologista das medidas governamentais, esteve à frente do instituto de 2012 a 2013. Já Jessé Souza, intelectual crítico do predomínio quantitativo na análise reflexiva, dirigiu o instituto na fase de declínio econômico e político do último governo de Dilma, de 2015 a 2016.

É preciso constatar que houve transformações consideráveis nas relações de produção e reprodução da vida social no Brasil. Contudo, as ilusões de uma história linear que acumulasse conquistas da classe trabalhadora em questão (seja ela nova em sua totalidade ou em uma fração) foram encaradas de forma particularista e sem a devida análise das crises do capital e das revoluções permanentes pela qual o modo de produção capitalista se desenrola.

O esgotamento do padrão de acumulação dos anos 2000, que valorizou sensivelmente as *commodities* agrícolas e minerais – beneficiando países da América Latina, aproveitando a poderosa expansão da manufatura chinesa -, encontrou os primeiros sinais limitadores no fim da primeira metade da década de 2010. Com a redução do valor do barril do petróleo imposta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e principalmente pela Arábia Saudita, uma das principais fontes de riqueza dos países da América Latina foi duramente atingida. O Brasil não passou incólume por esse processo.

Mesmo com indicadores sociais em franca ascensão, o fosso social que separa os detentores de capital – de qualquer natureza – da

classe trabalhadora ainda é muito distante. A *heteronomia* é denunciada pela distribuição de renda circunscrita ao conjunto dos assalariados e pelos lucros recordes dos setores monopólicos. Mesmo com avanços parciais no que tange ao desenvolvimento capitalista, a fragilidade de mudanças meramente conjunturais foi derruída e despontou na realidade concreta e no imaginário social a condição do subdesenvolvimento e da dependência externa. Em síntese, a dupla articulação característica do capitalismo dependente não foi superada e demonstra que sua superação só será realizada com a irrupção de transformações sociais radicais.

A categoria “nova classe média”, produto publicitário dos breves anos de empolgação com as condições conjunturais favoráveis, encontrou-se como peça de relíquia já em 2016. Questionado por jornal de circulação popular⁴⁷ quanto à permanência desta categoria depois de um ano de aumento do desemprego, da inflação e destruição de postos de trabalho, Marcelo Neri insistiu ainda em utilizá-la enquanto resultado de políticas públicas específicas e do esforço pessoal de sujeitos que buscaram a educação para se capacitar. Ele reconheceu, na matéria, que os trabalhadores pertencentes a essa classe perderam o poder de barganha com o alto desemprego, pois “os trabalhadores passaram a ter perda real porque, com o desemprego alto, não conseguem negociar (reajustes salariais com os patrões)” (NERI, 2016). Mais a frente, Neri (2016) é questionado se, com uma retomada do emprego, a “nova classe média” poderia voltar ao patamar anterior. A resposta do economista expõe uma autocrítica das projeções lineares que realizou e demonstra desconhecimento quanto ao futuro:

Estamos num momento muito difícil de se fazer projeção. Eu fiz projeções no livro, para daqui a cinco anos, mas não faço mais. O que os dados mostram é que, talvez, o pior já tenha passado, a não ser que volte a piorar. O Brasil foi um laboratório a céu aberto, mas aprendemos pouco com isso. Não sabemos o que deu certo, o que é melhor. O estado brasileiro foi muito deficiente nesse processo.

⁴⁷ A entrevista com Marcelo Neri foi dada ao jornal *Extra* para a repórter Rafaela Barros, com o título “O que aconteceu com a nova classe média: economista faz diagnóstico do antes e depois da crise econômica”, publicada em 18 dez. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/o-que-aconteceu-com-nova-classe-media-economista-faz-diagnostico-do-antes-depois-da-crise-economica-20664168.html> Acesso em: 27 mai. 2017.

A dinamização do modo de produção capitalista interage decisivamente na circulação de mercadorias, dentre elas a mercadoria força de trabalho. Como já identificado, a base da pirâmide social elevou a renda enquanto os setores assalariados medianamente remunerados foram duramente precarizados nesse processo. Contudo, é sobre o elemento moral e histórico do valor da força de trabalho, incidente nas mercadorias necessárias para a sua reprodução, que se encontram algumas determinações do aumento do consumo de mercadorias de subsistência e também das mercadorias financeiras. A expansão das formas de exploração e expropriação da força de trabalho aprofundou-se com o desenvolvimento da *financeirização e mundialização do capital*⁴⁸. A interação recíproca entre produção e apropriação do valor é fenômeno constatável no desenvolvimento capitalista no Brasil, o que Virgínia Fontes (2010) tem categorizado como inserção subordinada ao que ela chama de “capital-imperialismo”. O aprisionamento do trabalhador pelo crédito nesse processo é descrito por Fontes (2010, p. 298) na seguinte afirmação:

O predomínio do capital-imperialismo supõe um acirramento de atividades voltadas para a produção de mais-valor e de extração de sobretrabalho sob formatos variados, respondendo ao predomínio do capital portador de juros, resultante da condensação/imbricação de todas as formas do capital. O grau de expropriação social e de concentração dos recursos sociais de produção impulsiona capilarmente a constituição de novos setores burgueses, como burguesias de serviços, além de fomentar a extração de sobretrabalho apenas indiretamente organizada pelo capital, como através do recolhimento de impostos/tributos e, sobretudo, através da difusão do crédito. O crédito não se limita aos juros imediatos que extorque. Este seria um argumento unicamente econômico. A irradiação do crédito envolve também formatar uma sociabilidade necessitada de recursos monetários para assegurar o consumo, ou o pagamento de prestações,

⁴⁸ A análise desse processo é realizada na primeira seção do segundo capítulo da tese.

exasperada, portanto, para vender sua capacidade de trabalho sob qualquer formato.

Em um período de profunda precarização do trabalho, a saída do crédito para os trabalhadores é uma necessidade que cumpre o requisito de realização das mercadorias e, portanto, a realização do mais-valor. Além disso, Moura (2016, p. 82) identifica que “o crédito adquirido pelos trabalhadores permite que estes tenham acesso a determinadas mercadorias que, em geral, não são garantidas com o poder de compra do salário”. Ou seja, ampliado o acesso deste para a compra de moradia, veículos, alimentação e políticas sociais mercantilizadas, o crescimento do endividamento é uma consequência.

Mathias Seibel Luce (2013) afirma que o contingente da chamada “nova classe média” seria de trabalhadores vivendo em condições de *superexploração* de sua força de trabalho. Essa categoria pertence à escola da Teoria Marxista da Dependência (TDM), que tem como principal representante Rui Mauro Marini (2005), e consiste na afirmação de que o valor da força de trabalho possa ser violado em condições históricas específicas, como as dos países dependentes da América Latina que, pela troca desigual, funcionam como plataforma de valorização e extração de valor para os países da metrópole imperialista. O valor da força de trabalho seria pago abaixo de seu valor, e o fundo de consumo dos trabalhadores, composto pelos meios de subsistência necessários para a sua reprodução, seria fonte excedente de mais-valor a ser superexplorada. Contudo, é sempre importante retomar um dos pressupostos pelo qual Marx analisa essa mercadoria, o fato de que a “determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral” (MARX, 2013, p. 246). Para tanto, o componente histórico “luta de classes” é determinação fundamental neste processo, seja na distribuição de renda restrita aos assalariados, que possibilitou crescimento relativo para os trabalhadores da base da pirâmide neste período, seja no crescimento considerável das greves em 2013, que pressionaram os patrões pela reposição salarial necessária para suprir o valor defasado.

A dinamicidade da luta de classes constitui permanentemente o valor da força de trabalho. No contexto atual, pós-golpe burguês de 2016, a ofensiva do capital empreende esforços violentos sobre o valor da força de trabalho, instituindo contrarreformas que destroem direitos sociais e trabalhistas que guarneciam algumas condições para os trabalhadores. De movimento em movimento, as personificações do capital aproximam-se e se distanciam da apropriação de mais-trabalho

excedente, ou mesmo de trabalho necessário, com a venda de mercadorias que possam acelerar a rotação do capital – tendo o crédito como exemplo. Em síntese, esse movimento dinâmico não pode ser visto apenas como a violação de um fundo de consumo pré-constituído. Outro grande intérprete da TMD, Jaime Osorio (2013, p. 56 – *grifos do autor*) demonstra o caráter dinâmico deste processo e fundamenta a chamada superexploração da força de trabalho. Em termos, explicita que tal violação não é apenas uma arbitrariedade mercantil:

Com a teoria do valor acontece algo similar. Em vez de nos perguntarmos sobre as relações sociais que constituem o valor, e as formas que o encobrem – dinheiro, preços, lucro, etc. –, tendemos a tomar as formas como “coisas”, sem a negatividade que os constitui. E assim o valor se constitui como algo dado, fixado, sem conflitos. Como relação social, o valor contém sua própria negação enquanto violação ou rompimento do valor. *A violação do valor não é senão a contrapartida da constituição do valor*, em um mundo no qual se desata um afã desenfreado por trabalho excedente, por trabalho vivo, única fonte do valor. Romper a lei do valor da força de trabalho emerge então como a contraparte necessária da expansão e desenvolvimento do valor. Por isso Marx recorrentemente faz referência a diversos mecanismos e procedimentos que violam o valor das mercadorias e, em particular, do valor da força de trabalho, cujo denominador comum é se apropriar de mais valor, justamente aquele que corresponde ao valor da força de trabalho.

No período estudado por esta tese é encontrado tal movimento em que o valor da força de trabalho para frações mais precarizadas da classe trabalhadora obteve alterações em seu fundo de consumo. No contexto do grande incremento de consumo por parte destes trabalhadores, Luce (2013, p. 185) considera que o televisor de plasma e a máquina de lavar roupa adquiriram progressivamente o status de meios de subsistência necessários para uma maior parcela da classe trabalhadora. Outros bens de consumo que facilitam a reprodução continuada das forças de trabalho, como o forno micro-ondas, automóveis e motocicletas, tiveram um crescimento de seu acesso em uma realidade em que as moradias

distanciaram-se dos locais de trabalho (muitos dos conjuntos habitacionais financiados pelo programa MCMV foram construídos em periferias distantes das áreas centrais metropolitanas), e em que o transporte público recorrentemente tem piorado seus serviços. A desoneração do IPI entre 2011 e 2014 para produtos da linha branca e automóveis facilitaram também o acesso a esses bens.

Na pesquisa sobre a “nova classe média”, Marcelo Neri produz gráficos com microdados da base Pnad-IBGE que demonstram o consumo crescente de bens duráveis. O autor mostra o crescimento do acesso a geladeiras – de 69,88% em 1992 para 93,85% em 2009, máquina de lavar roupa – de 23,09% em 1992 para 44,37% em 2009 e de televisão – de 73,10% em 1992 para 96,45% em 2009. Se delimitado para o contingente da chamada “classe C”, esses indicadores chegariam em 97,47% para geladeiras, 53,22% para máquinas de lavar roupa e 97,62% para o acesso a televisores em 2009 (NERI, 2011, p. 136-139).

O consumo dessas mercadorias que compõe os meios de subsistência necessários alavancados pelo aumento do endividamento dos trabalhadores assalariados pode ser relacionado com a intensificação da exploração do trabalho. Luce (2013) defende que o endividamento excessivo deste período trata-se de uma compensação que os trabalhadores estão tendo para uma força de trabalho que encontra dificuldades de se reproduzir apenas com o salário. A distância entre o quanto o aumento do valor da força de trabalho não teria acompanhado o aumento de seu pagamento é diagnosticado pelo autor. Segundo Luce (2013, p. 184),

Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas-extras, vender 1/3 das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente.

Além das mercadorias financeiras, que passam a ser consideradas enquanto meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho, a privatização e o sucateamento de diversos serviços públicos oferecidos pelo Estado incentivam o consumo desses serviços

pelas famílias dos assalariados. O oferecimento e consumo de financiamento estudantil para a educação privada e os planos de saúde cresceram exponencialmente neste período (NERI, 2011). Tal fenômeno também ocorre nos países mais desenvolvidos, principalmente nos EUA, resultado da crescente ofensiva do capital que renegou o oferecimento desses serviços públicos em favorecimento das mercadorias financeiras que facilitaram o acesso de contingentes de trabalhadores a essas mercadorias. Segundo Robert Guttman e Dominique Plihon (2008), o capitalismo conduzido pelas finanças nos EUA expandiu esse processo de privatização dos serviços públicos e auxiliou no endividamento excessivo:

As preferências ideológicas em prol de uma estrutura reduzida de governo também levaram os norte-americanos a confiarem determinadas necessidades, que no resto do mundo são providas como bens públicos pelos próprios governos, à regulação do mercado e, por isso, eles acabaram pagando muito por coisas como educação, saúde, transporte, et cetera. Muito disso é financiado por endividamento, como os empréstimos a estudantes e os financiamentos de carros. (GUTTMAN; PLIHON, 2008, p. 588)

E diante do endividamento galopante, quais são as estratégias concebidas pelo capital e suas personificações no sentido de contenção dos danos da inadimplência? A crise imobiliária dos EUA formou uma bolha em que os empréstimos, e empréstimos de empréstimos, colecionados pelas facilitações das hipotecas *subprime*, eram mercadorias financeiras livremente oferecidas para os setores mais precarizados da classe trabalhadora. O risco que se apresentou para o sistema não leva em conta o endividamento, que na verdade é funcional no processo de financeirização. O comprometimento do salário dos trabalhadores para o consumo dos meios de subsistência com as mercadorias financeiras que agregam valor a ser pago pelo endividado, e ainda os juros rotativos, fazem parte do capital portador de juros atuando sobre os consumidores individuais. O grande risco do capital é o não pagamento da dívida, ou seja, a inadimplência.

3 O FENÔMENO DO ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

3.1 A expansão e dinamização do sistema financeiro enquanto impulso para a autorreprodução ampliada do capital

O fenômeno do endividamento da classe trabalhadora está inscrito no processo de reprodução capitalista. Antecede a análise específica deste movimento a profunda expansão e dinamização do sistema financeiro em sua conexão direta com a acumulação capitalista. Para tanto, a totalidade deste movimento requer um olhar sobre os fundamentos da produção de valor e os agentes que interagem na circulação e na reprodução.

A teoria do valor em Marx consagrou-se na análise que melhor apresenta o movimento histórico em sua gênese e desenvolvimento do capital, assim como na apresentação dos fundamentos sociais e das leis tendenciais de desenvolvimento deste modo de produção e reprodução da vida. Partiremos dos elementos básicos que se sintetizam no capital industrial produtor de mercadorias e de mais-valor, no capital de comércio de mercadorias e no capital de comércio de dinheiro, para, daí, apresentar a dinamização da esfera financeira dos últimos 40 anos. Esses pressupostos são fundamentais para identificar que o crédito cedido aos trabalhadores é fonte torrencial de lucros, sendo que esta modalidade punciona valor na circulação, mais especificamente, expropria parte do salário dos trabalhadores, de seu tempo de trabalho necessário para reprodução de sua força de trabalho.

No Livro I de *O Capital* (2013), Marx apresenta os fundamentos da produção simples de capital, partindo da mercadoria como objeto que contém valor de uso e valor. O valor pelo qual a mercadoria é trocada é o tempo socialmente necessário para sua produção, sendo essa substância mediada pelo equivalente geral de uma mercadoria que se transforma socialmente nessa qualidade, o dinheiro.

Enquanto pilar do complexo social do capital, força expansiva que se reproduz e se revigora constantemente, está a produção do mais-valor. Trata-se do trabalho não pago – tempo excedente – que o capital explora da força de trabalho em uso. Pago por seu valor, a força de trabalho é uma mercadoria determinada pelo tempo necessário para a

reprodução dessa mesma força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para sua reprodução. Esse tempo necessário – trabalho pago - é sempre acrescido do trabalho excedente não pago, que justifica o empreendimento do capitalista no processo de produção⁴⁹.

Fundada sobre a exploração da força de trabalho, a reprodução ampliada do capital é um processo mediado pela luta de classes, em que os capitalistas, detentores dos meios de produção e do capital, pressionam permanentemente por uma maior extração possível de trabalho não pago a força de trabalho em uso, utilizando-se de mecanismos sociais que rebaixam o valor médio da força de trabalho e que aumentam a produtividade e a taxa de mais-valor. Por outro lado, os trabalhadores pressionam por uma maior fração do trabalho excedente não pago a fim de poder consumir mais meios de subsistência necessários para a sua reprodução. A ação sindical é o meio pelo qual se exerce a pressão feita pelos trabalhadores.

A fórmula universal do capital, D-M-D', expõe sinteticamente este processo. Dinheiro que compra os componentes do capital constante – meios de produção e matérias-primas – e do capital variável – a força de trabalho - e que, ao vender a mercadoria produzida pelo processo de trabalho, tem enquanto retorno o dinheiro acrescido do mais-valor produzido pelo trabalho excedente do uso da força de trabalho. O capital constante é repostado integralmente no valor da mercadoria, enquanto o capital variável repõe o valor dos meios de subsistência necessários para o seu uso. Contudo, no processo de produção, o alongamento do uso da força de trabalho produz o mais-valor, que é motivação essencial deste modo de produção.

Neste íterim, as funções já consagradas do dinheiro como equivalente geral, meio de circulação e meio de pagamento, são acrescidas pela função de entesouramento. A existência do entesouramento é um pressuposto para a acumulação capitalista, não no

⁴⁹ Sobre o trabalho necessário e o trabalho excedente, Marx afirma: “Portanto, denomino ‘tempo de trabalho necessário’ a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e ‘trabalho necessário’ o trabalho despendido durante esse tempo. [...] O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho” (MARX, 2013, p. 293).

sentido de manutenção ociosa de capital, mas de sua utilização para a reprodução ampliada que se empreende com o investimento contínuo no processo de valorização do capital. Deste processo, o fetiche do dinheiro é racionalidade que se desdobra de suas aparentes funções, como a de produzir dinheiro. Essa questão é analisada no terceiro capítulo desta tese.

Uma das mistificações de todo o processo de reprodução é apresentada pela taxa de lucro que quantifica a relação entre o capital adiantado – constante e variável – sobre o valor final acrescido de mais-valor. Contudo, a taxa de lucro esconde o real produtor de mais-valor. As grandezas de mais-valor e do lucro são as mesmas, mas as taxas se diferem: enquanto a taxa de mais-valor é estabelecida na relação com o capital variável, único que pode produzir mais-valor, a taxa de lucro é relacionada com o capital constante e variável.

Neste processo, a *lei tendencial da queda da taxa geral de lucro* é determinada pela necessária corrida concorrencial que busca baratear as mercadorias no sentido de potencializar a sua venda frente aos demais capitalistas. Neste sentido, com as inovações e descobertas tecnológicas, o capital constante é frequentemente acrescido, diminuindo o valor final da mercadoria e a própria taxa geral de lucro. Se, por um lado, essas inovações possibilitam uma maior taxa de mais-valor referente à exploração intensificada pelo mais-valor relativo, por outro, a massa de lucro expropriada por cada mercadoria é menor. Neste sentido, as leis contratendências, ou contra-arrestantes, como se refere Marx no Livro III de *O Capital* (2017), são movimentadas no sentido de manter, ou mesmo aumentar, a taxa geral de lucro e, principalmente, a massa de lucro, a fim de impedir a queda da taxa. São medidas contra-arrestantes: o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo do seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital acionário (MARX, 2017, p. 271-279). Os dois últimos estão intimamente ligados ao desenvolvimento do sistema de crédito no capitalismo desenvolvido.

É na esfera da circulação de mercadorias que os distintos capitais interagem e empreendem o processo de reprodução. O ciclo do capital-mercadoria e o ciclo do capital-dinheiro são fundamentais para que o determinante capital produtivo de mais-valor possa realizar-se. Compreender que no ciclo do comércio de mercadorias ou de dinheiro se possa produzir valor escancara o fetiche do dinheiro que produz dinheiro, que equivale à mera aparência de um processo que requer a determinante produção de valor para que possa existir.

Marx identifica no Livro II de *O Capital* (2014) a fórmula do ciclo da reprodução como $D - M (FT+MP) - P - M' - D'$. Esse movimento geral é representado pelos três ciclos do capital industrial: o ciclo do capital-dinheiro – $D...D'$ -, o ciclo do capital produtivo – $P...P$ -, e do ciclo do capital-mercadoria – $M'...M'$ ⁵⁰. Os distintos capitais cumprem, nesse processo, as condições necessárias para que o fundamento do processo de valorização se realize.

No Livro III de *O Capital* (2017), o processo de reprodução global identifica a transformação do mais-valor em lucro, e a divisão consequente entre os diferentes capitais no processo. O capital comercial atua no sentido de garantir que o capitalista industrial privilegie a atividade, por demais complexa, de controlar e supervisionar o processo produtivo. A fórmula básica do capital comercial é $D-M-D$. Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, alguns capitalistas especializam-se então no papel que é proporcionado ao capital de comércio de mercadorias, que compra as mercadorias dos capitalistas pelos preços de produção e as vendem por seu preço de mercado. Ou seja, como no momento essencial do processo de reprodução capitalista, o capital comercial cumpre a função de garantir a realização da mercadoria no consumo final, “o lucro comercial é reduzido à alíquota do mais-valor total, que corresponde ao capital comercial como alíquota do capital total empregado no processo social da reprodução” (MARX, 2017, p. 329).

Já o capital monetário equivale à representação $D-D'$, em que tudo o que está no meio do processo oculta-se e dá a impressão de que é possível o dinheiro autonomizar-se e produzir dinheiro por si só. Esse capital de empréstimo tem o potencial de ser capital, de servir para o capitalista produtivo empreender e poder gerar mais-valor. Neste processo, o proprietário do capital aliena o seu valor para um terceiro, que consome o valor de uso capital e o valor na compra dos meios de produção e força de trabalho, tendo o prestamista recebido, depois de um prazo estabelecido, o mesmo valor emprestado acrescido do adicional dos juros (MARX, 2017, p. 398).

A particularidade deste processo com o objeto aqui tratado, o endividamento da classe trabalhadora a partir das mercadorias financeiras, não pode ser entendido por esse uso como apropriação de mais-valor. Contudo, para além dessa importante expansão do sistema

⁵⁰ Processo analisado principalmente nos quatro primeiros capítulos do Livro II de *O Capital* (2014).

financeiro, sobrevive e dinamiza-se a função deste capital monetário ocioso com o seu potencial de funcionar enquanto capital.

Visto na totalidade do processo, a reprodução capitalista tem como objetivo central a busca pelo lucro e pela acumulação de capital. No processo de circulação, a mercadoria dinheiro é utilizada como meio de pagamento e meio de troca, mas ela também tem o potencial de ser capital no sentido de ser disponibilizada para o capitalista ativo na produção. Se o dinheiro não pode produzir dinheiro, tal uso como capital pode puncionar parte do lucro que foi produzido na produção em forma de juros. Neste sentido, Marx identificou os diferentes agentes no processo de reprodução e a consequente divisão dos lucros entre o capitalista industrial, comercial e monetário – além do dono das terras (que não iremos tratar neste trabalho).

O *capital portador de juros* é a forma mais elementar de capital de empréstimo de dinheiro, aquele que coloca o seu dinheiro – capital em potencial – a serviço do capital produtivo e requisita deste uma parte dos lucros. O valor destes juros é sempre indeterminado e depende, dentre outros fatores, da oferta e demanda destes recursos e do momento de crise ou depressão que faz com que o capital produtivo necessite de mais ou de menos capital para empreendê-lo na produção. Este é o capital que tem como função precípua o funcionamento como mercadoria *sui generis* que é alienada a um terceiro que utiliza o seu valor de uso para a produção de valor. Marx identifica esse potencial do capital-mercadoria disponibilizado por esse capitalista para outro capitalista do setor produtivo da seguinte forma:

Com base na produção capitalista, o dinheiro – aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias – pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, de mais-produto e de mais-valor, e de apropriar-se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa

qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal tornar-se mercadoria (MARX, 2017, p. 385-386).

Em tal movimento, outro componente existente é o chamado *capital fictício*, visto por Marx no Livro III a partir da desenfreada especulação que se estabeleceu pelos negociantes de dinheiro, os setores bancários, e que em momentos de grande expansão capitalista desdobram as letras de câmbio comerciais e bancárias sem o devido lastro. Considerado por Marx como o “outro lado do sistema de crédito”, a centralização do capital monetário realizada pelos bancos contribui para a criação de diversas modalidades de capital de empréstimos, que vão desde as modalidades do crédito comercial, como os adiantamentos diretos com base no crédito pessoal, até os títulos públicos e ações de todos os tipos (MARX, 2017, p. 455). Neste ínterim, os capitalistas prestamistas dividem-se entre os produtivos, que cedem crédito para atuar na reprodução, e os especulativos, que se preocupam exclusivamente em se apropriar dos lucros alheios:

O homem comum de negócios desconta suas letras para antecipar a forma-dinheiro de seu capital, mantendo, assim, em marcha o processo de reprodução; não para expandir o negócio ou obter capital extra, mas para compensar o crédito que dá por meio do crédito que recebe. [...] O especulador, no entanto, descontará suas letras especulativas para expandir seu negócio, para cobrir um negócio duvidoso com outro da mesma natureza, não a fim de obter um lucro, mas de obter a posse de capital alheio (MARX, 2017, p. 482-483).

Mesmo ainda incipiente e centrado nas letras bancárias garantidas pelo Banco da Inglaterra – a autoridade monetária estatal dominante do século XIX -, Marx já identifica os primeiros passos do mercado de valores enquanto um elemento ao mesmo tempo dinamizador e com potencial exclusivo que conduziria a reprodução capitalista desde então.

O *sistema de crédito* também foi visto por Marx em sua nascente dinamização do processo como um todo, principalmente em sua função

de centralização do capital ocioso e de potencial acelerador da rotação do capital. Estes dois momentos foram vistos no Livro II e III de *O Capital*, interagindo com o processo como um todo em determinações recíprocas.

No livro II de *O Capital*, o ciclo do capital total é composto pela mediação entre a esfera produtiva e a esfera da circulação. Para tanto, a seção II evidencia que o tempo de rotação do capital é a soma do tempo de produção e do tempo de circulação, incidindo diretamente sobre o valor e o preço da mercadoria. Com o prolongamento do tempo de circulação há uma diminuição na velocidade da rotação do capital, e com o encurtamento, há um aumento da velocidade. Marx identifica os progressos históricos que permitem a diminuição do tempo da circulação, que vão desde as comunicações e o transporte, até a facilitação destes para o consumidor final.

Apesar de o sistema de crédito ser abstraído dos exemplos que estabelece em suas hipóteses sobre o ciclo do capital industrial, Marx pincela um potencial elemento dinamizador na rotação do capital sobre o período de trabalho – capítulo 14 -, que se trata do crédito enquanto concentrador de capital. Diz ele que “o crédito, na medida em que possibilita, acelera e aumenta a concentração de capital numa só mão, contribui para abreviar o período de trabalho e, com ele, o tempo de rotação” (MARX, 2014, p. 361).

É no Livro III que Marx apresenta, mesmo que com grandes lacunas em seus manuscritos, as principais formulações sobre o sistema de crédito no processo global de reprodução. Como já visto anteriormente, o capital portador de juros e o capital fictício são elementos muito importantes do capitalismo desenvolvido que constitui o mercado mundial e expande a reprodução do capital em todas as dimensões da vida social.

Marx elenca quatro pontos sobre o papel do crédito na produção capitalista – capítulo 27 -: o papel do sistema de crédito em compensar ou equalizar o movimento das taxas de lucro; a função de reduzir os custos da circulação ao acelerar a rotação dessa esfera; a criação das sociedades por ações, no que Marx chama de “transformação em empresas sociais”; e o poder quase que absoluto dos capitalistas que detém esse papel de dispor do capital e do trabalho social alheio (MARX, 2017, p. 493-498). Destas funções, Marx desdobra a tese de que o sistema de crédito tem o potencial de não só expandir as relações do capital sobre as diferentes dimensões da vida e constituir o mercado

mundial, como de romper os limites e abrir as portas para um novo modo de produção⁵¹. A tese do capital social total não é objeto desta análise, mas é interessante como a gênese de uma sociedade vindoura pode irromper dialeticamente de um modo de produção que desenvolve cada vez mais novos estranhamentos e dramas sociais com potenciais destrutivos.

A base do sistema de crédito é o crédito comercial, que se trata “do crédito que os capitalistas ocupados na reprodução concedem uns aos outros” (MARX, 2017, p. 536). Relacionado diretamente ao capital industrial, esse crédito é antecessor do crédito bancário, tendo as “letras de câmbio” enquanto principal produto. É uma extensão, uma garantia à realização da mercadoria que atua como capital-mercadoria e é utilizada tanto no consumo individual quanto no consumo produtivo:

Ao examinarmos esse crédito separadamente do crédito do banqueiro, fica claro que ele aumenta com o volume do próprio capital industrial. Capital de empréstimo e capital industrial são, aqui, idênticos. O capital emprestado é capital-mercadoria, que se destina ao consumo individual final, ou à reposição dos elementos constantes do capital produtivo (MARX, 2017, p. 538).

O equilíbrio que se estabelece pelos empréstimos, pela emissão de títulos, pela venda destes no mercado bursátil, nem sempre se relaciona de forma estável com o capital real. Como vimos, o capital

⁵¹ “Assim, destaca-se somente o fato de que a valorização do capital, baseada no caráter antagonico da produção capitalista, só consente até certo ponto em seu desenvolvimento real, livre, pois na realidade constitui um entrave e um limite imanentes à produção, que são constantemente rompidos pelo sistema de crédito. Por conseguinte, o sistema de crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas os elementos da dissolução do antigo modo de produção. Tais são as duas características intrínsecas ao sistema de crédito: por um lado, ele desenvolve a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento mediante a exploração do trabalho alheio, até convertê-los no mais puro e colossal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social; por outro lado, estabelece a forma de transição para um novo modo de produção” (MARX, 2017, p. 499-500).

fictício é uma categoria que se desenvolve com a especulação desenfreada das letras de câmbio que, ao desdobrarem-se em diversos empréstimos, podem não conectar-se com o lastro devido de capital. O descolamento desses créditos em momentos de crise de superprodução é pernicioso ao processo, fonte de erupções violentas:

[...] em épocas de crise e de paralisação dos negócios, o capital-mercadoria perde em grande parte sua capacidade de representar capital monetário potencial. O mesmo ocorre com o capital fictício, com os títulos portadores de juros, na medida em que circulam na Bolsa como capitais monetários. [...] A queda da cotação desses títulos nos boletins da Bolsa não tem nenhuma relação com o capital real que representam, mas sim com a solvência de seus proprietários (MARX, 2017, p. 550).

A expansão do capitalismo permitiu que os bancos e demais instituições prestamistas pudessem desenvolver o seu poderio frente aos capitalistas industriais. Como já evidenciamos, a produção de valor é qualidade exclusiva do capital industrial. Contudo, a divisão dos lucros possibilitou que uma série de outros agentes intervissem no processo de reprodução com o empréstimo do capital-mercadoria e pudessem obter a sua alíquota do lucro social produzido. Sobre essa expansão, Marx demarcou que:

À medida que cresce a riqueza material, cresce a classe dos capitalistas monetários; aumentam, por um lado, o número e a riqueza dos capitalistas que se retiram, dos rentiers [rentistas]; por outro lado, fomenta-se o sistema de crédito e, com isso, aumenta o número de banqueiros, prestamistas, financistas etc. (MARX, 2017, p. 568).

É na instituição centralizadora da mercadoria capital que se concentra capital em poucas mãos e que se remete títulos e créditos para os capitalistas produtivos. A emissão destes títulos, assim como as cédulas bancárias – que equivalem à quantidade de capital-mercadoria em circulação –, é guarnecida pela instituição estatal financeira do Banco Central. Esta é detentora do poder de emitir empréstimos e garantir solvências. Ao analisar o principal Banco Central do período

histórico em que elaborou *O Capital*, Marx identificou a proeminência das cédulas bancárias sobre os títulos de câmbio emitidos pelas instituições financeiras, que se esfumam em períodos de crise e escassez:

[...] a quantidade de letras em circulação, como o das cédulas bancárias, é determinada exclusivamente pelas necessidades da circulação; [...] O volume da circulação de letras não exerce influência sobre o volume da circulação de cédulas bancárias, e está só influi sobre a aquela em épocas de escassez de dinheiro, quando aumenta a quantidade das letras e sua qualidade piora. Por fim, em momentos de crise, falha completamente a circulação de letras; as pessoas só aceitam pagamentos à vista, e as promessas de pagamento não servem para nada; apenas a cédula bancária conserva sua capacidade de circulação, pelo menos até agora na Inglaterra, pois a nação, com toda sua riqueza, dá cobertura ao Banco da Inglaterra (MARX, 2017, p. 600).

O poder dos bancos é o que garante o lucro adicional que estes punccionam do processo de reprodução como um todo. Visto como “a maior potência do capital”, o Banco da Inglaterra encarnou esse poderio ao criar “signos de valor que constituem para ele não apenas meios de circulação, mas também capital adicional, ainda que fictício, no valor nominal dessas cédulas não cobertas” (MARX, 2017, p. 601). É pelo “poder fabuloso” da centralização que essa “classe parasitária” tem a possibilidade “não só de dizimar periodicamente os capitalistas industriais, mas de intervir de maneira mais perigosa sobre a produção real, da qual esse bando não sabe absolutamente nada e com a qual não tem nenhuma relação” (MARX, 2017, p. 605). Marx aqui evidencia esse poder no âmbito do capital social total, na relação dentre capitais e, é claro, com a supervisão e controle do Estado burguês.

O grande potencial da formação do capital fictício é a capitalização, em que “apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo” (MARX, 2017, p. 524). Essa ilusão é estabelecida pelo capital acionário, os títulos da dívida pública – em que o título de propriedade dá o direito de participar proporcionalmente no mais-valor realizado -, e no capital

bancário. As reservas que os bancos e demais instituições financeiras detém são abarrotadas destes títulos, denotando a profunda prevalência de capital fictício. Marx vaticina que todo esse sistema de crédito tem o potencial ilusório de “duplicar e às vezes triplicar” o mesmo capital:

Ao desenvolverem-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e à vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse “capital monetário” é, em sua maior parte, puramente fictício (MARX, 2017, p. 527).

Contudo, não podemos cair na armadilha de afirmar que o comando soberano do dinheiro parasitário possa ser eternamente triunfante. É afirmada em Marx a prevalência do capital produtor de mais-valor no processo global de reprodução capitalista e que, em períodos de grande prosperidade, a demanda de capital de empréstimo possa, de fato, desdobrar esses capitais em algumas vezes, mas que, na apresentação da crise de superprodução, esses capitais fictícios esfumam-se nas primeiras horas do *crash*. É identificado nestes exemplos o potencial deste capital portador de juros na expansão capitalista e na condução dos capitais produtivos, mas em nenhum momento podemos dizer que o trabalho vivo, produtor de mais-valor, acabou e o que comanda hoje é o trabalho morto. Isso vale ainda mais no século XX e no alvorecer no século XXI.

O desenvolvimento do sistema financeiro é componente para entendimento da atual configuração da luta de classes e do processo de valorização do capital. O poderio das finanças passou a coordenar as rotas de investimento de capital, ampliando os seus mecanismos de “punção” de valor, extraído pela produção de forma cada vez mais intensa. Com o desenvolvimento moderno do mercado de consumo e de serviços, a *financeirização*⁵² passou a reger os fluxos de produção de mais-valor e a circulação de capital e de mercadorias. Neste sentido, a constituição de mercadorias financeiras passou a ser dinamizada em uma realidade social de crescente inclusão de frações da classe

⁵² A síntese de Costas Lapavitsas aponta o que seria a essência do processo de financeirização. Para ele “la financiarización es una transformación sistémica de las economías capitalistas avanzadas que se articula em torno de los cambios de conducta subyacentes a las empresas no financieras, los bancos e los hogares” (LAPAVITSAS, 2013, p. 37).

trabalhadora no sistema bancário, nas diversas modalidades de crédito e no acesso a mercadorias financeiras.

A liberalização financeira que impactou todo o mundo desde a década de 1970, incrementando o poderio dos bancos e a apreensão sobre o conjunto da classe trabalhadora, requer a apresentação de algumas determinações que explicam esse processo. O conjunto de mercadorias financeiras ao alcance da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000, que surtiu efeito sobre o consumo, o salário e o aumento do endividamento, é uma das consequências dessa financeirização e mundialização do capital, o que será analisado na segunda seção deste capítulo.

Antes da mais recente fase de mundialização do capital⁵³, em que se destaca esta nova expansão da financeirização capitalista, os mecanismos financeiros já tinham constituído intensa relação com as indústrias e os bancos em fins do século XIX e início do século XX. O chamado “capital financeiro” foi potencializado pelas fusões, pelos *trusts*, pela sociedade de ações e pela intensa expansão do mercado mundial, que promoveu a dominação imperialista sobre as nações dependentes e periféricas⁵⁴.

A crise de 1929 estabeleceu os limites claros dessa modalidade de expansão capitalista sem precedentes em que as finanças pulverizaram o capital fictício em larga escala. Foi preciso a indução do Estado na regulação do mercado com incremento de investimentos para a expansão do mercado consumidor. Diante do perigo das primeiras experiências socialistas, os Estados burgueses necessitaram fazer concessões para os trabalhadores em luta, com a ampliação dos direitos sociais e acesso ao mercado consumidor que até então não tinham cedido. Além disso, o incremento deste mercado de consumo tornou-se outra via de valorização do capital. Sobre as finanças, os países de capitalismo avançado aplicaram algumas medidas de controle: sobre as taxas de juros, os preços e as quantidades de crédito; sobre as funções que as instituições financeiras poderiam desempenhar, como a separação

⁵³ Categoria formulada por Francois Chesnais no livro *A mundialização do capital* (1996), onde desenvolve a ideia de que a expansão das operações capitalistas pelo mundo, industriais e financeiras, fora mundializada com a dinamização dos grupos financeiros e das fusões e outras operações de concentração e centralização do capital.

⁵⁴ Aqui tanto Rudolf Hilferding (1985) e Vladimir Lenin (2012) formularam contribuições fundamentais para a análise deste período histórico de grande expansão capitalista.

das instituições de investimento e dos bancos; e, principalmente, garantindo o controle sobre os fluxos internacionais com a conversibilidade do dólar ao ouro e outros câmbios fixos (LAPAVITSAS, 2013, p. 388).

Durante os “anos de ouro” do capitalismo – fim da segunda guerra mundial até começo dos anos 1970 –, a regulação das operações financeiras esteve ligada a políticas estatais indutoras da demanda nos países de capitalismo desenvolvido, assim como nos países dependentes. Como visto no capítulo anterior, alguns países da América Latina, incluindo-se o Brasil, receberam investimentos externos diretos que consolidaram parques industriais gigantescos. Essas vias de valorização foram essenciais para lucros estrondosos, crescimento econômico e taxas de produtividade crescentes. Neste período, o consumo foi decisivamente ampliado para todas as classes sociais nos EUA, e na Europa toda uma rede de proteção social foi constituída sob a égide do bem-estar social. Todas essas medidas conviveram com taxas muito próximas do “pleno emprego”.

Foi somente na década de 1970 que os freios que regulamentavam o mundo das finanças foram soltos e uma nova onda expansiva do sistema de crédito empreendeu o processo de mundialização e financeirização do capital⁵⁵. A queda da taxa geral de lucro, impulsionada pelo excesso de capacidade dos países produtores de manufaturados e o aumento da composição orgânica do capital – mais trabalho morto, menos trabalho vivo –, foram as principais determinações para que o endurecimento da ofensiva reacionária do capital empreendesse uma nova arquitetura financeira. Robert Brenner (2003, p. 58) identificou que a queda dos preços e, conseqüentemente, do lucro do setor dos manufaturados foi desastrosa, e que “foi o declínio

⁵⁵ O poderio de dominação da finança foi interrompido momentaneamente após a crise de 1929, em que uma massa importante de capital fictício foi desvalorizada. A “retomada de uma acumulação de dinheiro ‘ocioso’, frente a uma acumulação real efetuada na produção real” só foi possível com a emergência da crise estrutural do capital na década de 1970 (CHESNAIS, 2010, p. 149). Costas Lapavitsas identifica várias similaridades entre a expansão financeira do início do século XX e a retomada a partir da década de 1970, principalmente com a interpenetração entre o âmbito das finanças e a esfera da produção. No entanto, o economista grego identifica que “hay diferencias significativas entre los dos períodos. La financiarización no ha dado lugar a zonas de comercio exclusivas asociadas con imperios territoriales y los bancos no dominan el panorama por encima de las empresas no financieras” (LAPAVITSAS, 2013, p. 70).

nas taxas de lucro desse setor por todas as economias capitalistas avançadas o principal responsável pela projeção da economia mundial de um longo *boom* num longo declínio entre 1965 e 1973”. Como principal objetivo, David Harvey (2011, p. 33) identifica que “a virada para a financeirização desde 1973 surgiu como uma necessidade. Ofereceu uma forma de lidar com o problema de absorção de excedentes”.

O beco sem saída do capital em seu projeto civilizatório abriu a crise estrutural do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002). A flexibilização do trabalho, a reestruturação produtiva, a refuncionalização do Estado, a obsolescência planejada das mercadorias, o incremento do complexo industrial-militar e outras medidas referentes à ofensiva reacionária do capital foram necessárias para reverter os obstáculos dos “limites absolutos” da autorreprodução ampliada e depressão contínua. Para tanto, a mundialização financeira do capital apresentou-se enquanto parte da ofensiva contratendencial do capital em direção à retomada das taxas ampliadas de lucro.

As transformações tiveram como um dos focos centrais a política monetária, pois, com as dificuldades do processo de acumulação capitalista dos EUA, principalmente no que tange a crescente inflação e déficits comerciais, a quebra unilateral do acordo do sistema de *Bretton Woods* permitiu que os EUA mantivessem e elevassem sua hegemonia econômica. A relação direta do dólar ao ouro esvaneceu-se para que o dólar se autorreferenciasse e os EUA pudessem fortalecer seu poderio mundial e imperialista sobre todas as nações do mundo. Essa medida é considerada uma das principais portas de entrada do processo de financeirização em nível mundial, principalmente pela apreensão da dívida pública dos países dependentes que este processo intensificou em fins da década de 1970⁵⁶.

Com a “crise da dívida”, a ofensiva do capital partiu para a liberalização financeira e do mercado de trabalho nos países “endividados”. As chamadas crises do petróleo desta década só denotam o quanto distintos capitais dirigidos pelas finanças puderam aproveitar a vantagem monetária dos EUA. A economista Leda Paulani (2003, p.

⁵⁶ Leda Paulani (2008, p. 111) qualificou essa “nova fase” com a seguinte afirmação: “Esta é marcada pela exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar norte-americano como meio internacional de pagamento, pela intensificação, em escala ainda não vista, do processo de centralização de capitais e pela eclosão da terceira revolução industrial, com o surgimento da chamada ‘nova economia’”.

115) reconhece que “o choque do petróleo e a profundidade da crise que se seguiu contribuíram decisivamente para a engorda geral dos capitais em busca de valorização financeira”.

Os anos 1980 e 1990 demarcam essa ofensiva radical que a literatura política e acadêmica nominou como “neoliberal”. Ataques aos sindicatos, precarização e flexibilização dos contratos de trabalho, foram as “prescrições” emitidas pelo chamado *Consenso de Washington*, assim como a contenção dos gastos públicos com as políticas sociais. A cartilha ainda indicava privatização das empresas nacionais, manutenção de reservas para o pagamento dos títulos da dívida pública e reorientação do projeto econômico ao destruir parques industriais e privilegiar setores primários e rentistas.

Esse contexto de reedição dos mecanismos de acumulação financeira nas décadas de 1970 e 1980 expõe o traço tendencial no processo de reprodução ampliada do capital nas crises financeiras. O montante excessivo da acumulação financeira sobre a produção futura constitui um ambiente liberalizado das amarras que buscam controlar esse capital-mercadoria. A “euforia bursátil”, que contagiou os capitais nos EUA nos anos 1990, é exemplo de todo um processo em que o capital fictício produzido pelos bancos só pode ser contido “pelo mesmo mal”, com a liquidez em mais capital fictício e a conseqüente intensificação da exploração da força de trabalho para a produção de mais-valor, e também o uso recorrente da dívida soberana dos países para conter esses problemas. Esse fetichismo do dinheiro é constantemente realimentado pelos mesmos mecanismos da acumulação financeira, gerando ainda mais crises:

A causa primordial dessas crises se encontra na diferença entre o montante, sempre mais elevado, dos créditos sobre a produção em curso e futura e a capacidade efetiva do capital engajado na produção os honrar, mesmo com a ajuda de políticas macroeconômicas dos Estados, mesmo com o crescimento sem cessar da taxa de exploração da força de trabalho (CHESNAIS, 2010, p. 171).

Esse movimento reflete a “insaciabilidade das finanças” na propensão do capital portador de juros demandar da economia “mais do que ela pode dar” (CHESNAIS, 2005, p. 60). A dominação do sistema financeiro seria imposta a todas as esferas da vida, sobre todos os povos, assegurando também outras “fontes de ganhos regulares e

absolutamente seguros”, como as privatizações e o endividamento dos trabalhadores (CHESNAIS, 2005, p. 62).

Harvey também traz à cena as categorias analíticas de Karl Marx e busca desenvolvê-las sobre os movimentos contemporâneos do capital. Em *Os Limites do Capital*, livro originalmente escrito no fim dos anos 1970, o geógrafo inglês demonstra, nos capítulos 9 e 10, qual é o papel do capital de crédito na circulação capitalista e a teoria do “segundo recorte” da crise que esse movimento gera.

Para Harvey (2013, p. 374), “o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada”. Essencial para o funcionamento do capitalismo, esse mecanismo dinamizou a acumulação de capital e a circulação de mercadorias, compondo peça fundamental do “capital em geral”.

No seio desse processo, com a facilidade com que o capital portador de juros encontra em extrair maior valor dos capitais produtivos, Harvey também identifica a potencialidade especulativa de uma “classe de parasitas”. Para tanto, a ausência de mecanismos limitantes de sua intervenção ativa no processo de circulação é qualificada pela dominação sobre o capital industrial:

Na posição vantajosa em que estão, os banqueiros e outros “cavalheiros das altas finanças” podem começar a explorar o sistema de crédito “como se fosse o seu próprio capital privado” e, desse modo, podem se apropriar de “boa parte da acumulação real” à custa do capital industrial (HARVEY, 2013, p. 377).

É aqui que a acumulação financeira reabre as possibilidades de potenciais crises. Neste livro em que Harvey dissecou *O Capital* de Marx, o autor identifica dois recortes das crises do capital. A primeira, exposta principalmente no capítulo 7, é referente à crise gerada pela superacumulação, superprodução, população excedente e capital ocioso que não encontra espaço para sua autorreprodução ampliada dentro da produção. O segundo recorte, decorrente do primeiro, é referente à especulação descontrolada que o capital portador de juros constitui na dinâmica do capital. Para tanto,

A teoria do “segundo recorte” da crise deve sempre permitir explosões especulativas relativamente autônomas na formação do capital

fixo e de fundos de consumo, nas vendas da terra, nos preços das mercadorias e futuros de mercadorias (incluindo aqueles de mercadorias monetárias como o ouro e a prata) e em ativos de papel de todos os tipos. (HARVEY, 2013, p. 422)

Em livro mais recente, Harvey analisa esses movimentos da relação entre produção e finança referente à crise capitalista de 2007. Retratando o pânico financeiro gerado pela inadimplência no pagamento das hipotecas *subprime* de alto risco, a quebra de instituições de investimento, bancos, empresas, e o salvamento estatal que não impediu os danos à economia, o autor retoma a gênese liberalizante das finanças e as medidas que vieram para sacrificar o trabalho. A irracionalidade de tal sistema se dá com as mercadorias financeiras criadas que acabaram servindo como reativações e prolongamento de capitais fictícios fundamentais para circular capital excedente e impedir a desvalorização. A explosão fica evidente onde “o sistema de banco às escuras” se mostra alheio às possíveis consequências da financeirização em que até mesmo as empresas produtivas tornam-se jogadoras intensas⁵⁷. Como reitera Harvey (2011, p. 26),

Novos mercados estranhos surgiram, liderados pelo que se tornou conhecido como “sistema de banco às escuras”, permitindo o investimento em trocas de crédito, derivativos de moeda e assim por diante. O mercado de futuros abarcou tudo desde o comércio de direitos de poluição até apostas sobre o tempo. (...) Os investidores puderam investir em derivativos de ativos e, finalmente, até mesmo em derivativos de contratos de seguros de derivativos de ativos.

A crise financeira de 2007 localiza a incidência dessa expansão da financeirização com o conjunto de créditos cedidos no mercado, parte oriunda do excedente não reinvestido e parte de origem fictícia. As hipotecas *subprime*, consideradas pelo jargão da economia como “tóxicas”, ou seja, sem a consistência da substância objetiva do valor, são uma das principais fontes especulativas que geraram as dívidas

⁵⁷ Corporações não financeiras passaram a fazer mais dinheiro em operações financeiras do que na produção, como no exemplo da General Motors (HARVEY, 2011, p. 28).

excessivas e dívidas sobre dívidas estimuladas por mercadorias financeiras diversas, fenômeno predominante nos EUA. As crises financeiras, como a de 2007, se apresentam enquanto um momento fundamental da reprodução do capital, “necessária para racionalizar as irracionalidades do capitalismo” e para levar a “reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 18).

O ambiente de proliferação dos derivativos especulativos sobre a produção real corresponde a período anterior à implosão das bolhas (BRENNER, 2003). Como já demonstrado em Marx, as crises esfumam os capitais fictícios, provocando a depuração do mercado. As falências de empresas capitalistas, o aumento do desemprego e tantos outros problemas sociais são a ponta prejudicada, enquanto aprofunda-se a concentração e a centralização do capital em poucos grupos financeiros. Contudo, aqui fica cada vez mais evidente o papel de intensificação da concorrência capitalista, e não a sua supressão.

Uma das principais funções que o capital portador de juros, concentrado nas suas diferentes formas e modalidades, adquiriu nos últimos anos foi a intensificação da concorrência. Com a mobilidade empreendida pelas inovações tecnológicas no campo das comunicações, com a mundialização do capital, dos processos produtivos e de sua reprodução, vemos nos dias de hoje o acirramento cada vez maior da luta que os capitais travam entre si.

O complexo das finanças não pode ser meramente entendido enquanto um funcionamento equivocado do capitalismo. Michel Husson (2010, p. 303) destaca que a finança “não é um obstáculo a um financiamento ‘puro’ do capital, mas o instrumento de seu retorno a um funcionamento ‘puro’, desembaraçado de toda uma série de regras e restrições que foram impostos a esse sistema ao longo de décadas”. Para ele, a finança é a “árvore que esconde a floresta”, sendo este um complexo essencial de restabelecimento das condições normais das taxas de lucro, com as dificuldades inerentes ao restabelecimento das taxas de acumulação capitalista.

A relação auxiliar da financeirização com a exploração capitalista de mais-valor sobre a força de trabalho concretiza-se na intensificação do que Michel Husson chama de “hiperconcorrência”. A reprodução capitalista se estabelece em nova redistribuição do mais-valor a ser consumido ou acumulado pelos diversos canais, sejam eles financeiros ou produtivos. É na disputa pelas frações deste capital que se intensifica uma maior exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora em que:

[...] encontra-se a ideia que não é possível dissociar os fenômenos da exploração e da financeirização, os quais aparecem como duas componentes de uma mesma realidade. O capitalismo contemporâneo é antes de tudo um capitalismo superexplorador (“carneiro”, diria Aglietta): o aumento da taxa de exploração permite o restabelecimento da taxa de lucro sem engendrar novos espaços de acumulação na mesma proporção. O consumo da mais-valia permite então reduzir esta diferença. Nesse esquema de conjunto, a financeirização preenche uma dupla função: ela instaura uma concorrência exacerbada, necessária para manter um alto nível de pressão sobre a exploração; e estabelece um modo de repartição adequado às novas condições de reprodução do capital (HUSSON, 2010, p. 333).

Portanto, a financeirização do capital tem como função preponderante a intensificação da exploração da força de trabalho, o retorno da rentabilidade e o aumento da taxa de lucros. Com o incremento da concorrência capitalista, os fluxos de investimento dinamizam a exploração, aprofundam a concorrência no valor da força de trabalho em uma dimensão mundial, mercantilizam a proteção social, além de constituírem sofisticadas mercadorias financeiras que intervenham na punção sobre o mais-valor produzido pelo capital produtivo. Em síntese, “a função principal da finança é abolir, na medida do possível, as delimitações dos espaços de valorização: ela contribui nesse sentido para a constituição de um mercado mundial” (HUSSON, 2010, p. 318).

Outra questão fundamental para o entendimento da financeirização que o capital perpassa nos dias de hoje, trata da intervenção estatal. Não só o Estado empreende os chamados “planos de austeridade” para aprofundar a retirada de direitos sociais já conquistados pelos trabalhadores, como este tem dinamizado os instrumentos de títulos da dívida pública. Garantidor da solvência dos bancos e demais instituições financeiras, os bancos centrais tem servido ao guarnecimento público dos títulos privados. Costas Lapavistas identifica três traços de atuação do Estado como “canal de acumulação financeirizada”: com o controle sobre o dinheiro a partir do Banco Central; com o controle imperial sobre o dinheiro mundial, em uma

forma de reverter tributos dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos; e com a construção do terreno para que a financeirização frutifique, a partir da alteração dos marcos regulatórios e da supervisão das finanças (LAPAVITSAS, 2013, p. 249-250).

Um dos feitos do Banco Central e dos Estados foi implementar um controle global da inflação, que atingiu tanto os países desenvolvidos quanto os dependentes. Como a inflação é um risco para o capital de empréstimo, já que consome parte dos juros que elevam o preço das mercadorias, a tarefa das autoridades monetárias de todos os países em começo dos anos 1980 “fue tratar de controlar la inflación con sustanciales y constantes aumentos del tipo de interés lo que abocó las economías a la recesión” (LAPAVITSAS, 2013, p. 251).

Como já foi visto, a fonte para a extração de valor de que a mercadoria capital se beneficia está originada na relação de produção predominante no capitalismo, que é a produção de mercadorias. A exterioridade à produção, como movimento aparentemente indiferente ao processo, é exercida pelo prestamista enquanto uma vigilante cobrança sobre os resultados finais. Em tal contexto de crise estrutural do capital, de dificuldades tendenciais para aumentar ou mesmo manter as taxas médias de lucro, a produção de capital fictício se intensifica e aumenta o poder das instituições financeiras. Sobre o movimento nas crises nos anos 1970 que dificultaram a produção de valor do capitalista ativo – industrial –, Chesnais aponta a proeminência do setor financista em contraditória relação com o setor produtivo:

[...] a finança liberalizada consolidada depois de 1978-1980, criou ativos financeiros (“produtos financeiros” no jargão atual) que aparecem aos olhos de seus portadores como sendo “seu capital”, enquanto que se trata de pretensões sobre uma produção futura. Seu grau de efetividade depende tanto do sucesso da apropriação da mais-valia como do bom dos “mercados”. Sua natureza econômica é aquela de uma punção sobre a mais-valia, fator de possível bloqueio da acumulação real (CHESNAIS, 2010, p. 123).

As diferentes modalidades de externalização da produção e reprodução do capital são fundamentais para a centralização e concentração de capital crescente. Dentre todos os movimentos contemporâneos da financeirização, a transnacionalização dos grandes grupos industriais tem empreendido processos de aquisições e fusões

que avançam no sentido monopolista, mas que, ao mesmo tempo, compreende uma dominação destes grandes grupos sobre outros menores, sendo que permite maior liberdade para a decisão dos grupos financeiros, exigindo maior profundidade nos processos “de terceirizações, franchising, parcerias e acordos de cooperação entre estruturas empresariais no plano mundial” (PAULANI, 2008, p. 126).

Uma das grandes transformações que se estabelecem nesse processo se dá, principalmente, na unidade indissolúvel que se estabelece nos “grandes grupos financeiros”, intervindo decisivamente na administração contábil das empresas não financeiras. Grandes fundos de investimento, fundos de pensão, e outras formas de concentração de capital detém o controle de tal riqueza, infligindo aos capitalistas que se apropriam de tal capital de empréstimo as diretrizes diversas de produtividade. A chamada “governança corporativa” é a chave dos preceitos que promovem transformações tais como reestruturações produtivas radicais, que geram desemprego em massa, e deslocalizações abruptas de plantas industriais para áreas em que a força de trabalho é mais barata.

De acordo com essas novas transformações gerenciais, a expansão da financeirização sobre as empresas não financeiras é uma das características dos últimos 40 anos. Essas empresas têm participado cada vez mais dos mercados financeiros abertos, no sentido de sair à frente na concorrência. A combinação das atividades é característica da financeirização, com implicações sobre os investimentos, os lucros, na organização interna das empresas não financeiras e na tendência à crise, sendo que no geral “la financiarización representa, en cambio, la transformación de la combinación de las actividades financieras y no financieras, que integran la circulación de del capital productivo”(LAPAVITSAS, 2013, p. 279).

Na valorização bursátil que gerou a bolha da Nova Economia em fins do século XX, a compra e vendas de ações por empresas não-financeiras foi uma das principais determinações para que o estouro da bolha promovesse a quebra de muitas empresas produtivas do ramo da tecnologia. A hipertrofia na tomada de empréstimos foi gerada pelo fato de que as empresas não-financeiras pediam empréstimos não só para adiantar dinheiro injetado na produção, mas também para participar do jogo bursátil em busca de lucros financeiros. Robert Brenner (2003, p 205) retrata esse processo:

Por meio de uma farra de empréstimos de proporções históricas, as empresas não-financeiras

americanas estavam tornando-se as principais compradoras líquidas no mercado de ações americano, colhendo os benefícios da inédita revalorização de seus ativos que resultava e, não menos importante, sendo capazes de tomar mais empréstimos, adquirir mais ações e mais beneficiarem-se.

Contudo, por mais que haja disputa pela alíquota de mais-valor decorrente da indeterminada taxa de juros, os capitais concorrentes tendem a unificar-se, principalmente pela junção realizada pelos já mencionados “grupos financeiros” transnacionais. Leda Paulani (2008, p. 48) explica esse processo da junção dos ganhos produtivos com os monetários:

No plano dos capitais individuais, porém, particularmente quando se trata do grande capital internacionalizado que opera na arena mundial, combinar ganhos rentistas com ganhos produtivos é próprio da lógica de seu funcionamento, que é míope e não enxerga nenhum outro objetivo que não seja a expansão ampliada de seu ganho monetário. [...] As relações que ligam o grande capital produtivo e financeiro, de um lado, e o Estado na posição de emissor de capital fictício, de outro, mostram, no entanto, que esse incômodo não existe, a não ser para os microempresários, os donos de botequins e os proprietários de fabriquetas de fundo de quintal, condenados à “economia de mercado” e à geração de renda real.

Os países de capitalismo dependente também tiveram transformações gigantescas na expansão recente dos mecanismos financeiros. O processo de liberação financeira atingiu boa parte destes países, incluindo-se o Brasil, provocando mudanças nos sistemas financeiros locais, na expansão das mercadorias financeiras, e principalmente na dependência do fundo público para os títulos da dívida e outras extrações realizadas pelo capital portador de juros. Costas Lapavitsas identifica que a liberalização financeira provocou uma “financeirização subordinada”, em que “no se ha producido un retorno al imperialismo formal pero la financiarización en los países en vías de desarrollo ha tenido un carácter subordinado que se deriva de la naturaleza jerárquica y explotadora de las interacciones en el mercado

mundial” (LAPAVITSAS, 2013, p. 313). Tais mudanças são datadas principalmente do fim dos anos 1990, sendo que a interação com o sistema financeiro internacional se dá, principalmente, pelo domínio da moeda mundial – o dólar –, e o estabelecimento dos bancos estrangeiros:

Resumidamente, la financiarización de los países em vías de desarrollo há estado motivada por apertura de las cuentas de capital, la acumulación de reservas de divisas extranjeras y el establecimiento de bancos extranjeros. De una forma fundamental, há estado diretamente conectada al funcionamiento de la moneda mundial em las últimas décadas, especialmente del dólar norteamericano (LAPAVITSAS, 2013, p. 68).

A mundialização do capital estendeu para quase todos os lugares do planeta esse salto na polarização da riqueza. Os sistemas financeiros dinamizaram-se no sentido de apropriarem-se dos lucros e das rendas dos setores produtivos de cada país, sendo que nos países considerados “em desenvolvimento” esse processo gerou contradições nos anos 2000. Se por um lado “o regime institucional da mundialização do capital reforçou em todos os lugares os direitos de propriedade e os mecanismos de apropriação fundados sobre a exploração do trabalho ou as arrecadações rentistas” (CHESNAIS, 2010, p. 168), tendo como exemplos a China e Índia, por outro, foram criadas tensões destes países com os de capitalismo avançando, principalmente a China, por causa da “forte acentuação da concorrência no plano mundial” (CHESNAIS, 2010, p. 169).

Em síntese, esses países dependentes foram transformados em “plataformas de valorização financeira internacional”, elevando o padrão de dependência e exigindo destes países cada vez mais punção de valor de seus processos produtivos ou do fundo público a fim de satisfazer a ânsia por lucros destes setores⁵⁸.

⁵⁸ Leda Paulani chama essa relação subordinada de “servidão financeira”. Em síntese ela afirma: “Nos países ditos emergentes, transformados em plataformas de valorização financeira internacional, o Estado não só produz volumes substantivos desse “capital caído do céu”, para usar os termos de Marx, como garante, pela imposição de metas elevadíssimas de superávit primário, a extração de renda real necessária para “honrar” o serviço desse capital fictício, cujo preço ele mesmo fixa. A arquitetura financeira internacional, baseada numa

A financeirização alcança cada vez mais uma maior dimensão e apropriação dos fluxos de capital e, nos dias de hoje, do salário e da renda pessoal de todas as classes. O crédito para os trabalhadores e o seu consequente endividamento denota um movimento muito recente no desenvolvimento capitalista contemporâneo, atingindo também os países de capitalismo dependente.

3.2 A expropriação financeira no processo de endividamento da classe trabalhadora

O desenvolvimento de mercadorias financeiras à disposição da classe trabalhadora é parte do movimento da financeirização. O crédito para o consumidor no mundo tem uma história de existência anterior aos últimos quarenta anos. No entanto, além de ser destinado a restrito grupo de capitalistas e assalariados com rendas mais altas, esse crédito adquiriu porte proeminente no sentido de realização do mais-valor dentro do processo de circulação das mercadorias com a mundialização e financeirização do capital.

O crédito para o consumo da classe trabalhadora proveniente das instituições financeiras é uma realidade tanto nos países desenvolvidos, quanto nas nações dependentes e periféricas. No Brasil, o crédito para o consumo dos meios de subsistência básicos, como alimentação e vestuário, é cedido principalmente a partir do aumento do uso do cartão de crédito, do crédito pessoal consignado e do crédito pessoal não-consignado. Além destes, os créditos habitacionais e para aquisição de veículos foram expandidos. Mercadorias financeiras que atuam sobre a seguridade social, planos de saúde, previdência complementar, seguros de vida e de bens também expandiram nos primeiros anos do século XXI.

Apesar da gama de mercadorias financeiras que chegaram ao Brasil, há um conjunto de seguros sobre hipotecas e empréstimos, amplamente concedidos nos EUA, que não chegaram a proliferar no

moeda puramente fiduciária, sanciona mundo afora a valorização fictícia desses capitais fictícios, aumentando a pressão sobre os Estados nacionais periféricos para que funcionem como aspiradores de renda real ainda mais violentos” (PAULANI, 2008, p. 64-65).

país dependente⁵⁹. O fenômeno do endividamento é recente no Brasil, tendo, contudo, características próprias que estão intimamente ligadas ao regime salarial que vigora neste país.

Como visto na seção anterior, a expansão da financeirização transforma as empresas não financeiras, os bancos e também as economias domésticas de todas as classes, principalmente dos trabalhadores. A financeirização, em primeiro lugar, auxilia na centralização e concentração de capitais a serem investidos em qualquer parte do planeta, que podem ser deslocados em qualquer instante. Compõem mediação necessária o fundo público e o papel do Estado na regulamentação de novas modalidades de crédito, na regulação do câmbio, das taxas de juros e na construção de condições ótimas para os rendimentos das ações. Na ofensiva, os grupos financeiros que compõem a diretoria das maiores empresas industriais, aliando ao mesmo tempo concentração de capital e intensificação da concorrência capitalista. E, por fim, do lado oposto, as classes trabalhadoras com seus salários estagnados e necessidades de consumo a serem realizadas a partir do crédito.

A “penetração do sistema de crédito na esfera do consumo privado efetivo” limitava-se a “casos de extrema penúria”, como o penhor e a agiotagem, durante as fases concorrenciais e do imperialismo clássico do capitalismo. Na década de 1920, o “financiamento para a compra de bens de consumos duráveis” foi estendido nos EUA e somente após o desenvolvimento do capitalismo tardio é que esses procedimentos foram expandidos para a Europa e o Japão (MANDEL, 1982, p. 270). Coerente com as necessidades da reprodução do capital, essencialmente a realização do mais-valor, as atividades industriais generalizam-se por todo o setor de serviços, incluindo o sistema financeiro. Mandel explica que a grande contradição apresentada durante a fase do capitalismo tardio foi a difícil tarefa de romper com os limites do aumento do consumo dos trabalhadores conjugado com o

⁵⁹ O empréstimo vinculado à garantia do imóvel, conhecidas como hipotecas ou *Home equity*, estão disponibilizadas pelos maiores bancos no Brasil desde 2008, mas tal modalidade de empréstimo não é muito acionada pelos consumidores, principalmente pelo risco de perda de imóvel. Sobre as possíveis “vantagens” deste produto financeiro com taxas de juros menores ver a matéria de Karina Trevisan (2017) para o *Portal G1* da Globo, publicada em 26 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/vale-a-pena-dar-imovel-como-garantia-em-emprestimo-veja-vantagens-e-riscos.ghtml>
Acesso em: 20 nov. 2017.

aumento da produtividade do trabalho. O economista belga explica que, neste processo, há o “desenvolvimento fantástico de dois serviços específicos – a publicidade e a pesquisa de mercado, por um lado, e o crédito ao consumidor, por outro – cuja função é conhecer e extravasar esses limites” (MANDEL, 1982, p. 279).

Mas foi com a ofensiva reacionária do capital sobre os trabalhadores, consequência da crise estrutural do capital que irrompeu desde a década de 1970 (MÉSZÁROS, 2002), que o controle do trabalho, do território e, principalmente, a ascensão predatória do sistema financeiro, atingiu patamares históricos de submissão dos trabalhadores frente às necessidades do capital. David Harvey (2011, p. 198) sintetiza esse último mecanismo de extração de valor no seguinte fragmento:

O sistema de crédito tornou-se, no entanto, a grande alavanca moderna para a extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população. Todos os tipos de práticas predatórias bem como as legais (taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, execuções hipotecárias em negócios por meio da negação de liquidez em momentos-chave e assim por diante) podem ser usados para perseguir táticas de despossessão que beneficiam os que já são ricos e poderosos. A onda de financeirização que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório. Promoções de ações e manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; parcialização de ativos por fusões e aquisições; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, à escravidão pela dívida; expropriação dos ativos (o assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações) – todas essas características são fundamentais para explicar o capitalismo contemporâneo.

O processo de endividamento da classe trabalhadora e inclusão ao acesso de mercadorias financeiras especificamente dirigidas para o conjunto dos assalariados do campo e da cidade começou nos países de maior desenvolvimento capitalista. O crédito, que até certo período era

destinado somente às empresas ou para consumidores que apresentassem comprovação de renda ou propriedades, passa a ser também oferecido para frações assalariadas de média, baixa ou com nenhuma renda comprovada. Em análise de John Bellamy Foster (2006), o incremento ao crédito de todas as parcelas de indivíduos e o papel que o endividamento passou a ter no processo de valorização nos EUA é apresentado em um ambiente de estagnação salarial e aumento do consumo. Um exemplo da amplitude desse processo está no aumento da porcentagem do comprometimento da renda das famílias com as dívidas, que passou de 62% em 1965 para 127% em 2005 (FOSTER, 2006)⁶⁰.

A estagnação dos salários e o aumento do endividamento é movimento que se desenvolve na nação mais poderosa e de maior potencial de consumo do mundo, os EUA. Robert Guttman e Dominique Plihon (2008) identificam no que eles chamam de “capitalismo conduzido pelas finanças” que, devido ao volume de consumo de mercadorias, os EUA podem ser considerados o “comprador em última instância”. Todo o processo de desregulamentação financeira que foi realizado desde a década de 1960 permitiu a cessão de inovações financeiras, hipotecárias e a securitização que fez com que os trabalhadores abdicassem da poupança e assumissem a dianteira do aumento do consumo pessoal mediante uma série de mercadorias financeiras. Demonstrando que o aumento do endividamento atingia tanto a nação de maior potencial consumidor quanto outras de capitalismo avançado da Europa, como a França, os autores identificam a tendência mundializada que irradiava todos os mercados:

É possível perceber que essa tendência está se manifestando em todas as principais economias capitalistas avançadas. Em todo mundo industrializado, ao longo das últimas poucas décadas, pudemos ver a correlação entre parcelas de salários estagnadas, ou mesmo em declínio, e o

⁶⁰ Gerard Dumevil e Levy Dominique (2010a, p.239) identificam também essa contradição advinda do uso da poupança das famílias para a realização do consumo: “Mas uma característica dos EUA é que esse divórcio entre taxas de lucro e taxa de acumulação é acompanhada de uma formidável alta do consumo (incluindo a construção de moradias) das famílias. Antes de 1980, a taxa de poupança das famílias era de ao menos de 8%; em seguida ela cai regularmente, para atingir quase 0%”.

crecente uso do endividamento do consumidor. Suspeitamos que possa mesmo haver uma relação simbiótica entre os dois, no sentido de que por meio da permanência do consumo impulsionado pelo endividamento em níveis suficientemente altos, o crescimento do PIB pode então ser incitado o bastante para sustentar, por sua vez, o crescente uso do endividamento pelas famílias por um longo período de tempo (GUTTMAN; PLIHON, 2008, p. 587).

Nos períodos que antecederam as grandes crises dos anos 2000, a chamada crise da Nova Economia do começo do século e a crise do *suprime* de 2007 caracterizam-se pela formação de bolhas em que o consumo foi impulsionado principalmente pelo incentivo à compra de ativos financeiros e pela oferta de créditos. Robert Brenner (2003, p. 213), ao analisar a bolha de 2001, demonstra que as ações infladas dos setores de telecomunicações e os juros muito baixos “parecia conceder às pessoas físicas uma riqueza tão ampliada que justificava uma erosão histórica das poupanças particulares, assim como um grande estímulo às tomadas de empréstimos por particulares, que mais incitaram o gasto de consumo”. Os salários estagnados não eram mais limites para o maior consumo, assim como se dilapidavam as poupanças pessoais ou se refinanciavam bens imóveis como as moradias. Diante das ilusões com o crescimento do PIB e as valorizações dos ativos – que não foram acompanhadas pela lucratividade do trabalho vivo -, os trabalhadores “sentindo-se mais seguros financeiramente, estavam menos pressionados a poupar e mais livres a consumir”⁶¹.

A imensidão de excedentes e ativos financeiros utilizados no financiamento habitacional da classe trabalhadora tomou dimensões

⁶¹ Brenner explica que a radical diminuição da taxa de juros no EUA realizada pelo Federal Reserve System (Fed) disponibilizou crédito “superbarato”, fazendo com que as despesas com o consumo pessoal “aumentassem razoáveis 2,7% em 2001, diante de um crescimento estável do desemprego”. Todo esse processo de aumento do consumo possibilitou a desova dos estoques das corporações, mas manteve o sistema ainda fragilizado: “A principal responsável pelo crescimento do PIB desde o primeiro trimestre de 2001 é a cadeia causal que parte do crescimento dos empréstimos tomados pelas famílias, passa pelo crescimento dos gastos de consumo e leva à estabilização dos estoques. Contudo, precisamente pelo fato de o Fed ter conseguido expandir apenas os gastos de consumo, os fundamentos do crescimento econômico continuaram bastante fragilizados” (BRENNER, 2003, p. 29-30).

extraordinárias que tiveram como consequência a crise do *subprime* de 2007. A bolha foi produzida no rescaldo da derrocada da Nova Economia do início do século, e transformou o investimento de capitais ociosos em inovações hipotecárias e securitizações para frações da classe trabalhadora que não tinham poupança e rendas suficientes para adquirir os bens⁶². Em agosto de 2007 a “situação em deterioração explodiu repentinamente em um arrocho de crédito global plenamente maturado”, transferindo os *defaults* do *subprime* para demais derivativos de colateralização de dívidas, que colocavam lado a lado dívidas de títulos, de hipotecas e dos cartões de crédito. Por fim, garantidor de solvência em última instância, “os principais bancos centrais do mundo tiveram que intervir repetidamente com grandes injeções de liquidez para impedir que o mercado interbancário, o centro nervoso da economia global, ficasse paralisado” (GUTTMANN; PLIHON, 2008, p. 600).

Mas todas essas crises têm como pano de fundo o redimensionamento do processo de acumulação capitalista que expande os canais de valorização e, principalmente, potencializa a exploração sobre o trabalho. A dupla ação do capital sobre a queda da taxa de lucro com a economia do capital constante e a intensificação do uso da força de trabalho no sentido de gerar uma grandeza maior de mais-valor é diretamente relacionada com os demais capitais que, no ciclo da reprodução do capital, empreendem todos os mecanismos necessários para acelerar a rotação do capital e centralizar capitais. Essa tarefa do sistema de crédito não rui com as crises, pelo contrário, dinamiza-se e redimensiona seu potencial de dominação e controle sobre o trabalho, como afirma Harvey (2011, p. 100):

A visão sinóptica da crise atual diria: embora o epicentro se encontre nas tecnologias e formas de

⁶² Guttman e Plihon (2008, p. 593) afirmam que as instituições financeiras tinham mais olhos para os grandes retornos do que para qualquer segurança de recebimento dos empréstimos: “Ávidas por expandir os mercados, as instituições financeiras aceleraram o boom depois de 2004 ao promoverem novos produtos hipotecários como os *piggybacks*, que prescindiam da exigência de entrada (efetivamente 0% de autofinanciamento), os empréstimos Alt-A, que continham maiores taxas de retorno pelo abrandamento da verificação de renda e de outras exigências de reputação quanto ao crédito, e os *subprimes* para mutuários com históricos de problemas de crédito. Esses empréstimos não-tradicionais eram atraentes, visto que portavam taxas muito mais altas e proporcionavam aos analistas de crédito comissões maiores”.

organização do sistema de crédito e do nexo Estado-finanças, a questão subjacente é o empoderamento capitalista excessivo em relação ao trabalho e à conseqüente repressão salarial, levando-se a problemas de demanda efetiva acentuados por um consumismo alimentado pelo crédito em excesso em uma parte do mundo e por uma expansão muito rápida da produção em novas linhas de produtos na outra parte.

Como não poderia deixar de ser, a financeirização ultrapassou as fronteiras dos países de capitalismo avançado. Esse processo tem o potencial de expandir as relações capitalistas para territórios e setores da vida social inimagináveis na gênese do capitalismo. Contudo, com as políticas de liberalização financeira e controle da inflação, diversos países dependentes e “em desenvolvimento” puderam aperfeiçoar suas mercadorias financeiras, dinamizando o processo de circulação.

Os países dependentes e periféricos, como vistos na última seção, passam por um processo de “financeirização subordinada”, que tem como principais características o seu potencial de ser alavanca de investimentos financeiros e principal refúgio para que os bancos estrangeiros dominem o mercado doméstico. Utilizando estudo sobre o processo de endividamento das famílias na Turquia, Costas Lapavitsas demonstra o quanto a financeirização da renda pessoal nos países dependentes tem aprofundado essa subordinação:

Un resultado destacable de la entrada de los bancos extranjeros ha sido el aumento de las operaciones de la banca que se dirigen hacia la renta de los particulares y de los hogares, especialmente en los países de renta media durante los años dos mil. Los bancos extranjeros han expandido la provisión de créditos hipotecarios y de tarjetas de crédito, así como de otros servicios financieros relacionados. Más aún, los bancos nacionales también se han visto atraídos a este ámbito y han contribuido a la aceleración de la financiarización de la renta personal. El resultado han sido un crecimiento sostenido del endeudamiento personal en un conjunto de países en vías de desarrollo entre los que se encuentran los países pobres (LAPAVITSAS, 2013, p. 322).

Como demonstrado no histórico da constituição do sistema financeiro brasileiro, as orientações internacionais dos monopólios e das organizações do capital como Banco Mundial foram predominantes para a liberalização financeira que constituiu as condições ótimas para sua reprodução. O *Consenso de Washington* foi diretriz predominante das políticas de desenvolvimento econômico para todos os países dependentes. A subordinação foi condição fundamental para que, nos mercados emergentes vindouros do século XXI, pudessem ser frutificados as mercadorias financeiras que possibilitaram crédito para a classe trabalhadora e provocaram, em consequência, o endividamento e a servidão destes aos prestamistas.

A proliferação dos créditos e o consequente endividamento da classe trabalhadora é uma via de valorização de capital. Por si só ela é insuficiente para que o capital recupere as taxas gerais de lucro que foram ostentadas no pós-segunda guerra mundial. Evidentemente ela não é fonte produtora de mais-valor, já que o crédito pessoal é um empréstimo realizado por pessoa física (seja ela capitalista ou trabalhadora) em troca de seu fundo de consumo vindouro acrescido de juros. Mas a pergunta que fica é: qual é a fonte de lucros do crédito para os trabalhadores?

A condição fictícia dos créditos para os trabalhadores se revela no fenômeno do endividamento excessivo e na inadimplência, mas ele geralmente se realiza pela extração alternativa de valor realizada sobre o salário. Para Gerard Dumevil e Levy Dominique (2010b, p. 267), “os juros pagos pelas famílias sobre suas dívidas e aqueles pagos pelo Estado, através de imposto, definem um canal alternativo de formação de rendimentos capitalistas”, sendo estes “fictícios” no circuito de capital, mas “sua extração alternativa de um rendimento é bem real”. Em síntese, é “fluxo de juro primário”, porque “esses rendimentos não provém de uma mais-valia previamente acumulada”.

Coadunando com a especificidade do crédito para os trabalhadores, Rivânia Moura destaca que essa modalidade é funcional para a circulação de capital, como também para a satisfação das necessidades do fundo de consumo dos trabalhadores. Assim, quando é destinado ao consumo dos trabalhadores “possibilita a realização das mercadorias e, desse modo, da mais-valia, da concretização de lucro a ser distribuído entre os capitais”, além do fato que “permite que estes tenham acesso a determinadas mercadorias que, em geral, não são garantidas com o poder de compra do salário” (MOURA, 2015, p. 97).

A estagnação dos salários e a mercantilização dos direitos sociais em contradição com a necessidade de aceleração da rotação do capital aparentemente é resolvida pelo oferecimento do “crédito fácil”, em que a apreensão ao circuito do sistema de crédito tem por objetivo apaziguar a consciência de classe e aprofundar o individualismo. Além disso, é fonte inesgotável de renda a ser extraída do trabalho necessário dos trabalhadores, em que a incidência da punção se dá pelo pagamento da amortização da dívida – lembrando que o crédito é transferido temporariamente –, pelo pagamento de taxas bancárias e juros. Ou seja, nesse caso, a “mercadoria *sui generis*” do crédito advém do trabalho necessário do fundo de consumo dos trabalhadores. O endividamento torna-se funcional ao processo de acumulação capitalista ao “incluir financeiramente” esses contingentes das frações da classe trabalhadora, como bem conclui Moura (2015, p. 116):

O sentido para o capital portador de juros é manter ativo o pagamento de juros e, deste modo, garantir a sua remuneração e a possibilidade de avanço sobre o trabalho necessário e as precárias condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores.

A expansão do sistema financeiro internacional permite a mobilização cada vez mais crescente de capital para locais que possam auxiliar no processo de autovalorização, mas não só. O requisito de inclusão da classe trabalhadora nesse circuito, enquanto consumidora de mercadorias financeiras e de meios de subsistência a fim de dinamizar os mercados internos, corresponde a outra modalidade contratendencial de autorreprodução ampliada do capital. Ou seja, dentro dos meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho, as mercadorias financeiras materializadas em anuidades, taxas e juros rotativos tornam-se componentes históricos morais a serem extraídos do fundo de consumo dos trabalhadores.

No contexto geral de salários baixos e maior volume de mercadorias financeiras oferecidas para frações da classe trabalhadora com salários e rendas cada vez mais baixas, é necessário identificar que a apropriação de juro primário sobre os salários não é recolhida pelo capital portador de juros, mas as pequenas somas acumuladas servem como potencial manancial para este capital. Não se empresta para os trabalhadores investirem na produção de mais-valor. Contudo, no

âmbito geral, o capital aprofunda e expande os canais de valorização por todas as frentes possíveis de extração de renda.

Sarah Granemann (2006), ao estudar a privatização da previdência e o oferecimento desta por empresas privadas, afirma que a mercadoria previdência tem por função a apropriação do tempo de trabalho necessário dos trabalhadores. A previdência social tem sofrido com a sua destruição sistemática nos últimos anos, remetendo uma parte da classe trabalhadora com maiores rendas à compra do produto previdência privada complementar. Esse potencial canal de extração de lucros é uma das frentes das instituições financeiras, possibilitando que se transforme em um gigantesco fundo de capitalização que invista em outros empreendimentos. A contradição aqui presente, e que se estabelece em menor dimensão com relação aos créditos cedidos aos trabalhadores, é que estes fundos punccionados dos trabalhadores sirvam como fonte de investimentos que pressionem uma maior exploração destes mesmos trabalhadores, como vaticina Granemann (2006, p. 187):

A metamorfose da previdência em capital financeiro ocorre justamente quando a obstinada exigência da acumulação faz a solidariedade do mundo do trabalho subordinar-se aos desígnios das aplicações que rendem juros; quando parte do trabalho necessário transmutar-se estranhamente na figura do investidor institucional que operará a expropriação deste mesmo trabalhador.

Essa contradição também é retratada por Chesnais (2010, p. 157):

Os assalariados aposentados cessam de ser simples “poupadores” e tornam-se, geralmente sem que eles tenham uma clara consciência, partes constitutivas de mecanismos que comportam a apropriação de rendas fundadas sobre a exploração dos assalariados no trabalho, tanto nos países onde o sistema de pensão por capitalização foi criado quanto naquelas onde as aplicações e as especulações serão realizadas.

É possível fazer uma correlação do movimento que os fundos de pensão percorrem como potencial extrator de valor do trabalho necessário dos trabalhadores com os não desprezíveis fundos que as instituições financeiras recolhem dos trabalhadores ao ceder crédito em

troca de sua devolução e do lucro adicional. Em muitos casos – principalmente nos EUA – os trabalhadores desfazem-se de suas poupanças para, na maioria das vezes, consumirem os meios de subsistência necessários que somente o montante mensal do salário não possibilita. Ou, como no caso brasileiro, possibilitam o acesso a bens e mercadorias de consumo básico que, da mesma forma, não poderiam acessar somente com seus salários rebaixados.

Como já foi visto, o elemento histórico e moral dos meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho é determinante para quantificar seu valor. No contexto de intensa ofensiva reacionária do capital, a expansão da financeirização sobre o salário e a renda dos trabalhadores denota a estagnação e/ou rebaixamento crescente do valor da força de trabalho, violando severamente o fundo de consumo futuro ao amarrá-lo à demanda crescente da necessidade do consumo presente.

Outro elemento que incide diretamente sobre o chamado “salário indireto” é a monetarização ou financeirização das políticas sociais, característica do período contemporâneo do capitalismo⁶³. A intensa ofensiva que foi imposta sobre as políticas universais, conquistas dos trabalhadores nos Estados de bem-estar social de meados do século XX, retirou a provisão de direitos consagrados nos sistemas de seguridade social e os relegou para o oferecimento pela “iniciativa privada”. Costas Lapavitsas (2013, p. 306-307) relaciona esses movimentos com o processo de endividamento das famílias em que “el aumento da deuda de los hogares ha venido asociado con los cambios en la provisión social de los servicios básicos entre los que se encuentran la vivienda, la salud, la educación y el transporte”. Todo este processo pode ser compreendido no sentido de que “la financiarización de la renta personal es, bajo esta perspectiva, el proceso por el que el sector financiero ha intermediado la provisión privada de bienes y servicios a los hogares”.

A tese da *expropriação financeira* é vista no processo de ampla financeirização a partir dos empréstimos às famílias. Costas Lapavitsas, formulador dessa categoria histórica, explica que as instituições financeiras prestamistas buscam puncionar o valor dos salários nominais dos trabalhadores:

⁶³ No primeiro capítulo foi visto esse processo incidindo principalmente nas políticas de transferência de renda no Brasil.

Más concretamente, la explotación en las transacciones financieras supone una transferencia directa de valor desde los ingresos de los trabajadores hacia los prestamistas – es decir, representa una nueva división de los flujos de ingresos nominales, que normalmente toman forma de interés (LAPAVITSAS, 2013, p. 190).

Do processo de financeirização e mundialização do capital já identificado na primeira seção deste capítulo, foi visto que o poderio das instituições financeiras e a inter-relação recíproca com as empresas não-financeiras aprofunda no mesmo processo não só as relações capitalistas como a concorrência e a disputa entre distintos capitais. No caso das instituições financeiras para com os indivíduos, principalmente, os trabalhadores assalariados, a dominação é unilateral. Apesar de os trabalhadores eventualmente poderem participar dos fundos de investimento e, principalmente, dos fundos de pensão, e conquistarem parte do mais-valor puncionado do processo produtivo, é na compra de mercadorias financeiras de empréstimos e financiamentos para adquirir mercadorias que a expropriação financeira apresenta seus fundamentos. O economista grego destaca que,

Los fundamentos sociales de la expropiación financiera se encuentran en parte en el carácter no capitalista del ingreso personal. Los trabajadores y otros agentes entran en las transacciones financieras con tal de obtener valores de uso, ya sea inmediatamente en forma de bienes salariales o en el futuro a través de una pensión. En cambio, lo que esperan las instituciones financieras con las transacciones financieras es obtener ganancias. Hay diferencias sistemáticas en la información, en la organización y en el poder social entre las dos partes implicadas, que potencialmente permiten que las instituciones financieras exploten a los tenedores del ingreso personal. Seguramente, es posible que los trabajadores hagan transacciones financieras con tal de obtener ganancias, pero esto no elimina las diferencias sistemáticas entre individuos e instituciones financieras como partes opuestas en las transacciones (LAPAVITSAS, 2013, p. 193).

Lapavitsas (2013, p. 191-192) retoma as formulações de Marx⁶⁴ para demonstrar a “exploração secundária” que se realiza com o comércio da mercadoria dinheiro para a classe trabalhadora, apresentando as origens históricas pré-capitalistas e a ideia de que os lucros não advêm do mais-valor. Essa relação foi desenvolvida e encontra paralelos em seus fundamentos nos contemporâneos créditos hipotecários e de consumo e também nos resultados dos fundos de pensão. Não restam dúvidas que esse procedimento não é o elemento essencial da produção do capital, mas o destaque e a expansão que este recurso secundário tem representado nos últimos anos, mostra o quanto a reprodução do capital necessita sempre mais de novos canais de valorização e acumulação.

No caso mais representativo da expropriação financeira na década de 2000, as hipotecas concedidas para trabalhadores assalariados das mais distintas faixas de renda são potenciais fontes de capital de empréstimo que não só permitiram acumulação considerável das instituições financeiras, como se apresentaram como o principal risco para o sistema como um todo na crise de 2007. Os ingressos nominais dos trabalhadores estão contidos nos salários, sendo que a estagnação ou mesmo decréscimo do poder de compra foi amplamente compensando pelos bens que estes detinham, como as moradias. Lapavitsas (2013, p. 218) reconhece que “los trabajadores piden prestado con tal de comprar viviendas, hipotecando una parte de los salarios futuros que cubren las necesidades del hogar – y no hipotecando plusvalía”.

Como já destacado no primeiro capítulo, a disponibilização de créditos para a classe trabalhadora expandiu-se consideravelmente desde o início do século XXI no Brasil. Não só as instituições financeiras estatais foram incentivadas à concessão elevada destes créditos, como também os bancos estrangeiros tiveram um papel fundamental neste processo. Com o desemprego em níveis inferiores, a renda das frações mais precarizadas aumentando e o crescimento econômico puxado pelas vendas das *commodities*, o negócio do comércio de dinheiro ganhou impulso e garantias até então inexistentes no Brasil.

Foi afirmado no primeiro capítulo que a liberalização financeira dos anos 1990 e os planos de estabilização dos preços também foram centrais para esse ambiente mais favorável dos aumentos dos créditos.

⁶⁴ Lapavitsas identifica trechos no qual Marx faz referência ao histórico do crédito para os trabalhadores, sua característica de “exploração secundária” e que ele não provém do mais-valor, nos livros *Teorias da Mais-Valia*, os *Grundrisse* e o Livro III de *O Capital*.

Um novo patamar de acumulação possibilitou a expansão do sistema financeiro no Brasil e de um mercado de ações que fazem deste um dos negócios mais rentáveis, vide as altas taxas de juros que são regidas desde a década de 1990 até o ano de 2015. Os títulos da dívida pública foram um dos principais vetores de acumulação nestes anos, influenciando decisivamente os grandes monopólios industriais, o setor de serviços, o agronegócio e, principalmente, os bancos.

Os bancos e demais instituições financeiras que intermediam o capital portador de juros no Brasil também se beneficiaram com a expansão das mercadorias financeiras para os trabalhadores. A expropriação financeira, canal de exploração secundária, obteve no Brasil uma de suas plataformas ideais de valorização de capital em troca dos juros pagos pelos ingressos nominais dos assalariados.

A principal mercadoria financeira concedida aos aposentados e pensionistas do INSS, o crédito consignado, avolumou não só os recursos concedidos como auxiliou na proliferação de cooperativas e empresas especializadas nessas mercadorias. Crédito sem risco, já que o retorno ao prestamista é realizado da fonte, diretamente pelo INSS, as instituições financeiras que intermediavam esse produto extraíram lucros gigantescos. A expropriação financeira atuou aqui diretamente sobre o trabalho necessário consubstanciado nas aposentadorias e pensões.

O financiamento imobiliário e o crédito para aquisição de veículos contribuiu destacadamente para a aceleração da rotação do capital destes setores, assim como facilitou a aquisição destes que, em diversos casos, transformaram-se em meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho. Moradia com financiamentos mais acessíveis em áreas periféricas, longe dos locais de trabalho, e automóveis e motocicletas que permitissem a locomoção para o trabalho, mostram o quanto o crédito foi fundamental para o processo de reprodução do capital como um todo.

O cartão de crédito possibilitou uma aproximação com a expansão da financeirização do salário e da renda pessoal da classe trabalhadora ao expandir seu acesso e possibilitar números de endividamento de quase 80% dos consumidores no Brasil para com esse produto financeiro (será visto na próxima seção). As anuidades são parte expropriada destes trabalhadores pelo crédito cedido, mas a grande utilização do parcelamento deste cartão ou da modalidade rotativa transformou esse produto em uma das maiores taxas de juros de todos os créditos concedidos aos trabalhadores. Como o volume total dos créditos é mais baixo do que as outras modalidades aqui apresentadas,

presume-se que a concessão de muitos empréstimos de valores monetários mais baixos atingiu violentamente frações da classe trabalhadora de menores rendas e com contratos de trabalho precarizados.

Os refinanciamentos hipotecários no Brasil não se transformaram na febre especulativa que irradiaram o sistema financeiro estadunidense a ponto de esfumaçarem-se na primeira crise. Tirando o financiamento imobiliário dos programas como o MCMV – em parte subsidiados para frações de menores rendas –, todos os outros créditos cedidos foram de menor volume e risco. E mesmo a prática de investimentos em ações e títulos também não se tornou tão corriqueira para os trabalhadores. Os planos de previdência complementares, no enalço das contrarreformas desde o fim da década de 1990, tiveram adesão limitada e quase que só por trabalhadores das grandes empresas públicas (Petrobrás, Banco do Brasil).

Assim como os números do crédito cedido cresceram durante os primeiro quinze anos do século XXI no Brasil, o endividamento e a inadimplência também apresentaram crescente volume. A próxima seção identifica, pelas pesquisas e bancos de dados das instituições controladoras de crédito, a grande expansão do processo de endividamento e algumas variáveis que demonstram o quanto esse processo advém de meios de subsistência que são ou que se tornaram necessários para a reprodução da classe trabalhadora.

3.3 Uma radiografia do endividamento e da inadimplência da classe trabalhadora

Os números do endividamento da classe trabalhadora⁶⁵ nos anos 2000 são impactantes se comparados com as estatísticas do fim do século passado. O acesso ao crédito nunca foi tão facilitado quanto neste século. Não só a instituição mais importante do SFN, o Bacen, tem

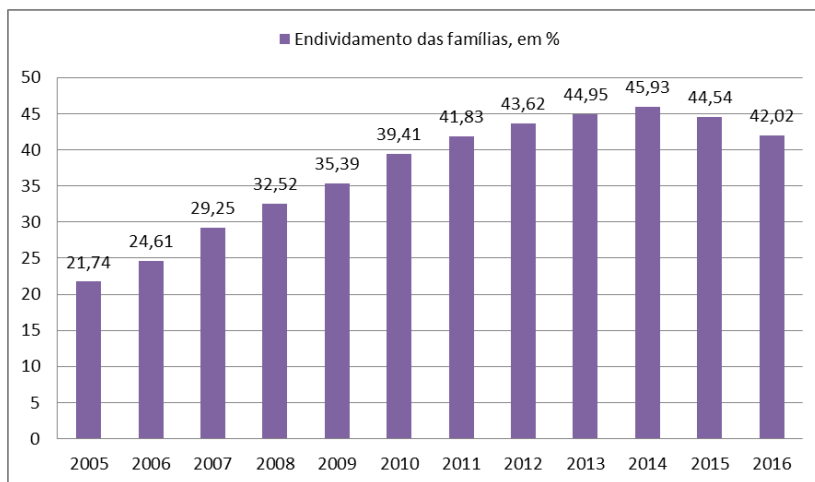
⁶⁵ A maior parte das instituições consultadas delimita o endividamento pelas famílias ou pelos consumidores, utilizando, em alguns casos, parâmetros de renda e categorizações das teorias de estratificação social compreensivistas ou funcionalistas. Consideramos que o contingente mais atingido pelo endividamento é a classe trabalhadora, principalmente quando se analisa os créditos concedidos às pessoas físicas para o consumo de meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho.

exposto essa realidade em suas pesquisas e notas para a imprensa, como instituições sindicais patronais e empresas especializadas em controle de crédito, os birôs de crédito, passaram a investir em pesquisas mensais de controle da inadimplência, oferecidas para o público em geral.

Antes de prosseguir com os indicadores de notificações sobre o endividamento e a inadimplência é preciso esclarecer os dois termos. O primeiro refere-se à condição do indivíduo que possui dívidas na forma de financiamentos e/ou de créditos a serem pagos e que ainda não venceram, mantendo-se, entretanto, adimplente. O segundo tem referência direta ao portador de dívidas com contas em atraso, dependendo de cada instituição a delimitação da contagem de dias para que se considere inadimplente. Em geral, o inadimplente para o Bacen é aquele com conta com mais de 90 dias de atraso, e para a maioria dos birôs de crédito é delimitada pelo atraso mínimo de apenas um dia. Realizado esse esclarecimento, será identificado esse processo sobre as fontes empíricas de recolhimento das notificações sobre o endividamento e inadimplência.

O Bacen mostra o quanto o endividamento das famílias praticamente dobrou de 2005 a 2015. Segundo série histórica registrada no SGS, o índice de endividamento das famílias chegou a 45,93% em dezembro de 2014, descrevendo um escalonamento surpreendente desde 2005, quando esse indicador demarcou 21,74% em dezembro (Gráfico 23). Este indicador é referente à relação das dívidas das famílias endividadas com a massa salarial ampliada disponível dos últimos 12 meses. Com a crise que arrastou o crescimento econômico desde meados de 2014, esse indicador começou, desde então, a arrefecer seu ímpeto, demarcando já em dezembro de 2015 a porcentagem de 44,54% de endividamento das famílias em relação à massa salarial ampliada.

Gráfico 23 - Endividamento das famílias com o SFN em relação à massa salarial ampliada disponível dos últimos 12 meses (2005-2016), em %, referente a dezembro do corrente ano.



Fonte: 19882 - Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – SGS do Bacen (2017c).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

O saldo total de créditos cedidos às pessoas físicas no SFN corresponde ao estoque total de empréstimos às pessoas físicas, incluído as modalidades de crédito rotativo, financiamentos habitacionais, leasing, empréstimos concedidos por cooperativas e também ao cartão de crédito (BACEN, 2011b, p. 14). Modalidades como carnês de lojas (crediários) ou serviços como água e luz não estão aí contemplados. Apesar de uma parte considerável das dívidas partir de empresas não financeiras, como será visto a seguir, a importância das dívidas com o sistema financeiro vai desde a quantidade de operações de crédito cedidas (destacando-se os cartões de crédito) até o volume total do montante emprestado (destaque para os financiamentos habitacionais).

Os relatórios oficiais enaltecem a cessão de créditos e apontam o incremento do financiamento habitacional enquanto responsável por tal magnitude. O crescimento dos créditos livres e direcionados provenientes das instituições financeiras aponta uma elevação crescente de 2005 a 2015. O crédito para o financiamento habitacional indica crescimento a partir de 2009, enquanto os demais créditos crescem exponencialmente até aquele ano, mantendo, desde então, essa

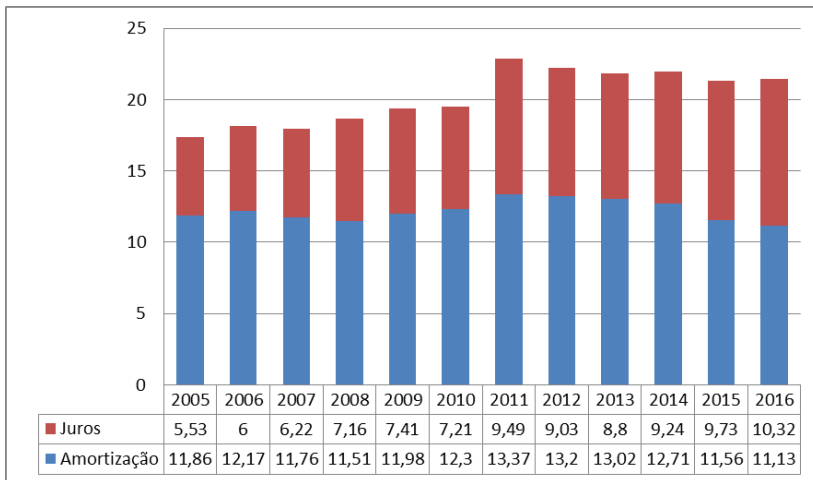
porcentagem estagnada. Utilizando os dados do SGS do Bacen⁶⁶, o artigo de Bruno Paim (2015, p. 10-13) identificou que o endividamento das famílias referente ao financiamento habitacional representou cerca de 5% de janeiro de 2005 – quando se inicia a série – até janeiro de 2009, aumentando a sua crescente escalada até outubro de 2014, quando atinge a marca de 17,7%. Já a parcela não habitacional de endividamento das famílias pulou de 15% em janeiro de 2005 para 27,2% em janeiro de 2009. Em outubro de 2014 essa parcela de endividamento chegou a 28,1%, sendo que desde setembro de 2012 registra pequenos recuos.

O aumento no comprometimento da renda das famílias com o pagamento das dívidas também é perceptível segundo outra série histórica do Bacen. Se em dezembro 2005 essa porcentagem de comprometimento da renda era de 17,39%, em dezembro de 2011 o salto para frente chegou a atingir 22,86% (Gráfico 24). Assim como o endividamento das famílias foi reduzido no ano de 2015, o comprometimento da renda também apresentou pequeno decréscimo desde 2011, chegando a 21,29% em dezembro de 2015.

No gráfico 24 é perceptível também o quanto a fração do comprometimento de renda das famílias referente aos juros pagos cresceu exponencialmente desde 2005, enquanto a fração de amortizações das dívidas teve aumento proporcionalmente inferior. Em dezembro de 2005 a parte que representava a amortização da dívida representava 11,86% da massa salarial disponível, tendo no percurso alguns aumentos, mas que em dezembro de 2015 chega à proporção inferior de 11,56%. Enquanto isso, a parte referente aos juros só cresceu, partindo de 5,53% para quase o dobro no mês de dezembro de 2015, com a proporção de 9,73%.

Gráfico 24 - Comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida (amortização e juros) com o SFN – com ajuste sazonal (2005-2016), em %, referente a dezembro do corrente ano.

⁶⁶ O autor utiliza a série já apresentada número 19882 - Endividamento das famílias com o SFN em relação à massa salarial ampliada disponível dos últimos doze meses, e também a série 20400 - Endividamento das famílias com o SFN exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses, cruzando os dados e identificando o quanto é referente ao crédito habitacional.



Fonte: 19881 - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal; 19879 - Comprometimento de renda das famílias com amortização da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal; 19880 - Comprometimento de renda das famílias com juros da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal – SGS do Bacen (2017c).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

A expropriação financeira atua prioritariamente na extração do salário e da renda pessoal, que também corresponde à exploração da força de trabalho no sentido que extrai valor do trabalho necessário do conjunto de assalariados que necessitam comprar os meios de subsistência. Os juros atuam, neste sentido, aumentando exponencialmente a sua alíquota em períodos de maior retração econômica e de debilidade na cessão do crédito.

O Bacen demonstra preocupação com a inadimplência dos consumidores, considerada por essa instituição enquanto as dívidas com mais de 90 dias de atraso. Em 2014 encomendou pesquisa qualitativa sobre o que consideraram “endividamento excessivo” (conceito que concebe o endividamento enquanto fenômeno normal). A entrevista se deu em grupos de discussão e levantou algumas hipóteses que seriam base para uma pesquisa quantitativa de maior fôlego. No geral, os entrevistados elegeram as críticas ao sistema financeiro e suas “armadilhas” como secundárias, considerando que o principal motivo para o “endividamento excessivo” seria a ausência de responsabilidade

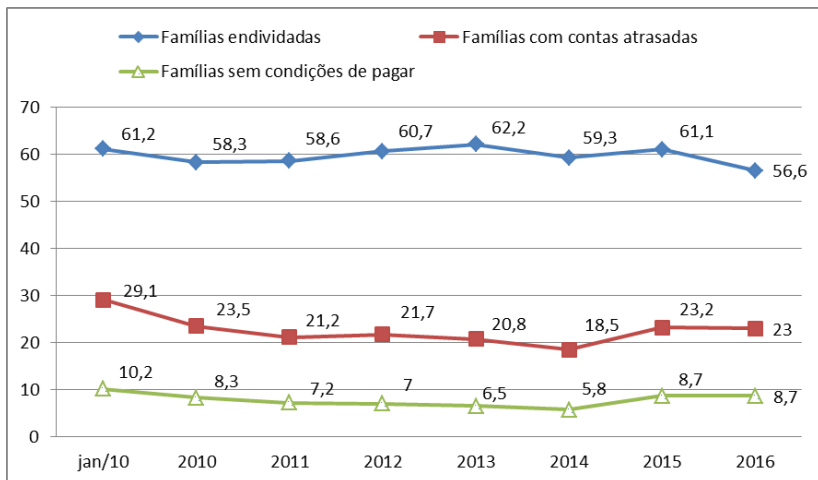
deles próprios. A pesquisa recomenda a “educação financeira”, necessária para que os consumidores das mercadorias financeiras pudessem utilizar os créditos com responsabilidade⁶⁷. Para as instituições financeiras, a orientação seria “fomentar boas práticas na concessão de crédito” (BACEN, 2014, p. 5 -6). O que seriam as “boas práticas” tal documento não aponta, mas a necessária transparência nas informações já auxiliaria na contenção da inadimplência.

Em um mercado que cria e complexifica mercadorias financeiras, o desenvolvimento de pesquisas mais apuradas que registrem também a inadimplência de carnês do crediário, cheques e outras formas de dívidas, foi uma necessidade colocada para o mercado. Entidades sindicais patronais também criaram suas pesquisas.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC) criou, em 2010, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em que identificou que em dezembro de 2015 61,1% das famílias estariam endividadas, sendo que 23,2% estariam com dívidas ou contas em atraso e 8,7% declaravam não ter condições de pagar. Esse número não variou consideravelmente desde que a pesquisa foi criada. Em janeiro de 2010 – primeiro mês da pesquisa – foi constatado número praticamente igual de famílias endividadas, sendo 61,2% nessa situação. No mesmo ano havia mais famílias com contas em atraso e mais famílias sem condições de pagar as contas, sendo respectivamente 29,1%, e 10,2% a proporção identificada (Gráfico 25).

Gráfico 25 – PEIC – CNC. Porcentagem de famílias endividadas, com contas atrasadas e sem condições de pagar as dívidas em atraso, referente ao mês de dezembro do ano indicado (2010-2016).

⁶⁷ No terceiro capítulo será tratado a questão da ideologia da “educação financeira”.



Fonte: PEIC do CNC (2016b)⁶⁸.

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: O primeiro dado é referente a janeiro de 2010, e os dados posteriores são referentes a dezembro do ano indicado.

A Peic da CNC é realizada mensalmente e entrevista 18 mil consumidores. Os primeiros dados da série histórica são registrados em estágio avançado do processo de endividamento, por isso as variações não são tão consideráveis. Entretanto, quando o questionamento se dá no tipo de dívidas que foram contraídas, é possível notar algumas variações e tendências. No gráfico 26 é identificado o aumento expressivo do endividamento pelos cartões de crédito, em que é perceptível o quanto esse produto financeiro adquiriu *status* de portabilidade quase universal. Em janeiro de 2010 foi constatado que 67,7% das famílias tinham alguma dívida referente ao cartão de crédito, tendo o crescimento progressivo desse endividamento chegado a 78,3% das famílias consultadas.

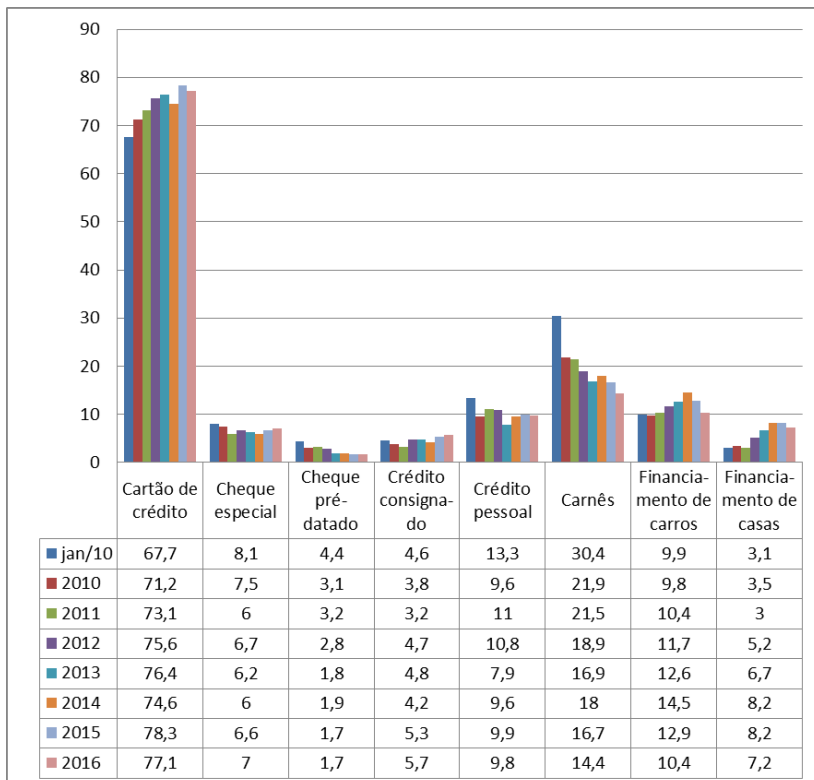
Algumas mercadorias financeiras, pelo decréscimo de uso conjuntural ou acesso maior dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras, tiveram uma queda brusca no endividamento

⁶⁸ A série histórica com os dados compilados encontra-se em arquivo do programa *Microsoft Excel*, na página da *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - dezembro 2015 (2016b)*. Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-13> Acesso em: 10 jan. 2018.

das famílias. A principal mercadoria neste sentido são os carnês das lojas, decrescendo o endividamento de 30,4% em janeiro de 2010 para 16,7% em dezembro de 2015. É possível constatar também queda no endividamento do cheque especial, sendo 8,1% em janeiro de 2010 e 6,6% em dezembro de 2015; e queda com relação ao cheque pré-datado, com 4,4% em janeiro de 2010 e 1,7% em dezembro de 2015 (Gráfico 26).

O crescimento considerável do endividamento pelo financiamento de automóveis de 9,9% em janeiro de 2010 para 12,9% em dezembro 2015 (com o pico de 14,5% em dezembro de 2014), além do financiamento imobiliário, de 3,1% em janeiro de 2010 para 8,2% em dezembro de 2015, demonstram a tendência dos créditos cedidos entre 2010 e 2015. Como visto no primeiro capítulo desta tese, o oferecimento destes créditos tiveram fomento considerável do Estado e incentivo para as indústrias da construção civil e automobilística.

Gráfico 26 - PEIC – CNC. Porcentagem do endividamento pelos tipos de dívidas: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa, referente a dezembro do ano corrente.



Fonte: PEIC da CNC (2016b).

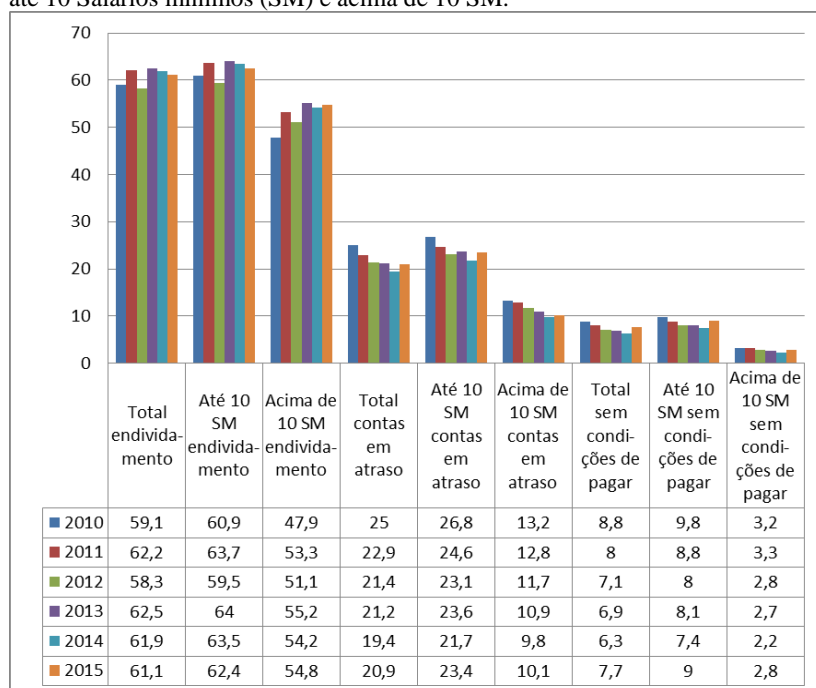
Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: O primeiro dado é referente a janeiro de 2010, e os dados posteriores são referentes a dezembro do ano indicado.

A Peic da CNC também delimita o nível de endividamento com relação à renda, fracionando entre os que recebem até 10 salários mínimos e os que recebem mais do que este montante. É possível identificar em tais números que os assalariados (em sua grande maioria) de salários e rendas mais baixas estão em maiores dificuldades no saldo de seus créditos, sendo que 62,4% das famílias de até 10 salários mínimos declararam-se endividadas em 2015, 23,4% das famílias estariam com dívidas ou contas em atraso, e 9% declaram não ter condições de pagar suas dívidas (Gráfico 27). A média anual de 2010 não é muito diferente, sendo que 60,9% das famílias nesta faixa de renda estavam endividadas, 26,8% tinham contas em atraso e 9,8% não tinham condições de pagar suas contas (CNC, 2016a, p. 5).

Para as famílias acima de 10 salários mínimos, os números também são crescentes, porém, muito menos alarmantes. São 54,8% das famílias endividadas, 10,1% com dívidas ou contas em atraso e somente 2,8% dessas famílias sem condições de pagar suas contas. Em 2010 os números são, respectivamente, 47,9%, 13,2% e 3,2%. Ou seja, o endividamento também cresceu nessa faixa de renda mais abastada, no entanto, o atraso de contas e as dificuldades insanáveis de pagá-las diminuíram, e representam uma porcentagem muito baixa (CNC, 2016a, p. 5).

Gráfico 27 – PEIC – CNC. Média anual do endividamento por faixa de renda – até 10 Salários mínimos (SM) e acima de 10 SM.



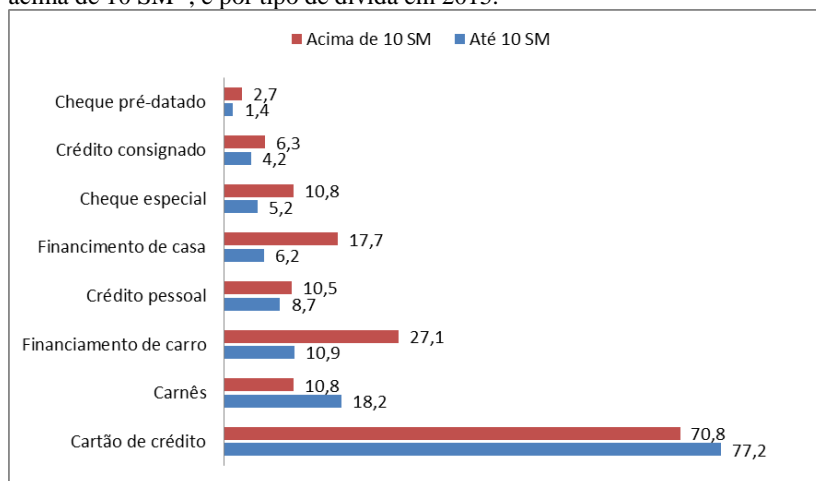
Fonte: CNC (2016a, p. 5).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

No gráfico 28 é possível identificar as principais fontes de dívidas de cada faixa de renda no ano de 2015. Entre as famílias de até 10 salários mínimos, as principais fontes são o cartão de crédito, com 77,2%, os carnês de lojas, com 18,2% e o financiamento de carros, com 10,9%. Para as famílias com renda de mais de 10 salários mínimos o

cartão de crédito é a principal fonte de endividamento, mas em menor escala, com 70,8% das famílias, seguido do financiamento de carros, com 27,1% e o financiamento imobiliário, com 17,7% das famílias (CNC, 2016a, p. 5). Enquanto na faixa de renda inferior, composta pela maioria de assalariados, as principais mercadorias financeiras são aquelas que possibilitam o acesso a bens de consumo básicos, os de maior faixa de renda apresentam-se enquanto principais consumidores dos créditos que possibilitam o financiamento de bens duráveis de alto custo, como automóveis e casas.

Gráfico 28 – Média anual do endividamento por faixa de renda – até 10 SM e acima de 10 SM -, e por tipo de dívida em 2015.



Fonte: CNC (2016a, p. 5).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: As respostas “outras dívidas”, “não sabe” e “não respondeu” não foram inseridas no gráfico.

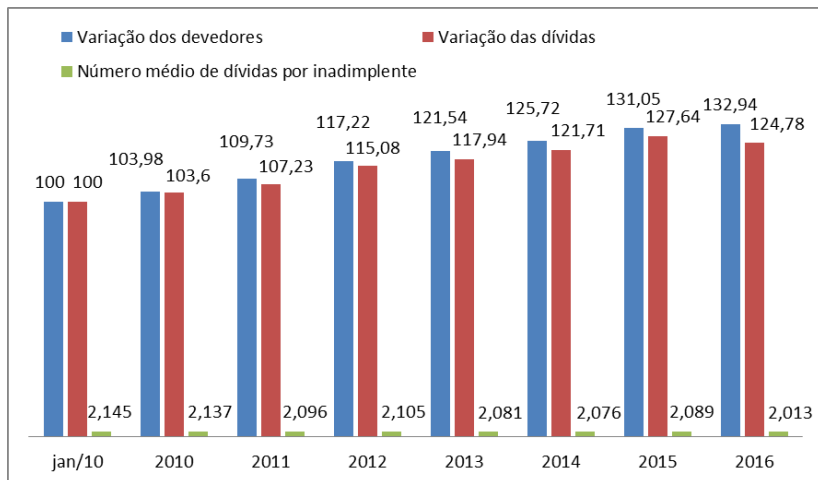
Os birôs de crédito, empresas especializadas em registro, controle das dívidas e inadimplência dos consumidores, já dominavam o mercado antes do crescimento recente do endividamento dos trabalhadores. A maior parte dessas empresas foi criada nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia da informação, investimento em pesquisas e necessário controle geral da inadimplência, tais empresas passaram a dispor ao público registros mensais destes dados. A diferença de seus indicadores com os do Bacen, por exemplo, é que estes apresentam as dívidas com o setor de serviços

e com o comércio, os protestos registrados em cartórios e os cheques sem fundo, além de poderem notificar a inadimplência enquanto o atraso de apenas um dia, que pode ser registrado em suas bases pelas empresas conveniadas.

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), empresa de tecnologia especializada em pesquisa e controle de crédito criada em 1955, vinculada à Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), identificou em seu sistema em julho de 2015 o número de 57 milhões de consumidores negativados (SPC Brasil, 2015, p. 8). Em suas contas, de cada 10 brasileiros adultos, 4 estavam com o “nome sujo”. No relatório intitulado *Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL: Dados Nacionais – Dados referentes a julho de 2015*, o SPC Brasil apresenta informações sobre o crescimento da inadimplência, sua configuração regional e os tipos de dívidas por tempo de atraso. No que tange a inadimplência – aqui considerado qualquer registro em sua base de dados, que pode ser de apenas um dia após a data de vencimento -, o crescimento dos indicadores é alarmado pelo contexto de crise econômica do período.

O aumento do número de dívidas e de devedores com os nomes negativados vem crescendo desde 2010, período sobre o qual o SPC Brasil disponibiliza série histórica. Tendo por referência o índice número 100 para janeiro de 2010, identificamos que tal ascensão não arrefeceu seu ímpeto desde então até o ano de 2015. Nesta série, é possível identificar também o número de dívidas por pessoas, dado este em que, mesmo que tendencialmente ocorra uma diminuição nessa relação, é notável a ausência de variação considerável. No gráfico 29 é possível identificar esses números:

Gráfico 29 – SPC Brasil - Variação nos números de devedores e de dívidas no Brasil, de janeiro de 2010 (índice 100) até dezembro de 2015, e o número médio de dívidas por pessoa inadimplente, no mesmo período.



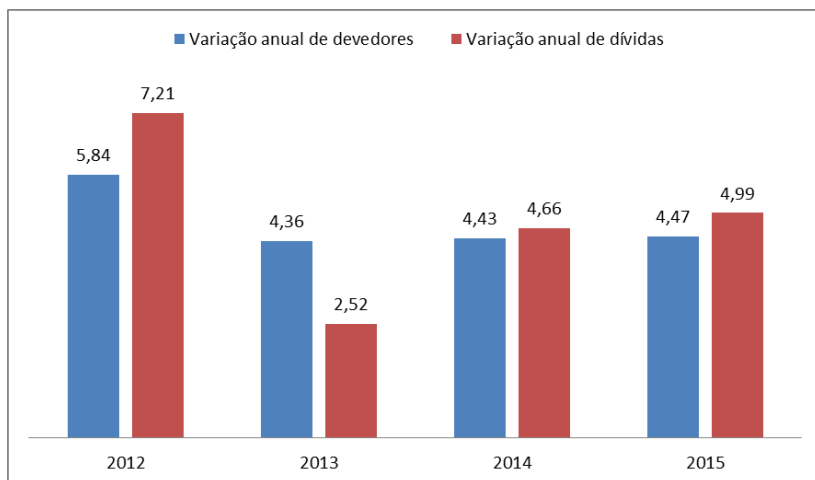
Fonte: SPC Brasil (2015).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: O primeiro dado é referente a janeiro de 2010 e os demais são referentes a dezembro do ano indicado.

No relatório (SPC BRASIL, 2015) é apresentada variação anual do crescimento dos devedores em atraso desde 2012, tendo a elevação de mais de 4% persistido desde então: com referência no mês de julho, o indicador positivo é de 5,84% entre 2011 e 2012; 4,36% entre 2012 e 2013; 4,43% entre 2013 e 2014; e 4,47% entre 2014 e 2015 (SPC Brasil, 2015, p. 8 – Gráfico 30). No que tange ao número de dívidas em atraso, a variação demonstra maior alteração, sendo que na relação de 2011 e 2012 ela atingiu 7,21%, tendo aumento bem menor em 2012 e 2013, com 2,52%, e crescimentos nos anos de 2013 e 2014, e 2014 e 2015, com aumentos respectivos de 4,66% e 4,99%.

Gráfico 30 – SPC Brasil - Variação anual do crescimento do número de devedores e de dívidas, tendo por base o mês de julho dos anos indicados, em %.



Fonte: SPC Brasil (2015, p. 8).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Descriminado por regiões do Brasil, o sudeste é a região que concentra o maior número de inadimplentes de acordo com os registros do SPC Brasil de julho de 2015: esta região representa 39,8% dos inadimplentes, seguida do nordeste com 25,97%, a região sul com 12,93%, o norte com 8,77% e, por último, o centro-oeste com 7,88%⁶⁹ (SPC Brasil, 2015, p. 15). Por representar a região mais populosa e com maior potencial econômico, o sudeste encontrava-se em primeiro lugar até a pesquisa de julho⁷⁰.

⁶⁹ O total não fecha 100% porque não são contados os inadimplentes que não constam com o registro do local de moradia.

⁷⁰ Com a aprovação da Lei 15659 de 2015 no estado de São Paulo, a incorporação de nomes negativados nas bases de dados dos birôs de crédito se tornou mais difícil, pois passou a exigir o envio de carta de Aviso de Recebimento (AR) e a confirmação de recebimento do devedor. Segundo a Associação Nacional dos Birôs de Crédito (ANBC), essa lei estimula o uso do protesto em cartório, tornando o processo de cobrança mais caro para o comércio e dificultando a inclusão de nomes nos cadastros negativados dos birôs de crédito em até 90% dos casos. O SPC Brasil passou a apresentar apenas os números do processo de endividamento das demais regiões do país, retirando a região sudeste de seus relatórios desde o mês de agosto de 2015. Sobre essa situação ver no relatório indicador de inadimplência do SPC Brasil de dezembro de 2015 (2016, p. 3):

No relatório do SPC Brasil de julho de 2015 é quantificado os setores credores, apontando quase metade das dívidas como provenientes das instituições bancárias, com 48,9% dos registros, seguido do comércio com 20,14%, da comunicação (telefone e TVs pagas) com 14,72%, água e luz com 7,29% e outros setores com 9,56% (SPC Brasil, 2015, p. 10). Ressaltam-se na dívida com as instituições bancárias aquelas provenientes do cartão de crédito e empréstimos com financeiras, que correspondem à facilitação de acesso as mercadorias financeiras e o aprisionamento que os juros proporcionam nessa punção do fundo de consumo de muitos trabalhadores.

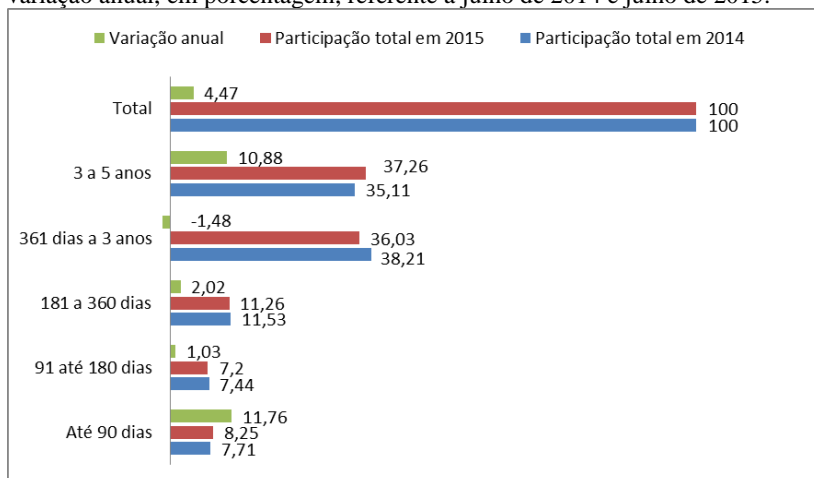
As pesquisas do SPC Brasil trabalham sobre seu próprio banco de dados, levantando o quantitativo de registros negativos acionados pelos credores, e também com as consultas de vendas a prazo, que constitui o seu principal produto financeiro ofertado. No ano de 2015, até o mês de julho, as pesquisas indicavam expectativa negativa perante o quadro recessivo da economia, com indicadores de inflação alta e crescimento de desemprego, em que a inadimplência só não ficou mais alta porque as operações de crédito arrefeceram. Na contabilização das consultas realizadas ao SPC Brasil para vendas a prazo, é registrado diminuição das consultas desde o mês de janeiro de 2015. Em julho de 2015 é apontado decréscimo de 3,26% das consultas em relação a julho do ano anterior (SPC Brasil, 2015, p. 21).

Com relação ao tempo de atraso das dívidas é possível identificar algumas variações entre 2014 e 2015, período de início de uma recessão econômica e diminuição do crédito. Os números das pessoas endividadas tendem a diminuir ou estabilizar com a menor procura por crédito, mas, segundo essa pesquisa, é identificado crescimento do número de inadimplentes com até 90 dias de atraso com uma variação de julho de 2014 a julho de 2015 em 11,76%, sendo que estes representam 8,25% da participação das dívidas no total em 2015, e também uma variação crescente nas dívidas com tempo de atraso de 3 a 5 anos, registrando 10,88% positivos. As faixas de atraso intermediárias,

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/indices_economicos/relatorio_indicador_d_e_inadimplencia_dezembro_2015.pdf Acesso em: 03 ago. 2017. Sobre essa situação ver também em ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BIRÔS DE CRÉDITO - ANBC (2015): <http://noticias.serasaexperian.com.br/impactos-lei-da-carta-ar-em-sao-paulo-credito-as-familias-perde-r-12-bilhao-e-protestos-em-cartorios-batem-recorde/> Acesso em: 02 abr. 2016.

que vão dos 90 dias até os 3 anos, apresentam variações pequenas ou até mesmo regressivas. No mesmo período, os inadimplentes com dívidas em atraso de 91 a 180 dias apresentaram variação positiva de 1,03%, os de 181 até 360 dias com variação de 2,02%, e entre 361 dias a 3 anos teriam diminuído em 1,48%, sendo que esta última faixa representava 36,03% da participação das dívidas no total (SPC Brasil, 2015, p. 12 – Gráfico 31). Ou seja, é perceptível um avanço nas negociações com os inadimplentes com dívidas mais antigas, um aumento expressivo de novos inadimplentes e um aumento no número de dívidas praticamente insanáveis, principalmente no contexto de juros e multas altíssimas.

Gráfico 31 - SPC Brasil – Participação das dívidas por tempo de atraso e variação anual, em porcentagem, referente a julho de 2014 e julho de 2015.



Fonte: SPC Brasil (2015, p. 12).

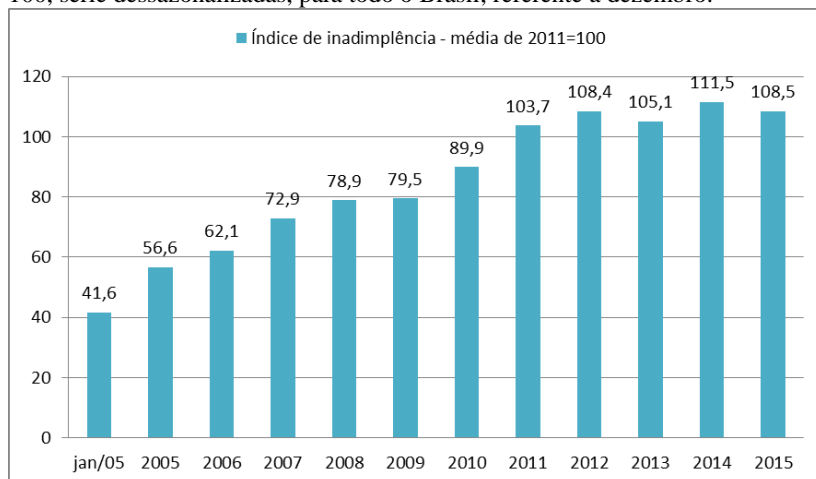
Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Os levantamentos dos birôs de crédito são importantes porque assessoram as decisões referentes ao crédito comercial e bancário. Outra empresa deste setor que passou a se destacar na intermediação das informações sobre o mercado de crédito, a Boa Vista Serviço Central de Proteção ao Crédito (Boavista SCPC), surgiu da fragmentação do SPC Brasil em 2010, possuindo, desde então, base própria de dados. A série histórica acessível ao público⁷¹ apresenta dados que demonstram o

⁷¹ A série histórica do Boavista SCPC (2017) com relação aos registros de inadimplência está em seu sítio em arquivo do programa *Microsoft Excel*, com

progressivo aumento das notificações em suas bases de dados desde 2005 (base em conjunto com o SPC Brasil de então), tendo por referência a média de 100 com relação ao ano de 2011. Com essa referência o índice do mês de janeiro de 2005 era de menos da metade, com índice de 41,6, aumentando progressivamente até dezembro de 2012, quando o índice chegou a atingir 108,4. Os índices variaram até dezembro de 2015, quando este atingiu 108,5 pontos.

Gráfico 32 – BOAVISTA SCPC – Inclusões na base de dados de notificações inadimplentes por mês (2005-2015), tendo por base a média do ano de 2011 = 100, série dessazonalizadas, para todo o Brasil, referente a dezembro.



Fonte: Série histórica da Boavista SCPC (2017).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: O primeiro dado é referente a janeiro de 2005 e os demais são referentes a dezembro do ano indicado.

Para além da base de notificações do cadastro positivo, a Boa Vista SCPC realiza, desde o primeiro trimestre de 2012, pesquisa quantitativa construída a partir de entrevistas com clientes que procuraram o balcão de seus serviços para resolver suas notificações, ou seja, consumidores com dívidas em atraso. Dentre os vários dados a se destacar, a pergunta referente ao tipo de mercadoria ou serviço que gerou a dívida não paga demonstra que o conjunto de meios de

série dessazonalizada e série com ajuste sazonal. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia/>
Acesso: 11 dez. 2017.

subsistência necessários para a reprodução das famílias e de suas forças de trabalho tem notável importância. Na pesquisa referente ao primeiro semestre de 2015, a aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos representou 25% das dívidas que geraram a notificação⁷². Para 16% dos entrevistados a mercadoria que gerou a dívida proveio de vestuário ou calçados e 15% de compras de produtos alimentícios. Não menos importante, 14% dos entrevistados disseram que a dívida surgiu de concessionárias, 7% de empréstimo pessoal, 4% de material de construção, 1% de financiamento de automóveis e 1% do financiamento da casa própria. Mesmo o quesito reunido na variável “contas diversas” – que reúne despesas de educação, cartão, empréstimos, academia etc. -, responsável por 14% das notificações, é visível o conjunto de necessidades básicas e necessidades construídas socialmente com o desenvolvimento de serviços mercantilizados que hoje fazem parte do fundo de consumo dos trabalhadores assalariados, em sua maioria.

A liderança no mercado de birô de crédito é da Serasa Experian, empresa criada em 1968 que registrou em julho de 2014 o número de 57 milhões de pessoas com dívidas em atraso no Brasil (SERASA EXPERIAN, 2014). O conjunto de dívidas não pagas é crescente em sua série histórica que se iniciou em 1999, e os motivos estão vinculadas as mercadorias financeiras identificadas nessa pesquisa, além das dívidas não bancárias, cheques devolvidos e protestos de títulos não pagos.

O gráfico 33 demonstra a tendência crescente dos tipos de dívidas. Essa é uma série histórica mais abrangente sobre os números referentes a pessoas físicas com CPFs negativados que contempla todo o período histórico analisado nesta tese⁷³. Os números são indicadores que têm por referência a média das notificações do ano de 2009. A série histórica exposta apresenta dados somente até agosto de 2015, pois a lei estadual paulista sobre as notificações de negativação de créditos teria

⁷² O relatório dessa pesquisa foi encontrado em formato de *slides*, compilados sob o título de *Pesquisa Perfil do Inadimplente 1º Trimestre de 2015*. Os gráficos referentes as mercadorias que geraram as dívidas, podem ser encontrados no *slide* 23. Disponível em: <http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2015/04/perfil-2015.pdf> Acesso em: 02 fev. 2016.

⁷³ A série histórica do Serasa Experian (2017) encontra-se em documento formato *Microsoft Excel* no seu sítio. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-do-consumidor/> Acesso em: 21 nov. 2017.

suspendido a possibilidade de notificar com mais agilidade os inadimplentes.

Em primeiro lugar, é possível identificar nesta série histórica que, com relação aos números gerais das notificações deste importante birô de crédito, o progressivo aumento da inadimplência seguiu quase que linearmente durante esses 16 anos. Se em janeiro de 1999 o indicador era de 34,5 – tendo por referência a média anual de 2009, equivalente a 100 -, em agosto de 2015 esse índice teria alcançado 187 pontos. Ou seja, em dez anos (1999-2009) a inadimplência teria aumentado quase três vezes na base de dados da Serasa Experian, e do ano base de 2009 o aumento teria sido de quase 90% para o mês de agosto de 2015.

Com relação aos tipos de dívidas, a base de dados mostra progressivamente que o dinamismo do sistema financeiro foi essencial neste processo, pois, com o aumento de créditos concedidos para o consumo pessoal, a inadimplência dessas mercadorias financeiras também aumentou consideravelmente. Com a mesma referência do índice de 100 para a média de notificações de 2009, as anotações negativas informadas pelas instituições financeiras em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros – REFIN - aumentaram consideravelmente, partindo do índice baixo de 14,2 pontos em janeiro de 1999 para 145,9 pontos em agosto de 2015. O número baixo de inadimplentes no fim do século XX demonstra o quanto o sistema financeiro constituiu todo o seu potencial de mercantilização de créditos para o consumo pessoal no século XXI.

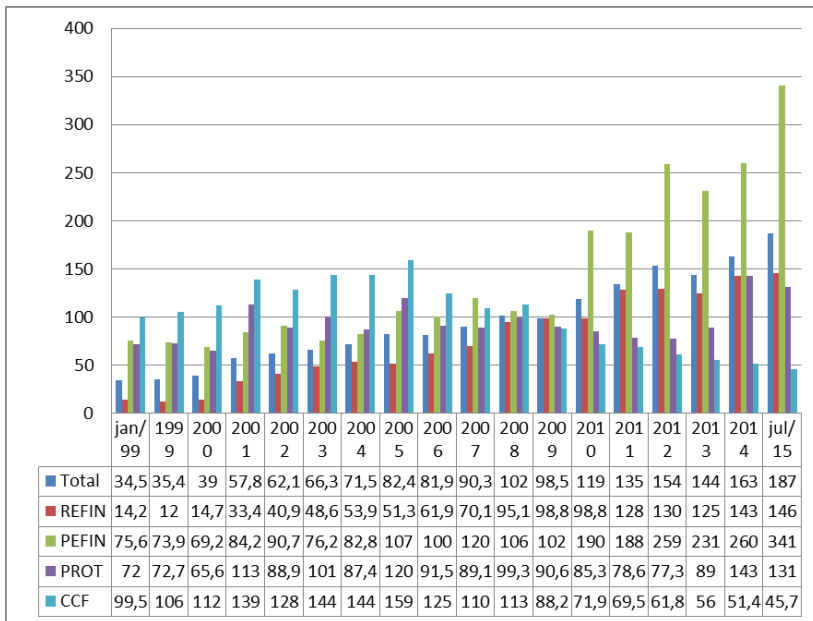
As dívidas referentes a instituições não financeiras – PEFIN – também tiveram notificações com número de crescimento expressivo, principalmente após 2009. Com o indicador de 75,6 pontos em janeiro de 1999, o primeiro período de crescimento da inadimplência (1999-2009) não foi tão crescente quanto o período de 2009 até agosto de 2015. O indicador aumentou mais de 300%, chegando a impressionantes 340,8 pontos de notificações no último mês quantificado. As empresas não financeiras entraram na ciranda do endividamento da classe trabalhadora, cederam créditos nas lojas de varejo como nunca e aprofundaram o aprisionamento desses consumidores às suas possibilidades de crédito e financiamento.

Os protestos de títulos – PROT - tiveram números regulares de notificações, tendo o indicador de 72 pontos em janeiro de 1999 e 89 pontos em dezembro de 2013, expressando o baixo crescimento na inadimplência desse mecanismo de crédito. Contudo, nos dois últimos anos, a expansão do endividamento também atingiu esse produto,

apresentando os indicadores de 142,7 pontos em dezembro de 2014 e 131,3 pontos em agosto de 2015.

Já o último produto financeiro quantificado em notificações pelo Serasa Experian apresenta sua tendência de desuso. Os cheques com segunda devolução apresentaram o indicador de 99,5 em janeiro de 1999 com crescimento até dezembro de 2005, chegando a 158,9 pontos de notificação. Desde então, apresentou algumas variações até seu decréscimo que atingiu 45,7 pontos em agosto de 2015. O cheque tem caído em desuso com a expansão dos cartões de crédito, que foram exponencialmente expandidos para todas as frações de classe, aprisionadas principalmente pelas modalidades de crédito rotativo e crédito parcelado do cartão de crédito.

Gráfico 33 - SERASA EXPERIAN – Fluxo mensal de anotações de inadimplência de pessoas físicas que sensibilizam a base de dados da Serasa, com números gerais; anotações negativas informadas pelas instituições financeiras em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros (REFIN); anotações negativas informadas pelas empresas em geral em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros (PEFIN); anotações negativas referentes a protestos de títulos, informados por cartórios de protestos (PROT); e quantidades de cheques sem fundo após 2º devolução e informados pelo BB (CCF). Os indicadores fazem relação com o índice médio de 2009 = 100, de janeiro de 1999 a agosto de 2015 – interrompido pela Lei de notificações de inadimplentes do Estado de São Paulo.



Fonte: Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor (2017).

Elaboração: Rodrigo Fernandes Ribeiro

Nota: O primeiro dado é referente a janeiro de 1999, o último é referente a julho de 2015 e os demais são referentes a dezembro do ano indicado.

Na pesquisa anteriormente descrita, que apresentava o número expressivo de inadimplentes, os executivos da Serasa Experian afirmam a contraditória relação entre crédito à disposição do consumo e o risco da inadimplência, pela declaração de seu gerente Vander Nagata (SERASA EXPERIAN, 2014):

O crédito é um poderoso instrumento para o desenvolvimento econômico, mas se for pago. Se houver calote é prejudicial, pois destrói valor e afeta a qualidade de vida dos cidadãos, que passam a enfrentar as dores de cabeça do superendividamento, e de toda a cadeia produtiva. Empresas, sociedade civil organizada e governos devem encarar o grande desafio de educar financeiramente nossos consumidores.

Essa mesma pesquisa revelou também que mais de 60% desses consumidores inadimplentes tinham contas a pagar que representavam

mais de 100% de sua renda mensal. Ou seja, cerca de 30 milhões de brasileiros comprometiam toda a renda de seu fundo de consumo futuro, e os juros dos financiamentos de carros e casas e mais o crédito rotativo do cartão aprofundavam essa retirada de valor do salário. Além disso, a pesquisa também revelou que 53% desses inadimplentes acumulavam até duas dívidas não honradas. Apesar de número expressivo de brasileiros maiores de 18 anos endividados (esses representavam 40% do total de 144 milhões de brasileiros nessa faixa de idade), a Serasa Experian aponta que o índice não chega a ser alarmante porque as dívidas são pequenas em relação ao capital das grandes empresas. Essa constatação demonstra que os salários baixos dos empregos criados nos últimos anos é um processo que alimenta o capital de empréstimo, mas não o inviabiliza. Em contrapartida, ataca profundamente as condições de vida da maioria da população.

É preciso dizer que a base de dados do SPC Brasil, da Boa Vista SCPC e da Serasa Experian correspondem às iniciativas do capital em controlar o crédito de seus consumidores indesejados e, por isso, compõe dados objetivos confiáveis sobre o perfil dessas mudanças no endividamento dos trabalhadores.

Outros institutos de pesquisa foram criados na década de 2000 enquanto empresas especializadas em pesquisas de mercados. O Instituto Data Favela também apresenta números expressivos do endividamento dos trabalhadores que moram nas favelas. A categoria “classe C” é aqui superdimensionada pelas mesmas balizas de renda que a SAE do governo federal delimita para a “nova classe média”. Na pesquisa *Radiografia das Favelas Brasileiras*, as perguntas referentes ao endividamento dos trabalhadores moradores de favelas demonstram que houve um crescimento considerável de endividados, sendo 35% em 2015, enquanto em 2013 esse número era de 27%⁷⁴. A inadimplência, assim como nas outras pesquisas, manteve-se estável nesses dois anos, em 22% dos moradores. Segundo essa pesquisa, 53% dos moradores consideram ser difícil pagar as contas.

Essa pesquisa também mostra o alcance que esses moradores têm de bens de consumo, como as TVs de plasma, LED ou LCD. Na pesquisa de 2013, 46% dos moradores tinham acesso a esses bens. Em

⁷⁴ Ver a reportagem do sítio *G1* da *Globo* “Moradores das favelas brasileiras estão mais endividados, diz pesquisa”, publicada em 02 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/03/moradores-das-favelas-brasileiras-estao-mais-endividados-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 31 mar. 2015.

2015, esse número já havia pulado para 67%. Outras mercadorias também passaram a compor o fundo de consumo desses trabalhadores, sendo que o elemento histórico e moral exigiu cada vez mais que essas mercadorias adquirissem progressivamente o caráter de meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho: máquinas de lavar roupas – 69% em 2013, 75% em 2015; carros – 20% em 2013, 24% em 2015; motocicletas – 13% em 2013, 14% em 2015.

O Instituto Data Favela é vinculado a organizações não-governamentais como o Instituto Data Popular e a Central Única das Favelas (CUFA). Suas pesquisas são recentes, seguindo a onda do mito da ascensão da chamada “nova classe média”, e entrevistaram cerca de 2000 moradores de 63 favelas de 10 regiões metropolitanas do Brasil. Como são entrevistas, os dados não correspondem objetivamente a realidade colocada, mas apresentam um quadro aproximado do consumo, do salário e da renda dos trabalhadores precarizados que residem em locais com pouca infraestrutura, carentes em políticas sociais do Estado⁷⁵.

As pesquisas referenciadas nesta seção possibilitam uma espécie de radiografia da ascensão do endividamento e da inadimplência no Brasil. As instituições dinamizaram suas bases de dados e também suas técnicas de entrevistas no sentido claro de identificar os perigos da inadimplência e, principalmente, os potenciais de investimento das empresas financeiras e não-financeiras para o incremento na oferta de bens de consumo de necessidades básicas, de bens de consumo duráveis e de mercadorias financeiras.

No intuito de constituir uma grande empresa de gestão do cadastro positivo no Brasil, os cinco maiores bancos do país – Bradesco, BB, Santander, CEF e Itaú Unibanco – uniram-se e projetam a criação da Gestora de Inteligência de Crédito (GIC). Esse birô de crédito concorreria diretamente com as maiores empresas do ramo, possibilitando a utilização unitária do grande conglomerado de instituições financeiras e de suas informações de dívidas e inadimplência. Essa empresa foi formalizada em junho de 2017 e é previsto que entre em funcionamento integral em 2019. Além do imenso

⁷⁵ Alguns dados da pesquisa *Radiografia das Favelas Brasileiras* de 2013, assim como relatos e experiências da CUFA e de outras experiências deste universo – que segundo o Instituto Data Popular são habitados por 11,7 milhões de habitantes e são capazes de movimentar 63 bilhões de reais -, podem ser encontrados no livro *Um País chamado favela*, de Renato Meirelles e Celso Athayde (2014).

potencial de controle da inadimplência que os grandes bancos pretendem executar, “estima-se que a nova empresa vai brigar por um mercado amplo de dados de crédito que fatura perto de R\$ 3 bilhões anuais e que pode, segundo estimativas conservadoras, dobrar em alguns anos” (VALOR ECONOMICO, 2017) ⁷⁶.

O capital utiliza-se também de diversos mecanismos para o controle da inadimplência e para a potencialização lucrativa do endividamento da classe trabalhadora. A manipulação é característica cada vez mais proeminente do capitalismo contemporâneo, em que a ideologia da classe dominante amplia o seu potencial de mistificar a realidade e apreender os sentidos subjetivos mais gerais para seus interesses de uma acumulação perpétua e crescente.

O próximo capítulo identifica as expressões ideais e objetivas que a reprodução do capital empreende no intuito de mobilizar a sociedade em seus objetivos anti-humanistas. A ideologia da “educação financeira” e as diversas medidas derivadas de “prevenção” e “tratamento” do superendividamento e da inadimplência compõe esse quadro mais geral que o processo de reprodução capitalista em sua totalidade radicaliza a fim de intensificar a exploração da força de trabalho e realizar o ciclo como um todo.

⁷⁶ Esse processo de constituição da GIC pode ser encontrado em notícias do sítio *Valor Econômico*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/5005302/bradesco-itau-santander-bb-e-caixa-formalizam-biro-de-credito> Acesso em: 18 ago. 2017.

4 A IDEOLOGIA DA CULPABILIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PELO ENDIVIDAMENTO

O capital se beneficia da expansão do crédito para os trabalhadores lucrando consideravelmente com o pagamento de juros muito altos e de dívidas roladas que, muitas vezes, são provenientes da dificuldade de pagamento do crédito acessado pelos assalariados. O fenômeno, comparado a uma “bola de neve”, de uma dívida que cresce exponencialmente até que o pagamento dos juros torna-se maior do que o pagamento da amortização da dívida pode precipitar na insolvência completa e definitiva de tal dívida. Essa consequência, no entanto, é ruidosa para o capital, que elabora estratégias de contenção da escalada da inadimplência.

Neste capítulo serão expostas duas dessas estratégias elaboradas e desenvolvidas pelo capital no sentido de conter os riscos do endividamento e culpabilizar os indivíduos que não conseguem mais garantir o pagamento de suas dívidas. Tratam-se de medidas meticulosamente constituídas pelas principais instituições internacionais do capital, empreendidas principalmente nas nações de capitalismo desenvolvido e que encararam o fenômeno por mais tempo do que os países dependentes como o Brasil.

A primeira é a “educação financeira”, que aqui tratamos como uma frente ideológica do capital. Não só o complexo educacional é movido no sentido da instrumentalização do crédito para o “consumo consciente”, como essa modalidade torna-se vitrine privilegiada para a propagação das virtudes e vantagens das mercadorias financeiras como os créditos para o consumo, os financiamentos de bens, o seguro de vida, a previdência complementar privada e as carteiras de investimentos.

Oriunda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa ideologia torna-se política pública devidamente orientada pelas maiores interessadas na reprodução ótima dos créditos cedidos, as instituições financeiras. No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi elaborada e desenvolvida por essas mesmas personificações do capital com o objetivo de maior aprisionamento da classe trabalhadora para sua lógica financeirizada.

A segunda estratégia aqui retratada é o “tratamento” jurídico do consumidor inadimplente. As principais expressões jurídicas não se furtam de desenvolver medidas de “prevenção” e “tratamento” para o

superendividamento ou endividamento excessivo. O complexo jurídico⁷⁷ incorpora não só a ideologia da classe dominante, como desenvolve mecanismos sociais de punição e sanção que buscam recondicionar as condições ótimas de reprodução capitalista.

E como todos esses fenômenos perfazem a totalidade do processo de produção e reprodução da vida orientada pela acumulação expandida do capital, não podemos deixar de identificar o quanto o fetiche da mercadoria e do dinheiro interagem neste processo, bem como a criação de novos estranhamentos que são funcionais à tendência manipulatória que o capital empreende em sua fase contemporânea.

Como novas formas de estranhamento, a ideologia da “educação financeira” e as propostas de “prevenção” e “tratamento” jurídico equivalem a medidas que incidem sobre o consumo manipulado de nossos tempos, agindo como medida cautelar e controladora de indivíduos consumidores de meios de subsistência necessários (e tornados necessários) para a reprodução da força de trabalho. A qualificação dos consumidores entre “conscientes” – que conseguem pagar suas dívidas - ou não, demonstra o quanto o capital deseja integrar as finanças pessoais na ciranda especulativa e financeirizada do capital.

4.1 A ideologia da “educação financeira”

Nos dois primeiros capítulos foram identificadas a expansão e o desenvolvimento do sistema financeiro com a crescente oferta de crédito ao consumidor e a ampliação do endividamento dos trabalhadores. As funções econômicas do aprisionamento ao crédito que possibilitam aos trabalhadores o acesso ao consumo em um ambiente de estagnação de

⁷⁷ De acordo com a concepção adotada no desenvolvimento desta tese, indicada na nota 4, o complexo ideológico é investigado na totalidade dos complexos parciais que interagem na vida cotidiana. O complexo educacional e jurídico são determinados pelas expressões ideias das classes em luta no sentido de dirimir os conflitos que surgem deste antagonismo fundante. Ricardo Lara (2015, p. 281) indica que “na Ontologia, a investigação sobre o complexo ideológico é desenvolvida objetivando compreender suas relações com a práxis humana. Lukács (2013) percorre a operacionalização e função da ideologia na vida cotidiana. Aborda a política e o direito como formas específicas de ideologias; a relação da ciência natural e da ciência social com a ideologia; a arte e a filosofia como formas puras de ideologias”.

seus salários fazem parte das estratégias de captura de lucros a partir do fundo de consumo dos trabalhadores pelo capital. Contudo, ao mesmo tempo em que auxilia na aceleração da rotação, na centralização e na concentração do capital, assim como no apassivamento da classe trabalhadora, essa processualidade apresenta contradições que põem em risco o processo de produção e reprodução do capital.

A inadimplência é o principal risco para a mercadoria capital ofertada como crédito. Não só o capital comercial, mas também o capital bancário necessitam do retorno da mercadoria capital e dos juros decorrentes. Em grande volume, os empréstimos insolúveis realizados para os trabalhadores representam um grande risco ao sistema financeiro.

O ambiente aqui retratado demonstra a insaciabilidade do comando da mercadoria capital e o risco em sua condição fictícia. Com o objetivo de conter os riscos e potencializar a punção de valor, o capital desenvolve um arcabouço ideológico que propagandeia suas mercadorias financeiras e, ao mesmo tempo, instrui os consumidores dessas mercadorias. A “*educação financeira*”⁷⁸ surge enquanto política de Estado, das instituições financeiras, e busca internalizar as suas proposições em todos os âmbitos da vida social.

A ideologia⁷⁹ da “*educação financeira*” aqui analisada trata-se de orientações ao consumidor individual que as personificações do capital produzem para o pleno e ótimo funcionamento do processo de autorreprodução ampliada do capital em sua modalidade rentista. É fundamental o acesso a informações financeiras por parte da classe trabalhadora com relação ao crédito que a auxilie na obtenção de mercadorias necessárias para a reprodução de sua vida. Contudo, para

⁷⁸ Quando a categoria “*educação financeira*” estiver entre aspas ela se referirá à ideologia constituída pelas personificações do capital para a contenção da inadimplência e oferecimento das mercadorias financeiras. Quando não estiver entre aspas, *educação financeira* será referência direta a um processo pedagógico ampliado e crítico à financierização do capital.

⁷⁹ A categoria “ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social”. (LUKÁCS, 2013, p. 465). No caso da “*educação financeira*”, a ideologia do capital se encarrega de intervir na situação de endividamento dos trabalhadores e orientar suas ações. Com relação à “prevenção” e ao “tratamento” jurídico dos indivíduos superendividados, a função social da ideologia é operacionalizada pela forma específica de como o direito atua na regulação da vida econômica.

que a classe trabalhadora fuja da apropriação do valor contido em seu trabalho necessário e não se aprisione por suas dívidas, uma política não manipuladora referente à educação financeira teria que ter, enquanto objetivo fundamental, o esclarecimento do papel do sistema financeiro no circuito de produção e reprodução do valor, assim como sobre o processo de intensa “supercapitalização” dos serviços promovidos em grande parte sobre as políticas sociais. Ou seja, seria uma educação financeira que auxiliasse a classe trabalhadora no desvendamento da lei do valor-trabalho, constituindo ferramentas para conquistas de direitos sociais *dentro da ordem* e de sua superação *contra a ordem*.

As expressões que serão apresentadas aqui, seus referenciais teóricos, as bases que constituem o arcabouço ideológico das políticas públicas referentes e, principalmente, as “instruções” elaboradas pelos chamados “especialistas financeiros” apresentadas na forma de livros de autoajuda, potencializam a visão do mercado sobre os consumidores individuais, produzindo aquele efeito no aqui e agora que faz com que muitos trabalhadores assumam para si tal comportamento condicionado. Mesmo obstaculizando as necessidades autênticas ao assumir as necessidades estranhadas do capital, não é possível considerar que tal ideologia se configure apenas como uma “falsa consciência”⁸⁰. A ideia embutida em tal ideologia conduz a resolução de tal problema sob a ótica das instituições financeiras, mas, ao mesmo tempo, busca amenizar as consequências ruidosas que o endividamento causa também aos consumidores em potencial.

As fontes teóricas produzidas em âmbito acadêmico são escassas na análise da ideologia da “educação financeira”. É comum que os autores da área de administração de finanças pessoais introduzam valores e conceitos das ciências da administração, da contabilidade e economia empresarial, assim como produzam muitas análises quantitativas de determinado setor de consumo que podem ser generalizados para outros setores. Quando estabelecem alguma conexão

⁸⁰ Como apresentado na nota anterior, a categoria ideologia aqui defendida têm como principal determinação o conjunto de concepções ideais no qual os indivíduos agem sobre os conflitos sociais. Portanto, ela não é meramente uma consciência da realidade e nem somente “falsa consciência”. Ao criticar algumas concepções sobre o que se entendia por ideologia, dentre elas a concepção de Antônio Gramsci, Gyorg Lukács (2013, p. 480) afirma que “há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias e, em segundo lugar, aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência”.

com as ciências da educação costumam, na maior parte das vezes, encará-la como treinamento, em um processo de internalização de valores e preceitos do campo das práticas empresariais. Riscos, orçamentos superavitários, apego ao dinheiro e cumprimento das obrigações – pagamento das dívidas – são preceitos geralmente difundidos pelas fontes teóricas.

Em tese de doutorado elaborada sobre o desenvolvimento dos debates sobre a “educação financeira”, Fabrício Pereira Soares (2017, p. 35) relaciona uma série de autores americanos e europeus que defendem que os princípios das finanças corporativas podem ser aplicados com relação às finanças pessoais. Identifica também que outros utilizam conceitos como “alfabetização financeira”, “literacia financeira” e “socialização financeira”, de forma análoga à “educação financeira”. Contudo, o debate restringe-se ao comportamento destes indivíduos em relação ao seu consumo, a renda disponível e as oportunidades de poupança e investimentos. Soares (2017, p. 41) reconhece que a “educação financeira” é analisada quase que exclusivamente pelos seus resultados:

De maneira geral, analisando as definições apresentadas, fica claro que os autores mencionados tentam entender o conceito em relação aos seus possíveis impactos futuros e como esses impactos devem afetar o patrimônio do indivíduo e seu comportamento de gastos.

O foco na decisão individual do consumidor provém de teorias econômicas comportamentais que justificam a falta de educação financeira dos indivíduos e os responsabiliza pela situação de endividamento ou falência pessoal advinda de investimentos arriscados. Essas teorias buscam culpabilizar o indivíduo por assumir riscos que geram incumprimento das dívidas, absolvem as instituições financeiras da oferta de mercadorias financeiras com alto grau de sofisticação e assumem os preceitos neoclássicos de que o mercado pode se autorregular na interação entre os consumidores e as instituições financeiras.

As pesquisadoras portuguesas Ana Cordeiro Santos e Vânia Costa (2013) analisam o processo de inclusão da “educação financeira” em Portugal, que é considerado por elas como parte do processo de financeirização e que teve maior incentivo após a crise financeira e social que acometeu aquele país no fim da década de 2000. Para elas

(SANTOS e COSTA, 2013, p. 785-786), o conjunto de preceitos da “educação financeira” evocados pela OCDE e empreendidos pelas instituições reguladoras de Portugal tem por objetivo a responsabilização dos consumidores pelas suas decisões financeiras e a preparação destes para uma maior assunção do risco. De acordo com esses objetivos ocultos, as autoras concluem:

Assim, ao invés de se procurar regular a atuação das instituições financeiras, promovendo um comportamento que de facto esteja mais alinhado com os interesses dos consumidores, ou de limitar a criação de produtos financeiros opacos e de risco elevado, os reguladores parecem inverter a sua principal missão – supostamente a proteção da parte contratual mais fraca –, regulando o comportamento do consumidor, direcionando-o para um ideal de racionalidade que jamais estará ao seu alcance.

O que emerge desse campo da “educação financeira” com maior destaque, principalmente nos anos 2000, são as fontes literárias menos preocupadas com qualquer rigor teórico, centradas em apresentar regras gerais de controle financeiro e aderência aos riscos de mercadorias financeiras de investimentos. Os *livros de autoajuda* focados em “educação financeira” prometem felicidade plena, riqueza, estabilidade, dentre outros valores e metas almejadas pelos “estilos de vida” do que costumam chamar de “classe média”. Há trabalhos acadêmicos consultados sobre a “educação financeira” em que essas fontes de autoajuda são utilizadas enquanto referência.

Não é objetivo desta tese analisar os diversos livros que referenciam tais análises sobre a “educação financeira”. Contudo, é importante identificar, principalmente nas análises institucionais dos bancos e demais instituições financeiras, os “ensinamentos” que estes livros buscam inculcar sobre os guias de ação dessas instituições.

É representativo que o *best seller* da “educação financeira” *Pai Rico, Pai Pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*, comumente utilizado enquanto fonte de análise, ofereça para os consumidores, em geral trabalhadores assalariados, dicas de como “ficar rico” e controlar as suas dívidas. Robert T. Kiyosaki e Sharon L. Lechter (2000) defendem que o indivíduo rico é aquele que potencializa conhecimentos financeiros para fazer mais dinheiro, orientando estes para a obtenção de ativos financeiros que se desdobrem em mais rendas

e outros dividendos. Os autores celebram a ideologia de um empreendedorismo do risco na consecução de diversos investimentos que aproveitem as “oportunidades” do mundo das finanças, geralmente de cunho especulativo. Além disso, este manual das finanças pessoais orienta a utilização inteligente das brechas fiscais para o não pagamento de impostos. Para os autores, os pobres não são inteligentes porque trabalham para outro – o patrão – e para o governo – pagando impostos -, enquanto a classe média também trabalha muito, paga muitos impostos e sempre está endividada.

É sintomático que tal ideologia é apresentada em seus princípios mais vorazes na atual fase do capitalismo “conduzido pelas finanças”. Defesa da privatização dos direitos sociais com a consequente mercantilização destes, desoneração das rendas sobre lucros financeiros e industriais, supremacia do individualismo exacerbado e culpabilização dos trabalhadores pelo assalariamento baixo e endividamento crescente, são vários dos princípios que guiam os “pobres” e a “classe média” em uma concorrência cotidiana. Em um trecho deste livro a serviço da condução deste mundo das finanças, os autores fazem a seguinte observação do que seria o “pai pobre”⁸¹:

Um deles acreditava que a empresa ou o governo deveria cuidar de você e de suas necessidades. Estava sempre preocupado com aumentos salariais, planos de aposentadoria, benefícios médicos, licenças de saúde, férias e outros benefícios. Ele ficava impressionado com dois de seus tios que foram para o exército e se aposentaram com vários benefícios após vinte anos de serviço ativo. Ele adorava a ideia de assistência médica e serviços de reembolso de alimentos que os militares ofereciam a seus aposentados. Ele também se empolgava com as cátedras vitalícias do sistema universitário. A ideia de estabilidade no emprego e benefícios trabalhistas lhe parecia às vezes mais importante que o próprio emprego. Dizia frequentemente: “Trabalhei muito para o governo, mereço essas mordomias” (KIYOSAKI; LECHTER, 2000, p. 23-24).

⁸¹ No livro o “pai pobre” é retratado pelo pai biológico de um dos autores do livro, Robert T. Kiyosaki, que era um professor universitário de classe média do estado do Haváí.

O “pai rico”, empresário local que ensina o autor a como fazer “o dinheiro trabalhar por você” e não “você trabalhar pelo dinheiro”, é retratado na sequência com a explícita noção geral sobre a sociedade:

O outro pai acreditava na total autossuficiência financeira. Ele sempre se manifestava contra a mentalidade dos “direitos” e falava que isso estava criando pessoas fracas e financeiramente necessitadas. Ele dava muita ênfase a competência financeira (KIYOSAKI; LECHTER 2000, p. 24).

Em suma, os autores deste livro “educam” financeiramente os indivíduos no sentido do sucesso individual, considerando o sistema financeiro enquanto a principal oportunidade de enriquecimento lícito, que potencializa os indivíduos aventureiros e despreza os que desejam apenas estabilidade, bons empregos, altos salários e seguridade social. A pureza dos preceitos ultraliberais e conservadores são apresentados em sua mais nítida forma, em que mecanismos manipuladores e apologistas da autorresponsabilização da pobreza e precariedade da vida recaem sobre os assalariados e desempregados, e o mundo maravilhoso almejado está na roleta russa do rentismo.

O Brasil conta com pouca reflexão acadêmica sobre a “educação financeira”. Como a expansão dos créditos e controle do endividamento é um fenômeno recente, a apreciação analítica escassa deste tema é justificada por esse processo. A tese já mencionada de Fabrício Pereira Soares (2017) é a pesquisa acadêmica de maior desenvolvimento analítico encontrado. Nela é reconhecida a carência de referências teóricas nacionais neste campo de estudo, exigindo deste a análise da política pública empreendida no Brasil a partir de 2010 (Enef) e as possíveis relações desta com o processo de financeirização da renda pessoal. O autor evidencia, em síntese, limites da “educação financeira” enquanto aconselhamento livre das intenções mercadológicas das instituições financeiras.

Além desta tese, as dissertações de mestrado em administração da Universidade de São Paulo (USP) de André Taue Saito (2007) e do mestrado profissional em educação matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) de Reginaldo Ramos de Brito (2012) também problematizam tais movimentos recentes. O primeiro indica referências sobre a educação para as finanças pessoais a serem implementadas nos currículos escolares, identificando algumas dificuldades tais como a

formação dos docentes e a fiscalização de sua prática pelas instituições financeiras, que pressionam pela institucionalização de um discurso comercial doutrinador. Já o segundo tem como objetivo uma reflexão crítica sobre o tema, concluindo que as Estratégias Nacionais de Educação Financeira (Enefs) são processos de legitimação da “educação financeira” que buscam elevar esse produto a bem ou valor a ser consumido. Entretanto, em ambos os casos, há limitações quanto à crítica da economia política frente às expressões dos complexos da reprodução e os obstáculos iminentes do processo de produção do capital.

Além da defasagem teórica sobre esse objeto, as poucas pesquisas e artigos científicos existentes não analisam criticamente este processo. É comum a reprodução das fontes internacionais sobre o treinamento dos consumidores frente ao seu futuro financeiro, propondo a alfabetização financeira para o ensino das técnicas de poupança e investimentos que as finanças corporativas manejam no dia-a-dia. Esses artigos utilizam pesquisa empírica com grupos de estudantes de uma instituição ou de uma região determinada (LUCCI, ZERRENNER, VERRONE e SANTOS, 2006; POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015). Outros buscam identificar os avanços institucionais pelo mundo na inclusão da “educação financeira” nos currículos escolares e programas estatais (SAVÓIA, SATO e SANTANA, 2007).

O mercado editorial brasileiro dos livros de autoajuda sobre a “educação financeira” também é a principal referência do que se explica por este conteúdo. A maioria dos livros promete “prosperidade”, “riqueza”, “felicidade”, a partir do que chamam de “procedimentos”, “técnicas”, “dicas”, que possibilitem tal estado ideal. Em suma, a linha argumentativa caminha no sentido do planejamento financeiro entre o que se ganha e o que se pode gastar, nas vantagens de se realizar investimentos para o futuro e, principalmente, na culpabilização restrita ao indivíduo pela sua condição de pobre ou carente de recursos.

Esta tese não analisará esses livros⁸², pois praticamente todos seguem os mesmos preceitos do livro *Pai Pobre, Pai Rico* citado anteriormente. Contudo, seguindo a tendência dos autores internacionais que produzem esses manuais de boas decisões financeiras, a maior parte dos livros oferecem as mercadorias financeiras imiscuídas em suas

⁸² Dentre os títulos de maior destaque estão os livros de Gustavo Cerbasi (*Casais inteligentes enriquecem juntos*, 2004, entre outros), José Pio Martins (*Educação financeira ao alcance de todos*, 2004) e Cássia de Aquino (*Educação Financeira: como educar seu filho*, 2008).

orientações comportamentais. O “consultor financeiro” Gustavo Cerbasi, referência nos manuais de planejamento financeiro de casais, de jovens, idosos e outros segmentos sociais, escreveu em seu livro *Adeus aposentadoria: como garantir seu futuro sem depender dos outros* (2014) toda uma narrativa que absorve as críticas liberais feitas para a previdência social pública do INSS, apresenta os pontos positivos e a necessidade dos planos de previdência privada complementar e as possibilidades de investimentos financeiros. Os argumentos do chamado “bônus demográfico” com o envelhecimento da população, o “rombo da previdência”, e a referência a uma pesquisa questionável do banco HSBC de que os brasileiros gostariam de se aposentar aos 46 anos enquanto os trabalhadores dos países de capitalismo desenvolvido teriam respondido 58 anos (CERBASI, 2014, p. 17), são apenas alguns dos argumentos citados pelo autor para defender o investimento em mercadorias financeiras privadas.

A formulação da ideologia da “educação financeira” tem a contribuição decisiva das organizações internacionais do capital, principalmente a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como Bancos Centrais e as grandes instituições financeiras. Os documentos oficiais dessas instituições referentes à “educação financeira” revelam as bases das fundamentações manipuladoras. Composto uma série de instruções básicas de controle sobre as finanças pessoais, esses documentos apresentam as mercadorias financeiras que auxiliam no consumo e na poupança previdenciária. Em geral, baseiam-se em estudos empíricos motivacionais, mas os valores que se referenciam estão intimamente ligados aos objetivos do mercado financeiro.

No Brasil, o desenvolvimento tardio do sistema financeiro, das mercadorias financeiras à disposição do consumo dos assalariados foi acompanhado pela adesão tardia da ideologia da “educação financeira”. No período da ditadura civil-militar eram comuns disciplinas na escola normal de “economia doméstica”, que tinham como objetivo o disciplinamento das classes trabalhadoras em um período de crescimento econômico e arrocho salarial. Mas, como não havia ainda tais mercadorias financeiras com tal sofisticação, os objetivos disciplinadores restringiam-se ao planejamento financeiro familiar.

É crescente, nesse início do século XXI, a preocupação das personificações do capital com o endividamento no Brasil. O crescimento do endividamento retratado nos gráficos apresentados na última seção do segundo capítulo mostra o quanto esse movimento ascendente é sensível para os Estados e as instituições financeiras. Um

exemplo dessa preocupação partiu diretamente de representantes do Banco Mundial, que em abril de 2012 reuniram-se com a SAE do governo federal para exprimir suas preocupações referentes ao tratamento da pobreza no Brasil e a percepção do consumo da “classe média”. Para esses representantes, “no Brasil, o comprometimento do orçamento das famílias com as dívidas tem aumentado, sobretudo, em função da falsa percepção sobre as vantagens do parcelamento das compras. Muitos consumidores não percebem os altos juros que estão embutidos nas prestações” (PORTAL BRASIL, 2012) ⁸³. Tais economistas diferenciam a classe média do Brasil com a dos demais países em desenvolvimento e da América Latina, onde estas seriam mais previdentes e cautelosas no consumo. Em suma, o perigo da inadimplência em um quadro de baixo crescimento – após 2010 – é o alerta do sistema financeiro internacional⁸⁴.

A criação das mercadorias financeiras e a sensível situação dos trabalhadores que dependem de seu salário para quitar suas dívidas em curto, médio e longo prazo, fez com que o capital constituísse uma política pública que carrega em seu conteúdo um arcabouço ideológico de responsabilização ao consumidor e instrução de um possível autocontrole em sua dita “compulsão consumista”. A “educação financeira” passou a compor os mecanismos ideológicos de instituições financeiras de Estado, dos bancos comerciais e demais agências de concessão e controle de crédito. Orientado pelos organismos internacionais – no caso a OCDE -, o Bacen apresentou em seu site a necessidade dessa modalidade instrutiva com a seguinte descrição:

Segundo a OCDE (2005), educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de

⁸³ Reportagem do sítio do governo federal: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/endividamento-e-uma-das-principais-vulnerabilidades-da-classe-media> Acesso em: 30 mar. 2015.

⁸⁴ Em editorial do jornal *O Estado de São Paulo* de 13 de Outubro de 2013 chamado “Classe média sem fôlego”, o meio de comunicação brasileiro replicava as preocupações levantadas pelo *Wall Strett Journal* e do *New York Times* sobre o crescimento baixo e o aumento do comprometimento das rendas da “classe média” brasileira e o número de inadimplência, quase o dobro em relação aos demais países em desenvolvimento. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.classe-media-sem-folego-imp-1085152#>. Acesso em: 30 mar. 2015.

maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro" ⁸⁵.

E é essa organização mundial, composta por 35 países como membros plenos e mais alguns convidados, incluindo nestes últimos o Brasil, que se tornou instituição chave no processo de implementação de “estratégias nacionais de educação financeira” pelo mundo. Na plataforma na *web* da OCDE podem ser encontradas várias análises sobre propostas de práticas de educação financeira, assim como estratégias nacionais de vários países que já formularam seus projetos.

Em documento da OCDE de 2005 são estipulados os princípios e propostas de práticas de educação financeira que fundamentam as estratégias nacionais e avaliam permanentemente esse processo. O texto intitulado *Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e Consciência* (2005) ⁸⁶ apresenta 7 princípios gerais, 6 boas práticas recomendadas às instituições públicas, 5 indicações de práticas para as instituições financeiras, 2 para a questão da aposentadoria e 6 indicações de programas.

Não é objetivo desta tese a reprodução de todos os princípios e boas práticas requeridas pela OCDE. O que se busca chamar a atenção é com relação às contradições que se desenvolvem a partir das formulações que se baseiam em um mercado em condições ótimas, com agentes e instituições que dinamizam as relações mercantis e o crédito.

Em sua totalidade, os princípios têm como objetivo o pleno funcionamento do mercado, com crescimento econômico, confiança e

⁸⁵ Essa descrição do conceito de “educação financeira” está no sítio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef): <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

⁸⁶ Este documento pode ser encontrado no sítio da OCDE e sua tradução em Soares (2017). Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf> Acesso em: 14 set. 2017.

estabilidade (princípio 4), a partir de programas de educação financeira (princípio 3). Contudo, dois princípios chamam a atenção: o primeiro princípio defende que, além da “provisão de informação e aconselhamento financeiro”, a educação financeira deveria regular o mercado com o “intuito de proteger os clientes dos produtos financeiros”; e o princípio dois, que defende uma capacitação financeira justa e “livre de vieses” (OCDE, 2005, p. 4-5). Segundo a OCDE, de acordo com esses princípios, o consumidor deveria ser protegido dos abusos e assédios que são cometidos pelas instituições comerciais e financeiras, assim como os programas de educação financeira deveriam primar por uma “neutralidade” que pode ser entendida tanto como a interdição da propagação das mercadorias financeiras nas práticas educativas, quanto o impedimento da revelação das reais relações predatórias que as instituições financeiras estabelecem com seus clientes. Em síntese, recomenda difusão de conhecimento que não tem condições de se apresentar de forma neutra.

Entre as boas práticas recomendadas para as instituições públicas há indicações de campanhas nacionais, inserção nas escolas, relação com os programas assistenciais, criação de estruturas nacionais de coordenação, criação de *websites* com informações sobre o tema e cooperação internacional capitaneada pela OCDE (2005, p. 5). As indicações apontam para a estruturação de estratégias nacionais coordenadas pela OCDE como fórum e práticas correlacionadas.

Com relação às práticas para as instituições financeiras, as contradições são mais evidentes. O ponto 15 recomenda que essas instituições busquem a transparência, ao “distinguir o conceito de educação financeira e informação financeira e aconselhamento financeiro ‘comercial’” (OCDE, 2015, p. 5-6). O que será evidenciado a seguir demonstra a difícil observância deste preceito, principalmente no oferecimento de mercadorias financeiras em detrimento das políticas sociais existentes, tais como seguros e previdência complementar. Além disso, desestimula o uso de “letras pequenas” no acesso a informação (ponto 16) e defende o treinamento de funcionários no trato com investimentos e empréstimos (ponto 17), recomendações que evidenciam alguns elementos recorrentes nas práticas das instituições e a culpabilização dos trabalhadores das instituições financeiras que são submetidos, na maioria das vezes, aos planos de metas e recebimento de comissões, sendo incentivados ao oferecimento de crédito em abundância.

Uma das práticas recomendadas para aposentadoria defende que os trabalhadores que aderirem aos planos de previdência privados têm o

direito do amplo acesso à informação, num reconhecimento de que o ocultamento de informações sobre contribuições, condições de acesso aos benefícios e outras questões, possam ser praticadas pelas instituições financeiras (ponto 20).

Com relação aos programas recomendados, a OCDE defende que estes viabilizem o conhecimento dos riscos e impactos das decisões financeiras, que formulem e proporcionem programas orientados para subgrupos da população ou dos grupos de “consumidores/investidores”, que a mídia seja utilizada para a difusão dos conteúdos e que sejam realizados treinamentos de educadores, entre outras orientações (OCDE, 2005, p 6-7).

A OCDE tem orientado e reunido os países que construíram ou planejam construir “estratégias nacionais para educação financeira” com recomendações que vão desde o reconhecimento da importância do tema em medidas legislativas, como na reunião de grupos de interesse, identificação de um “líder ou conselho/grupo coordenador”, realização de mapeamento de objetivos e na formulação de guias para programas nacionais⁸⁷. Até o ano de 2017 já eram 50 países que tinham implementado a estratégia nacional, sendo que as primeiras iniciativas foram desenvolvidas pela Malásia em 2003, o Japão em 2005 e os EUA em 2006 (SOARES, 2017, p. 69-70).

O Brasil também aderiu a essa ideologia mundial, devidamente orientado pelos organismos internacionais, que passou a ser política de Estado com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) em decreto presidencial número 7377 de 22 de dezembro de 2010. Tal política tem como objetivos: “Promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país; Ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos; Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência” (BACEN, 2011a, p. 11). Com a participação de instituições públicas e privadas, essa estratégia visa criar e dar suporte a programas que

⁸⁷ As orientações sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira encontram-se no texto intitulado *Princípios de alto-nível sobre Estratégias Nacionais de Educação Financeira* (OCDE, 2012). Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-Principles-National-Strategies-Financial-Education.pdf> Acesso em: 15 set. 2017.

embasem essa proposta pedagógica em todos os âmbitos, incluindo os educacionais⁸⁸.

A gestão da Enef brasileira fica a cargo do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), entidade composta por sete órgãos e entidades governamentais (Bacen, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Ministério da Fazenda - MF, Ministério da Justiça - MJ, Ministério da Educação - MEC e a Superintendência de Seguros Privados - Susep), e mais quatro organizações da sociedade civil (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg e Febraban).

Para o apoio da “educação financeira” o Conef criou, em 2012, a Associação de Educação Financeira (AEF Brasil), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem o papel de difundir as atividades e que é mantida com recursos das quatro entidades representativas da iniciativa privada que compõem as vagas da sociedade civil no comitê. Neste sentido, já é limitada a representação de interesses muitas vezes antagônicos entre essas entidades e os consumidores. A preponderância na instrução e culpabilização das decisões pessoais financeiras dos indivíduos são reforçadas pela ausência de entidades do campo educacional, sindical dos trabalhadores ou mesmo das instituições de proteção do consumidor.

Para se ter uma maior dimensão das entidades promotoras dessa ideologia, o site do Enef chamado “vida e dinheiro” divulga algumas delas: “Serasa Experian, a VISA, o Instituto Samuel Klein, a Icatu Seguros, o Itaú Unibanco, o Instituto Unibanco, o Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo, a Fundação Itaú Social, a Citi Foundation, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras organizações”⁸⁹. Ou

⁸⁸ Em artigo defensor da ideologia da “educação financeira” de José Roberto Ferreira Savóia, André Taue Saito e Flávia de Angelis Santana (2007, p. 1130), os autores expõem a profusão de disciplinas sobre educação financeiras nas escolas secundárias dos EUA como disciplina obrigatória. Segundo os autores, 27 estados – de 50 estados mais 1 distrito – teriam encaixado essa disciplina obrigatória em seus currículos entre os anos 1957 e 1985.

⁸⁹ Parcerias e patrocínios da Enef, disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-42-parcerias_e_patrocinios.html
Acesso em: 30 mar. 2015.

seja, é o capital financeiro mobilizado no sentido da propagação de suas mercadorias financeiras em articulação íntima com o Estado.

A descrição e análise das ações da Enef Brasil encontram-se nos relatórios anuais de 2011/2012 até o ano de 2016. Em síntese, esses relatórios apresentam o andamento das ações executadas pela Enef, futuros projetos, a palavra do presidente da AEF Brasil nos números de 2011/2012, 2015 e 2016, e a prestação de contas da entidade no primeiro e segundo números.

Os artigos do presidente do conselho deliberativo da AEF Brasil, Murilo Portugal, explicitam as distintas conjunturas. Se nos primeiros números o otimismo com o crescimento econômico é evidente e se sistematizam os projetos embrionários da “educação financeira”, no último número a presidência expõe os percalços econômicos e são apresentadas muitas das atividades já realizadas e em andamento, demonstrando alcance ampliado desta política. As principais atividades elaboradas e desenvolvidas pela AEF Brasil foram de desenvolvimento de tecnologias educacionais e sociais, oferecidas gratuitamente.

A primeira experiência elaborada e aplicada pela Enef foi de autoria e execução do Conef, assumida em 2012 pela recém-criada AEF Brasil. Trata-se do desenvolvimento de livros didáticos para os três anos do ensino médio que foram utilizados em 891 escolas de 6 estados (Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins), alcançando 26.981 estudantes (AEF, 2013, p. 14). Essa fase do projeto-piloto foi aplicada de maio de 2010 a dezembro de 2011, sendo coordenada pela CVM. O processo de avaliação dos resultados foi realizado pelo Banco Mundial, tendo os números de “letramento financeiro” das turmas do grupo de tratamento – que utilizaram no aprendizado os livros didáticos da Enef –, pequena vantagem sobre as turmas do grupo de controle – que só fizeram a avaliação.

Esse projeto ganhou amplitude e em 2016 é explicitado no relatório que 2.734 escolas aderiram ao projeto em 25 Estados e no Distrito Federal, alcançando mais de 275 mil alunos (AEF, 2017, p. 9). Naquele ano, o projeto foi patrocinado pelo Ministério da Saúde, Itaú, Instituto Unibanco e Fundação Itaú Social.

As três apostilas, referentes a cada ano, apresentam conteúdos como “vida familiar cotidiana”, “vida social” e “bens pessoais” (livro 1); “trabalho”, “empreendedorismo” e “grandes projetos” (livro 2); e “bens públicos”, “economia do país” e “economia no mundo” (livro 3). Esse projeto foi replicado até o ano de 2016 e o livro didático passou apenas por uma edição revisada em 2013. Sinteticamente, tais livros apresentam concepções básicas sobre finanças pessoais, possibilidades

de investimentos e poupanças e, principalmente, apresentam uma perspectiva sobre a movimentação econômica muito colada com a ideologia liberal e neoclássica que domina a chamada “economia de mercado”.

Vários momentos são ilustrativos do “viés” pró-mercado dos livros didáticos do ensino médio. No livro 1 (CONEF, 2013a) há mais elementos básicos sobre orçamento doméstico, necessidade de adequação da renda ao consumo imediato e outras relações cotidianas. Já no livro 2 (CONEF, 2013b) há elaborações nada críticas sobre: o trabalho precário (p. 20); a defesa do colapso da previdência pública e da necessidade de previdência complementar, com perguntas tendenciosas para os alunos como, por exemplo, se quem não contribui deveria receber aposentadoria (p. 63-65); a defesa e propaganda dos seguros em geral (p. 68-69); defesa do empreendedorismo⁹⁰ (p. 75-96); algumas evidências sobre o marketing abusivo (p. 97); demonstrações sobre as aplicações em fundos de investimento, poupança, títulos de capitalização (p. 144-147); ênfase sobre os planos de previdência complementar (p. 148-149); ações, títulos públicos e bolsa de valores (p. 149-150); oportunidades de investimentos (p. 157-158); cálculo da taxa de juros para não se chegar no endividamento (p. 171-173).

O livro 3 (CONEF, 2013c) é mais incisivo na defesa do “livre mercado”, das oportunidades e dos riscos: os serviços públicos são reduzidos a iluminação pública, forças armadas, e saúde e educação

⁹⁰ O livro didático define empreendedorismo, aponta os riscos, os limites e principalmente a possibilidade de “sucesso”: “QUE TAL SE TORNAR UMA PESSOA EMPREENDEDORA? O empreendedorismo pode ser definido como o processo de criar algo novo com valor, dedicando-se o tempo e o esforço necessários, assumindo os correspondentes riscos financeiros, psicológicos e sociais, e recebendo as recompensas consequentes da satisfação e da independência pessoal e econômica. Ou seja, você inicia um empreendimento, normalmente abrindo um negócio, buscando inovar em relação ao que já existe, trazendo um novo valor. O valor não vem de ser algo novo, mas de algo que atende uma necessidade das pessoas. Claro que isso tem riscos, o seu negócio pode não dar certo e você acabar perdendo dinheiro. Empreendedores muitas vezes trabalham várias horas por dia, sem horário fixo e têm que se manter antenados com seu mercado. Porém, há a possibilidade de ter maiores retornos, maior ganho financeiro, a satisfação de trabalhar no que gosta, a possibilidade de montar seu horário etc. Adquirindo os conhecimentos necessários, você pode minimizar os riscos e ter sucesso. Um empreendimento de sucesso cresce, trazendo como recompensa lucro para os empreendedores que assumiram seus riscos” (CONEF, 2013b, p. 75).

“para quem não pode pagar” (p. 12-14); a corrupção é relativizada como problema moral e não estrutural do capitalismo, enfatizando a propaganda do mercado de que a “corrupção afasta os investidores” (p. 45-49); são apresentadas as instituições e as mercadorias financeiras: bancos, fundos de pensão, seguros, fundos de investimentos, cooperativas de crédito (p. 78-89); o equilíbrio do mercado seria realizado pela lei da oferta e da demanda (p. 101); é enfatizado novamente o “rombo da previdência” e a defesa de que do jeito que está não pode continuar, mesmo citando a sonegação (p. 109-111); é questionado se a vigência do salário mínimo não poderia gerar desemprego (p. 114); é questionado o salário mínimo como base das aposentadorias (p. 116); é citada a proposta da já frustrada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) como alternativa de bloco comercial (p. 131 e 136); é realizada a defesa do agronegócio (p. 143); o Fundo Monetário Internacional (FMI) é caracterizado pela “missão de trabalhar em prol da cooperação monetária” (p. 148); a crise das hipotecas nos EUA é justificada pela necessidade da elevação das taxas de juros para conter a inflação (p. 160-162); e que, nesse processo, os governos necessitaram emprestar aos bancos para que esses não quebrassem (p. 163).

As concepções desenvolvidas pelas patrocinadoras da educação financeira no Brasil não poderiam deixar de se explicitar nos materiais didáticos desenvolvidos para os jovens que estão no ensino médio. Esse é um dos grandes problemas no desenvolvimento do Enef Brasil ao não compartilhar o desenvolvimento desse material com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e entidades ligadas à classe trabalhadora para desenvolver um necessário conhecimento crítico do sistema financeiro, sua dinâmica e papel na produção e reprodução da vida, assim como a denúncia crítica de seus abusos e da dominação que essa exerce sobre o fundo público, com os títulos da dívida pública, e sobre os indivíduos, com a expropriação financeira. Pelo contrário, tais livros didáticos tornam-se potenciais divulgadores das mercadorias financeiras, justificadas pela escassez de renda de sujeitos não adeptos ao empreendedorismo e ao esforço pessoal, assim como pelo “dispendioso” poder público que “gastaria demais” com políticas sociais tais como a previdência social.

Em 2015 a AEF Brasil elaborou e colocou em prática o projeto-piloto de educação financeira para os estudantes do ensino fundamental. Restrito às cidades de Joinville em Santa Catarina e Manaus no Amazonas, executado a partir de livros didáticos para estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, o projeto-piloto atingiu 201 escolas e

14.886 alunos. Segundo o Relatório da AEF Brasil (2017, p. 11-12), o projeto foi patrocinado pelo Instituto Samuel Klein, Visa, Icatu Seguros e Bradesco, sendo avaliado positivamente no ano seguinte pelo Banco Mundial.

Os livros didáticos dialogam diretamente com a série escolar referente, sendo que os dos quatro primeiros anos são compostos por temas gerais, e os outros trabalham em atividades e jogos, situações do cotidiano e apreendem elementos sobre as finanças pessoais e as mercadorias financeiras. Em síntese, essas situações trabalham sobre a base do orçamento – controle das despesas de acordo com a renda -, o planejamento – onde são apresentadas brevemente as possibilidades de investimentos e seguros -, o consumo e a poupança.

A outra vertente de projetos da Enef Brasil refere-se à “educação financeira” de adultos. Dentre seus projetos encontram-se as oficinas e acompanhamentos de mulheres beneficiárias do PBF e aposentados que recebam até 2 salários mínimos. Idealizado em 2013, a primeira experiência foi realizada em 2016 com 1.500 mulheres e 1.500 aposentados, com previsão dos resultados da avaliação a serem divulgados posteriormente. Esse projeto é patrocinado pela Citi Foundation, Fundo Multilateral de Investimento e BID.

Além desses projetos, a AEF Brasil também desenvolveu outras políticas e articulações pensadas pela Enef Brasil, tais como as *Semanas Nacionais de Educação Financeira* em 2014, 2015 e 2016, onde foram realizadas palestras e oficinas sobre assuntos como “planejamento financeiro básico, consumo consciente e previdência social, sistema financeiro, investimentos, entre outros” (AEF, 2017, p. 17). Essas iniciativas são patrocinadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), VISA, Instituto Samuel Klein, Serasa Experian, Bradesco e Icatu Seguros.

Além dos programas lançados, a Enef elaborou mapeamento nacional das iniciativas de “educação financeira” em 2009, 2010 e 2013. Em 2009 a iniciativa identificou 64 projetos de “educação financeira”, mas não elaborou nenhuma pesquisa sobre as principais características desses projetos. Em 2010 a Enef recém-instaurada conseguiu identificar cerca de 100 projetos. Em pleno processo de desenvolvimento da estratégia brasileira, essa primeira expedição não pode avançar na caracterização desses projetos em um contexto ainda de amadurecimento da ideologia da “educação financeira”.

Já em 2013 a Enef identificou 803 iniciativas no Brasil, em um trabalho coordenado pela AEF Brasil. Um impulso de mais de 800% em três anos demonstra o quanto essa ideologia se propagou no Brasil, ou

mesmo que o próprio desenvolvimento da política pública foi um incentivador de projetos. A partir dessa identificação, a Enef abriu em seu site espaço para que as iniciativas identificadas pudessem responder sobre questões características de seu projeto. Destas, 40% das iniciativas cadastradas aderiram voluntariamente ao autopreenchimento das informações e compuseram o universo de análise mais abrangente para um quadro sobre a “educação financeira” no Brasil.

Com 317 iniciativas cadastradas, algumas informações recolhidas possibilitaram uma ilustração da condução dessa ideologia no Brasil. Deste montante, 60% das iniciativas de educação financeira afirmaram oferecer seus produtos gratuitamente. Mesmo sendo maioria, é perceptível que uma boa parcela identificou esse projeto enquanto um nicho de mercado a ser explorado.

A Enef conseguiu identificar quatro grupos predominantes na atuação com a “educação financeira” de acordo com seu principal objetivo: 31% das iniciativas mapeadas privilegiavam o ensino de crianças e jovens; 25% atuavam na introdução dos temas da “educação financeira” para a população em geral; 24% eram consultorias especializadas destinadas a públicos específicos; e 20% eram empresas privadas com atuação sobre seus mercados de ação na profusão dos conhecimentos sobre a “educação financeira” (AEF Brasil, 2014, p. 2). Entre outras informações recolhidas, está o fato de que a maioria das iniciativas tem na educação financeira um tema transversal relacionado a outros, que metade das iniciativas são fomentadas em âmbito nacional, sendo que regionalmente a ampla maioria encontra-se no sudeste e no sul do Brasil, e que a grande maioria utiliza recursos próprios para suas atividades.

Neste documento, síntese do mapeamento nacional de iniciativas de “educação financeira”, não é possível identificar se existem projetos de conteúdo crítico mais abrangente. Como a maioria dos projetos registrados são da iniciativa privada, seria difícil que estes desenvolvessem conteúdos descolados da ideologia liberal, com profunda análise sobre o movimento da produção e reprodução do capital. Orientar os consumidores sobre os riscos e oferecer as oportunidades, no contexto do “livre mercado”, é a receita mais empreendida por estes fomentadores da ideologia da “educação financeira”.

E mesmo nas instituições financeiras do setor público que participam do Conef ou patrocinam algum projeto da AEF Brasil, as orientações perfazem os objetivos da instauração do controle sobre os indivíduos e não o controle social sobre as instituições e o Estado. O

fato de que as instituições de ensino, núcleos e grupos de pesquisa das áreas educacionais, econômicas e/ou sociais não participam do processo de desenvolvimento da Enef Brasil já evidencia que há um controle irrestrito que as personificações do capital empreendem sobre tal tema.

Durante esse período de criação e desenvolvimento da Enef Brasil um dos principais objetivos perseguidos foi a inclusão da temática da educação financeira na grade curricular das escolas de ensino fundamental e médio. Com a reformulação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a inclusão da temática “educação financeira” é sugerida pelo MEC a ser realizada de forma transversal na educação básica como um todo⁹¹. Esse processo conta com a proeminência da Enef Brasil e dos projetos de “educação financeira” nas escolas de ensino médio e fundamental que foram analisados anteriormente. Ou seja, é a pressão dos setores econômicos de grande poderio conquistando espaço na educação básica.

O desenvolvimento dessa política pública de Estado conta com praticamente todas as instituições financeiras. Em análise dos documentos “educativos” que o Bacen formulou sobre “educação financeira” deve-se levar em conta que, sendo uma das instituições públicas de regulação e fiscalização do SFN, o direcionamento para a consecução desses objetivos levará em conta a normalização do funcionamento desse sistema. Entenda-se normal em referência a sua relativa autonomia e aparente isenção frente aos interesses privados. Outro fator a ser levado em conta é que a regulamentação das mercadorias financeiras de concessão de crédito à pessoa física, reconhecidas pelo Bacen, tem por objetivo aprovar as regras e condições de venda e compra.

Na publicação do Bacen intitulada *Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)*, de 2013, a estratégia da “educação financeira” aparece enquanto uma necessidade

⁹¹ Ver na matéria “MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica”, da agência governamental de notícias publicada em 25 de fevereiro de 2016. A BNCC homologada em 20 de dezembro de 2017 referente à educação infantil e ao ensino fundamental aprovou a introdução do tema da “educação financeira” e da “educação para o consumo” para as disciplinas de matemática e geografia, assim como a realização de atividades interdisciplinares (MEC, 2017). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34351:mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica> Acesso em: 08 set. 2017.

criada, após a década de 1990, com a redução da inflação e a melhoria da estabilidade econômica. Segundo os autores da publicação,

Esse ambiente econômico estável possibilitou o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, ampliando o poder de consumo de grande parte da população, inclusive daqueles anteriormente excluídos do sistema financeiro. Contudo, para usufruir dos benefícios econômicos que podem ser proporcionados por esses produtos e serviços, é importante que os usuários e clientes do sistema financeiro saibam como utilizá-los adequadamente (BACEN, 2013, p. 9).

Para tanto, a utilização ideal das mercadorias do sistema financeiro seriam aquelas em que o endividamento não afetasse a “inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países”, sendo a educação financeira “um instrumento para promover o desenvolvimento econômico” (BACEN, 2013, p. 9). Portanto, os autores potencializam o papel dos indivíduos nas suas intenções de consumo e pagamentos, sendo tal publicação sobre finanças pessoais um guia de como se relacionar com o dinheiro, como promover o orçamento pessoal ou familiar, como usar os créditos e administrar as dívidas, como consumir de forma planejada e consciente, como poupar e investir, e como prevenir-se e proteger-se⁹².

É interessante identificar que nesta publicação, que é um de seus principais documentos de orientação popular para a gestão das finanças pessoais baseados na estratégia da “educação financeira”, o Bacen priorize uma intervenção sobre os equívocos comportamentais dos cidadãos compondo instruções básicas de controle ao endividamento, estratégias de poupança – mediadas por diversas mercadorias financeiras, como seguros e planos de previdência complementar –, e o que chamam de “consumo consciente”. Nas poucas linhas que explanam sobre fraudes ou golpes financeiros⁹³, ou mesmo quando aventam os

⁹² Cada orientação é dada em módulos, sendo as quatro primeiras orientações referentes ao planejamento das finanças pessoais na contenção dos gastos desnecessários, e os dois últimos na apresentação de mercadorias financeiras de seguros, carteiras de investimentos ou previdência complementar.

⁹³ Quando alerta sobre as armadilhas do “crédito fácil”: “A oferta do ‘crédito fácil’ pode esconder um golpe financeiro” (BACEN, 2013, p. 30).

riscos contidos no “marketing sedutor”⁹⁴ do comércio dos supermercados, estes consideram que tais armadilhas são exceções e que somente uma sociedade educada financeiramente pode ser responsável contra os excessos do que chama de superendividamento ou de endividamento excessivo.

Em síntese, as manipulações recorrentes nesse mercado são pouco ou quase nada denunciadas pela “educação financeira”. O recurso a propagandas que ilustram famílias com estabilidade e acesso ao consumo de diversas mercadorias, constantemente utilizada pelas instituições bancárias, é pouco debatido em um manual que “instrui” financeiramente os consumidores. A armadilha e o perigo do crédito rotativo do cartão de crédito não são nem mencionadas nessa cartilha, sendo esta uma das medidas mais incentivadas pelas instituições financeiras, fonte de superlucros⁹⁵. A orientação geral sobre os riscos da inadimplência para os consumidores é necessária para que estes não entrem nas “bolas de neve” que tendem a crescer infinitamente, num ambiente em que as taxas de juros e o *spread* bancário são um dos maiores do mundo. No entanto, mesmo que a cartilha exponha os problemas “morais” do endividamento, no geral a principal preocupação é com o saldo das dívidas para o ótimo funcionamento das mercadorias financeiras e dos superlucros que estas geram.

Os dois últimos módulos de orientação deste guia para as finanças pessoais são ilustrativos da tendencial posição do Bacen sobre “educação financeira”. O módulo cinco é referente à poupança e investimentos, buscando ensinar aos consumidores à prática de investir, mesmo em um mercado de riscos e crises permanentes (BACEN, 2013, p. 43-47). Já no módulo seis, os autores fazem propaganda aberta sobre a necessidade dos consumidores se protegerem com o consumo de seguros e de planos de previdência complementares privados (BACEN, 2013, p. 49-55). Se nos módulos anteriores os autores buscam ensinar

⁹⁴ Indicado enquanto uma das origens para as dívidas, o “marketing sedutor” é categorizado da seguinte forma: “As técnicas de vendas e a tecnologia colocada à disposição dos profissionais de marketing, ao mesmo tempo em que impulsionam as vendas, também impulsionam compras não planejadas ou realizadas por impulso, podendo provocar desequilíbrios orçamentários e financeiros, ou até mesmo superendividamento. Convém, então, estar atento aos atrativos do marketing sedutor e ao compromisso com o cumprimento do planejamento financeiro pessoal ou familiar” (BACEN, 2013, p. 30).

⁹⁵ O gráfico 26 da página 154 mostra o quanto o cartão de crédito é fonte ampla de endividamento, atingindo mais de 75% entrevistados pela PEIC da CNC, desde 2012.

aos consumidores a eliminação de gastos desnecessários, como podem em seus capítulos finais promover uma propaganda explícita dos arriscados seguros e planos de previdência que encarecerão as receitas dos usuários já endividados? Em detrimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da Seguridade e da Previdência Social, entendidas como limitantes na prevenção de gastos não esperados ou na previdência futura, o guia de finanças pessoais do Bacen torna-se uma vitrine das arriscadas mercadorias financeiras.

Parte considerável das formulações que embasam tal guia de finanças pessoais do Bacen é referenciada em artigo para discussão escrito por dois analistas do próprio banco e que fizeram parte da equipe responsável pela cartilha. Marcos Aguerri Pimenta Souza e Fábio de Almeida Lopes Araújo assinam documento para discussão do Banco Central intitulado *Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão*, em que defendem a centralidade deste banco na constituição de estratégias para a “educação financeira”.

Em geral, tal texto é condescendente com as “operadoras do SFN”, ao mesmo tempo em que centra sua crítica e análise sobre a necessidade de “educação financeira” a ser coordenada pelas autarquias do SFN, pelo governo e pela Receita Federal, e disciplinada aos “consumidores/investidores”. Na seção sobre “responsabilidade social”, o texto indica que, na acepção pública, as autarquias mencionadas e o governo tem o dever de promover o bom funcionamento do mercado, sendo para isso necessária a criação de estratégias de “educação financeira”. Enquanto isso, na chamada acepção privada, em que constam as operadoras do SFN, sua responsabilidade “ética” se resume na relação que as multinacionais promovem em interação com seus clientes. Já o outro elemento indicado na acepção privada, os consumidores/investidores, além do “controle social”, estes teriam a maior responsabilidade pelas disfuncionalidades promovidas pela inadimplência, que, em seus argumentos, geram até mesmo as altas taxas de *spreads* bancários no Brasil e a instabilidade financeira:

A responsabilidade social dos cidadãos advém do cumprimento dos seus deveres e as consequências dos seus atos para a sociedade. Conforme mencionado na justificativa, a cidadania financeira requer, entre outras coisas, que os cidadãos honrem compromissos financeiros,

evitem fraudes e superendividamentos, sendo assim responsáveis pelo bem-estar social, uma vez que seus comportamentos individuais afetam nos âmbitos agregados os *spreads* bancários, o nível de poupança privada, e consequentemente, a estabilidade financeira e o desenvolvimento sustentável do país (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 14).

A principal crítica que o texto faz aos consumidores/investidores denuncia o protagonismo destes nas disfuncionalidades do mercado financeiro que se explicitam nos altos *spreads* bancários. Na seção sobre os indicadores financeiros a serem trabalhados pela “educação financeira”, os autores recorrem a dados do Bacen que indicam as absurdas taxas de *spreads* bancários no Brasil, que chegaram a 37,8% em 2005, muito distantes de países como EUA, com 2,7%, Canadá, com 2,9% e Chile, com 2,8% no mesmo ano. No entanto, para justificar essas alarmantes taxas, das quais os altos juros e a quantidade de tarifas fazem parte, os autores apontam que a inadimplência dos consumidores seria responsável por 33,15% desses *spreads* bancários, referenciando estudo do Bacen em 2008 (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 36). Ou seja, um terço da absurda taxa de *spreads* decorre da inadimplência, enquanto os outros dois terços da taxa não são problematizados na análise.

Além da responsabilização quase que exclusiva dos consumidores inadimplentes com relação à instabilidade do mercado, o artigo de Souza e Araújo também qualifica estes enquanto potenciais investidores de seu futuro. Sintonizado com os preceitos de agências mundiais como o FMI e o Banco Mundial, os autores defendem a autorresponsabilização dos consumidores diante das intempéries e planejamento da vida, ou seja, que a seguridade e a previdência sejam de responsabilidade total dos próprios consumidores. Caberia a estes o investimento em carteiras de seguro e planos de previdência complementares:

Quanto à proteção mencionada no conceito, os cidadãos em seus papéis de consumidores e investidores precisam se proteger frente aos riscos dos mercados financeiros, aos abusos e aos imprevistos de diversas naturezas a que estão sujeitos. Essa proteção do cidadão e de sua família se evidencia notadamente nos casos de doença, invalidez, envelhecimento e morte que afetam a

capacidade de geração de renda proveniente do trabalho (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 15).

Assim como no guia de finanças pessoais, esse artigo para discussão faz pouca referência à manipulação das instituições financeiras. Alguma problematização sobre o crédito rotativo do cartão de crédito não é sequer mencionada. O dogma liberal do espírito de autorregulação do mercado aponta a tríade entidades supervisoras, operadores e investidores/consumidores, enquanto inter-relacionadas e em que recaem sobre os consumidores/investidores as maiores responsabilidades. É como se as fraudes e propagandas enganosas das operadoras financeiras só pudessem ser reguladas pelos consumidores, e que o senso de oportunidade das instituições financeiras seria livre para operar enquanto houvesse oportunidade. Enquanto os bancos aumentam anualmente seus lucros amparados pelas maiores taxas de juros do mundo, cabe aos consumidores a principal responsabilização pelo que consomem e como consomem. Neste caso, trata-se de uma manipulação sobre a manipulação das instituições financeiras na venda de suas mercadorias.

A ideologia da “educação financeira” corresponde, então, a concepções e perspectivas que as personificações do capital orientam para dirimir os conflitos. Contudo, com o agravamento do problema do endividamento, essas saídas ideológicas no campo educacional e comportamental são insuficientes para evitar que os consumidores em potencial entrem em falência pessoal e não consigam mais “honrar seus compromissos”, garantir sua subsistência e manter o seu potencial papel de consumidor de mercadorias financeiras. Na seção a seguir serão identificados os recursos conciliatórios do campo jurídico para com esse conflito.

4.2 A proposta de “prevenção” e “tratamento” jurídico do superendividamento

Não é só o complexo educacional que é acionado no sentido do fortalecimento das ideologias dominantes. No que tange ao controle do endividamento e da inadimplência e na formatação de consumidores de mercadorias financeiras, a ideologia da “educação financeira” não é a única tática. Concorre nesse processo o campo jurídico como

conciliador dos contratos sociais rompidos e normatizador das relações sociais referenciadas pelo “livre mercado”.

Como problema social recente do capitalismo brasileiro, o crescimento do número de indivíduos endividados – ou, como diz a literatura jurídica, superendividados, sobreendividados⁹⁶, endividados excessivamente ou cronicamente – compromete o SFN e a oferta das mercadorias financeiras que, na maioria das vezes, servem para resolver de forma imediata a ausência de renda dos consumidores. Os especialistas em jurisprudência buscam se debruçar sobre um tema que tem como pressuposto o não auxílio aos ditos abusos de consumidores de “má-fé”, mas que priorizaria aqueles consumidores de “boa-fé”⁹⁷ que teriam tido algum percalço momentâneo na vida e que não teriam como saldar os débitos celebrados em um período de normalidade.

O *superendividamento* é conceituado por essa literatura jurídica como “impossibilidade global do devedor-pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio” (MARQUES, 2010, p. 21). Neste sentido, a qualificação moral positiva, a inexperiência no trato com as finanças e a impossibilidade, inclusive temporal, de garantir o pagamento da dívida, são características desta expressão qualificadora.

Nesta seção do capítulo é identificada mais uma expressão incidente sobre a culpabilização dos trabalhadores frente às consequências negativas do endividamento insolvente, em que o aspecto jurídico, que interdita que o indivíduo decrete falência pessoal na ausência de condições para o pagamento da dívida, busca procedimentos conciliatórios para que, ao final, a conta seja quitada. A proteção deste consumidor exposto pela insidiosa propaganda pretensamente benéfica do acesso mais facilitado aos créditos é pouco enfrentada, apresentando

⁹⁶ Os dois principais conceitos, superendividamento e sobreendividamento, e as variações linguísticas que se apresentam em cada país, são explicitados na introdução do livro *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito* (Marques e Cavalazzi (Org.), 2006, p. 13-14). O livro traz uma série de artigos que apresentam o fenômeno do superendividamento pelo mundo, principalmente Europa, EUA e América Latina, as formas de lidar com os indivíduos superendividados e os interesses das instituições financeiras, e a realidade no Brasil.

⁹⁷ Princípio jurídico objetivo que, neste caso, espera dos contratantes que estes apresentem informações verdadeiras e sejam corretos na negociação e execução do empréstimo.

cumplicidade das instituições públicas com o mercado financeiro e seus mecanismos de oferta de mercadorias financeiras. Tais propostas reconhecem os abusos que algumas instituições possam cometer no oferecimento dessas mercadorias, propondo medidas de “prevenção” e “tratamento” do superendividamento que não questionam os fundamentos da expropriação financeira na sanha por mais lucros. A professora e jurista Cláudia Lima Marques (2006, p. 265), referência jurídica no tema da proteção ao consumidor superendividado, explicita sua compreensão das propostas conciliatórias dentro do que ela entende por “sociedade de consumo”, privilegiando a imagem ideal de uma idílica relação de parceria que envolva distintos interesses na relação comercial:

Nas sociedades de consumo consolidadas, o tema do superendividamento é tratado como problema jurídico que é: legislações especiais são preparadas para evitar (prevenção) e dirimir esse problema (tratamento), que faz parte do sistema das sociedades de consumo. Nesses países há sempre uma espécie de “falência civil” dos consumidores e de suas famílias, a evitar a “morte” total do *homo economicus*, afinal os contratos de consumo devem ser momentos de cooperação e lealdade, e não de “destruição” e “falta de opções” do parceiro contratual mais fraco.

Para que não haja confusão de entendimento, essa tese não é contra a criação de medidas judiciais que auxiliem o consumidor endividado, como o direito à informação sobre os juros e demais taxas incidentes no crédito cedido, assim como ações que visem atenuar as possíveis consequências nefastas para a vida cotidiana do trabalhador endividado. No entanto, cobrar uma postura prudente do sujeito endividado em um contexto de salário e renda diminuta, e buscar conter os abusos considerados extemporâneos ao mesmo tempo em que elogia o mercado de consumo e suas mercadorias financeiras é uma concepção que fatalmente responsabilizará o sujeito endividado em um contexto de expropriação financeira.

No Brasil, a resolução dos débitos vencidos dos empréstimos para pessoa física se dá na esfera judicial. Contudo, as ações judiciais, muitas vezes – principalmente as relacionadas ao empréstimo para os trabalhadores –, podem ter custos de processo muito altos, que não

compensam a ação com valores pequenos. Na maioria dos casos, como forma de pressão sobre o devedor, os credores utilizam-se somente das notificações no cadastro de inadimplência dos birôs de crédito, como o SPC Brasil, a Boavista SCPC e a Serasa Experian. Em algumas modalidades de crédito e financiamento, como o crédito habitacional e para aquisição de veículos, a lei da alienação fiduciária prevê garantias contra a inadimplência com a retomada do bem adquirido por financiamento, amortizando parte da dívida.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) foi sancionado pela lei 8078 de 11 de setembro de 1990 em um período que os créditos para a classe trabalhadora não haviam sido tão difundidos e facilitados. Em seu conjunto não há referências explícitas ao superendividamento. Contudo, concorrem a esse fenômeno algumas partes do CDC: o inciso 2º do artigo 3º, que inclui as mercadorias financeiras no rol de serviços a serem regulamentados pela lei; o artigo 43, que inclui os bancos de dados do sistema de proteção de créditos entre as informações obrigatórias que os consumidores têm o direito de ter; e o artigo 52, que obriga as empresas de concessão de créditos e financiamentos a informar os consumidores sobre os preços, prazos, montante de juros, dentre outras informações. Contudo, como avaliado e sugerido por Claudia Lima Marques (2010, p. 24-30), o CDC é muito tímido na obrigatoriedade da divulgação das informações, no controle da publicidade abusiva das instituições financeiras – com ausência de sanções às empresas que pratiquem a manipulação mais descarada –, não permite maior tempo de reflexão do consumidor para que ele possa reconsiderar este crédito e, principalmente, não intercede sobre o consumidor endividado de “boa-fé” com espaços de renegociação obrigatória da dívida e/ou o perdão destas em casos extremos.

No sentido de conter as consequências perniciosas do superendividamento como drama social que afeta o sistema financeiro, a literatura jurídica buscou elaborar propostas de legislações que defendam os consumidores “de boa-fé” e “tratem” a insolvência que atingiu diversas pessoas, principalmente os assalariados das frações com menores rendas. Também evidenciaremos as propostas de Projetos de Lei (PL) que buscam conter o superendividamento.

Em 2010, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do MJ do Brasil lançou o caderno de investigações científicas *Prevenção e Tratamento do Superendividamento*. Tendo os principais textos assinados pelas professoras e juristas Claudia Lima Marques, Clarissa Costa Lima e Karen Bertoncello, o caderno expõe as fontes teóricas sobre o fenômeno do superendividamento, as proposições de

contenção deste problema pelo mundo e as experiências de conciliação e mediação que as autoras coordenaram no estado do Rio Grande do Sul. As autoras, principalmente a professora Cláudia Lima Marques, são referências jurídicas no trato dessa discussão sobre o superendividamento, tendo enquanto principais fontes teóricas as análises e experiências legislativas de autores e juristas franceses.

Em *Prevenção e Tratamento do Superendividamento*, o MJ assina uma introdução que reconhece o “grave problema social” que gera consequências nocivas ao cidadão endividado e também à economia. O caráter normatizador do Estado é demonstrado pelo objetivo do trabalho de “prevenção” e “tratamento” do superendividamento em que a justiça é tratada como solução objetiva, concluindo que “da segurança jurídica daí proveniente depende o funcionamento sustentável e otimizado do mercado, de forma a garantir ao mesmo tempo o respeito à dignidade a pessoa humana e o desenvolvimento econômico” (MJ, 2010, p. 8).

O respeito à “dignidade da pessoa humana” é princípio constitucional⁹⁸ utilizado pelos juristas no sentido da defesa do mínimo existencial do cidadão “de boa-fé” que não consegue saldar suas dívidas. Seja no arrolamento da dívida que chegou a valores inviáveis de serem pagos, ou nas limitações de cessão de créditos – como no caso dos consignados para aposentados e pensionistas –, tal princípio busca garantir que tais consumidores não sejam arruinados em sua vida no sentido de inviabilizar sua própria existência.

Há reconhecimento do direito ao consumo, mesmo que hipostasiado na sociedade de mercado como a “realização plena da liberdade” (MARQUES, 2010, p. 24). Aqui a relação entre consumo pessoal e o funcionamento do mercado, livre das regulações impostas pelo Estado, demarca a profunda contradição que se estabelece nesses manuais de controle do superendividamento. Como já identificada, as instituições financeiras aprofundaram a mundialização e financeirização do capital ao constituir inovações financeiras com o único objetivo de aumentar seus lucros, ou seja, a partir da expropriação financeira, garantir maior alíquota sobre a produção real de valor. A profusão de capital fictício garante os ganhos futuros, sendo também muito importante que o salário presente e futuro dos trabalhadores assalariados já esteja comprometido com os juros e amortizações das dívidas. Isso não só garante os lucros crescentes como ameniza a pressão desses

⁹⁸ Consta no Artigo 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

mesmos assalariados por reposições salariais, lembrando-se da estagnação dos salários para boa parte das frações dos assalariados nos anos 2000.

Mas as autoras desse estudo sobre o superendividamento não deixam de citar, dentre diversos outros motivos, a influência mistificadora que a sociedade do “livre mercado” impõe sobre os trabalhadores. Em síntese, advindo de suas fontes teóricas e da experiência que empreendiam nas comarcas de Porto Alegre, Marques (2010, p. 25) expõe o que seriam para ela as causas do superendividamento:

A massificação do acesso ao crédito, que se observa nos últimos anos, a forte privatização dos serviços essenciais e públicos, agora acessíveis a todos, com qualquer orçamento, as duras regras do mercado em que o nome no SPC e SERASA pode significar a impossibilidade de conseguir novo emprego, a nova publicidade agressiva sobre crédito popular nas ruas e por meio dos “pastinhas”, a nova força dos meios de comunicação de massa e a tendência de abuso impensado do crédito facilitado e ilimitado no tempo e nos valores, inclusive com descontos em folha e de aposentados, pode levar o consumidor e sua família facilmente a um estado de superendividamento.

Como é perceptível na descrição das causas levantadas pela autora, o questionamento da financeirização é restrito à “agressividade” das propagandas que manipulam a realidade ao propagar as facilidades que os indivíduos teriam com a compra do crédito. Até a profusão de mercadorias financeiras que possibilitem o acesso a serviços essenciais e públicos é, em certo sentido, consentida, na alusão que estas possibilitariam maior facilitação de acesso a serviços que foram “fortemente” privatizados.

O principal objetivo das autoras do caderno é apresentar os princípios da conciliação e moderação entre os devedores e os credores, priorizando aqueles que elas consideram como os “superendividados passivos” – que se depararam com alguma questão inesperada como desemprego ou morte na família -, e os “superendividados ativos inconscientes” – que exageraram nas compras ao desconhecerem os juros e prazos decorrentes. Já os “superendividados ativos conscientes”,

que seriam aqueles que abusaram do crédito em abundância a fim de obterem alguma vantagem, não seriam contemplados pelo programa (LIMA; BERTONCELLO, 2010, p. 64).

As autores utilizam o modelo francês de conciliação, em que antes da ação judicial é realizada audiência extra-judicial entre o devedor e os possíveis credores a fim de apresentarem propostas de renegociação. No projeto-piloto apresentado, as autoras avaliam que, no caso brasileiro, o árbitro deste primeiro momento deveria já ser algum juiz de comarca. O projeto se realizaria não só nas comarcas, mas também nos escritórios modelos de universidades conveniadas em um processo em que os procedimentos seriam padrões e acompanhados desde a inscrição no formulário inicial – em que os devedores apresentariam de boa-fé a sua situação e o quanto seria o mínimo existencial de sua família -, passando pelo convite aos credores – sendo estritamente voluntária a sua participação -, e findando nas audiências que pudessem reduzir juros, aumentar prazos e retirar os nomes das listas de inadimplência. Além disso, promoveriam oficinas de orçamento doméstico e outras atividades de “educação financeira”.

No relato dos resultados do projeto-piloto, as autoras apontam que a maioria das audiências conseguiu celebrar o acordo entre as partes. Em um universo de mil atendimentos, elas demonstram que a maioria das pessoas que procuraram o serviço eram mulheres, jovens e idosos, assalariados com salários mais baixos e com dificuldades econômicas. Dentre os casos mais difíceis, a maior parte das pessoas que procuraram o serviço tinha um salário ou renda insuficiente para as condições mínimas de existência, e, principalmente, as dívidas eram referentes a compras em redes de supermercado, empréstimos consignados de diversos bancos e cartão de crédito. No geral, os meios de subsistência necessários foram os responsáveis pela necessidade dos créditos que não puderam ser “honrados” (LIMA; BERTONCELLO, 2010, p. 85-126).

A principal proposição das autoras é a construção de uma legislação que defenda o consumidor superendividado. Elas indicam a insuficiência do CDC no que tange ao crédito ao consumidor e afirmam que a legislação francesa é modelo a ser atingido. Desde que o fenômeno do superendividamento tem preocupado as personificações do capital e também os consumidores isolados, algumas proposições tem sido feitas para contornar tal problema.

Dos projetos que estão em tramitação, o PL do Senado 283/2012, de autoria do então senador da república José Sarney (PMDB) do Amapá⁹⁹, foi o que mais andou, sendo aprovado nesta casa legislativa em setembro de 2015. Em síntese, ele é um complemento ao CDC no que tange as medidas de prevenção e tratamento extrajudicial do endividamento excessivo e que incentiva o que chamam de “crédito responsável”, a “educação financeira” e a repactuação das dívidas.

O projeto conceitua legalmente o “superendividamento” no capítulo acrescido VI-A, artigo 54-A, inciso 1º, com a seguinte descrição: “Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação”¹⁰⁰. O termo inexistia no período que o CDC foi aprovado, sendo que tal projeto contou com a relatoria em comissão de juristas, incluindo a já citada Claudia Lima Marques.

Dentre as medidas aprovadas nesta etapa do Senado, podemos citar as que obrigam o credor a fornecer informações sobre taxas efetivas de juros e dos demais encargos, aconselhamento do crédito e, principalmente, a não veiculação de publicidade de crédito com os termos “sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, “taxa zero” ou expressão de sentido ou entendimento semelhante, e o desenvolvimento de ações de “educação financeira” com a sugestão de inclusão desta nos currículos escolares. Além disso, proíbe o assédio a pessoas consideradas vulneráveis, como idosos, analfabetos e doentes com vulnerabilidade agravada. A conciliação é instaurada, cabendo ao Ministério Público, Defensorias e Procons o papel de mediar audiências extrajudiciais, tal como foi proposto pelas juristas que elaboraram o trabalho citado anteriormente.

⁹⁹ Matéria de Augusto Castro e Isabela Vilar (2016), para o *Portal Senado Notícias*, sobre a aprovação do PLS no Senado: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/30/aprovado-projeto-que-altera-codigo-de-defesa-do-consumidor-e-combate-o-superendividamento> Acesso em: 29 de out. 2017.

¹⁰⁰ O documento encontra-se na página do Senado, em que consta a atividade legislativa do PLS 283 de 2012. O artigo encontra-se na página 3. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3911642&disposition=inline> Acesso em: 31 de out. 2017.

Tal projeto encontrava-se em tramitação na Câmara de Deputados em 2017. Nesta casa, o PL é identificado enquanto 3515/2015¹⁰¹. Com algumas pequenas alterações na votação da primeira comissão em agosto do mesmo ano, a possibilidade de aprovação ainda mostrava-se incerta. Contudo, é importante identificar que o *lobby* das instituições financeiras demonstra uma grande resistência frente a um PL tão moderado. A ofensividade da publicidade comercial sobre os trabalhadores necessitados de renda imediata é uma premissa fundamental neste tipo de comércio. Não há como não lembrar da famosa mensagem venal emitida pelas propagandas da empresa de cartões de crédito Mastercard: “Existem coisas que o dinheiro não compra. Para todas as outras existe Mastercard”¹⁰².

Em geral, a proposição que está sendo discutida segue os preceitos elaborados pelas juristas Lima, Marques e Bertinello, principalmente na descrição do superendividamento e na indicação de realização de audiências extrajudiciais que possam conciliar os interesses díspares entre credor e devedor. Mesmo as limitações da cessão de créditos em uma versão considerada “responsável” também são regulamentadas de acordo com abusos grosseiros no que tange à propaganda enganosa ou mesmo ausência de informações.

Há também no Congresso Nacional outro projeto que tem como objetivo a contenção do fenômeno do superendividamento, que propõe limitação para a taxa de juros anual. De proposição da senadora Gleisi Hoffmann (PT) do Paraná, o PL 413/2016¹⁰³ tem por objetivo limitar a taxa de juros efetiva nas transações de crédito com pessoas físicas e pessoas jurídicas. A proposta identifica que os empréstimos para pessoas físicas que tem alguma garantia (empréstimo habitacional e consignado) não poderiam superar duas vezes a taxa Selic do momento, e que, para os créditos que não possuam garantias, as taxas de juros não poderiam superar quatro vezes a mesma taxa Selic. O PL também

¹⁰¹ A tramitação na Câmara de Deputados e a íntegra do PL 3515/2015 podem ser visualizadas no seguinte endereço: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052490> Acesso em: 01 set. 2017.

¹⁰² Para conferir ver a propaganda comercial de 2000 no sítio do *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=J8WAR2fw6yQ> Acesso em: 01 set. 2017.

¹⁰³ A matéria referente ao projeto está no site do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/18/gleisi-anuncia-projeto-para-regulamentar-cobranca-de-juros-pelos-bancos> Acesso em: 31 out. 2017.

propõe divulgação pública da composição do *spread* bancário, demonstrando todos os encargos, taxas, lucros e custos da inadimplência ao consumidor de crédito. Contudo, a proposta de lei não regulamenta a relação entre os endividados e os credores.

A proposta de limitação da taxa de juros tende a retomar debate que foi celebrado no Artigo 192º da Constituição Federal de 1988. O limite da taxa de juros anual de 12% proposta na carta magna caiu com a Emenda Constitucional 40 de 2003¹⁰⁴. A proposição atual não retoma o mesmo patamar, mas pretende também inviabilizar as taxas de juros abusivas que caracterizaram as principais mercadorias financeiras de risco para pessoa física no Brasil. Contudo, mesmo sendo limitada, tende a não encontrar eco em uma casa legislativa refém das instituições financeiras que a dominam. Como demonstrado nos capítulos anteriores, a financeirização conduz o capital para atividades produtivas em qualquer local do mundo, aprofunda a expropriação financeira sobre o salário dos trabalhadores e também dilapida o fundo público com os títulos da dívida.

Como afirmado anteriormente, essa não é a única experiência no campo da conciliação e moderação jurídica que foi realizada no Brasil. As diversas instituições que fazem parte do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) elaboram e promovem estratégias de enfrentamento ao superendividamento. Os PROCONs tem papel de destaque neste sentido, principalmente com as campanhas de orientação e auxílio dos indivíduos superendividados. Para demonstrar um exemplo dessas iniciativas, na cidade de São Paulo o Núcleo de Tratamento do Superendividamento da Fundação PROCON realiza o Programa de Apoio ao Superendividado – PAS, com atendimentos individuais de

¹⁰⁴ O artigo 192 propunha a regulamentação do sistema financeiro. No entanto, não só a regulamentação não acontecera, como medidas como a Emenda Constitucional 40/2003 retrocederam o seu conteúdo político: “Sobre as normas aprovadas no Congresso pertinentes ao Art. 192, cabe, por fim, destacar a já referida EC 40/2003, conversão da PEC 53, de autoria parlamentar. Essa emenda, aprovada no início do primeiro mandato do Presidente Lula, altera a história da regulamentação do Art. 192. A Febraban considera a aprovação da EC 40 um marco no avanço do ambiente regulatório, por permitir a regulamentação separada dos diversos mercados do SFN e por eliminar a regra de tabelamento dos juros reais em 12% ao ano (ANGELO, 2007, p. 135-136). O governo Lula aprovou a EC 40 sob pressão das Finanças, visando sinalizar aos mercados que variáveis políticas não interfeririam na política monetária do BCB” (IANONI, 2010, p. 192).

orientação financeira, busca de intermediação com os credores e promoção de audiências de renegociação das dívidas¹⁰⁵.

Tais procedimentos jurídicos no campo da resolução dos conflitos atuam no sentido de regular as situações que coloquem em risco o sistema econômico e a sobrevivência pessoal dos trabalhadores superendividados. Como demonstrado, mesmo que a literatura jurídica esforce-se no sentido de impedir uma falência pessoal generalizada dos consumidores, celebrando o direito à dignidade humana do campo dos direitos humanos, a pressão das reificações do capital ainda buscam impedir tais provisões mínimas. Este fenômeno, assim como o da ideologia da “educação financeira”, inscreve-se no amplo processo de estranhamento social em que as determinações da autorreprodução ampliada do capital são requeridas.

4.3 Crédito e endividamento dos trabalhadores no capitalismo manipulatório: nova expressão do estranhamento

No âmbito dos complexos do ser social é possível identificar o momento da ideologia dominante enquanto condição essencial de reprodução do capitalismo contemporâneo. As transformações são constantes nesse modo de produção e reprodução da vida. A racionalização das evidentes irracionalidades faz parte da ofensiva que o capital impõe sobre o trabalho, aliando coerção e construção de um consenso dirigido. Essas profundas transformações na vida social de contingentes gigantescos de assalariados não poderia ser “disciplinada” somente pelo confronto aberto com as mudanças, se não também com a prática de difusão da ideologia da “educação financeira” e pelas técnicas jurídicas de conciliação sobre o superendividamento, orientadas para o consumo “inteligente” das mercadorias financeiras.

Em um ambiente de endividamento excessivo para o mercado, as estratégias centrais passam pela preservação da insidiosa rapina de regras financeiras com regulamentação tímida, e responsabilização dos consumidores por tal situação. Trata-se de uma captura da subjetividade

¹⁰⁵ Tais procedimentos estão sendo difundidos na maioria dos PROCONs estaduais. Contudo, a referência deste procedimento é do PROCON de São Paulo. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/categoria.asp?id=1280>
Acesso em: 02 nov. 2017.

fundamentalmente objetivada nas relações de produção e reprodução do capital.

No plano desse “discurso” que objetiva conduzir e guiar as massas para o consumo responsável do crédito, o sociólogo polonês Zigmunt Bauman tem apresentado uma série de impressões sobre a “vida a crédito”, no que ele considera a “sociedade dos consumidores” ou “modernidade líquida”. Partindo de referenciais epistemológicos pós-estruturalistas, o autor tem analisado o aprisionamento que o crédito exerce sobre os consumidores. Após a crise de 2008 e todas as comoções que foram geradas pelas bolhas de crédito que denotariam certo insucesso do capitalismo, o autor vaticina que, na realidade, as estratégias de aprisionamento do que ele chama de “sociedade de consumidores” foram eficazes em seus objetivos ao produzirem uma “raça de devedores” permanentes:

[...] a atual “contração de crédito” não é resultado do insucesso dos bancos. Ao contrário, é o fruto, plenamente previsível, embora não previsto, de seu extraordinário sucesso. Sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens, mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores. Alcançaram seu objetivo: uma raça de devedores eternos e a autoperpetuação do “estar endividado”, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação das dívidas já contraídas. O hábito universal de buscar mais empréstimos era visto como a única forma realista (ainda que temporária) de suspensão de execução da dívida (BAUMAN, 2010, p. 31).

A benevolência dos bancos é expressa pela insígnia: “desfrute agora, e pague depois!”. Para tanto, o cartão de crédito torna-se a ferramenta de um processo difícil de decifrar, pois o “depois”, cedo ou tarde, se transformará em ‘agora’, em que ‘os empréstimos terão de ser pagos’” (BAUMAN, 2010, p. 29) e os consumidores só terão o desafio de adiar essa difícil realidade. A dívida contraída é fonte permanente de lucro em um processo que o crédito fácil é ofertado indiscriminadamente e, muitas vezes, sem a mínima preocupação se o indivíduo o pode pagar, já que os juros compostos que se desdobram da dívida principal tendem a crescer exponencialmente. A apreensão dos clientes nesse circuito do crédito é uma das principais tarefas do

marketing da instituição financeira e bancária, em que “os indivíduos que têm uma carteira de poupança e nenhum cartão de crédito são vistos como um desafio para as artes do marketing: ‘terras virgens’ clamando pela exploração lucrativa” (BAUMAN, 2010, p. 30).

Mesmo considerando equivocada a afirmação de Bauman sobre uma possível transferência da fonte primária da acumulação capitalista “da indústria para o mercado de consumo” no período contemporâneo da “modernidade líquida”, é importante avaliarmos que, com o crescente afastamento das barreiras naturais, o complexo social de produção e reprodução do valor têm se utilizado cada vez mais do instrumento de sedução do crédito para acelerar a rotação de capital e promover uma “punção” sobre o valor da força de trabalho. O irracionalismo de tais procedimentos só pode ser decifrado se os estranhamentos presentes nessa dupla ação “crédito ao consumidor/controlê do endividamento” forem desvelados.

Diante do fenômeno moderno do endividamento de frações consideráveis da classe trabalhadora, é necessário, antes de tudo, apreender os elementos sócio-históricos que dão sustentação para o empreendimento da financeirização. O fundamento sobre o qual o capital empreende o unilateral objetivo da acumulação de riqueza está inscrito sobre o fetiche da mercadoria e, por consequência, do dinheiro. O consumo tem como momento predominante a produção e, com a esfera da reprodução e dos complexos que se desdobram, o poder de exercer sobre-determinações essenciais no capitalismo contemporâneo. A totalidade da produção e reprodução da vida no atual estágio da história humana não pode descartar a base sobre a qual os “novos fenômenos” interagem e perfazem sofisticados requisitos para a permanência de seus preceitos.

O fetiche do dinheiro é a principal expressão do estranhamento capitalista predominante. O signo de valor que representa um equivalente geral configura-se na figura mística da qual as teorias monetaristas superdimensionam seu poder. Encobre-se sob este signo o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, a troca de equivalentes e, principalmente, a exploração da força de trabalho a partir da expropriação da produção de mais-valor não pago ao trabalhador. “Dinheiro produz dinheiro” constam nas formulações mais idealistas que predominam no universo manipulatório que explica e conduz as personificações do capital.

O caráter místico da mercadoria é sintetizado no Livro I de *O Capital*, onde Marx (2013, p. 143) evidencia que a relação de troca de

valores abstratos equivalentes é encarada misteriosamente enquanto uma condição ineliminável do desenvolvimento humano:

O caráter misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas, e por isso reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

O fetiche da mercadoria é uma das principais descobertas dos estudos de Marx sobre a sociedade capitalista. Contudo, a centralidade dessa análise da teoria do valor em Marx como potencial explicativo é de difícil entendimento. Isaak Rubin (1987) demonstrou que nas obras de Marx, principalmente nos livros de sua fase mais madura que superaram os idealismos do socialismo utópico de Pierre-Joseph Proudhon, há uma notável apreensão de tal fenômeno social que reifica as relações sociais, proporcionando às categorias econômicas um potencial autodeterminante que, aos olhos da imediatez, é explicado pela sua própria “natureza”. Tais categorias econômicas são vistas como “coisas” que não só direcionam o processo de produção de valor como prevalecem como determinações sociais fundamentais sobre o indivíduo atomizado.

A reificação seria então resultado de profundas determinações sociais que sedimentam historicamente determinadas relações sociais de produção e reprodução da vida social. Como enfatiza Rubin (1987, p. 41), “a transformação das relações sociais de produção em propriedades sociais ‘objetivas’ das coisas é um fato da economia mercantil-capitalista e uma consequência de nexos distintivos entre o processo de produção material e o movimento das relações de produção”. Sob o ponto de vista das relações sociais de produção, levando-se em conta o pressuposto das condições técnico-materiais do processo, o fetiche da mercadoria é um fenômeno próprio de tal desenvolvimento histórico.

As categorias econômicas, sociais e históricas capital, trabalho, mercadoria, valor, entre outras, correspondem a esse movimento dialético em que forma e função adquirem vivacidade histórica, dependendo cabalmente das lutas sociais que os indivíduos particulares empreendem na vida cotidiana. É por isso que a teoria social em Marx pode suplantar as limitações a-históricas e estáticas da economia política clássica e elevá-la a tal patamar de aproximação abstrata com a realidade concreta. Para Rubin (1987, p. 49), detectar essa relação da determinação da reificação do capital nas relações de produção entre as pessoas é de importância fundamental, principalmente no sentido de identificar as formas e funções particulares com que as categorias econômicas movem tal processo de produção e valorização:

[...] os conceitos básicos da Economia Política expressam diferentes relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista. Mas, na medida que essas relações de produção só vinculam as pessoas através de coisas, a coisa desempenha

uma função social específica, e adquire uma particular forma social que corresponde ao dado tipo de relação de produção.

Além do equívoco determinista da natureza sobre as relações de produção, o fetiche da mercadoria também é visto erroneamente como um processo descolado de sua realidade concreta, absolutizada na esfera da consciência. Para Rubin (1987, p. 72), a grande descoberta de Marx encontra-se no fato de que “o fetichismo não é apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social”. Ou seja, é fenômeno movente, determinante e sobredeterminado que produz e transforma o processo de produção da economia capitalista.

O trabalho humano enquanto autoatividade dirigida para a produção e reprodução de sua vida é apagado no resultado final desta atividade. A reificação dessa relação apaga não só a atividade humana como também a fonte de produção do valor pelo qual a vulgata a substitui por indeterminados e místicos valores do chamado “mercado livre”, encarnados no esquema da oferta e da procura. O mediador universal dessas relações, o dinheiro, atinge então o mais alto grau de fetichização neste processo, sendo, muitas vezes, eleito enquanto potencial gerador de valor por si só. Como apresentado no capítulo 2, a relação geral da financeirização D...D’ oculta todas as relações que estão em permeio, a compra de força de trabalho e meios de produção e a exploração da força de trabalho que gera o mais-valor. No entanto, a fetichização do dinheiro tem origem na relação para com o conjunto de mercadorias e na transitoriedade da condição de portador de valor que o dinheiro adquire no processo. Marx (2013, p. 185) exemplifica essa relação com a seguinte afirmação:

A metamorfose total de uma mercadoria envolve, em sua forma mais simples, quatro extremos e três *personae dramatis* [atores]. Primeiramente, o dinheiro se defronta com a mercadoria como sua figura de valor, que, no além, no bolso alheio, possui sólida realidade material [*sachlich*]. Desse modo, um possuidor de dinheiro se defronta com o possuidor de mercadorias. Assim que a mercadoria se converte em dinheiro, este se torna a forma de equivalente evanescente daquela, cujo valor de uso ou conteúdo existe no aquém, nos corpos das outras mercadorias.

A metamorfose da forma-mercadoria em sua forma-dinheiro carrega consigo o caráter mistificado, que fora identificado anteriormente, da reificação do fetiche da mercadoria que encobre as relações fundamentais da produção de valor pelo trabalho humano. Neste processo, “portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão” (MARX, 2013, p. 167). Atuando decisivamente nessa relação, a obstacularização dos sentidos autênticos do gênero humano tem no dinheiro o seu principal representante.

O dinheiro atua não apenas como símbolo das relações sociais de produção pelo qual a mercadoria percorre o caminho da produção e reprodução. É também base objetiva que movimenta as mercadorias no processo de circulação, e que também atua como meio de pagamento, como entesouramento e moeda mundial. Rubin identifica que as coisas adquirem propriedade de dinheiro (assim como valor e capital) não por serem meramente símbolos que representam as relações sociais de produção. Mesmo na mera transferência de mercadorias M-D-M, o papel moeda, separado “formalmente” de sua base material metálica, “representa uma ‘objetivação’ das relações de produção entre as pessoas” (RUBIN, 1987, p. 26). Em síntese, o dinheiro atua como base objetiva para o fetiche da mercadoria e não mera significação descolada das relações sociais de produção.

Nas relações sociais de produção e reprodução dos últimos anos, o papel do dinheiro e do crédito adquire maior complexidade. As personificações do capital monetário e bancário que comercializam o dinheiro para contingentes cada vez maiores da classe trabalhadora, que tem apenas seus salários para amortizar o crédito e pagar os juros, dinamizaram tal sistema de crédito sedimentando a modalidade do crédito ao consumidor que conhecemos hoje. Ao mesmo tempo em que atuam enquanto objetivações das relações sociais de reprodução contemporâneas, fortalecem o fetiche da mercadoria e, por conseguinte, do dinheiro; auxiliam na aceleração da circulação e da produção de mercadorias e sedimentam novas formas e funções do capital e do dinheiro; fortalecem as mistificações sobre o papel do dinheiro como produtor de valor e contribuem para o ocultamento da totalidade do processo de produção e valorização do capital.

A principal deturpação que esse processo proporciona para necessidades e capacidades humanas está inscrita no sentido alienado do *ter*, em detrimento do *ser*. O dinheiro representa quase que universalmente essa figura alienada, fragmentando os indivíduos e favorecendo decisivamente para que o fetiche do dinheiro constitua

elemento chave neste processo. István Mészáros (2016, p. 164) responde sua própria pergunta sobre esse fetiche na análise de Marx sobre a alienação:

O que aconteceu nesse processo de alienação com as necessidades e os sentidos genuinamente humanos? A resposta de Marx é que seu lugar foi ocupado pelo ‘puro estranhamento’ de todos os sentidos físicos e mentais - pelo sentido do ter. Esse sentido alienado encontra corporificação universal no dinheiro: essa “capacidade alienada da humanidade”, o que significa que a “essência genérica” do ser humano passa a manifestar-se em uma forma alienada: como a universalidade do dinheiro.

No que tange ao crédito ao consumidor, esse fetiche do dinheiro tende a ampliar o alcance e a exponenciar o estranhamento. Os valores hipostasiados pelo capital como “felicidade” e “prosperidade” são relacionados diretamente a aquisição do dinheiro enquanto chave para o alcance de tais sentidos sublimados pelo capital. Mesmo que estes tragam consigo a responsabilidade pela devolução acrescida de juros e outras taxas, a mera propriedade temporária de tal signo de riqueza superdimensiona e aliena os sentidos da satisfação. “Acumular”, “investir”, “poupar” e tantas outras ações tipicamente mercantis tornam-se os mantras mais difundidos pela ideologia dominante, que tem como expressão manipulatória mais expressiva os manuais de como viver uma vida “feliz”.

A reificação das relações sociais absolutiza o trabalho abstrato, evidenciado nas principais proposições que as cartilhas da ideologia da “educação financeira” defendem. O dinheiro, muitas vezes, torna-se a principal vitrine das manipulações empreendidas pelas agências de propaganda a serviço das instituições financeiras ilustradas por panfletos que representam cédulas de dinheiro na busca de seduzir os clientes ávidos pela sua posse, mesmo que temporária. Além disso, são recorrentes expressões como “dinheiro fácil” no intuito de elevar os créditos cedidos e garantir maiores lucros no fim das operações.

E o fetiche se consubstancia na troca de equivalentes, em que o dinheiro adquirido como produto financeiro - como visto nos dois primeiros capítulos - é essencial para que se adquiram meios de subsistência necessários que somente os salários, aposentadorias ou pensões não conseguem suprir. Na maioria destes casos, o salário não

permite a troca pelos meios de subsistência necessários, o que configura que o dinheiro comprado não é apenas um desejo imaginário a ser adquirido, se não uma necessidade para a reprodução da própria força de trabalho. Neste caso, atuam decisivamente os estranhamentos que ocultam e vilipendiam as necessidades e capacidades humanas autênticas.

Os fundamentos do complexo alienação/estranhamento¹⁰⁶ são identificados por Marx em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. São eles: o estranhamento dos seres humanos em relação à natureza; o estranhamento na própria atividade produtiva e seu resultado; o estranhamento em relação ao gênero humano; o estranhamento dos homens em relação aos outros homens (MARX, 2010, p. 83-86). Resumidamente, o estranhamento da humanidade significa perda de controle, as relações externas aos indivíduos o confrontam como poder hostil e potencialmente negativo, mas sempre são resultados das relações sociais e de determinadas formações sócio-históricas.

A base do estranhamento, segundo Marx, é a propriedade privada. Desta relação característica do modo de produção capitalista desdobram-se a divisão do trabalho, a troca, o trabalho assalariado, a concorrência e o capital. Em uma relação antitética, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção exige que poucas pessoas detenham essa propriedade e tantas outras não. A única propriedade destes não-proprietários é sua força de trabalho, a ser vendida pelo tempo de seu uso para que os que a alienam adquiram em troca os meios de subsistência necessários. Interagem na totalidade deste processo, concomitantemente, a exploração da força de trabalho, a acumulação capitalista e as demais ações violentas que determinam a subordinação dos trabalhadores frente ao capital.

A deturpação empreendida pelo estranhamento é abrangente, atingindo a todos os indivíduos, sejam eles trabalhadores ou capitalistas. O que predomina no processo de desenvolvimento capitalista é a determinação econômica de um crescimento da riqueza e sua apropriação privada por grupos empresariais cada vez mais restritos.

¹⁰⁶ Abordamos a categoria estranhamento (*entfremdung*) a partir das obras *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Karl Marx (2004) e *Para Uma Ontologia do Ser Social* de György Lukács (2012; 2013). A alienação (*entausserung*) é condição ineliminável na autoatividade humana do trabalho e representa *objetivação*. Já o estranhamento representa *exteriorização*, elemento estranho que reifica as relações e oculta sua essência.

Não importam os dilemas humanos oriundos das desigualdades sociais produzidas por tal modo de produção alienado, como a fome, as doenças endêmicas, a violência, o desemprego e tantos outros problemas sociais que perfazem o que convencionalmente se passou a chamar de “questão social”. A regra é a venalização universal de todas as relações de produção e reprodução e a profusão do individualismo¹⁰⁷, sendo todas as outras aspirações e ações humanas dependentes desse processo.

O estranhamento humano surge desde o momento em que a divisão do trabalho atingiu certo estágio que Lukács identifica como referente ao início do modo de produção escravista. Com o desenvolvimento das forças produtivas e o aperfeiçoamento da propriedade privada, as relações estranhadas atingiram tal nível de obstaculização para com a essência ontológica autogerida da atividade humana que elas caminham juntas e elevam o patamar dos estranhamentos a níveis cada vez mais altos. Lukács (2013, p. 586) afirma que:

[...] de fato poderemos constatar que afloram inevitavelmente na história social do estranhamento os dois extremos do desenvolvimento desigual, a saber, de um lado, as realizações tacanhas, isto é, aquelas cujo fundamento objetivo é formado pelo patamar baixo ou retardatário do desenvolvimento da sociedade, de outro lado, um progresso objetivo inquestionável, que, ao mesmo tempo, leva necessariamente à deformação da vida humana.

Na sociedade capitalista contemporânea, os estranhamentos têm poderes talvez maiores do que jamais tiveram, mas eles nunca estiveram ideologicamente “tão ociosos, tão vazios, tão pouco entusiasmadores”. (LUKÁCS, 2013, p. 748). O capitalismo e sua expansão para todo âmbito do consumo e dos serviços é resultado do desenvolvimento das

¹⁰⁷ “A alienação, por conseguinte, é caracterizada pela extensão universal da ‘venalidade’ (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, de modo que possam se apresentar como mercadorias no mercado (em outras palavras: a ‘reificação’ das relações humanas); e pela fragmentação do organismo social em ‘indivíduos isolados’ que buscam seus próprios objetivos limitados, particulares ‘na servidão da necessidade egoísta’, transformando em virtude o seu egocentrismo no culto que prestam a privacidade” (MESZAROS, 2016, p. 40).

forças produtivas e do mercado mundial. Para atender essa processualidade social, a organização da produção e distribuição das mercadorias criou mecanismos para atuar ideologicamente nas formas de consumo e nas formas de pagamento das dívidas. Aqui fica evidente a manipulação da manipulação como face duplamente reificada das relações sociais. Ditam-se as regras de como consumir e de como pagar as dívidas.

Historicamente, no início do ciclo industrial burguês do século XIX, observamos que o consumo para a classe trabalhadora manifestou-se como estranhamento social na sua essência primária em relação ao produto do seu trabalho, pois os trabalhadores não consumiam o que produziam. Mas, a partir de meados do século XX, significativa parcela dos trabalhadores do mundo elevou os níveis de vida, aumentando seu acesso ao consumo das mercadorias despejadas a cada dia mais no mercado mundial. Isso ofereceu materialmente melhores condições de reprodução de vida de milhares de trabalhadores. O que questionamos, no atual contexto sócio-histórico, são as penetrações de novos tipos ideológicos operantes na vida do trabalhador os quais conformam as novas formas de estranhamentos.

A recente expansão do endividamento da classe trabalhadora no Brasil evidencia o quanto o complexo da reprodução do capital necessita cada vez mais desenvolver seus complexos parciais a fim de regular os fenômenos que possam colocar em risco o desígnio da autorreprodução ampliada do capital. Ancorada na análise de Lukács (2013, p. 161), o complexo da reprodução é identificado enquanto o conjunto dos pores teleológicos secundários, que “não têm por fim a transformação, a utilização, etc. de um objeto da natureza, mas que têm a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado”. Compõem essas mediações os complexos parciais religiosos, jurídicos, educacionais e tantos outros que interagem reciprocamente com a produção de valor.

A “educação financeira” destoa claramente como ideologia que está contida dentro do complexo educacional em constituição pelo capital. Busca-se, em tal ofensiva, condicionar os indivíduos para mercadorias financeiras que são severamente arriscadas e que podem inviabilizar sua “saúde” financeira. Tais orientações coadunam com os objetivos do complexo educacional que em “sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178). Como a determinação essencial é o acréscimo de rendimentos com a expansão da punção de valor sobre o trabalho necessário dos

assalariados, a consequência ruidosa deste endividamento que pode se tornar a expansão da inadimplência é um dos focos da intervenção educacional que o capital dispõe aos trabalhadores.

A principal função da ideologia da “educação financeira” é a responsabilização quase que irrestrita do consumidor de mercadorias financeiras para com seus credores. A “culpabilização” aqui interage com essa responsabilização, remetendo aos inadimplentes a principal determinação econômica da permanência dos juros altos. Como visto, o *spread* bancário é composto por um quarto dos créditos não pagos, mas, mesmo assim, é eleito severamente enquanto o vilão quase que único neste processo. Já os lucros financeiros são identificados como retribuição do “trabalho” dos agentes financeiros neste processo e, com isso, absolvidos da responsabilidade por tais mercadorias financeiras serem tão caras.

É aqui que o indivíduo necessita se condicionar a essas normativas de bom convívio na sociedade de classes, orientada pela subsunção do trabalho pelo capital. O planejamento financeiro empresarial é transposto para os lares, exigindo destes que os passivos - contas a pagar - nunca ultrapassem os ativos - renda disponível. Além disso, é orientada a lógica dos investimentos, a ousadia necessária para que, a partir dos riscos, se possam obter maiores vantagens financeiras e que se obtenham benefícios financeiros no lugar das políticas sociais. É evidente que muito pouca gente “vence” na roleta russa do mercado financeiro e que, em sua grande maioria, os investimentos sejam perdidos e que não se obtenham, nem de perto, os benefícios financeiros pretendidos. O que importa para esse complexo parcial é o condicionamento ideológico favorável ao “livre mercado” descrente com a efetividade das políticas sociais universalizantes e acomodado com o salário obtido pelos empregos precários prevalentes.

O outro complexo da reprodução utilizado no sentido de regular o mercado financeiro e sua relação com os inadimplentes é o complexo jurídico. Constitui-se desde os primórdios da sociedade de classes como “um sistema ordenador para a sociedade que corresponde aos interesses e ao poder da classe dominante” (LUKÁCS, 2013, p. 233). Dependente da predominante relação econômica, esse complexo parcial busca adequar pelo direito positivo os privilégios da classe dominante, mantendo inabaláveis as relações de propriedade e de apropriação da riqueza. No modo de produção capitalista, o direito se constituiu em nova fetichização ao aliar o positivismo com o cálculo econômico e ser “objeto da pura manipulação”, que também pode, teoricamente, ser visto como “complexo imanentemente coeso, que pode ser corretamente

manejado tão somente pela ‘lógica’ jurídica, autossuficiente, fechado em si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 237).

As técnicas jurídicas de “tratamento” e de “prevenção” ao superendividamento provém da busca por acordos que tenham no campo judicial e extra-judicial a guarita para garantir a solvência das dívidas e amenizar os dramas sociais, que também são perniciosos ao capital. A alienação fiduciária aplacou em certo sentido os temores do capital pela dívida crescente dos consumidores de imóveis habitacionais e de automóveis. No entanto, a cobrança pelas dívidas de créditos livres e mesmo dos juros, multas e taxas do crédito direcionado tem muito pouca segurança para os detentores do capital mercadoria reaver com o tempo.

A busca pela “conciliação” é a saída do capital na tentativa de reaver parte dos créditos e juros perdidos com a inadimplência. Para tanto, os valores morais e os impedimentos de crédito com os registros negativos expostos pelos birôs de crédito são os principais argumentos que tais “conciliadores” buscam para convencer os inadimplentes para o pagamento de parte de suas dívidas, assim como buscar negociação de parcelamento e/ou abatimento de parte dos juros com os credores. Como visto na seção anterior, as propostas de PLs em discussão no legislativo brasileiro que buscam normatizar o procedimento de conciliação também são potencial alvo de disputa por frações da classe dominante, prioritariamente entre banqueiros e demais setores industriais que se beneficiariam com o crescimento do consumo do mercado interno brasileiro.

A atuação de todos esses complexos, destacando-se aqui o complexo da economia, não seria possível sem a mediação do Estado. Com o objetivo de cumprir com uma dupla tarefa no processo de “remercadorização do capital e trabalho”, o Estado tem que, ao mesmo tempo, subsidiar o capital para adquirir força de trabalho e garantir que valha a pena comprar força de trabalho. Com as transformações recentes, o crédito então passou a ser o potencial subvencionador da força de trabalho em um contexto de retirada e mercantilização dos direitos sociais:

O crédito era o dispositivo mágico para desempenhar (esperava-se) esta dupla tarefa. E agora podemos dizer que, na fase líquida da modernidade, o Estado é “capitalista” quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a

habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo (BAUMAN, 2010, p. 37).

Nos dois primeiros capítulos foram apresentados elementos que demonstram o quanto o Estado burguês mediou políticas que ampliaram os créditos para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se monetarizava as políticas sociais e contribuía com gigantesco impulso com a indústria da construção civil, automobilística e de produtos eletroeletrônicos. Além disso, a política de valorização do salário mínimo e de políticas de transferência de renda para os mais pobres coexistiu com o arrocho salarial de frações médias dos assalariados e com a precarização de políticas universais, como a previdência e a saúde. A política de expansão dos créditos é confundida – intencionalmente – com as políticas sociais estruturantes, ao mesmo tempo em que estas políticas e o trabalho passaram por destacável precarização.

Com relação à mediação incidente na expansão da ideologia da “educação financeira”, ficou claro que a aderência à estratégia nacional de “educação financeira” e a articulação com as empresas financeiras foram suas principais ações. O Bacen foi o porta voz deste processo, sendo que ainda se contou com diversos outros bancos públicos. Em raros momentos, a contenção do endividamento da classe trabalhadora foi severamente analisada sob o ponto de vista da denúncia das ações publicitárias e comerciais que as instituições financeiras empreenderam para gerar mais lucros.

É nesse processo de mercantilização crescente da vida social, do afastamento das barreiras naturais e de uma maior extensão da vida mediada pela relação capital e trabalho, que o complexo do estranhamento interage diretamente com o trabalho, a reprodução e a ideologia. A *manipulação* passa a ser estratégia cada vez mais necessária para a reprodução da vida orientada pelo capital, e os mecanismos desse processo se alimentam da manifestação contínua da infalibilidade do mercado e de sua condução ao progresso. Para Gyorgy Lukács (2013, p. 341), a manipulação “surgiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda vida privada”. A relação entre a produção e o consumo necessita ser realizada de forma cada vez mais acelerada e intensa no capitalismo, sendo que “tal sistema de mediação é economicamente indispensável nesse estágio da produção” (LUKÁCS, 2013, p. 342).

O movimento ideológico da “educação financeira” é expressão de novas formas de estranhamentos¹⁰⁸ e acompanha a expansão da produção, da crise, do consumo e do endividamento, na medida em que desenvolve uma “pedagogia” a serviço da universalização do capital com amplo domínio ideológico sobre todas as esferas da vida social. A “prevenção” e o “tratamento” do superendividamento a partir da conciliação entre aquele que concede e aquele que recebe o empréstimo também se configura em novo estranhamento, em que a financeirização da vida social é fundamental para a manutenção e expansão do ciclo da reprodução.

No âmbito do estranhamento do homem frente aos outros homens, destaca-se a intensificação do individualismo. O acesso ao consumo é trilhado pelas oportunidades individuais e não por projetos de classe em direção à universalização do acesso ao consumo. As lutas coletivas das personificações do trabalho tendem a perder força no enfrentamento às personificações do capital, principalmente se a conquista de reajustes salariais ou outros direitos sociais perdem sua força com a possibilidade do crédito fácil. Esse papel do crédito no “apassivamento da classe trabalhadora” é sintetizado por Moura (2015, p. 104):

O crédito para o trabalho também opera como uma saída individual, sem atrelamento à luta de classe, em que cada trabalhador resolve o seu problema momentâneo de consumo. Apresentar uma resposta individualista dota o crédito de um componente capaz de contribuir para: o apassivamento da classe trabalhadora, o liberalismo extremo e uma intensificação do individualismo. É a receita certa para uma sociedade que se pauta pela concorrência exacerbada e que procura adaptar a lógica destrutiva que move o capital para as relações entre os trabalhadores e sua perspectiva de classe.

A manipulação do consumo é um fenômeno intrínseco ao avanço da produção capitalista desde a fase do imperialismo (das grandes

¹⁰⁸ Os estranhamentos se expressam inicialmente no plano socioeconômico (especificamente na luta pela apropriação do mais-trabalho), como também no plano ideológico, político, religioso, cultural, em síntese, no conjunto da reprodução social.

corporações e monopólios), mas ganha sua particularidade no atual contexto de mundialização e financeirização do capital. A manipulação, como forma típica de estranhamento do capitalismo atual, opera na vida social por meio de ideologias que influenciam e orientam os indivíduos nas formas de consumo (de todo tipo de mercadoria). Esse processo é observável pela cultura da propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida. O indivíduo passa a ser o que tem, especificamente é o que consome. A individualidade é confortada pela satisfação das necessidades criadas e impostas pela reprodução do capital. Aqui o sentido do “ter” é o fenômeno que se impõe à essência do ser, nesse caso o ser social é mediado pelas relações fetichizadas e reificadas de uma socialidade que necessita manter ininterruptamente as necessidades da reprodução ampliada do capital.

A manipulação do consumo e a ideologia da “educação financeira” são traços específicos do capitalismo contemporâneo. Suas principais funções sociais consistem em apresentar às pessoas o mundo atual como “normal” e natural, sendo “o melhor dos destinos possíveis, objetivamente como destino inescapável”. (LUKÁCS, 2013, p. 804). Assim, a manipulação atua como manifestação fenomênica das contradições internas da sociedade capitalista produtora de mercadorias que passa por dificuldades para manter as taxas médias de lucro. A naturalização das relações sociais encontra legitimidade pelos padrões de consumo e consequentes estilos de vida que aparentemente oferecem a liberdade pela via do mercado. Para os ideólogos do mercado e da propaganda do “consumo e pagamento orientado”, o que importa é influenciar o desejo dos homens para que se “satisfaçam justamente com a compra do objeto de consumo ou do serviço que constitui o objeto da publicidade” (LUKÁCS, 2013, p. 789), mas agora acrescido ainda mais da responsabilidade do uso racional do cartão de crédito para evitar o endividamento excessivo.

A relação entre a produção e as necessidades humanas são potencializadas e aprimoradas com o desenvolvimento das forças produtivas. Estas, sem sombra de dúvidas, são as bases para os homens usufruírem de melhores mercadorias e, por conseguinte, melhores condições de vida, trabalho e tempo livre. O problema reside quando as forças produtivas são apropriadas pelas relações sociais capitalistas e, no caso, as necessidades humanas são substituídas pelas necessidades do mais-valor, do lucro e, assim, toda forma de consumo torna-se fetichizada. Ao abordar o consumo na atualidade, nota-se que os estranhamentos sociais emergem na coexistência social entre produção, desenvolvimento das forças produtivas e necessidades humanas. A

manipulação do consumo surge como necessidade capitalista da produção em massa, pois a produção crescente necessita de muitos consumidores, como também a ideologia da “educação financeira” surge para que o sistema financeiro, em especial os bancos, mantenham seus ganhos exorbitantes com as taxas elevadas de juros.

Entretanto, o capitalismo manipulatório atual procura legitimar-se com a ideologia da “educação financeira”, envolvendo instituições políticas, culturais, educacionais e religiosas. A manipulação que se revela nessa ocasião exerce “pressão moral” sobre os sujeitos, no caso, as famílias endividadas. O consumo deixa de corresponder simplesmente ao bem-estar e conforto imediatos que o acesso a um conjunto maior de mercadorias pode oferecer, e passa a estar associado, cada vez mais, com a “imagem” de prestígio de ser bom ou mal pagador de dívidas.

As *técnicas de manipulação* aqui identificadas fazem parte de um arsenal de cariz neopositivista que se especializa na formulação de políticas públicas de orientação e regulação da sociedade para o funcionamento pleno de sua máquina de acumulação capitalista. Como bem analisado por István Mészáros (2016, p. 281), “apesar disso, em tempos de instabilidade e crise, as técnicas de manipulação, não importa quão ‘científicas’ venham a ser, não bastam”. Se as orientações ideológicas não surtirem os efeitos desejados, as personificações do capital utilizam de parte de seu arsenal estatal para impor violentamente as “condições ótimas” de reprodução do capital. Contudo, é evidente que, quanto mais a crise estrutural do capital intensifica as suas pressões sobre as relações mercantis, mais emergem neste cenário diversas contradições e momentos-chaves em que as personificações do trabalho podem potencializar o seu trabalho de superação autotranscendente do trabalho estranhado. A denúncia dos procedimentos manipulatórios do capitalismo contemporâneo e a busca por um sentido autoconsciente dos trabalhadores são os principais desafios¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Lukács (2013, p. 807) chamou a atenção para a necessidade do autodesmascaramento dos métodos econômico-políticos da manipulação: “Uma crise sistêmica só pode surgir quando se revela um vínculo necessário entre o aspecto falho dos métodos de execução e os conteúdos mais importantes da vida social, quando, em consequência disso, as pessoas tomam consciência de que a sua atividade até aquele momento não só foi conduzida por falsos métodos, mas também foi direcionada para fins falsos que não correspondem aos seus autênticos interesses, que os métodos dali por diante tidos como condenáveis

foram simplesmente meios para impor falsos conteúdos de vida aos homens e submetê-los ao seu domínio”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dessa pesquisa constatou que o endividamento da classe trabalhadora no Brasil não só é funcional ao processo de autorreprodução ampliada do capital, como contribui decisivamente para o aprisionamento dos trabalhadores à sociabilidade estranhada e fetichizada do capital. Não falamos de uma “sociedade do consumo”, mas de um processo em que o consumo da classe trabalhadora é dirigido e manipulado, reproduzido a partir de novas expressões do estranhamento que dinamizam as relações sociais de produção.

A seguir, apresentamos nossas considerações finais, ou melhor, conclusões parciais dos processos incidentes no fenômeno pesquisado e algumas indicações tendenciais para os próximos anos.

1. Sob o capitalismo dependente, a classe trabalhadora brasileira sofre com os influxos regidos pela lógica da precarização e do “consumo dirigido”.

Como evidenciado no primeiro capítulo da tese, a reflexão sobre o desenvolvimento econômico em curso possibilitou voos de retorno às pretensões desenvolvimentistas e autonomistas que setores da intelectualidade nacional elaboraram nos anos 1950 e 1960. A principal expressão analisada criticamente nesta tese, a categoria “nova classe média”, não passou incólume pela história e hoje não sustenta nem mesmo a análise do período otimista de meados da década de 2000 a meados da década de 2010.

Os voos autonomistas aventaram, mesmo que discretamente, que o Brasil constituiria novos blocos de poder geopolítico e que caminharia, então, para a concretização do desenvolvimento econômico. Aliado aos números consideráveis do crescimento de setores econômicos, destacando-se entre estes o agronegócio, os avanços estariam conjugados com elementos de justiça social que se limitavam as políticas sociais focalizadas de combate à miséria, crescimento relativo do salário mínimo, queda do desemprego e, principalmente, destacável crescimento do crédito ao consumidor, que financiou consideravelmente o consumo da classe trabalhadora.

Encoberto pelas impressões conjunturais, os mecanismos dependentes do capitalismo brasileiro persistiam. Durante esse curto período de, pelo menos, uma década, não foram realizadas reformas estruturantes tais como a reforma agrária, urbana, do sistema financeiro, trabalhista, previdenciária e tantas outras. Pelo contrário,

contrarreformas foram empreendidas no sentido de eliminação de direitos sociais universalizantes, concedendo uma série de benefícios para as grandes empresas monopolistas que obtiveram maiores lucros. A própria contrarreforma da Previdência Social que foi realizada em 2003 demonstra o tamanho da contradição: ao mesmo tempo em que atacava em vários pontos a aposentadoria dos funcionários públicos, oferecia a estes a regulamentação do crédito consignado. Esse elemento demonstra, cabalmente, que não só estivemos longe de autonomizar um desenvolvimento social e econômico, como foram aprofundados os mecanismos de subordinação ao sistema financeiro internacional e seus monopólios industriais.

A precarização do trabalho foi aprofundada durante este período. Na totalidade do mercado de trabalho e no conjunto dos assalariados houve transformações que incidiram diretamente na flexibilização dos contratos de trabalho de frações assalariadas de maior renda e oferecimento de muitos empregos oriundos de empresas de terceirização, com salários rebaixados e condições de trabalho precárias. O recorde no número de greves no ano de 2013 não foi resultado oriundo de obra do acaso, mas correspondente à necessária ação sindical que buscava reaver parte do trabalho necessário expropriado.

Como nem tudo são percalços, as flores também desabrocharam neste período. Por mais que a lógica do “consumo dirigido” seja uma das expressões mais evidentes do capitalismo manipulatório, o crescimento do consumo de bens necessários e de bens duráveis por contingentes consideráveis da classe trabalhadora é um dado conjuntural positivo. A vida das pessoas mudou neste período, o sonho da casa ou do veículo próprio, assim como o direito de alimentar-se dignamente não pode ser desconsiderado em uma análise das transformações societárias no Brasil. Contudo, limitada à lógica do consumo, a classe trabalhadora também percebeu logo que o endividamento crescente, a precarização de suas relações de trabalho e tantas outras dificuldades advindas da dinamização urbana desordenada, era insuficiente e limitada.

Os fluxos econômicos alteraram alguns aspectos vantajosos que a economia brasileira obteve por curto período, tendo o preço das *commodities* agrícolas e minerais despencado, provocando sérias dificuldades no crescimento dos lucros dos monopólios deste período. Logo a burguesia necessitou empreender toda uma ofensiva reacionária que aprofundasse o seu poderio e a dependência frente ao imperialismo estadunidense. O golpe burguês de 2016 destronou o PT da presidência da república, fortalecendo os grupos mais retrógrados e violentos em

nossa sociedade. As políticas que vieram nos anos 2016 e 2017 atacaram a legislação trabalhista, aprofundando o poderio patronal; os direitos sociais, congelando os gastos sociais com educação, saúde, etc., privatizando o fundo público para sanha dos rentistas; as riquezas nacionais, com retomada de privatizações, e a entrega pura e vil de riquezas minerais, tais como as reservas petrolíferas do Pré-Sal, dentre outras ações igualmente reacionárias.

O crédito arrefeceu durante estes dois últimos anos (2016 e 2017), diminuindo o movimento de progressivo endividamento e inadimplência. Contudo, as instituições financeiras dinamizaram e aprofundaram suas mercadorias financeiras para a classe trabalhadora, mantendo o processo de endividamento, culpabilização dos trabalhadores e aprofundamento da financeirização da vida social.

A tendência geral é a manutenção deste processo de “consumo dirigido” das mercadorias financeiras. Com o crescimento do desemprego, rebaixamento brusco dos salários (que já eram baixos), e inflação controlada, os indicadores apontam que o endividamento da classe trabalhadora não só permanecerá como fenômeno destacável no processo de reprodução do capital no Brasil, como se intensificarão suas conexões e estranhamentos que se desdobram desse processo.

2. O crescimento do crédito não é só política do PT, mas uma tendência do capitalismo mundial.

Uma das principais conclusões deste trabalho pretende desmistificar a tese de que a expansão dos créditos para contingentes cada vez maiores da classe trabalhadora provém exclusivamente das políticas elaboradas e desenvolvidas pelo PT. Como demonstrado, as políticas de controle da inflação nos anos 1990, a privatização dos bancos públicos, a abertura do mercado interno para os gigantescos bancos internacionais e as primeiras expansões de diversas modalidades de créditos para os trabalhadores, são indícios de que esse movimento pertence ao movimento hegemônico do capital e não meramente a políticas públicas desenvolvidas por partidos políticos no governo.

As políticas de estabilização dos preços nos anos 1990 foram fundamentais para que o controle da inflação possibilitasse a dinamização de um mercado de crédito. O Plano Real contribuiu decisivamente nesse processo, tendo os últimos anos da década de 1990 e primeiros dois anos da década de 2000 apresentado alguns indicadores de que o crédito ao consumidor crescerá e se tornará possibilidade de consumo para frações da classe trabalhadora até então alijadas.

Ainda que se reconheça que a vontade política dos governantes dos anos 2000 determina esse processo, é inegável que a tendência à expansão da abrangência da financeirização pelo mundo contribuiu decisivamente. Os países dependentes de todo o mundo aprofundaram tais mecanismos de controle inflacionário e desenvolveram toda uma arquitetura financeira que possibilitasse o comércio de mercadorias financeiras para a classe trabalhadora. A expropriação financeira dos assalariados tornou-se fenômeno fundamental para o processo de valorização atual, contribuindo com a aceleração da rotação do capital e com os movimentos de concentração e centralização do capital.

No limiar do projeto radicalmente reacionário em que se encontra o capitalismo dependente no Brasil, é muito difícil que o sistema financeiro abdique das mercadorias financeiras de crédito para a classe trabalhadora. Provavelmente, muitas mercadorias serão revistas (tais como o crédito rotativo, que foi restringido em 2017¹¹⁰), assim como outros serão criados. A financeirização da vida social da classe trabalhadora não deverá ser eliminada, mas revista e reformulada.

3. O endividamento da classe trabalhadora é muito lucrativo, mas também muito arriscado.

A tese da expropriação financeira das economias domésticas dos trabalhadores elaborada por Lapavitsas (2016), ou da apropriação do trabalho necessário do trabalhador com a cessão temporária de créditos que devem ser devolvidos com juros, constituem importantes aportes para a tese sobre o endividamento da classe trabalhadora no Brasil.

Como demonstrado nos dados do Bacen e dos birôs de crédito, os indicadores de crescimento vertiginoso do crédito ao consumidor nas diversas modalidades, flexibilizando alguns pré-requisitos necessários de garantia, demonstram o quanto tais mercadorias financeiras foram, e ainda são, privilegiadas pelas instituições financeiras. A estabilização dos preços pelas políticas do Plano Real nos anos 1990 proporcionou esse ambiente, assim como outras medidas governamentais que facilitaram o acesso do crédito e o controle do endividamento.

O que fica constatado na pesquisa é que o crescimento do endividamento da classe trabalhadora não foi seguido do descontrole da

¹¹⁰ A restrição ao tempo do rotativo do cartão de crédito para 30 dias foi uma das medidas realizadas neste período. Ver em Máximo (2017): <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/novas-regras-para-rotativo-do-cartao-de-credito-valem-partir-de-amanha> Acesso em: 08 jan. 2018.

inadimplência. Mesmo que os números tenham crescido, eles não inviabilizaram os lucros decorrentes dos juros altíssimos empregados nas diversas modalidades de crédito. O principal motivo para que a avalanche de crédito não interrompesse a totalidade do processo de produção e reprodução está no fato de que o montante de créditos, ainda que em crescente, é pequeno em relação com a totalidade do capital.

No Brasil, não teria ocorrido o fenômeno especulativo que motivou a crise do *subprime* nos EUA. Neste país, a proliferação de hipotecas sobre os imóveis, e sobre os empréstimos realizados sobre os imóveis, de frações da classe trabalhadora com rendas pequenas fez com que tal bolha explodisse e colapsasse todo o sistema. A saída foi via Estado, com o fundo público salvando empresas financeiras e não-financeiras. No Brasil, essa prática dos empréstimos com alto risco não se difundiu com tamanho montante, bem como os créditos hipotecários não foram desenvolvidos com tamanha difusão.

Em síntese: ainda que arriscado, o crédito para a classe trabalhadora no Brasil não representa maior perigo de explosão especulativa na economia como um todo. No entanto, para o trabalhador, o crédito pode representar uma ruína difícil de contornar.

4. A mediação da ideologia da “educação financeira” serve para a difusão dos princípios da sociedade do “livre mercado”.

A ideologia da “educação financeira” não se trata apenas de um conjunto de orientações aos consumidores para que estes acessem o crédito de forma “responsável” – leia-se cumpram com o dever do pagamento. Além dessas orientações para com o cumprimento de suas “obrigações”, essa ideologia busca inculcar os princípios contemporâneos do “empreendedorismo”, do individualismo, do Estado “mínimo” – para o social - e da mercantilização das políticas sociais. Em seu conjunto, a chamada “educação financeira” busca apresentar mercadorias financeiras como os créditos, os seguros, as carteiras de investimentos e os planos de previdência complementar.

As cartilhas, livros didáticos, folders e tantos outros materiais de exposição da “educação financeira” pouco levantam críticas aos agentes do sistema financeiro que buscam maximizar os lucros, desconsiderando a ausência de informação dos consumidores, principalmente os mais vulneráveis à sofisticação de suas regras, dos juros e taxas incluídas e dos possíveis benefícios. A propaganda destas mercadorias financeiras tende a ser agressiva, aproveitando o contexto de rendas insuficientes dos trabalhadores assalariados e/ou em situações de extrema fragilidade.

A importância de uma educação financeira legítima¹¹¹, crítica e abrangente denota que este é um campo amplo de disputa. Longe de requerer o financiamento e a salvaguarda das instituições financeiras da iniciativa privada, mas ocupando o espaço público e estatal necessário para pressionar os currículos das instituições educacionais e as agências de defesa do consumidor para que se denuncie radicalmente o papel da financeirização no capitalismo e as contradições que surgem neste ambiente social. É necessário evidenciar o que são os bancos e as demais instituições financeiras, principalmente no contexto atual de lucros cada vez maiores e de poder político considerável.

Em um contexto de ofensiva reacionária do capital, de contingenciamento de recursos para as políticas sociais como educação e saúde, de sufocamento e pressão para que a previdência social seja destruída por mais uma contrarreforma, de flexibilização e precarização radical dos contratos de trabalho, de salários e renda cada vez mais diminuta e desemprego crescente, é possível que a ideologia da “educação financeira” foque cada vez mais na cultura da autorresponsabilização do trabalhador pela sua condição precária. O oferecimento de seguros, planos de saúde e previdência complementar tende a expandir com modalidades “populares” de menor valor e coberturas quase que exíguas. E, principalmente, a ideologia da “educação financeira” tenderá a aprofundar sua crítica ao Estado “social”, ampliando o seu apelo à manipulação grosseira do chamado “empreendedorismo”.

O princípio manipulatório tenderá a fortalecer as expressões mais sensíveis e estranhadas desta realidade social. Como afirmamos, essa ofensiva tende a aprofundar as saídas individuais para a crise, remetendo ao indivíduo atomizado todas as responsabilidades pelo consumo presente e futuro, exigindo deste maiores esforços para reproduzir a própria força de trabalho e o culpabilizando pelo possível fracasso neste intento. A radicalidade de tal movimento buscará ainda mais

¹¹¹ Tal proposição ainda não encontra formulação específica e nem experiência prática desenvolvida. No entanto, concernente com as proposições de uma educação crítica, criadora e popular, essa tese busca desenvolver uma crítica sobre as ideologias dominantes que buscam conduzir a vida cotidiana sob a lógica do mercado. É necessária que se desenvolva uma crítica contundente à financeirização da vida social e que ela possa, ao mesmo tempo, fortalecer a consciência crítica da classe trabalhadora no percurso de sua vida cotidiana e no enfrentamento às personificações do capital que exploram o seu trabalho e manipulam as expressões subjetivas da vida social.

mecanismos de controle social, difundindo as ideologias, mas também potencializando a repressão daqueles que ousem questionar e/ou enfrentar tal sociabilidade estranhada.

O conflito social é iminente. Ao mesmo tempo em que as personificações do capital fortalecerão suas trincheiras, a solidariedade de classe tenderá a ser a saída possível e necessária para a classe trabalhadora. A realidade não é movida apenas pelas técnicas de manipulação e mesmo a lógica consumista encontrará seu limite, pois a humanidade tenderá a pressionar por uma sociabilidade que privilegie os sentidos genuinamente humanos, incluindo aí a produção da vida e o consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEF BRASIL – ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Mapa da Educação Financeira no Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/RelatorioAnaliticoENEF.pdf> Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Relatório anual 2012**. São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2012_2011.pdf Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Relatório anual 2016**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2016.pdf> Acesso em: 05 nov. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas-SP; Autores Associados, 2004.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014.

_____. **O continente do Labor**. Boitempo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta. **Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Trabalhos para Discussão do Banco Central. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf> Acesso em: 01 fev. 2016.

ANBC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BIRÔS DE CRÉDITO. **Impactos da lei da carta AR em São Paulo: Crédito às famílias perde R\$ 1,2 bilhão e protestos em cartórios batem recorde**. Sítio da SERASA

EXPERIAN. Publicado em 10 dez. 2015. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/impactos-lei-da-carta-ar-em-sao-paulo-credito-as-familias-perde-r-12-bilhao-e-protestos-em-cartorios-batem-recorde/> Acesso em: 02 abr. 2016.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira.** 2011a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico).** Brasília, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Calculadora do Cidadão.** 2017a. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&> Acesso em 09 jan. 2018.

_____. **Estatísticas de Pagamento de Varejo e Cartões no Brasil.** Bacen, 2017b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?SPBADENDOS> Acesso em: 12 maio 2017.

_____. **Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento:** resultados preliminares. Brasília: 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf Acesso em: 04 abr. 2015.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira.** Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-60, set. 2011b.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito, 2014.** Brasília, Bacen, 2015. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf Acesso em 20 nov. 2017.

_____. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil (Bacen)**. Bacen, 2017c. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acesso em: 20 out. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio... [et ali] (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; BOSCHETTI, Ivanete C. **Políticas Sociais**: Fundamentos e História. Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 2; 9ª ed.; São Paulo: Cortez, 2011.

BERQUÓ, Anna Taddei Alves Pereira Pinto. **O crédito na sociedade de consumo**. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BOA VISTA SCPC. **Pesquisa Perfil do Inadimplente 1ª Trimestre de 2015**. Relatório em slides. Publicado em 2015. Disponível em: <http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2015/04/perfil-2015.pdf> Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. **Registro de Inadimplência**. Em arquivo Microsoft Excel. 2017. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia/> Acesso em: 11 dez. 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 2ª edição, 1999.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Acesso em: 20 nov. 2017.

BRECHT, Bertold. **A ópera dos três vinténs.** Tradução: Wolfgang

Bader e Marcos Roma Santa. Berlim, 1928. Disponível em:

<https://docslide.com.br/documents/a-opera-de-tres-vintens-bertolt-brechtpdf.html>

Acesso em: 18 jan. 2018.

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha:** os Estados Unidos na

economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Por que o Brasil cresce pouco desde

1990-1991. **Revista Margem Esquerda.** N° 23; Dossiê: O Brasil entre

o novo e o social desenvolvimentismo. Boitempo Editorial, 2014.

BRITO, Reginaldo Ramos de. **Educação Financeira:** uma pesquisa

documental crítica. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-

graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de

Fora, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tramitação e íntegra do PL**

3515/2015. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052490>

Acesso em: 01 set. 2017.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência

ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e**

Sociedade, n° 112, p. 613-636, out/dez 2012.

CASTRO, Augusto; VILAR, Isabela. Aprovadas normas de proteção ao

consumidor e combate ao superendividamento. **Portal Senado**

Notícias, publicada em 30 set. 2015. Disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/30/aprovado-projeto-que-altera-codigo-de-defesa-do-consumidor-e-combate-o-superendividamento>

Acesso em: 29 out. 2017.

CERBASI, Gustavo. **Adeus aposentadoria:** como garantir seu futuro

sem depender dos outros. Rio de Janeiro; Sextante, 2014.

_____. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2015**. Brasília, 2016a.

_____. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)** - dezembro 2015. 2016b. Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--13> Acesso em: 10 jan. 2018.

CONEF – COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Educação financeira nas escolas: ensino médio - livro do aluno** [Bloco 1: Vida Familiar – Vida Social – Bens Pessoais] Brasília, 2013a. Disponível em: <http://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073> Acesso em: 05 nov. 2017.

. **Educação financeira nas escolas: ensino médio - livro do aluno** [Bloco 2: Trabalho – Empreendedorismo – Grandes Projetos] Brasília, 2013b. Disponível em: <http://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco2?e=11624914/13891016> Acesso em: 05 nov. 2017.

. **Educação financeira nas escolas:** ensino médio - livro do aluno [Bloco 3: Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo] Brasília, 2013c. Disponível em: <http://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco3?e=11624914/49399054> Acesso em: 05 nov. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia. Revista Interdisciplinar**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2008.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira:** como educar seu filho. Rio de Janeiro: Elviesier, 2008.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTÁTISTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013.** Nota técnica 135. Brasília, maio de 2014.

_____. **Balanco das greves em 2013.** N° 79, Brasília, dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> Acesso em: 26 mai. 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010a.

_____. Os três campos da teoria das relações financeiras de Marx: o capital financeiro de Hilferding e Lênin. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010b.

ENEF - ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Conceito de Educação Financeira no Brasil.** Sítio Vida e Dinheiro. 2015. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html> Acesso em: 30 mar. 2015.

Parcerias e patrocínios. Sítio Vida e Dinheiro, 2015 Disponível em:

http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-42-parcerias_e_patrocinios.html Acesso em 30 mar. 2015.

ESTADÃO. Classe média sem fôlego. Editorial de **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,classe-media-sem-folego-imp-,1085152#>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. CIAB 2011. A tecnologia além da Web. **Setor Bancário em números**. 2012. Disponível em: https://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sit_efebraban/Setor%20Banc%20em%20N%20FAMeros%204%2005%20%282%29.pdf Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. Pesquisa Ciab FEBRABAN 2012. **Setor Bancário em Números**. 2013. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/09/setor-bancc3a1rio-em-nc3bameros-ciab-febraban-2012.pdf> Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária** 2013. 2014. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2015/02/pesquisa-febraban-de-tecnologia-bancc3a1ria-2013.pdf> Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária**. 2014. 2015. Disponível em: <http://www.ciab.com.br/download/researches/research-2014.pdf> Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária** 2015. 2016. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Relatorio%20-%20Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202015.pdf> Acesso em: 09 jan. 2017.

FENABRAVE – FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Anuários da distribuição de veículos automotores no Brasil (2004-2016)**. São Paulo. Disponível em:

<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&id=594&layout=indices-e-numeros>
Acesso em: 12 mai. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5º edição, São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2º Ed. São Paulo: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Sofia. Brasil fecha 1,5 milhão de vagas em 2015, pior resultado desde 1992. **Folha de São Paulo**; publicado em 21/01/2016. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1731910-brasil-fechou-15-milhao-de-vagas-de-trabalho-em-2015.shtml> Acesso em: 16 mai.2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A bolha do endividamento familiar**. 2006. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/foster_mai06_p.html>
Acesso em: 1 mar. 2015.

GARCIA, Lúcia; GONZAGA, Leila Luiza. Pesquisa de Emprego e Desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 127-140, 2014.

GLOBO. Moradores das favelas brasileiras estão mais endividados, diz pesquisa. **G1**. Publicada em 02 mar. 2015. Disponível em:
<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/03/moradores-das-favelas-brasileiras-estao-mais-endividados-diz-pesquisa.html>
Acesso em 31 mar. 2015.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, número especial, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

IANONI, Marcus. Ciência Política e Sistema Financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal. **Política & Sociedade**. v. 9, n. 17, p. 173-104, Florianópolis. 2010.

IPEADATA. **Taxa de desemprego mensal**: referente às regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. 2017. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401> Acesso em: 15 mai. 2017.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LAPAVITSAS, Costas. **Beneficios sin producción**: como nos explotan las finanzas. Traducción: Carla Estevan Esteban y Laura de la Villa Alemán; Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

LARA, Ricardo. Introdução aos complexos categoriais do ser social. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro; 2º Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269-292.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Káren Danilevicz. Projeto de tratamento das situações de superendividamento do consumidor. In: MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antônio Guimarães; SANTOS, Sérgio Cipriano dos. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: http://sistema.simead.com.br/9simead/resultado_seMead/trabAlhosPDF/266.pdf. Acesso em: 23 out. 2017.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo; Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro Marini. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Claudia Lima. Fundamentos Científicos da Prevenção e Tratamento do Superendividamento. In: MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

_____. Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. In: CAVALLAZZI, Rosângela (Orgs.). **Direitos do Consumidor Endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

_____; CAVALLAZZI, Rosângela (Orgs.). **Direitos do Consumidor Endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS, Bruno Silva; LUNDBERG, Eduardo Luís; TAKEDA, Tony. Crédito Habitacional no Brasil: aperfeiçoamentos institucionais e avaliação da evolução recente. In: BACEN. **Relatório Economia Bancário e Crédito, 2008**. Brasília, 2009, p. 79-103. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf Acesso em: 12 mai. 2017.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O capital: Livro I**. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

_____. **O capital: Livro II**. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

_____. **O capital: Livro III**. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira: ao alcance de todos**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MÁXIMO, Welton. Novas regras para rotativo do cartão de crédito valem a partir desta segunda. **Portal EBC Agência Brasil**, publicado em 02 abr. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/novas-regras-para-rotativo-do-cartao-de-credito-valem-partir-de-amanha> Acesso em: 03 jan. 2018.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica. **Portal do MEC**, publicada em 25 fev. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34351:mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica> Acesso em: 08 set. 2017.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre favela brasileira. São Paulo: Edita Gente, 2014.

MÈSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Características do emprego formal**. Relação anual de informações sociais – 2014. FAT/TEM, BRASIL, 2015. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf> Acesso em: 16 mai. 2017.

MORA, Mônica. A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para discussão 2022**. Rio de Janeiro, IPEA, janeiro de 2015.

MOURA, Rivânia. **Crédito Consignado**: potência inteiramente nova da expropriação do trabalho. 341 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Crédito para os trabalhadores e sua funcionalidade para o capital. **Revista Temporalis**. Brasília (DF); ano 15, nº 30, p. 93-118, jul/dez 2015.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo; Saraiva, 2011.

_____. O que aconteceu com a nova classe média: economista faz diagnóstico do antes e depois da crise econômica. Entrevista realizada por Rafaela Barros, **Jornal Extra**. Publicada em 18/12/2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/o-que-aconteceu-com-nova-classe-media-economista-faz-diagnostico-do-antes-depois-da-crise-economica-20664168.html> Acesso em: 27 mai. 2017.

OCDE. **High-level principles on national strategies for financial education**. Agosto 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-Principles-National-Strategies-Financial-Education.pdf> Acesso em: 15 de set. 2017.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. Julho 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf> Acesso em: 05 de nov. 2017.

OLIVEIRA, Kelly. Dívida com rotativo do cartão de crédito é recorde e atinge R\$ 33,1 bilhões. **Sítio EBC – Agência Brasil**. Publicada em 15 ago. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-08/divida-com-rotativo-do-cartao-de-credito-e-recorde-e-atinge-r-331-bilhoes> Acesso em: 24 mar. 2016.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Naomar (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

PAIM, Bruno. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Márcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 23-38, 2014.

_____. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTAL BRASIL. Endividamento é uma das principais vulnerabilidades da classe média. **Portal do Brasil**, publicado em 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/endividamento-e-uma-das-principais-vulnerabilidades-da-classe-media>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Lei amplia de 30% para 35% limite de crédito consignado em folha. **Portal do Brasil**, publicado em 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/lei-amplia-de-30-para-35-limite-de-credito-consignado-em-folha> Acesso em: 09 jan. 2018.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROCON-SP. **Programa de Apoio ao Superendividado – PAS**: Atribuições do Núcleo de Tratamento do Superendividamento. Sítio do PROCON-SP, 2017. Disponível em:

<http://www.procon.sp.gov.br/categoria.asp?id=1280> Acesso em: 02 nov. 2017

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **O reforço do sindicalismo de Estado com a incorporação das centrais sindicais**. 2013, 208f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

_____; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. São Paulo; *Serviço Social & Sociedade*, n. 126, pp. 340-359, maio/ago. 2016.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Editora Polis, 1987.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Dissertação em Mestrado da Universidade de São Paulo, 2007.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, nº 112, p. 672-688, out/dez 2012.

SANTOS, Ana Cordeiro; COSTA, Vânia. Regular o consumidor? Novas tendências de política no setor financeiro. Lisboa; *Análise Social*, 209, p. 756-791, 2013.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *RAP*, Rio de Janeiro, 41 (6), 2007.

SBICCA, Adriana; FLORIANI, Vinicius; JUK, Yohanna. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. *Revista Economia e Tecnologia*, Curitiba, v. 8, n. 4, 2012.

SENADO FEDERAL. **PLS 283/2012**. Publicado em novembro de 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3911642&disposition=inline> Acesso em: 31 out. 2017.

SENADO NOTÍCIAS. Gleisi anuncia projeto para regulamentar cobrança de juros pelos bancos. **Portal do Senado Federal**, da Redação, publicada em 18 nov. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/18/gleisi-anuncia-projeto-para-regulamentar-cobranca-de-juros-pelos-bancos> Acesso em: 31 out. 2017.

SERASA EXPERIAN. **Bate recorde o número de inadimplentes, revela levantamento inédito da Serasa Experian**. Sítio da Serasa Experian. Publicado em 21 ago. 2014. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/bate-recorde-o-numero-de-inadimplentes-revela-levantamento-inedito-da-serasa-experian/>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor**. Em arquivo Microsoft Excel. 2017. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-do-consumidor/> Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA, Giselle Souza da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilásio... [et ali] (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo; Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Fabrício Pereira. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. Tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais, 2017.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro:Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Editora UFMG, 2010.

SPC Brasil. **Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL:** Dados Nacionais – Dados referentes a julho de 2015. Relatório. São Paulo, 2015.

_____. **Indicadores Econômicos SPC Brasil e CNDL:** Dados Nacionais - Dados referentes a dezembro de 2015. Relatório. São Paulo, 2016. Disponível em:

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/indices_economicos/relatorio_indicador_de_inadimplencia_dezembro_2015.pdf Acesso em: 03 ago. 2017.

TOMBINI, Alexandre. **Discurso do presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini**, na abertura do Seminário sobre Novas Regras de Cartões de Crédito, em 24 maio 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Discurso%20do%20Presidente%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil%2C%20Alexandre%20Antonio%20Tombini%2C%20na%20abertura%20do%20Semin%20E1ri%20sobre%20Novas%20Regras%20de%20Cart%20F5es%20de%20Cr%20E9dito..pdf>>. Acesso em: 30 mar.2015.

TREVISAN, Karina. Vale a pena dar imóvel como garantia em empréstimo? Veja vantagens e riscos. **G1**, publicada em 26 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/vale-a-pena-dar-imovel-como-garantia-em-emprestimo-veja-vantagens-e-riscos.ghtml> Acesso em: 20 nov. 2017.

VALOR ECONÔMICO. Bradesco, Itaú, Santander, BB e Caixa formalizam birô de crédito. **Sítio do Valor Econômico**. Publicado em 14 jun. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/5005302/bradesco-itaú-santander-bb-e-caixa-formalizam-biro-de-credito> Acesso em: 18 ago. 2017.

VAROTTO, Luís Fernando. História do Varejo. **Revista GV-Executivo**, Volume 5, nº 1, fevereiro/abril de 2006, p. 86-90. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34379> Acesso em: 11 maio 2017.

YOUTUBE. **Mastercard – Ano 2000**. Plataforma do *youtube*, 38 segundos, publicado em 18 jul. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8WAR2fw6yQ> Acesso em: 01 set. 2017.